



Maurício Fiore

Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos

**CAMPINAS
2013**

Maurício Fiore

Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida (orientador)

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO MAURÍCIO FIORE, E ORIENTADA PELO PROF. DR. RONALDO RÔMULO MACHADO DE ALMEIDA.
CPG, 10/12/2013**

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Marta dos Santos - CRB 8/5892

F511u Fiore, Maurício, 1977-
Uso de drogas : substâncias, sujeitos e eventos / Maurício Fiore. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Ronaldo Rômulo Machado de Almeida.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia. 2. Drogas - Abuso. 3. Drogas - Aspectos sociais. I. Almeida, Ronaldo Romulo Machado de, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Drug use: : substances, subjects and events

Palavras-chave em inglês:

Anthropology

Drug abuse

Drugs - Social aspects

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Ronaldo Rômulo Machado de Almeida [Orientador]

Júlio Assis Simões

Edward John Baptista das Neves MacRae

Gabriel de Santis Feltran

Luis Fernando Farah de Tófoli

Data de defesa: 10-12-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



Tese de Doutorado

Maurício Fiore

Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 10 / 12 / 2013.

Comissão Julgadora:

Titulares

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida (orientador)

Prof. Dr. Júlio Assis Simões

Prof. Dr. Edward John Baptista das Neves MacRae

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

Prof. Dr. Luis Fernando Farah de Tófoli

Suplentes:

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz

Prof^ª. Dr^ª. Taniele Cristina Rui

Prof. Dr. José Maurício Paiva Andion Arruti

Campinas
Dezembro de 2013

RESUMO

Assumindo o pressuposto de que o uso de algumas substâncias psicoativas, que se convencionou chamar de drogas, é um fenômeno ancestral alçado à condição de problema social recentemente por meio de um dispositivo de incitação e repressão, essa tese buscou investigar o uso dessas drogas por meio de longas trajetórias empíricas de consumo. A pesquisa, de natureza autoetnográfica, teve como recorte as trajetórias de dois grupos de afinidade do autor – o *grupo da rua* e o *grupo da universidade* – que compartilham, entre continuidades e rupturas, o consumo de drogas psicoativas lícitas e ilícitas há cerca de duas décadas.

A investigação buscou analisar o fenômeno do uso de drogas a partir de três chaves analíticas: as *substâncias*, descritas a partir de seus agenciamentos químicos, materiais e sociais peculiares; os *sujeitos*, tomados a partir das trajetórias pessoais e coletivas de uso de drogas e de seus posicionamentos no interior do dispositivo; e os *eventos*, descrições narrativas de algumas situações coletivas de uso de drogas com o objetivo de detalhar os conteúdos emocionais e as práticas de sociabilidade que marcaram a experiência dos sujeitos.

ABSTRACT

Based on the assumption that the use of some psychoactive substances, so-called drugs, is an ancient phenomenon recently converted into a social problem through dispositive of repression and instigation, this thesis investigates the use of these drugs by the analysis of long consumption trajectories. The auto-ethnographic research analyses trajectories within two groups that are close to the author - the *street group* and the *university group* – which have been sharing the consumption of licit and illicit psychoactive drugs for almost two decades.

The study aimed to analyze the phenomenon of drug use from three analytical keys: the *substances*, described from its peculiar chemical, physical and social assemblages; *subjects*, taken from personal and collective trajectories of drug use and their positions within the arrangement; and *events*, narrative descriptions of some collective situations of drug use which aim to detail emotional content and practices of sociability that marked the subjects' experience.

SUMÁRIO

<u>Capítulo 1 – APRESENTAÇÃO TEÓRICA E RECORTE EMPÍRICO</u>	1
A questão das “drogas” e a formação do dispositivo	1
O uso de drogas pela perspectiva das ciências sociais	3
Etnografia de trajetórias compartilhadas	18
Os Grupos	
Um pouco sobre o <i>grupo da rua</i>	29
Um pouco do <i>grupo da universidade</i>	35
Um breve apontamento metodológico: a ilusão da intimidade	38
<u>Capítulo 2 – SUBSTÂNCIAS</u>	41
Substâncias e agenciamentos	41
Álcool	
Substância onipresente	47
Entre a incitação e controle: a cerveja e o orgulho do pai	48
Materialidade positiva entre o hábito e o prestígio	51
Festa, diversão e sexualidade	53
A droga que pode “puxar” as outras	54
Maconha	
A flexibilidade como agenciamento	61
Maconha e reciprocidade	66
A fumaça e a sedução material do baseado	68
Larica e memória	70
Narrativa 1 – Lapsos e <i>rolês</i> num carro enfumaçado	75
Narrativa 2 – Viagens com e sobre baseados na lavanderia da festa	81
Cocaína	
Agenciamentos ambíguos	85
A perigosa pureza branca	86
Intestinos, narinas e dentes: cocaína e corporalidade	89
Se sentir bem, “se sentir foda”	93
Narrativa 3 – Pó branco, prazer e dor numa noite de sábado	97
Crack	
Agenciamento avassalador	103

Narrativa 4 – Sobre meninos e pedras 109

LSD/Cogumelos

Agenciamentos psicodélicos 113

Narrativa 5 – Psicodelia nos arredores de São Paulo 121

Capítulo 3 – SUJEITOS 131

Introdução 131

“Isso não é para mim!”: os sujeitos entre danos e dependência 135

Narrativa 6 – “Será que dá para dar um tirinho aí?” 143

Os sujeitos e os critérios médicos de dependência 149

Narrativa 7 – Leonardo, Edson e o baseado 175

Os sujeitos e as ordenações legais do dispositivo 179

Trajetórias na ilegalidade 179

Engajamentos políticos 184

Narrativa 8 – Meus (des)encontros com a polícia 193

CONSIDERAÇÕES FINAIS 197

Referências bibliográficas 201

Anexo – Glossário 209

Agradecimentos

O percurso dessa tese durou muito mais do que deveria e, por isso, a ajuda dos amigos foi fundamental. Os amigos não foram apenas importantes pelo apoio em todos esses anos, eles foram o ponto central desse trabalho. Alguns desses amigos foram convidados a falar e a permitir que nossas trajetórias fossem investigadas e analisadas e deram um voto de confiança ao meu de torná-las objeto de reflexão sistemática. Agradeço também aqueles que, mesmo não tendo participado como interlocutores diretos na pesquisa, têm suas histórias entrecruzadas com muitas das trajetórias e eventos narrados nessa tese. Amigos muito especiais que, mais do que agradecimentos, merecem desculpas antecipadas pelas lacunas, pelos enganos, pela ambição desmedida ou pelo simplismo dessas análises. Divido esse trabalho com vocês para refazermos esses percursos, sempre como amigos, que é o que mais importa para mim.

Agradeço imensamente ao meu pai e aos meus irmãos, que compreenderam minhas ausências nos momentos difíceis dessa jornada. Quando ela estava mais difícil, a chegada dos meus sobrinhos me reanimou a seguir em frente; Elis e João, para quando compreenderem: vocês foram importantes para que eu completasse essa jornada.

Agradeço a toda a minha família pelo carinho e pelo cuidado permanente. E também à família que Ana me deu, Marcos, João e Eliane, por toda a força. Também agradeço aos meus pais “postiços”, Isaura e Ismail, por existirem na minha vida.

Não citarei nomes para evitar lacunas, mas agradeço a todos os meus amigos e colegas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), especialmente Cadú, Daniel e Gabriel, que dedicaram seu tempo para me ajudar nesse trabalho e aos colegas do Núcleo de Etnografias Urbanas pela inspiradora interlocução. Aos amigos e parceiros do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip), aos novos amigos que fiz na Fundação de Desenvolvimento Administrativo de São Paulo (Fundap), da Rede Pense Livre, antigos colegas da Universidade de São Paulo, do Coletivo Desentorpecendo a Razão e à valorosa rede de pesquisadores formada em torno da preparação do I Congresso Internacional Sobre Drogas, realizado em Brasília, em maio de 2013.

Agradeço ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp e a todos os seus funcionários pela gentileza e pela colaboração. Agradeço também aos professores do Programa, com quem tive uma curta e rica experiência. Agradeço a Iracema, que me hospedou em Barão Geraldo e se tornou uma amiga querida e a todos os meus colegas do Doutorado, uma geração brilhante com a qual tive o privilégio de conviver. Lembro também do meu mestre, amigo e incentivador na carreira antropológica, Omar R. Thomaz, que me recebeu tão bem na Unicamp.

Agradeço muito à leitura rigorosa e propositiva da Professora Suely Kofes e do Professor Júlio Simões no exame de qualificação.

Agradeço imensamente à banca avaliadora da tese – Prof. Edward MacRae, Prof. Gabriel Feltran, Prof. Júlio Simões e Prof. Luis Fernando Tófoli –, que além de uma rica arguição, colaborou na revisão definitiva da tese.

Agradeço ao CNPq por tornar possível, com a concessão de bolsa, a realização dessa pesquisa.

Por fim, dois agradecimentos especiais. Em um momento de incerteza, Ronaldo de Almeida me recebeu na Unicamp com o carinho de amigo. Equilibrou afeto e orientação, me incentivando à mudança do projeto original. Mesmo diante de um imenso atraso e de inúmeras dificuldades, continuou firme, cobrando e incentivando a conclusão dessa tese. Um ato de afeto e de generosidade acadêmica que não esquecerei.

Por fim, para Ana, agradecer é pouco, mas devo fazê-lo. Uma companheira incondicional de quase uma década, me ajudou em todas as desventuras dessa tese, mesmo tendo sofrido uma perda tão dolorosa. Obrigado, com todo meu amor.

Capítulo 1

APRESENTAÇÃO TEÓRICA E RECORTE EMPÍRICO

A questão das drogas e a formação do dispositivo

O início mais comum de trabalhos sobre drogas é reafirmar sua ocorrência milenar, sua presença inexorável na história da humanidade desde as épocas que, de alguma forma, nosso olhar pode alcançar. Porque esse clichê é repetido por muitos pesquisadores do tema? Provavelmente com o propósito de não confundir o fenômeno da alteração voluntária e sistemática da percepção por meio de plantas e substâncias químicas com o problema (ou questão) das drogas. A questão das drogas, essa sim, pode ser considerada historicamente recente, tendo pouco mais de um século e se constituiu como um problema social quando o consumo de algumas substâncias psicoativas – chamadas, a partir de então, de drogas – se tornou objeto de ampla atenção.

Substância psicoativa é o termo científico contemporâneo mais consensual para definir os compostos, extratos, plantas, pílulas, bebidas, pós, gases, enfim, qualquer excipiente que contenha moléculas às quais são atribuídas a propriedade de alterar o funcionamento neural, o sistema nervoso, a percepção ou a consciência humana. Visto por essa perspectiva, é possível afirmar que esse enorme conjunto de substâncias recebeu diversos nomes e foi consumido de diferentes maneiras, até que, no século passado, algumas delas foram alçadas a um estatuto de questão social de problema de Estado; foram classificadas, proscritas, perseguidas, elogiadas, divinizadas e inventadas. E foram, sobretudo, tematizadas. O termo pelo qual essas substâncias passaram a ser, e até hoje são, globalmente nomeadas – ainda que com pouca precisão, mas extrema eficácia – foiodrogas¹.

O aspecto mais relevante desse processo é que, antes de tudo, a questão das drogas foi concebida, notadamente do ponto de vista estatal, como um problema social. Tal

¹Nos textos que produzi até agora, usei aspas para indicar a polissemia, a ambivalência e a eficácia do termo drogas. Creio que a discussão, até então centrada no debate público, cobrava tal prudência. Para os propósitos desse trabalho, abandonei as aspas, mesmo que o termo ainda seja bastante controverso. Para uma discussão detida, ver, entre outros, Becker (s/data), e Fiore (2007).

processo teve um caráter complexo e multifacetado, já bem trabalhando pela literatura e, não obstante seja controverso, é bem conhecido em seus principais sentidos históricos². O mais importante, ao menos para os objetivos dessa tese, é que as drogas se constituíram como um problema, como conhecimento e como prática. No sentido que Foucault o definiu para explicar a sexualidade moderna, as drogas também se constituíram enquanto um dispositivo: são reprimidas, incitadas, faladas e investigadas a todo o tempo (Vargas, 2001). Enquanto dispositivo, as drogas escapam de perspectivas que busquem enquadrá-las sob um único ponto, de um única mirada, mesmo que seja a perspectiva do Estado que, por meio de normas e leis, formaliza esses controles. Não há controles, no entanto, sem linhas de escape: eis porque as drogas se constituem como dispositivo.

Não é mera coincidência que o consumo de drogas e a sexualidade gozem, na contemporaneidade, de tamanha importância em todos os meios de comunicação, nas diversas formas de expressão artística e na produção científica. Não se trata de um puro controle ou de uma vontade permanente de negação, essa forma de ver o poder segundo uma “hipótese repressiva” criticada por Foucault (2001 pp. 88-98). No dispositivo das drogas, tão importante quanto entender porque se diz *não* é esmiuçar sob que condições o *sim* existe. Funda-se uma sexualidade (e uma questão das drogas) como um campo conhecido, aberto, explorado e, a partir das lógicas próprias ao dispositivo, conforma-se o normal que se tolera, ou mesmo se exalta; o anormal a ser repellido e interditado, mas também nele as práticas enquanto pontos de fuga.

O conceito de dispositivo, a despeito de sua aparência hermética e das diferentes maneiras que Foucault o tratou em seus textos e aulas³, é entendido aqui como os saberes e normas que ordenam a produção e o controle dos discursos e das práticas contemporâneas. Visto como dispositivo, o poder é afastado da concepção substancialista ou repressiva, que pressupõe a submissão daqueles que não o possuem pelos seus “verdadeiros” detentores. Para Foucault, abordar o poder dessa maneira é apenas reproduzir a própria lógica de seu funcionamento. A crítica ao poder só é possível a partir

² Há uma ampla historiografia sobre o tema. Duas importantes referências internacionais são os trabalhos de Escotado (1998), Davenport-Hines (2000). Para apontamentos sobre a história da questão das drogas no Brasil ver, entre outros, Adiala (1986), Rodrigues (2004) e Fiore (2005).

³ Há muita controvérsia sobre o conceito de dispositivo na obra de Foucault. Deleuze (1990) e Agamben (2009) tem dois textos densos sobre o tema. Ver também Billouet (2003).

de suas positivities, pois “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade com relação ao poder” (Foucault, op. cit. p 91).

No séc. XX, diversos feixes de poder/saber atravessaram as drogas e as práticas a elas associadas. Enquanto algumas substâncias foram radicalmente proscritas e postas na ilegalidade, o que não significou nem de longe o fim de seu consumo, outras foram tornadas símbolos do avanço científico na busca pelo aprimoramento humano. Outras, ainda, como o álcool e o tabaco, ficaram aparentemente às margens do dispositivo, sendo atravessadas por outros feixes, esses muito mais próximos dos mercados do que dos Estados. A restrição legal à produção e ao comércio de algumas substâncias fez surgir o segundo maior negócio ilícito do mundo, só perdendo, segundo estimativas internacionais, para o tráfico internacional de armas, o que cria, para cada uma das substâncias, uma dinâmica econômica própria (Davenport-Hines, op. Cit).

Um dos feixes de saberes que atravessou as drogas foi o das ciências sociais. Coadjuvantes em um debate público em que os saberes biomédicos predominam, os cientistas sociais construíram sua abordagem das drogas a partir de um objetivo pendular: compreender o uso de drogas tanto como prática e quanto como uma questão social contemporânea constituída recentemente enquanto tal.

O uso de drogas pela perspectiva das ciências sociais

Se tomarmos como ponto de comparação as outras áreas do conhecimento, principalmente a psicologia e a medicina, as drogas, principalmente as ilícitas, se tornaram objeto de pesquisa sócio-antropológica tardiamente. Na primeira metade do século XX, aquilo que foi produzido de forma disciplinar, ou seja, como pesquisa sociológica academicamente estabelecida, teve um caráter eminentemente acessório, como uma espécie de complementação dos esforços médicos e sanitários em entender e, prioritariamente, “resolver” os problemas que eram, desde então, relacionados ao consumo de drogas: a dependência, o crime e a desagregação social. A sociologia olhava

o consumo de drogas naquilo que, então, era considerado inquestionável: o desvio dos comportamentos socialmente aceitáveis.

Os estudos sobre drogas se situaram, assim, sob o mesmo guarda-chuva temático da delinquência e da violência (Young, 1971) e se mantiveram pautados pela escola funcionalista e pela sociologia aplicada norte-americana. E foi justamente nos Estados Unidos que os primeiros questionamentos a esse tipo de abordagem foram realizados, colocando em xeque a sociologia que tinha como pretensão esquadrihar as diversas formas de desvio para subsidiar os esforços que prevenissem sua disseminação⁴. Foi a partir da consolidação da escola sociológica que se convencionou chamar de *interacionismo simbólico* e da *teoria da rotulação*, caracterizada, entre outras coisas, pelo questionamento da naturalização do desvio praticada pelo funcionalismo, que as drogas se tornaram objeto sociológico relevante. A negação do desvio intrínseco atribuído ao uso de drogas inaugurou a reflexão sócio-antropológica sobre o tema e, assim, uma participação mais importante, mesmo que incipiente, no debate.

O estudo pioneiro que marca esse campo é o trabalho de Howard Becker, uma pesquisa realizada na década de 1950, mas só publicada nos finais dos anos 60, quando as drogas e, particularmente a maconha, ganhavam a cena pública de maneira irreversível. *Becoming a marijuana user*⁵ foi um divisor de águas. Nele, Becker estabeleceu uma espécie de foco duplo e simultâneo que passou a ser uma constante nos estudos sobre o tema: por um lado, um levantamento empírico cuidadoso para conhecer e compreender como e porque os indivíduos consomem drogas (principalmente as ilícitas) e, por outro, o questionamento da naturalização do sentido desviante atribuído a esta prática e os mecanismos pelos quais esses rótulos são a própria criação do desvio. Não há uma motivação transgressora, mas um comportamento visto socialmente como transgressor. E isso só era possível, para Becker, porque a percepção negativa e amedrontadora que a sociedade norte-americana cultivou sobre a maconha foi empreendida por determinados

⁴ É importante salientar que esforços pontuais e alternativos nas ciências sociais, na filosofia e até mesmo na psicanálise tiveram, ainda que não tenham sido capazes de criar um novo paradigma, muita importância. Destaco, para ficar num só exemplo, o trabalho de Walter Benjamin sobre o haxixe (1984).

⁵ Publicado originalmente em 1966, o artigo não estava incluído na coletânea de textos de Howard Becker publicada no Brasil com o nome de *Uma teoria da ação coletiva* e editada por Gilberto Velho (1976). Em 2009, a Zahar lançou a tradução do trabalho completo.

atores sociais, os “empresários morais”. Esses empresários lançavam mão de seus espaços socialmente legitimados e seu poderio econômico para sustentar a ideia de que as drogas – no caso específico, a maconha – eram uma grave ameaça à saúde, à segurança pública e aos valores morais estabelecidos. Aos argumentos, os “empresários morais” se encarregavam, segundo Becker, de acrescentar o poderio emotivo do alarmismo midiático, alcançando o sucesso na demonização da maconha.

Do outro lado do pêndulo, ou seja, junto à desconstrução do desvio enquanto conceito essencial, Becker investigou as práticas dos usuários de maconha. O ponto principal, para ele, é que o hábito de fumar maconha só se torna possível a partir de um processo de aprendizado contínuo pelo qual o indivíduo torna-se capaz de compartilhar os códigos de conduta com outros usuários e, o mais importante, atribuir significados à própria experiência do consumo da droga e de seus efeitos. Becker chamou essa construção de *carreira*, que é a trajetória de aprendizado e consolidação do indivíduo nesse papel de usuário de drogas. A descrição do mecanismo compartilhamento de conhecimentos e sensações são postas lado a lado com as atribuições morais feita pelos seus observados sobre o ato de fumar maconha. Dessa forma, desde Becker, a compreensão do fenômeno do consumo de “drogas” se tornou indissociável do entendimento da rotulação social dessa prática.

Esse esforço pendular – discutir o estatuto desviante e a própria prática de consumir drogas – continuou a aparecer de diversas formas na bibliografia, ora indo do consumo ao estatuto social, concentrando-se sobre o grupo de consumidores e aquilo que se configuraria numa espécie de “subcultura das drogas” – muito menos “antissociais” ou desregradas do que a sua imagem pública levava a supor –, ora indo do estatuto à prática, por meio da análise de imagens, valores e interesses que estão em jogo quando se classifica ou proíbe essas ações.

O fato das ciências sociais questionarem permanentemente o estatuto social do consumo de drogas em nossa sociedade não alterou uma característica fundamental do dispositivo a partir do qual essa prática foi ordenada contemporaneamente: a legitimação das ciências da saúde, notadamente da medicina, como campo científico mais autorizado a tratar da

questão. Tal predomínio resultou numa partilha epistemológica, bem denominada por Eduardo Vargas de “repartição do trabalho intelectual” (Vargas, 2001: 31 e 505), pela qual caberia às ciências sociais o estudo de tudo aquilo que envolvesse (no sentido literal do termo, “estar em volta de”) o consumo de drogas, sejam os seus *aspectos socioculturais*, sejam as suas causas e consequências sociais imediatas, como o tráfico e a violência. Na rubrica *aspectos socioculturais*, inclui-se fatores relacionados ao consumo, mas não ele próprio, já que as drogas seriam um objeto sob o qual as ciências biológicas e da saúde têm a primazia epistemológica: a ingestão de substâncias que agem de formas mais ou menos conhecidas no organismo humano – portanto, nessa partição, um fenômeno objetivamente bioquímico.

Discuti em trabalhos anteriores algumas implicações dessa repartição. Entre elas, uma se destaca: uma espécie de “arranjo” epistemológico que permite aos médicos envolvidos com o tema conferirem importância às discussões das ciências sociais sem, ao mesmo tempo, colocarem em risco sua proeminência científica para tratar do tema. Por um lado, a medicina tem como seu objeto o sentido último da ingestão de drogas, que é o conjunto de seus efeitos e de suas consequências; de outro, se mantém fiel aos pressupostos intocáveis de preservação da saúde e da vida (Fiore, 2007). Uma das principais preocupações em meu trabalho sobre a participação da medicina no debate público sobre drogas foi o de negar o discurso médico enquanto entidade monolítica e, por isso, adotei o termo *controvérsia*. Como não é o caso de reconstruir esse percurso, importa dizer que essa repartição epistemológica permanece operante, principalmente se levarmos em conta que à medicina ainda cabe a tarefa da determinação objetiva do fenômeno.

Não é possível compreender o lugar ocupado pelas ciências sociais nos estudos sobre uso de drogas fora de uma intensa batalha política e disciplinar. Por décadas, desde as primeiras obras de Becker, a necessidade de se contrapor ao reducionismo biomédico era o desafio imediato. Assim, muitas vezes, essa postura levou a um construtivismo científico mais radical que chegou a negar a objetividade dos efeitos fisiológicos das substâncias, levando a discussão à inflexão. Esse não foi o tom geral, no entanto. Se é possível tirar alguma conclusão mais geral da abordagem das ciências sociais no debate científico sobre uso de drogas, ela foi a seguinte: não há uma substância e nem um

indivíduo como elementos universais e objetivos, mas há contextos sociais e culturais diferentes, de substâncias diferentes e realizados por indivíduos diferentes e, sem a devida atenção a essas diferenças, não é possível se compreender o fenômeno. Essa conclusão, aparentemente óbvia, está longe de ser ponto pacífico na zona de intersecção entre ciências biomédicas e sociais e, portanto, continua sendo controversa.

Sob o pressuposto da importância do contexto social e cultural, as ciências sociais construíram um longo percurso de investigação do uso de drogas. É interessante perceber que os usuários de drogas foram empiricamente acessados enquanto grupos desviantes. Ou seja, de alguma forma, o uso de drogas continuou a ser o rótulo principal das identidades dos indivíduos estudados por antropólogos e sociólogos. Nesse sentido, a pioneira pesquisa de Gilberto Velho sobre consumidores de drogas no Brasil é bastante interessante. Inspirado por Howard Becker, Gilberto Velho (1998) apontou para a necessidade de se destrinchar a homogeneidade artificial a partir da qual aqueles indivíduos eram socialmente classificados. Para além de serem simplesmente usuários de *tóxicos* (termo utilizado à época pelo autor), havia entre os dois grupos de afinidade estudados por Velho diferenciações internas que, grande parte das vezes, dizia respeito às clivagens sociais tradicionais, como classe, situação profissional, faixa etária e gênero. O chamado “mundo das drogas”, uma expressão que predominava no senso comum – dito assim mesmo, no singular –, era apenas uma generalização socialmente imposta por mecanismos de rotulação já investigados por Becker. Só que, no caso brasileiro, a eles se somavam outros, como o choque geracional e a distensão política de um contexto ditatorial. Na multiplicidade interna aos grupos, inclusive no que diz respeito aos padrões de consumo de diferentes drogas, Velho apontava para a existência de “mundos das drogas”, no plural, um conjunto de práticas relacionadas a rituais e sentidos diversos que, olhados sob uma escala mais ampla, se ligavam a um *ethos* específico daquela geração, os jovens nos anos 1970).

A noção de subcultura dos usuários de drogas é muito importante para Velho. Na verdade, ela repõe de uma forma mais sutil o jogo entre a investigação de práticas empíricas particulares e o questionamento mais amplo da maneira pela qual essa

subcultura é estigmatizada socialmente. Nesse trecho, numa obra voltada para o diálogo da antropologia com a psiquiatria, Velho não poderia ser mais claro sobre esse ponto:

“A contribuição da antropologia para a compreensão desta problemática consiste em mostrar como existem „N“ maneiras de utilizar as substâncias em pauta, em função de variações culturais e sociológicas. Estas não só se somam, como complexificam as distinções que possam ser registradas na análise bioquímica. Poder-se-á perceber, inclusive, porque certas substâncias são mais toleradas do que outras mesmo quando em termos de sequelas pudessem ser mais graves e violentas. Seria o caso por exemplo, do alcoolismo e do uso regular de barbitúricos. O objetivo do cientista social deve ser entender a relação entre o consumo de drogas com uma visão de mundo e um estilo de vida ou, em outros termos, com uma construção social da realidade específica”
(Velho, 1980 p 355).

Nota-se que a relativização do estatuto social do uso de drogas não levou a um questionamento teórico sobre o que seria a classificação social que demarcava a identidade e, em última análise, a visão de mundo desses indivíduos. Em outras palavras, os usuários de drogas poderiam se diferenciar a partir de algumas características mas, ainda assim, é a partir dessa ação – “consumir” drogas – que se define o interesse antropológico. Mesmo que Velho apontasse para os equívocos de uma análise simplista que classificava os consumidores de drogas como doentes, degenerados ou subversivos, naturalizando negativamente seu modo de vida, o conceito de subcultura remete à preponderância desse papel em prejuízo de todos os outros (por exemplo: filho, bancário, homem, surfista, politizado, branco, marido etc.). A hipótese mais provável é a de que Velho tenha conferido centralidade às drogas por conta da potência do estigma depositado em seus usuários, naquele período histórico ainda muito mais potente. Mas, então, como articular a análise do fenômeno peculiar de alteração da consciência a partir da constatação empírica das diferenças culturais?

Para se chegar a uma resposta, é importante uma mirada na conclusão mais geral que chegaram os trabalhos sobre uso de drogas inspirados pela abordagem de Becker e Velho. Antes de tudo, os indivíduos não podem ser tomados como seres isolados no mundo que, em dado momento, decidem ou são induzidos a consumir determinada substância, aprendendo sozinhos a consegui-la, prepará-la e, principalmente, alcançar os efeitos que desejam. Como mostrou Becker (op. cit.), no que foi seguido por muitos outros

pesquisadores (Grund, op. cit., MacRae & Simões, 2000, Rui, 2007, entre outros), desde antes de adquiri-la, aprende-se como se deve usar uma substância e que efeitos se deve (e não se deve) esperar de seu consumo.

“Em certas ocasiões, só o uso da droga não é suficiente para explicar produzir esse estado. Por exemplo, os fumadores de maconha precisariam de uma intervenção do entorno para experimentar e perceber a modificação do estado de consciência ordinária. Apreciar o „transeleve“ de cannabis exige uma „indução psicotrópica“ (fumar a erva) e um „aprendizado interativo“ (dado pelo grupo de pares, que desenvolve todo um saber com relação aos métodos eficazes de fumar).” (Perlongher, 1991: p.3).

Para se evitar o indesejável e alcançar o desejável, compartilham-se técnicas e doses, mas não só: há contextos específicos, que poderiam ser definidos como *rituais*, nos quais as drogas são consumidas e que são decisivos para determinar os efeitos experienciados dessas substâncias. Interessante, nesse caso, é a utilização do termo efeito. Nessa *cultura* ou *subcultura* das drogas (MacRae e Simões, op. cit.), marcadas por *rituais*, os investigadores só podem acessar a natureza desses efeitos por meio de *significados* atribuídos pelos consumidores a sensações subjetivas.

“Mas o que nos interessa, fundamentalmente, e é aí que nós chegamos ao fulcro da questão, não é propriamente o que a maconha faz em termos químicos, mas como a maconha é percebida e vivenciada por grupos sociais específicos.” (VELHO, 1983:)

Adentra-se, assim, no movediço e controverso domínio da corporalidade e, portanto, da distinção entre natureza e cultura. Se, na perspectiva bioquímica, o consumo de determinadas substâncias psicoativas desencadeia alterações em circuitos neurais e, então, uma cadeia de efeitos mais ou menos conhecidos, como toma-los a partir da perspectiva das ciências sociais, que os vê como aprendidos, ensinados e compartilhados? Descortina-se, nessa controvérsia, um desafio metodológico: a compreensão do consumo de drogas para além de seus aspectos bioquímicos e, ao mesmo tempo, não limitado aos contextos sociais que o cercam.

Novas perspectivas sobre a questão vieram à carga com autores influenciados pela corrente teórica ficou conhecida como teoria pós-social ou *Teoria do Ator Rede* (ANT ou

Action Network Theory). Sua principal referência teórica é a obra de Bruno Latour e suas potentes críticas à partição epistemológica da filosofia moderna entre sujeito e objeto (1993). Para ele, os modernos teriam baseado sua produção de conhecimento numa utopia de purificação entre fenômenos “sociais”, por um lado, e “naturais”, de outro. A ação humana, fonte primordial do sujeito e de suas formas de conhecer o mundo natural, que é seu objeto a espera para ser descoberto e manipulado. Latour suspende essas barreiras para colocar num mesmo plano as agências de humanos e não-humanos num plano simétrico não porque tenha suspenso suas diferenças, mas porque elas não são ontológicas (Lash, 1999 pp. 269-273). Não há uma sociedade que oponha humanos em sua cultura e a natureza em sua essência, mas coletivos em que se humanos e não-humanos, agem – são *actantes* – conectados por mediadores. Não há um sujeito fonte da ação que atribui significado aos objetos inertes, mas um permanente agenciamento simultâneo.

Na modernidade não realizada, Latour identifica os quase-objetos e quase-sujeitos, híbridos sócio-técnicos produzidos no âmbito da produção científica contemporânea:

“frozen embryos, expert systems, digital machines, sensor-equipped robots, hybrid corn, data banks, psychotropic drugs, whales outfitted with radar sounding devices, gene synthesizers, audience analyzers, and so on” (Latour, 1993 *apud* Verbeek, 2005).

As drogas psicoativas são um desses híbridos que não são objetos imutáveis dos quais os humanos colhem efeitos naturais dados, nem sujeitos de uma ação a que submetem os organismos que a consomem. Como afirma Vargas, seguindo essa inspiração, as drogas são produzidas em eventos cuja imponderabilidade não permite que se fale em um sujeito ou um droga que controle a ação:

“Quem é então o senhor do „brato”, da „viagem”, da „onda”? O indivíduo, a sociedade, o organismo, a coisa? Nenhum deles, parece-me, pois a „onda” não tem senhor nem servo, controlador ou controlado: ela ocorre ou não ocorre, „rola” ou não „rola”. Ela é da ordem do evento. (Vargas, 2006 p 603)

Também inspirada pela perspectiva pós-social, Emilie Gomart (2002) aprofunda a crítica a Becker e ao que chamou de *teoria da ação* na investigações sobre drogas. Embora considere que os trabalhos etnográficos tenham questionado uma certa perspectiva médica que classifica o uso de drogas como uma patologia, Gomart vê na maior parte dos estudos inspirados por Becker a reprodução do determinismo moderno. Isso porque, para ela, fica mantido o pressuposto de que há um efeito farmacológico objetivo das drogas e que as variações sobre seu significado é que são consideradas relevantes para as investigações sócio-antropológicas. Entre diversas passagens do trabalho de Becker que ela própria cita, uma é mais clara:

“(Being)high consist of two elements: the presence of symptoms caused by marihuana use and the recognition that these symptoms and their connection by the user with his use of the drug. It is not enough that the effects be present; alone, they do not automatically provide the experience of being high. The use must be able to point them out to himself and consciously connect them with having smoked marihuana before he can have this experience.” (Becker apud Gomart op cit. p 102 – grifos da autora)

Para Gomart, portanto, ainda que enfatize a importância do aprendizado e do contexto social e cultural do usuário, Becker permanece reconhecendo que há um efeito objetivo e inescapável das drogas. Para ele, drogas como a maconha são especialmente afeitas ao predomínio da experiência subjetiva sobre os efeitos fisiológicos, pois esses seriam mais sutis e menos acachapantes que, por exemplo, os opióides, como a heroína e a morfina. Gomart resume a aplicação da teoria da ação aplicada ao uso de drogas, por Becker, da seguinte forma:

“- drug action is sequenced: (1) first the pharmacological substance produces more or less vague impact on the senses; (2) after the manifestation of substance on the biological substrate, interpretation of these effects follow;

- the variety of interpretations will be proportional to the vagueness of the (primary) pharmacological effect. Interpretations are 'congruent' with actual effects. Thus clear primary manifestations of the drug will reduce interpretive freedom.”

(Gomart, op. cit. p 103)

A proposta de Gomart busca superar o pressuposto de que há uma fonte da ação, esteja ela no usuário ou no efeito farmacológico da droga. Não haveria, para a autora, uma história natural da droga – uma escalada evolutiva de descobrimento de seus efeitos – e, por conseguinte, uma história sociológica sobre os diferentes sentidos que os humanos dão às drogas. Há uma historicidade conjunta que, seguindo os pressupostos da perspectiva pós-social, é permanentemente refeita em eventos indeterminados que performam no seu curso tanto a droga quanto os usuários. Não há uma fonte e, principalmente, não há autonomia da ação:

“What changes then are the specific details of treatment, or what William James called the 'particulars'. These particulars are actants acting at a moment of indeterminacy, before exact identities and boundaries can be drawn. Indeterminacy is not a vagueness or an immateriality but a lack of autonomy of action.” (Gomart, op. cit. p 119)

Na sua investigação sobre a metadona⁶, Gomart recupera os “particulares” de William James, mas não os coloca no contexto ou nas disposições individuais, mas sob os domínios dos *dispositivos*, que, nesse caso, têm um sentido diferente do que atribuiu Foucault à sexualidade. Como ela própria aponta, trata-se mais do conceito de dispositivo de *Vigiar e Punir* (1994), mais empírico e material, mecanismos de classificação e controle no qual médicos franceses e norte-americanos participaram com a tentativa de estabilizar a metadona enquanto um remédio. Estabilizada, a droga foi, para os primeiros, uma ferramenta auxiliar no tratamento de indivíduos dispostos a abandonar a dependência; para os norte-americanos, uma droga de abuso que, quando aplicada, ocupa o lugar da heroína.

Portanto, a instigante crítica de Gomart ao pressuposto determinista de Becker se desenvolveu em um estudo empírico da metadona, cujo acesso metodológico se deu pelos dispositivos médicos. O foco, ao que parece, não poderia ser outro, já que o uso mais frequente dessa droga é em tratamentos de substituição. Os *particulares*, ao menos assim ela constrói sua argumentação, são referenciados nos dois dispositivos – norte-americano

⁶ A metadona é um opióide isolado no século XIX, mas que, a partir da metade do século XX, começou a ser testado como uma substituição para o tratamento de dependentes de heroína. No trabalho citado, Gomart analisa como a metadona foi incorporada por médicos nos EUA e na França, produzindo, na prática, duas drogas diferentes.

e francês – de tratamento. Mas, caso Gomart empreendesse um estudo sobre a maconha, sob quais dispositivos se construíram os particulares? Como seguir os *actantes, sejam humanos e não humanos, em contextos* tão diversos?

Uma resposta possível a partir da própria perspectiva pós-social aparece no trabalho de Jacob Demant (2009). Num estudo sobre álcool e adolescentes, Demant busca os mediadores fundamentais na relação com o álcool acionados por um grupo de jovens dinamarquesas em dois tempos diferentes (aos 14 e aos 16 anos). Para Demant, o principal problema dos estudos tradicionais sobre drogas e, portanto, a maior contribuição do pós-social ou da ANT é levar em consideração as agências das próprias substâncias e, assim, encontrar os mediadores que são mobilizados entre o álcool e as meninas. Há, segundo ele, uma forma de relação simbiótica em que as garotas permitem que o álcool aja, mas, ao mesmo tempo, manipulam outros mediadores performativos desejáveis na bebedeira. Nela, o imponderável é parte – nunca o todo – do jogo. Nota-se que, aqui, caminha-se longe da medicina, da lei ou dos processos de purificação modernos, tão importantes para Gomart, posto que o foco de Demant está na microescala em que álcool e um grupo pequeno de meninas produzem a bebedeira. E o acesso empírico é o dos discursos: grupos focais em que as bebidas alcoólicas, as festas e a sexualidade são tematizados por um pesquisador numa conversa com algumas meninas. Desses discursos, Demant encontra uma interessante construção de performances sexuais e negociação de status mas, ainda assim, quase que exclusivamente baseado nos discursos produzidos em contextos muito peculiares – os grupos focais – e distantes do “evento bebedeira”.

De fato, as críticas de Vargas, Gomart e Demant às abordagens tradicionais plantaram questões fundamentais para uma agenda de pesquisa do uso de drogas. Há, sem dúvida, uma discussão teórica que perpassa todas essas críticas, que é o ataque de Latour à perspectiva moderna na qual se basearam a sociologia e antropologia tradicionais. Trata-se de uma discussão que escapa à ambição dessa tese. Fico circunscrito às possibilidades que essa crítica coloca, analítica e metodologicamente, às investigações sobre o uso de drogas. Apresentada em poucas palavras, a perspectiva pós-social desafiou, de forma irresistível, as ciências sociais a romperem a partição epistemológica hegemônica,

segundo a qual seu potencial analítico está circunscrito aos chamados “aspectos socioculturais”. Mas, ao mesmo tempo, essa crítica não apresentou, ao menos no campo de investigação sobre drogas, um conjunto de ferramentas metodológicas para a demonstração de seu projeto de conhecimento sobre as drogas e seus usos, ao menos um que se destacasse claramente daqueles já utilizados pelas ciências sociais.

Por exemplo, ao deslocar a fonte da ação dos indivíduos para o próprio evento, esses autores ignoram que o acesso empírico aos sentidos e aos significados do consumo de drogas passa necessariamente pelos filtros do observador. Afinal, como é possível investigar o consumo de drogas se ele é da “ordem do evento” (Vargas, 2006)? O evento nos diz algo para além do que se pensa dele? Podemos saber se houve ou não um evento e, mais radicalmente, se há apenas um evento? Se olharmos para os efeitos das substâncias, cientistas sociais podem ver algo além de fórmulas químicas e neuroimagens. Ainda: se o evento (*alteração*) é marcado pelo imponderável, como explica-los junto às evidências de que assumem conformações estáveis e, em muitos casos, uma dimensão ritual? Como articular, nessa perspectiva, usuários, substâncias e eventos?

Não parece ser possível, assim, simplesmente abandonar as ferramentas analíticas e metodológicas tradicionais, senão rearranjá-las. Trata-se de uma operação arriscada, na medida em que se lança mão de perspectivas teóricas diferentes, mas a complexidade do uso de drogas exigem tal flexibilidade⁷. Uma inspiração interessante é a abordagem do sociólogo finlandês Pekka Sulkunen (2002) num estudo sobre consumo de álcool. Para ele, o consumo de drogas – cuja denominação adotada pelo autor é, estranhamente, intoxicação – está situado, como muitos outros, num ponto de grande tensão analítica que é o limite entre *natureza* e *cultura*. Diferentes dos autores do pós-social, para Sulkunen, as ciências sociais não têm condições de superar esse dilema e, portanto, devem assumir sua inevitabilidade para que seja possível investigar fenômenos limiares como o uso de

⁷Necessário mencionar que não considero a flexibilidade e a não vinculação teórica como exigências impostas apenas para o objeto de estudo dessa tese. Me inspira, nesse sentido, a resposta que me foi dada por Gilberto Velho durante uma entrevista concedida em 2005, quando perguntado sobre a diversidade de referenciais teóricos em suas obras: “*É programático. É um estilo pessoal e acho que tem a ver com o que eu acho que é o trabalho intelectual: ele deve procurar somar, juntar, compatibilizar na medida do possível. Evidentemente, existem algumas coisas que não são compatibilizáveis, algumas até são totalmente incompatíveis. No entanto, certamente eu não trilho o caminho de cultivar incompatibilidades, cultivar antagonismo entre escolas, entre correntes*” (Velho apud Fiore, 2008).

drogas. Deve-se abandonar, segundo ele, os imperativos naturalistas oriundos das ciências biomédicas, mas reconhecer, ao mesmo tempo, a vocação interpretativa das ciências sociais. Quando consomem drogas, os indivíduos o fazem como corpo da natureza e da cultura, sem que seja possível apartar esses domínios, nem mesmo analiticamente. No entanto, o uso de drogas pode ser sistematicamente observado e interpretado a partir de diversos olhares.

O perigo da determinação, que tanto aflige aos autores do pós-social, não eram completamente estranhos aos cânones das ciências sociais. A inspiração da proposta de Sulkunen (idem), por exemplo, tem manifesta inspiração em Bourdieu: as ações humanas, não obstante estejam permanentemente abertas (poderíamos dizer que estão perpetuamente condenadas) ao imponderável, são sempre ressignificadas pelos sujeitos para que a elas se possa atribuir algum sentido ou significado. Ainda que a ação tenha um caráter imponderável – no caso do consumo de drogas isso é mais evidente –, a cada um dos fenômenos que chamamos efeitos se atribui algum(s) sentido(s) que se relaciona, por sua vez, a uma cadeia de significações pré-existentes⁸. O indivíduo age e dá sentido a essa ação que não controla por completo; continuada ou finalizada, a ação que já ganhou sentido transforma, ou não, os sentidos daquilo que virá. Se isso, de fato, encadeia alguma regularidade, não é porque ela se apresenta como uma regra ou com o que é totalmente previsível. Portanto, o *habitus*, conceito que muitas vezes é visto como cristalizador, é uma tentativa de apreensão das contingências:

“O habitus está intimamente ligado com o fluido e com o vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma lógica prática, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo”. (Bourdieu, 2004 p 98 – grifo do autor)

Não se trata, como poderia se depreender da perspectiva de Sulkunen e, conseqüentemente, de Bourdieu, de encontrar uma fonte da ação, uma espécie de superdeterminação sociológica que, por exemplo, tome os usuários de drogas como

⁸ O mesmo valeria, também, para o “não-efeito” ou a inexistência de efeitos, que também só é possível se a esse evento for atribuído tal significado – “eu fumei e não bateu” – que é o da manutenção da normalidade, da “não-alteração”.

ocupantes de espaços sociais determinados e que compartilham um mesmo *habitus*, e, assim, reproduzem sua condição social. Os diversos estudos etnográficos sobre drogas se mostraram sensíveis às peculiaridades de indivíduos, de substâncias e de contextos, mesmo que, por exemplo, tenham conseguido encontrar recorrências e padrões no consumo de maconha e de cocaína entre jovens adultos de classe média (MacRae & Simões, op. cit. e Fernandez, 2007). É instigante encarar o uso de drogas como um evento, como uma ação sem dono, mas é preciso levar em conta que ele não ocorre num papel em branco. Não há uma droga, uma entidade natural objetivamente purificada, como aponta Gomart. Não há também uma fonte primária da ação, o indivíduo, que interpreta a natureza e a devolve como significado. Mas, no entanto, as perguntas podem ir no sentido oposto. Por exemplo, quando se iniciaram as trajetórias de consumo de maconha descritas nessa tese, os sujeitos não apenas já conheciam a droga como a ela atribuíam uma série de significados. Além disso, cada um deles trazia peculiaridades biográficas e diferentes aparatos subjetivos. Se Vargas, seguindo a crítica pós-social, tem razão quando diz que o uso de drogas não “tem senhor nem servo” (Vargas, idem, p 603), também devemos pressupor que ele não se passa entre sujeitos anônimos nem substâncias química e socialmente inócuas.

A proposta dessa tese é realizar uma investigação que leve essas duas perspectivas em consideração. Diferente do usual, a hipótese é que certos níveis de entendimento do uso de drogas são especialmente propícios à investigação etnográfica. Ela poderia colocar sob um mesmo plano de análise as substâncias e os sujeitos. Mais do que isso, torna viável uma investigação dos eventos, entendidos aqui como contextos de consumo que marcam o encontro – em certa medida, sempre imponderáveis – entre sujeitos e substâncias. Nessa perspectiva mais ampla, busco escapar de uma certa via de acesso aos significados e sentidos do consumo de drogas que sejam empiricamente sustentados exclusivamente pela reconstrução discursiva. Esse tipo de abordagem pode produzir análises interessantes sobre processos sociais mais amplos, associados a um *ethos* geracional ou identitário específico como, por exemplo, a relação entre o consumo de drogas e a produção alternada de performances produtivas e hedonistas, como mostrou Almeida & Eugênio (2008). Ou, ainda, sobre grandes rituais coletivos nos quais há uma profunda quebra no cotidiano, como nas festas de música eletrônica, expostos no trabalho de Coutinho

(2008). Entretanto, meu objetivo é descer um pouco mais na escala de observação, no sentido do fenômeno, atravessando as classificações sociais mais genéricas.

A proposta dessa tese se aproxima de uma investigação que tem por objeto o que foi definido por Lévi-Strauss como “explicação de modelos mecânicos”, que se distinguiria da perspectiva de construção de modelos estatísticos e se fixa “no isolamento de níveis ainda não demarcados, em que o estudo dos fenômenos dados conserva um valor estratégico” (1975: pp. 321-324). Ainda que Lévi-Strauss tenha concebido essa proposta num contexto empírico muito diferente, inspira essa tese sua proposta de que somente investigações na escala dos fenômenos podem reformular as perguntas que, no modelo estatístico, estejam estagnadas. Importante ressaltar que, apesar do nome, modelo estatístico, para Lévi-Strauss, não é sinônimo de investigação quantitativa, mas sim de modelos explicativos capazes de identificar padrões mais gerais. O modelo estatístico é imprescindível para que as ciências sociais não abandonem explicações mais objetivas e seus modelos comparativos, mas esses não se contrapõem aos modelos mecânicos, que são análises em um nível mais fino, que tornam possível desvendar processos sociais que escapam ao olhar em grande escala.

Esse foco no fenômeno e na sua descrição densa por meio de experiências pessoais com drogas que se propõe aqui não se diferencia completamente, em seus pressupostos, ao tripé que foi proposto por um dos clássicos sobre o tema, escrito por Norman Zinberg (1984). Psiquiatra, Zinberg considerava que uma abordagem consequente de um usuário de drogas deveria levar em consideração de forma equânime um triângulo analítico: a substância, o *set* e o *setting*. A substância, compreendida a partir de suas características farmacológicas; o *set*, que é a bagagem individual do usuário, suas disposições e suas especificidades comportamentais; e o *setting*, que é o contexto social de uso, o cenário no qual a droga é adquirida, consumida e significada. Esse triângulo inspira esse tese na medida em que propõe que os diversos feixes de entendimento sejam tomados em pé de igualdade com direção a uma compreensão mais ampla do fenômeno do uso de drogas. A investigação que proponho não lança mão, no entanto, das mesmas categorias de Zinberg, cuja perspectiva, ainda que bastante ampla, está bastante calcada numa abordagem das

ciências da saúde e na aplicação de modelos voltados à saúde pública e ao tratamento da dependência.

Essa tese propõe uma experimentação metodológica cujo pressuposto é que o uso de drogas se relaciona de maneira inextrincável às demais dimensões da vida de sujeitos que, entre uma miríade de outras ações, também tiveram ou têm essa prática. A especificidade da alteração química da consciência é, de fato, algum nível de imponderabilidade, posto que seu objetivo último é justamente esse, alterar a normalidade, mas essa alteração está inserida numa longa trajetória de relação com essas substâncias e com o dispositivo que as ordena socialmente. Essa relação antecede, inclusive, o próprio consumo. Para levar em consideração esses pressupostos, lanço mão da metodologia antropológica clássica, a etnografia, mas sob uma perspectiva heterodoxa, com o objetivo de alcançar mais os feixes da relação entre os sujeitos e as substâncias.

Etnografia de trajetórias compartilhadas

O empreendimento etnográfico goza de suas maiores virtudes metodológicas justamente por se situar no limiar entre a proximidade e o distanciamento. Aí também estão seus maiores riscos. Foi no jogo permanente entre proximidade e distanciamento que a antropologia pôde deslocar seu olhar, ao longo do século XX, para objetos da própria sociedade/cultura dos investigadores, chamadas então de “complexas”, e elaborasse ferramentas que lhe permitiram “estranhar o familiar”.⁹ Distanciar-se do conhecido é um requisito para que uma observação ganhe objetividade e, assim, extrapolar seu recorte empírico para responder questões teóricas.

De alguma forma, o uso de drogas se situa nesse mesmo limiar entre proximidade e distanciamento. Embora seja uma prática sobre a qual se fala com frequência em diversas

⁹ “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações a respeito de fatos, situações” (Velho, 1999:130).

esferas sociais, tudo que as envolve o tema drogas aciona um conjunto de significados que ligados ao exotismo e à marginalização, acionando o sistema de incitação e repressão que do dispositivo. Interessante, portanto, inventariar as diversas ferramentas metodológicas, no campo das ciências humanas, que vêm sendo utilizadas para encontrar descrições objetivas que ultrapassem a névoa do exótico e do polêmico:

a) Investigações de natureza quantitativa: concentradas principalmente na busca pela abrangência, frequência e padrão do consumo de drogas, as investigações de natureza quantitativa cumprem um papel fundamental, pois somente a amostragem estatística pode gerar dados sistemáticos respeito da extensão populacional do fenômeno. Não se pode perder de vista, entretanto, as consequências do dispositivo na produção desses dados. A ilegalidade de algumas drogas e a carga moral negativa atribuída ao seu consumo são alguns dos seus limites. Além disso, a investigação quantitativa dificilmente consegue aprofundar detalhes do uso que possam ir além de mensurações do tipo “consumiu determinada substância ao longo da vida” ou “consumiu no último ano”, cuja potência analítica é pequena¹⁰. No Brasil, vem aumentando o número de sondagens quantitativas de amplo alcance mas, na última década, só houve um grande levantamento de abrangência populacional nacional (Cebrid, 2005¹¹).

b) Investigações qualitativas a partir de entrevistas e histórias de vida – A maior parte das pesquisas qualitativas tem sido realizadas por meio de entrevistas e histórias de vida. Em alguns casos, esse tipo de levantamento se baseia exclusivamente no registro e posterior análise das falas coletadas (ver, por exemplo, Laranjo & Soares, 2006 e Sollberger Jeolá, 2007). Mas é a partir da combinação da imersão em contextos de consumo e da tentativa de aproximação com os grupos pesquisados que a maior parte dos estudos que tratam de drogas, no Brasil, foi realizado (por exemplo, Almeida & Eugênio, op. cit., Coutinho, op. cit.). As entrevistas servem, nos bons exemplos, como suporte

¹⁰ Um grave problema desse tipo de levantamento é uma leitura apressada do cruzamento de dados, ocasionando a sobreposição de dados bastante objetivos (frequência média de consumo, por exemplo) e outros muito subjetivos, como a constatação de um quadro de dependência. Para uma discussão mais detida sobre isso, ver Fiore (2007).

¹¹O II Lenad (Levantamento Nacional de Álcool e Drogas), realizado em 2012 pelo Instituto Nacional de Políticas Públicas de Álcool e outras Drogas (Inpad) da Universidade Federal de São Paulo, foi baseado numa amostra estatística nacional. No entanto, apenas seus dados mais gerais foram, até a conclusão dessa tese, divulgados, o que impossibilita uma análise mais detida de sua metodologia e seus resultados.

empírico mas, em alguns casos, também como uma forma de carimbo de comprovação do que o pesquisador já havia descoberto durante sua relação com os pesquisados. Por conta do estatuto desviante dessa prática, a relação entre pesquisadores e pesquisados deve ser suficientemente próxima para que se minimize o principal problema dessas análises, que é negar, como discutido anteriormente, a imponderabilidade do evento. Ao conferir sentidos e significados às suas práticas, os indivíduos parecem aplicar um filtro, “editando” suas sensações de acordo com o que, no momento da fala incitada pelo pesquisador, lhes parece mais coerente ou convincente.

c) Observações de natureza longitudinal: Essa forma de coleta de dados insere um componente temporal que privilegia o acompanhamento dos mesmos indivíduos por um período de tempo determinado, geralmente longo o bastante para que se observem mudanças de trajetórias e de relação com as drogas. Frequentemente, são realizadas por pesquisadores da área de saúde (por exemplo, Hamil-Luker et al, 2003) e, assim, buscam amostragens quantitativas significativas, o que recoloca as ressalvas discutidas no item anterior. No entanto, os estudos longitudinais podem ser também de natureza qualitativa, com pequenos grupos, combinados, assim, com outros instrumentos de observação etnográfica (ver, por exemplo, Fernandez, op. cit.).

d) Observações e observações-participantes – A observação direta do uso de drogas no momento mesmo em que ele ocorre. Em alguns casos, a própria participação no uso é uma ferramenta metodológica que já se mostrou valorosa para transpor o patamar das representações feitasa *posteriori* a respeito do que se passa quando se usa drogas. Consegue ir além, portanto, do que os indivíduos falam a respeito doseu próprio uso. Os trabalhos antropológicos mais importantes do campo lançaram mão desse recurso, mas não expuseram com muita clareza a participação nos fenômenos e a relação com os observados. Gilberto Velho, por exemplo, informava alguma proximidade com grupos que observou, mas pouco falou sobre sua própria participação nas reuniões nas quais as drogas eram consumidas. Outras investigações também observaram indivíduos próximos, sem deixar, no entanto, transparecer claramente o nível de relação entre

investigados e pesquisador (Vargas, 2001, MacRae & Simões, 2000, entre outros). Não há grande mistério nessa ambiguidade, considerando os efeitos do dispositivo sobre a produção de conhecimentos sobre drogas: ilegalidade e segredo, por um lado, e necessidade de rigor metodológico num tema dominado epistemologicamente pelas ciências da saúde, de outro¹².

Levando em conta todos esses recursos metodológicos, foi desenhada a investigação heterodoxa que proponho aqui. Para entendê-la, é preciso fazer uma consideração a respeito do meu percurso na investigação desse tema. Depois de muitos anos estudando os saberes e o debate público sobre drogas, meu interesse no projeto de doutorado era, por meio da combinação das metodologias descritas há pouco, investigar o uso e alguns usuários de drogas muito jovens – no fim do ensino médio – e, posteriormente, acompanhar suas trajetórias por um período de cerca de dois anos. Logo no início, os primeiros contatos pareceram frustrantes por diversos motivos: a barreira imposta pela inexistência de intimidade, a sensação de discursos prontos para responder às minhas perguntas e o estranhamento provocado pela minha posição de observador nos momentos em que esses jovens consumiam drogas. Somavam-se a esses obstáculos a impossibilidade de compreender o lugar das drogas numa trajetória muito maior sob a qual eu não tinha nenhum tipo de acesso se não por uma construção discursiva *a posteriori*.

Esse projeto de investigação foi abandonado ou, pelo menos, adiado. Em conjunto com o meu orientador, desenhamos um tipo de investigação que levasse em conta substâncias, sujeitos e eventos ancorado na minha própria experiência que, por sua vez, foi o que alimentou muito o meu interesse sobre o tema nesses anos de reflexão acadêmica. Dito objetivamente: experimentei a alteração da consciência por volta dos 14 anos por meio de uma substância psicoativa, no caso, o álcool, retirado de uma reserva doméstica. Aos 16 anos, experimentei uma outra substância psicoativa, a maconha. A partir de então, fiz uso dessas e de outras drogas, de maneira esporádica, ocasional ou frequente. E uma parte dos meus amigos mais próximos também usou diferentes drogas nas mais variadas

¹² Diversos outros trabalhos sociológicos e antropológicos omitiram ou foram ambíguos quanto a participação dos investigadores em contextos de consumo de drogas ilícitas. Para uma discussão mais aprofundada sobre esse tema, ver Blackman (2007).

frequências e formas. Essas experiências compartilhadas são o objeto de investigação dessa tese.

Dois grupos de amigos próximos foram selecionados. Essas relações de amizade nasceram na rua em que cresci e na faculdade que cursei não exclusivamente por conta do uso de drogas compartilhado, mas se relacionam a ele. Foram escolhidos para que a análise pudesse contar com a intimidade e com o longo tempo de convivência. O primeiro grupo, que passa a ser chamado de *grupo da rua*, é composto por 5 amigos que se conhecem desde a infância, a maior parte deles vivida numa mesma rua da Zona Oeste de São Paulo. Nasceram entre 1971 e 1977 e são oriundos de famílias de classe média. A maior parte estudou em escola pública, um deles em escola privada e alguns fizeram supletivo. Ao fim, um não terminou o ensino médio e dois deles fizeram curso superior. Suas atuações profissionais são muito diversas, mas não houve nem grande ascensão nem rebaixamento considerável do nível econômico de origem. Nenhum deles vive, atualmente, com os pais e alguns estão casados – na verdade, moram com suas mulheres – e têm filhos e/ou enteados.

O outro grupo, chamado de *grupo da universidade*, é composto por 5 amigos que se conheceram quando do ingresso no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, em meados dos anos 1990. Nasceram entre 1974 e 1977, também em famílias de classe média, embora em situações econômicas diferentes, que incluem tanto aqueles oriundos de famílias operárias da periferia de São Paulo como filhos de professores universitários. Depois que terminaram a faculdade, alguns seguiram a carreira acadêmica, outros a abandonaram, mas todos trabalham, hoje, em áreas relacionadas às humanidades. Assim como o *grupo da rua*, nenhum deles vive atualmente com os pais, alguns são casados ou vivem com suas mulheres, filhos e/ou enteados.

Todos os sujeitos de ambos os grupos podem ser considerados, sociologicamente, brancos. Apesar da sua reduzida dimensão, nenhum desses grupos pode ser considerado, obviamente, fechado. Suas relações se entrecruzam em grupos muito maiores, principalmente o *grupo da universidade*, cujas relações poderiam ser estendidas a um conjunto muito maior de pessoas. O recorte dos dois pequenos grupos teve como

fundamentação a minha própria posição na relação de amizades com eles, mas não se vinculam ao um fechamento, no sentido de grupos que mantêm exclusiva relação entre si, muito pelo contrário. Uma descrição mais detalhada sobre a constituição dos grupos é apresentada ainda nesse capítulo.

Investigar trajetórias que foram compartilhadas pelo próprio antropólogo é uma metodologia controversa. Ela se aproxima do que se convencionou chamar de autoetnografia, uma metodologia na qual a própria experiência e/ou a trajetória do pesquisador é a fonte principal dos dados. Há diversas formas de se conduzir uma pesquisa autoetnográfica e elas não são muito diferentes da etnografia tradicional: organização de registros pessoais, memórias e entrevistas (Chang, 2007: 208). A diferença é que são aplicadas a partir do referencial do próprio observador. A autoetnografia não se confunde com a autobiografia, ainda que essa seja uma de suas ferramentas metodológicas (Reda, 2007).

Ainda que aparente, a proposta dessa tese não é exatamente a de uma autoetnografia, na medida em que o que será interpretado é um conjunto de trajetórias compartilhadas e não exclusivamente a minha própria trajetória. Os métodos, no entanto, guardam desafios semelhantes: como preservar o rigor? Como não ser enganado pela ambiguidade seletiva da memória? Como manter a objetividade científica num limiar tão próximo à literatura e à biografia? No caso dessa tese, em que a autoetnografia é a de trajetórias compartilhadas, essas questões se colocam sob outras perspectivas. O foco é o uso de drogas, ainda que ele não possa ser apartado de outras esferas das trajetórias. Todas as informações biográficas só foram mencionadas quando consideradas relevantes para a compreensão da relação entre os sujeitos e as substâncias e, portanto, nenhuma trajetória individual foi aprofundada, narrada ou analisada fora desse escopo.

Um problema que se coloca, nesse caso, é que as drogas não foram sempre usadas em grupo. O que se compartilha é apenas uma parte dessa relação com as substâncias. Esse foi um dos principais motivos que me levaram a considerar a intimidade como importante para o recorte dos grupos. Evidentemente, ao longo de mais de três décadas, no caso do grupo de amigos de rua, e de quase duas décadas, no caso dos amigos de faculdade, as

relações mudaram em intensidade e em qualidade. Foram escolhidos para serem olhados mais de perto os que guardaram, por esse tempo, uma relação próxima e perene. Nem trajetórias, nem nossas amizades são estáveis, e as oscilações afetaram, de diferentes maneiras, a investigação. No entanto, não houve grandes rompimentos e considero que as transformações pelas quais passamos não alteraram os argumentos e dados centrais discutidos nessa tese.

Antes mesmo desse trabalho começar, mantive anotações e observações acerca do uso de drogas desses grupos. Elas não eram apenas descritivas, mas também registraram observações dos próprios sujeitos sobre o uso de drogas. Esses registros foram analisados em conjunto com conversas agendadas com os sujeitos para discutir uso de drogas. Prefiro não usar o termo entrevista, na medida em que ele se torna pouco verossímil quando os interlocutores se conhecem há tanto tempo, mas, de qualquer forma, essas conversas foram gravadas e transcritas. Esse material foi particularmente rico porque, o conhecido se tornava, em alguns momentos, estranho. E os discursos fugidios da longa convivência se organizaram com mais clareza. As memórias e as entrevistas foram, portanto, as duas ferramentas fundamentais da análise, complementadas com algumas informações e cartas que foram ditas ou escritas pelos sujeitos depois das conversas.

A estrutura da tese segue o seguinte percurso. No segundo capítulo, são descritas e analisadas as *substâncias* e seus agenciamentos ao longo das trajetórias dos sujeitos. Essas substâncias não são todas as que já foram consumidas pelos dois grupos. Maconha, álcool, cocaína, crack e LSD/Cogumelos foram selecionadas porque tiveram um papel importante na relação dos grupos com o uso de drogas, influenciando muito suas trajetórias. É verdade que poderiam se somar a elas o tabaco, os solventes/inalantes¹³, o MDMA/Ecstasy e o Ayahuasca/Daime. O mesmo também se aplica às drogas psicoativas de uso médico, consumidas por alguns sujeitos, e aos psicoativos cotidianos, como o café, o chá e as bebidas energéticas, entre outras. Mas, no entanto, elas não foram

¹³Uma análise mais detida do consumo dos inalantes e/ou solventes é uma lacuna dessa tese. Embora tenham se restringido a um momento curto do final da adolescência, o consumo de cola de sapateiro, lança-perfume, tiner, solventes e outros produtos teve um papel no início da relação dos sujeitos com a alteração da consciência.

incluídas porque não demarcavam demarcar a relação dos sujeitos com as drogas, ao menos nos ordenamentos do dispositivo que as cercam.

No terceiro capítulo, *sujeitos*, a perspectiva dos dois grupos sobre sua experiência com drogas é foco da análise. Suas trajetórias são analisadas sob a perspectiva do espaço das drogas em suas vidas e, a partir daí, de como lidam com os riscos e possibilidade da dependência. O fim desse capítulo é uma breve análise da inserção dos sujeitos no dispositivo das drogas a partir de seu feixe mais aparente e cristalizado, as leis e a repressão que marcam o paradigma proibicionista.

Ao longo da tese, alguns eventos são apresentados como forma de conduzir o leitor a uma descrição empírica mais profunda de alguns dos contextos em que os sujeitos usaram drogas. Essas descrições são resultado de uma fusão bastante peculiar entre memória, investigação e ficção. São experiências que, embora escritas por mim, foram vividas por todos nós, eu e os sujeitos dos dois grupos de amigos e foram construídas a partir de fatos existentes, de percepções subjetivas e da introdução de alguns elementos ficcionais para garantir a privacidade dos envolvidos assim como a junção entre eventos ocorridos em datas diferentes. Essas narrativas foram escritas e selecionadas a partir de alguns pressupostos:

1. Os eventos são contados aqui num formato de crônica. São, prioritariamente, produto da minha memória e de escritos esparsos que fiz sobre eventos que envolveram a mim e a amigos ao longo de quase vinte anos. Seu objetivo é descritivo, ainda que não se possa excluir seu viés analítico. Há uma certa inspiração dos relatos experimentais clássicos, uma longa tradição nos estudos sobre o uso de substâncias psicoativas¹⁴, mas trata-se de uma descrição de cunho etnográfico e seu objetivo é narrar um pequeno conjunto de

¹⁴ A tradição experimentalista no estudo de psicoativos é vasta e seria exaustiva apresenta-la aqui. Para citar apenas alguns dos estudos mais clássicos, os trabalhos de Walter Benjamin sobre o Haxixe (1984) e de Aldous Huxley sobre a mescalina (2002). Há um grande descrições sobre uso de drogas realizadas em primeira pessoa, com diferentes propósitos. Exemplos recentes e muito interessantes: o artigo do aclamado neurocientista Oliver Sachs a respeito de sua experiência com drogas – principalmente anfetaminas – publicado pela revista *The New Yorker* (2012); o livro de Peter Lewis (2011), no qual relata suas experiências de uso de várias drogas à luz de seu atual trabalho como neurocientista; o livro de Bill Clegg (2011), sobre sua dramática trajetória de dependência de crack; e, no Brasil, o livro autobiográfico de Flávio Migliano (2013) em que narra sua trajetória de consumo de drogas até uma tentativa de suicídio por conta da dependência de cocaína.

experiências que dizem respeito ao recorte empírico dessa investigação. Foram escritas de forma crua e sem buscar, ao menos conscientemente, referências literárias. Essa reconstrução narrativa prescinde de informações precisas ou extensas em favor de um mergulho mais profundo na realidade experienciada com grande carga emotiva. Com a exceção de uma, todas foram escritas em primeira pessoa por um narrador-participante, mas ele não corresponde necessariamente a mim ou a outros sujeitos específicos, pois são misturas de experiências com algumas conexões ficcionais. Elas foram necessárias principalmente para proteger a intimidade dos indivíduos citados.

2. Os sujeitos não têm suas histórias ou perfis expostos nas narrativas. Trata-se de uma descrição de eventos e de experiências compartilhadas pelos dois grupos e não numa análise sobre suas peculiaridades biográficas. Assim, seus dados estão borrados ou mesmo foram recriados ficcionalmente como recurso de não identificação, não obstante a experiência, em si, pretende-se realista, guardando a descrição o mais próxima possível do que se passou.

3. Por fim, é importante esclarecer a escolha dos eventos narrados. Para entendê-los, é preciso retomar a discussão teórica proposta na introdução, que é compreender o uso de drogas sob três feixes analíticos: sujeitos, substâncias e eventos. Os eventos, que poderiam ser definidos como a experiência produzida no encontro entre sujeito(s) e substância(s), são inimaginavelmente múltiplos e fortuitos. O recorte arbitrário buscou narrar eventos coletivos capazes de descrever os agenciamentos de sujeitos e substâncias. Ele carrega, sem dúvida, alguma ambiguidade entre a exclusão e o aprofundamento, privilegiando, na descrição dos eventos, aqueles em que houve, de fato, uma experiência compartilhada de sentidos pelo grupo. Os aspectos individuais são expostos a luz das experiências compartilhadas nas trajetórias, mas, em última análise, são **reconstruções autorais**, portanto, respondendo integralmente por elas.

4. Há uma desproporcionalidade temática, já que alguns dos eventos foram, na trajetória dos dois grupos, muito mais recorrentes do que outros. Por exemplo, os eventos em que houve consumo de LSD e crack não podem ser comparados ao número incontavelmente maior de encontros nos quais se consumiu álcool, tabaco e maconha. A seleção teve

como propósito compor um panorama diverso de experiências para dar conta dos temas que são apresentados ao longo das análises. Nessas narrativas, eles agruparam fatos que se passaram em diferentes momentos, mas que exprimem a experiência compartilhada. Nas narrativas sobre contextos de uso de cocaína, por exemplo, foram reunidas experiências mais gerais de consumo de um determinado período em que o consumo dessa droga era muito mais frequente, mas que não necessariamente se passaram em um mesmo dia. Esse artifício deu mais força às descrições, mas seu principal objetivo foi a preservação das intimidades em situações muito delicadas nas quais seria possível identificar os sujeitos em informações sutis. Como todos já estavam muito expostos ao longo do trabalho, o maior risco assumido foi o da imprecisão e do menor detalhamento, não o do comprometimento da intimidade dos sujeitos.

5. Diferente do que ocorre no restante da tese, nas narrativas não há citações. O objetivo é que não haja interrupção da narrativa. As gírias usadas estão grafadas em itálico e são explicadas em um glossário, no anexo da tese.

O percurso heterodoxo desse tese guardou desafios de três ordens: metodológico, ético e emocional. No caso do desafio metodológico, o maior obstáculo foi alcançar o distanciamento analítico para com uma trajetória que eu mesmo participei. Nesse sentido, o estranhamento foi a melhor saída e as conversas gravadas me ofereceram a possibilidade de olhar os amigos e sua relação com as drogas de uma forma nova, às vezes inédita, que serviu como contraponto aos registros e à memória. Há limites, claro, mas o laço afetivo com os observados significa, automaticamente, o abandono da objetividade? Talvez essa se revele como uma outra forma de objetividade em que as perdas podem ser compensadas por um enorme ganho, que é o de ser *afetado*, no sentido dado a esse termo por Favre-Saada (2005): a ocupação de um espaço em um sistema comunicativo específico.

Diferente de uma relação pautada pela empatia, que é ou baseada na alteridade ou na comunhão com o nativo, a afecção de que fala Favre-Saada só é possível quando o próprio projeto de conhecimento pode ser posto em xeque, pois

“se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível” (Favre-Saada, idem, p.160).

Talvez Favre-Saada radicalize quando vincula diretamente a afecção à possibilidade de compreensão dos fenômenos. Mas, de fato, alguns fenômenos parecem, ser especialmente credores desse tipo de ocupação e o uso de drogas está entre eles. Sua natureza fluída e subjetiva, transversa à necessidade, ao desejo e à vontade, faz do uso de drogas, pelo menos enquanto objeto da reflexão antropológica, um permanente convite científico a outras perspectivas.

Seguindo, houve o desafio ético. A regra que impus ao longo do percurso foi a da proteção aos que colaboraram com o trabalho ou que compartilharam suas trajetórias comigo. De alguma forma, eles serão expostos, mas seus nomes e quaisquer outras características que pudessem identifica-los mais claramente foram borradas, trocadas ou excluídas. Não há dúvida de que essa operação traz prejuízos à análise, que tentei minimizar, mas a escolha foi ética e dela não foi possível abrir mão. Durante as conversas gravadas ou informais, repeti aos amigos – uns mais, outros menos preocupados com a exposição – que faria de tudo para que os riscos da intimidade se concentrasse em mim. Portanto, a parte da tese mais sensível, a narrativa de eventos feita no terceiro capítulo, está quase toda em primeira pessoa e mesmo que não se refiram a histórias vividas por mim, não estão atribuídas a ninguém.

E, por fim, poucas palavras sobre o enorme desafio emocional. As drogas permearam nossas trajetórias de amizade e, assim, é impossível separá-las de afetos, alegrias, conflitos e dificuldades, algumas delas dramáticas. Estranhar o que está próximo é uma dificuldade metodológica recorrente na antropologia, mas ter a obrigação de fazer uma narrativa objetiva a respeito de si próprio e de quem se gosta, cobrou um preço emocional

alto. Esses trechos do ensaio de Giorgio Agamben sobre a amizade expressam, muito melhor do que eu poderia fazer, o sentido desse dilema:

*“O que é, de fato, a amizade senão uma proximidade tal que dela não é possível fazer nem uma representação nem um conceito? Reconhecer alguém como amigo significa não poder reconhecê-lo como "algo". Não se pode dizer "amigo" como se diz "branco", "italiano" ou "quente" - a amizade não é uma propriedade ou uma qualidade de um sujeito.
(...)”*

Os amigos não compartilham algo (um nascimento, uma lei, um lugar, um gosto): eles são com-divididos pela experiência da amizade. A amizade é a divisão que precede toda divisão, porque aquilo que há para repartir é o próprio fato de existir, a própria vida. É essa partilha sem objeto, esse com-sentir originário que constitui a política.”
(Agamben, 2009, p.85 e 92 – grifo meu)

Os Grupos

Um pouco sobre um grupo da rua (Diogo, Walter, Edson, Jorge e João)

Os sujeitos desse grupo nem sem lembram ao certo como se conheceram, já que compartilharam toda a infância e a juventude numa mesma rua, onde foram vizinhos nas primeiras décadas de suas vidas. Em que pese todas as diferenças, seus perfis familiares têm algo em comum. Essa rua, numa reflexão de um deles, é um caso exemplar do crescimento paulistano das décadas de 1960 e 1970: casais de classe média com filhos ou na iminência de tê-los buscaram casas espaçosas em um bairro no qual isso fosse economicamente viável. Ali, além da sensação de tranquilidade que a distância para o centro da cidade proporcionava, vizinhavam uma enorme área verde e livre, o campus da Universidade de São Paulo.

Quando mudaram para o bairro – sem urbanização intensa até meados da década de 1960 – as famílias estavam numa trajetória econômica ascendente e realizavam, com diferentes níveis de sacrifício, o “sonho da casa própria” por diversos meios (poupanças, empréstimos ou heranças familiares, financiamentos, Banco Nacional de Habitação etc.). Se não havia relação de amizade entre todos os moradores dessa rua de cerca de 600

metros, os vizinhos próximos se conheciam intimamente e quase todos eram capazes de dizer algo a respeito dos moradores de pelo menos 10 casas de um lado ou de outro da sua. Entre diferentes situações econômicas, é possível dizer que todos eram, numa perspectiva comparativa com as vilas e, principalmente, com as favelas que ficavam imediatamente ao seu redor, um pouco mais ricos. Individualmente, poderiam não ser, mas essa boa situação econômica da rua em seu contexto geográfico lhe fez ganhar, entre alguns jovens moradores do entorno, a alcunha de “*rua dos boys*”.

A maioria das crianças e dos jovens estabelecia relações mais amplas que o limite geográfico da própria rua, chegando a alcançar outros bairros ao redor, principalmente por causa dos vínculos formados nas escolas. Os pais buscavam fortalecer as relações com a vizinhança mais próxima, embora também estabelecessem seus pontos de conexão, principalmente com os donos e funcionários dos comércios da redondeza. Enfim, os sujeitos cresceram num contexto de relações comunitárias, ainda que entrecortadas por diversas variáveis, como a própria clivagem socioeconômica.

As relações sociais do sujeitos pertencentes ao *grupo da rua*, como esperado, se construíam num intrincado feixe de valores e de status que tradicionalmente compõem a identidade masculina no Brasil: a capacidade de cativar o sexo oposto, a disposição e a potência da violência e o acesso a uma rede de relações qualificada, ou seja, que atribuem *status*. Evidentemente, trata-se de um resumo simplista, na medida em que uma série de outros fatores participava da construção da imagem perante a rua, o bairro e a escola, como a situação financeira, a posse e a destreza na condução de carros e de motos, a aparência física e a capacidade relacional/afetiva. Outras investigações seriam necessárias para se compreender os conteúdos valorativas e simbólicos do crescimento nesse contexto que, em diversos sentidos, poderia ser bastante cruel.

A relação permanente com os jovens mais pobres das comunidades ao lado era ambígua. Havia tanto um desejo de diferenciação – “não quero ser favelado ou maloqueiro” – mas, também pela recorrente mobilização aos *malacos* como uma forma de reforço do status ameaçador nos contextos conflituosos. Ter amigos *malacos* era fundamental nas relações internas ao bairro, mas também poderia ser mobilizada em outros locais da cidade. Os

sujeitos cresceram num contexto em que a toponímia das vilas e favelas da região eram um mapa mental compartilhado, discutido e, por vezes, mobilizado para a construção de prestígio.

O forte valor dado aos carros e às motos também deve ser ressaltado, ainda que não fosse igualmente distribuído. Tudo que envolvia o universo automobilístico – ter um bom carro, cuidar e conhecer detalhes e acessórios, guiar com rapidez e destreza – foi compartilhado no universo em que o *grupo da rua* cresceu. Ainda que razoavelmente servida por ônibus, o deslocamento de carro e de moto conferia status e, associado à masculinidade, a direção extremamente rápida e o envolvimento em rachas foram importantes para dois sujeitos do grupo. Walter, por exemplo, associa o uso de drogas a uma nova fase em sua vida, a uma espécie de “enriquecimento cultural” que passou por volta dos 20 anos, mas não ignora sua relação afetiva que o universo dos carros, da velocidade e da cabeça “classe média”:

“Antes eu queria o quê? Adrenalina! Saia rasgando com o carro, costurava, dava 180 km/h (...) os caras tiravam racha na Rebouças e subiam em calçada, o carro do Carlos tinha três motores!” (...) “Lembra como eu era? Gostava de sonzinho, carrinho arrumadinho. Até hoje eu gosto, não tenho porque não tenho dinheiro. Mas hoje é apenas um bônus, eu sou mais eu, não preciso de uma coisa material para ser alguém. Até na parte cultural eu dei uma enriquecida. Eu não faço parte desse mundo classe média, como minha família, que segue as regras da mídia.” (Walter)

A fala de Walter explica sua mudança muito mais pelo enriquecimento propiciado pelo pertencimento a um grupo com novas ideias e valores do que pelo uso de drogas em si. Não se pode dizer que os sujeitos do grupo que gostavam de carros e velocidade tenham substituído esse prazer radical pelas drogas, até porque essa paixão nem foi completamente abandonada. O que busco ressaltar na fala de Walter é a cisão, prática e simbólica, que esse pequeno *grupo da rua* realizou quando se uniu mais fortemente em torno do consumo de maconha. A adesão a uma prática ilícita e estigmatizada estreitou laços e aproximou os sujeitos de novos sentidos e valores. Mas, e isso é importante, essa cisão não é um produto exclusivo da ilegalidade, posto que a prática de disputar rachas também é ilícita. O que parece ser mais forte no caso das drogas é a ideia da abertura, a

possibilidade de transformar seus valores a partir de uma nova percepção diante da vida num momento em que todos ainda moravam e, em diferentes graus, dependiam de seus pais.

É importante desdobrar esse ponto para entender os laços que uniram o *grupo da rua* em torno do consumo de maconha, no meio e no final da adolescência, entre os 16 e os 20 anos de idade. Esse período é caracterizado por diferentes níveis de rompimento e transgressão. Ainda que consumissem álcool ou tabaco, fumar maconha era uma transgressão mais radical e arriscada. Quando o fizeram, os sujeitos do *grupo da rua* romperam um portal que, como será discutido mais à frente no capítulo relativo aos agenciamentos da maconha, os contrapôs ao desejos de seus familiares próximos. Claro, não se tratava de fumar um baseado em uma festa esporadicamente, mas de encontros progressivamente mais frequentes no qual, entre muitas outras coisas, se fumava maconha. Mesmo que o consumo de maconha não fosse uma novidade ou um comportamento muito raro, é possível avaliar que os anos 1990 foram um período de espraio desse hábito. Várias indivíduos da geração anterior da própria rua fumaram maconha, mas davam a essa prática uma dimensão marginal e evitavam, a todo o custo, que fossem classificados sob a pecha de *maconheiros*.

Assim, a geração do *grupo de rua* viveu em meio a um processo lento e descontínuo do enfraquecimento do estigma marginal creditado a essa prática, processo esse que se iniciou, no Brasil, ao longo dos anos 1960, quando ela passou a ser também compartilhada por indivíduos de classe média¹⁵. Os sujeitos, hoje, percebem que a disseminação do consumo de maconha os aproximou de um contexto propício para a experimentação, principalmente para aqueles que, como Walter, se consideram membros da classe média mais conservadora. Viveram a continuação de um período que alguns autores têm chamado de “normalização” do consumo de drogas ilícitas, ou seja, quando

¹⁵ Sobre a disseminação da maconha nas camadas médias urbanas, ver, entre outros, MacRae & Simões (Op. cit.).

elas deixam de ser um ato marginal para ser incorporado na práticas juvenis consideradas “normais”¹⁶. (South, 2000).

“Acho que a turma pegou o “boom” da maconha em São Paulo. A gente fumou porque a galera tava fumando mais mesmo.” (Walter)

De diferentes maneiras, cada um dos sujeitos aderiram a um “pacote” do uso de drogas que, simbolicamente, lhes trazia cargas negativas e positivas. Mesmo que disseminada, a transgressão poderia conferir status de malandragem, mas também havia a possibilidade, em alguns contextos, principalmente os familiares e profissionais, de se tornar um estigma (Shiner, 2009). As consequências não foram avaliadas racionalmente e a análise possível, ao menos *a posteriori*, é que seus aspectos positivos preponderaram, mesmo porque eles gostavam das sensações que atribuíam às drogas.

No início da aproximação mais intensa do *grupo de rua*, novas configurações relacionais foram estabelecidas. Alguns fizeram novas amizades com quem, anteriormente, era um “conhecido” ou vizinho. Outros, fortaleceram laços já existentes. De qualquer forma, é bastante claro que esse grupo, ainda que não tenha se desprendido de suas antigas relações, fortaleceu laços quando passou a se encontrar com mais frequência para fumar maconha, mesmo que, junto com isso, fizessem outras coisas. Como não podiam fumar em qualquer lugar, a mobilização para locais mais seguros e tranquilos – onde era possível rir, gritar, ouvir música ou fruir com liberdade os efeitos das tragadas – os afastava, simbólica e concretamente, de casa. Eles tinham liberdade familiar para fazê-lo, ainda que isso variasse individualmente. Ainda que os pais pudessem ficar mais ou menos preocupados com a presença em bares ou mesmo festas, esses locais não eram grandes mistérios para os adultos. Em um contexto no qual preponderavam valores sexistas, a possibilidade dos filhos homens se envolverem sexualmente não era considerada dramática (excetuando-se o risco de gravidez ou de contaminação pelo HIV). Esse panorama mudou quando alguns pais ficaram, por conta dos rumores e de pistas

¹⁶O debate sobre a normalização do uso de drogas ilícitas se iniciou na Inglaterra e é controverso. Basicamente, seria a ideia de que, a partir dos anos 1990, consumir drogas ilícitas já não é uma ação desviante ou marginal para os jovens, como a bibliografia dos anos 1960 e 70 supunha. Para mais detalhes dessa controvérsia, ver South (2000) e Shiner & Newburn (2000).

deixadas pelos filhos, preocupados com a imersão dos filhos no uso de drogas. No entanto, essas tensões foram individualmente variadas e não significaram nenhum rompimento mais radical.

As saídas em busca pelos terrenos baldios próximo ou distantes, pelas voltas intermináveis de carro ou nas casas e chácaras em que era possível fumar maconha sem tanta preocupação caracterizou, para o *grupo da rua*, uma curtição e, ao mesmo tempo, uma transgressão. Impossível separar essas duas dimensões, mas é interessante notar que a reflexão de Diogo sobre o período, depois de quase 20 anos, se construiu exclusivamente na busca exclusiva pela diversão:

“Então a coisa era assim mesmo, ficar louco, ruim, chapado, não tinha outro objetivo a não ser esse” (Diogo)

A busca pela diversão, por ficar *louco* ou *ruim* era compartilhada por todos, mas, entre os sujeitos da rua, a transgressão não se limitava à *loucura da droga*, sendo composta também por um conjunto de símbolos ligados ao rock como estilo de vida. Roupas, escárnio de tradições religiosas e culturais, enfim, os traços de rebeldia que, desde os anos 1950 faziam parte do amplo acervo atualizados constantemente pela veículos culturais de massa.

Duas décadas se passaram desde que o consumo de maconha se tornou hábito frequente para o grupo. As relações foram reconfiguradas com o passar do tempo. Entre aproximações e distanciamentos, o grupo amadureceu. A maior parte deixou as casas dos pais (alguns pais faleceram) para morar com suas namoradas e esposas, alguns tiveram filhos. Nesse processo, o trabalho e as famílias escassearam o tempo disponível para o lazer com amigos. Houve também aqueles que estabeleceram relações mais intensas com amigos de outros circuitos, o que se passou principalmente com os poucos que ingressaram na universidade. A frequência do consumo de drogas teve, em diferentes níveis, queda. Isso teria que ser analisado para cada um dos sujeitos e cada uma das substâncias – alguns continuaram a fumar maconha, outros fumam pouco, mas bebem álcool etc. O que mais interessa nessa tese é que o período mais intenso de uso coletivo

de drogas foi seguido pela ressignificação do uso de drogas na vida adulta. Por exemplo, se o consumo individual e doméstico cresceu, não necessariamente houve aumento na frequência de uso.

O *grupo da rua* concentrou seus encontros em momentos muito menos frequentes. Os vínculos afetivos permaneceram mais entre uns do que entre outros, mas mantiveram momentos de encontro muito mais esporádicos em que o consumo de álcool e de maconha foram constantes. Nesses, a presença de filhos, por exemplo, tornou mais difícil que se fumasse maconha e, por isso, o papel central dessa substância no grupo passou a ser, em alguns momentos, questionada:

“Eu fico pensando, será que essa galera só pode se encontrar para fumar?” (Diogo)

A frase de Diogo, que pode ser considerada exagerada considerando os diversos encontros em que não se fumou maconha, revela, por outra perspectiva, como ela teve e tem um papel na amizade do grupo, mas, ao longo das trajetórias, cada um dos sujeitos estabeleceu sua própria relação com essa e com outras drogas. Seria um equívoco afirmar que o grupo prescinde do uso de drogas tanto quanto cravar que a amizade depende desse uso para existir. a manutenção de sua amizade; o fato empírico é que a maconha e o álcool foram e são parte relevante dessas relações.

Um pouco do grupo da universidade (Leonardo, Marcelo, Pedro, Sérgio e Eduardo)

O *grupo da universidade* se formou a partir da entrada de seus sujeitos no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), em meados dos anos 1990. Não é possível encontrar homogeneidade nas suas origens familiares, inclusive na condição econômica. Por ano, 210 pessoas ingressam nesse curso. Se considerarmos o grupo

ampliado de amigos que os sujeitos faziam parte, havia tanto egressos de escolas públicas de classe média e média baixa quanto jovens oriundo de famílias muito ricas. Evidentemente, não se tratava de um cenário que exprimia a diversidade socioeconômica brasileira, longe disso. Mesmo que o curso de Ciências Sociais fosse um dos menos disputados, era um espaço elitizado. Para citar um só exemplo, entre as centenas de ingressantes nos anos 1990, a presença de alunos negros era ínfima.

As relações de amizade que se formaram ao longo do curso foram inúmeras e não há pretensão de descrevê-las aqui. Os sujeitos que formam o *grupo da universidade* criaram uma forte relação afetiva que é mantida até hoje, mas cada um deles teve e têm suas próprias conexões com outros colegas de curso e de universidade, além, é claro, de outros amigos fora desse circuito. No entanto, houve um período decisivo para que um grupo se estabilizasse no interior do curso universitário e que esses sujeitos fortalecessem essa amizade. O uso de drogas foi parte importante desse processo. O encontro em meio à fumaça dos baseados nas proximidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) foi o *locus* de formação do grupo.

Um desses locais se tornou, no início da aproximação do grupo, o preferido: um pequeno bosque, situado entre a faculdade de Letras e o Instituto de Geociências. Naquela época, esse bosque com grande eucaliptos contava com algumas mesas e cadeiras de alvenaria e, portanto, tinha sido concebido como um local de lazer. Por ser agradável e afastado de ruas e prédios, o “bosque”, como era chamado na FFLCH, atraía namoros, piqueniques, leituras e *baseados* muito antes dos sujeitos descritos na pesquisa o adotarem como local preferido¹⁷. Aos olhares externos, quem ia ao “bosque” o fazia exclusivamente para fumar maconha. Mas, naquele período, a USP era um local incomparavelmente seguro para se fumar maconha em São Paulo. Havia muitos locais em que se fazia isso cotidianamente e, na FFLCH, eles abundavam. O “bosque” revelou-se, para o *grupo da universidade*, muito mais do que um local para fumar maconha.

¹⁷ Interessante notar que ir à USP para fumar era um hábito comum de vários *maconheiros* da região, inclusive de alguns dos sujeitos do *grupo da rua*. Eles frequentavam, inclusive, o mesmo “bosque” que se tornaria o apelido, posteriormente, do *grupo da universidade*.

As visitas ao local marcaram uma etapa de adensamento e fortalecimento das relações entre mais de uma dezena de pessoas ao longo da metade final dos anos 1990. Todos os sujeitos investigados mais de perto situam essa fase como a mais intensa no consumo de drogas e de *baladas*, mas também em tentativas diversas de produção cultural e engajamentos políticos (dos mais tradicionais, como o movimento estudantil, aos mais *sui generis*). Escapa da ambição desse trabalho descrever e analisar a trajetória da “galera do bosque”, uma alcunha que foi criada por dentro e por fora desse amplo grupo de pessoas por conta de uma série de episódios que escapam do escopo dessa tese. O que busquei investigar foi como os sujeitos relacionavam as drogas à formação da “galera” e se, de fato, viam naquele período uma ruptura que deixou desdobramentos para além das experiências individuais.

Tal como ocorreu com outros temas, aqui também as entrevistas surpreenderam pela diversidade das experiências e da reflexão posterior sobre elas. As próprias experiências pessoais anteriores à faculdade, muito diversas, impactam na forma como os sujeitos atribuem os significados àquele período. Nesse ponto, o *grupo da universidade*, de forma similar ao *grupo da rua*, mostra que as agências individuais são decisivas na conformação da experiência. Em ambos, há os sujeitos que gostam de refletir a respeito da experiência e que valorizam o comprometimento grupal, assim como aqueles que viram ali uma fase em que a ausência de responsabilidades maiores e a energia da juvenil permitiram contatos profundos e intensificados pelo uso de diversas drogas. Essa contraposição sobre a respeito do período de formação das amizades grupo está bem expressa nas falas de Pedro e Sérgio:

“Porque foi a melhor época possível para conhecer aquelas pessoas e ter aquelas experiências. A gente poderia ter tido uma universidade chata... porque amizade é para ser a parte mais divertida da vida, certo? Depois que a gente deixou de ser muito moleque, mas ainda era moleque, achou que estava fazendo uma coisa grande, e o pior é achar que a gente tinha que fazer alguma coisa revolucionária, porque a gente foi influenciado por muitos grupos que tinham feito isso e a gente tinha uma responsabilidade ridícula que a gente se impunha de produzir um negócio revolucionário. A gente até podia, mas a gente era ruim de marketing, não tinha contatos certos...” (Pedro)

“A loucura que foi aquilo! O que foi nosso encontro? Qual a importância das drogas no nosso encontro? Para mim era uma busca e eu continuo. Eu continuo com a coisa da galera do bosque, lá (com novos amigos que ele tem) a gente fuma, a gente vai para festa de música e toma umas gotinhas, eu mantenho”. (Sérgio)

Na verdade, não há exatamente discordância, mas uma visão mais pragmática e uma outra mais idealista. Sérgio exprime uma constante busca transcendental, algo que o acompanha desde antes da entrada da faculdade e, hoje, o levou ao contato com o Santo Daime, por exemplo. Já Pedro tem uma postura cética quanto aos significados daquele período. Importa menos a diferença na percepção subjetiva dessas duas interpretações sobre o que foi o período do que ressaltar como essas duas dimensões – uma busca pelo novo e pelas novas formas de expressão, por vezes transcendentais, e pela diversão junto com amigos sob efeito de drogas – foram simultâneas na conformação do grupo.

Com o passar do tempo, a “galera” vai sendo abandonada em favor de um conjunto de relações que se estabelecem pontualmente. O envelhecimento torna (ou cria, para alguns) rotinas profissionais que demandam tempo e responsabilidade. Também nesse momento, os envolvimento amorosos se encaminharam para namoros e casamentos (formais ou informais). A presença na Universidade também diminuiu, inclusive para aqueles que seguiram em cursos de pós-graduação, e isso é importante na medida em que uma das características do momento de formação do grupo foi o grande investimento do tempo livre no espaço universitário.

Os sujeitos descritos aqui seguiram profissões mais ou menos ligadas ao mundo acadêmico, mas todas ligadas ao universo da escrita e da produção cultural. De maneira geral, hoje têm uma vida econômica estável de classe média, ainda que com diferenças importantes no nível de renda e no *background* familiar. Também mantêm relações amorosas estáveis, ainda que novas uniões e separações também tenham ocorrido durante o período em que a tese foi escrita. Assim como o *grupo de rua*, alguns tiveram filhos, mas esses filhos vieram já na fase final ou mesmo após a conclusão do curso.

A “galera” que, como definiu Sérgio, “*era bando, andava sempre em grupo*” praticamente não existia mais no início dos anos 2000, os laços de amizade formados

nela talvez tenham ficado mais fortes. E nos encontros em que esses amigos, dos quais os sujeitos participavam, as drogas continuaram a ser importantes convidadas.

Um breve apontamento metodológico: a ilusão da intimidade

É bastante comum, se não esperado, que um antropólogo se surpreenda, ao longo da pesquisa, com seus “nativos”, principalmente ao descobrir informações que não estavam aparentes ou até mesmo com a diversidade interna de um grupo. Como conhecia intimamente os meus interlocutores há muitos anos, imaginei que isso não ocorreria mas, ao contrário, fui surpreendido tanto por suas análises como por informações biográficas antes ignoradas por mim. Nem todas elas foram incluídas nas análises, mas me alertaram para uma precaução metodológica que denominei “ilusão da intimidade”, inspirada nos riscos que Bourdieu (1998) levantou a respeito das biografias.

Para Bourdieu, a noção de história de vida foi “contrabandeada” para as ciências sociais de maneira precipitada. Quando alguém conta a sua história, o faz sob a forma de uma trajetória organizada, dando sentido e direção aos fatos e às escolhas para que, ao final, haja uma história com “nome próprio” (idem p. 186). A “ilusão da intimidade” seria uma forma parecida de equívoco metodológico que pode ocorrer em estudos como esse, auto-etnográficos ou com grupos próximos. Em vários momentos, as informações e as análises anteriores foram contrapostas aos dados das conversas gravadas. Nelas, ao recontarem suas histórias, houve desdobramentos para além do que era conhecido, principalmente com os amigos do *grupo da universidade*. Descobri um passado de criação em família católica e não protestante, como era suposto por mim. De uma trajetória mais ou menos conhecida de consumo frequente de cocaína, surgiu uma surpreendente e decisiva conversa do sujeito com a sua mãe, seguida por uma decisão de parar com as “cheiradas”¹⁸.

Uma conversa com o objetivo específico, na qual os sujeitos falam de si, é uma fonte de acesso a um tipo de informação diferente daquela que normalmente trocamos nos

¹⁸ Esse episódio, que se passou com Diogo, é discutido no capítulo dedicado aos *sujeitos*.

incontáveis encontros ao longo dos anos. Nem tudo é tematizado no cotidiano e o momento reservado para falar de si, mesmo que focado na questão do uso de drogas, inexistente fora do contexto criado pela entrevista. Ela foi, portanto, fundamental para que a “ilusão da intimidade” pudesse ser controlada. Uma das formas de fazê-lo é persistir no estranhamento, na objetificação de um universo tão próximo. É bastante possível que tenha falhado nesse empreendimento, mas acho que ele aponta não apenas para os limites das investigações sobre pessoas e grupos próximos ao pesquisador, mas para limites sobre o conhecimento que é produzido nas investigações etnográficas.

Capítulo 2

SUBSTÂNCIAS

Substâncias e agenciamentos

Efeitos, reações farmacológicas, sensações. O que as drogas causam? O que as drogas fazem? Na introdução, discuti a relevante crítica pós-social aos pressupostos que vêm guiando as investigações das ciências sociais a respeito do uso de drogas desde a teoria da ação. Howard Becker, como aponta Gomart (op. cit.), buscou desconstruir as concepções biomédicas sobre drogas contrapondo-as às construções socioculturais. Para que pudessem trazer para o primeiro plano os determinantes sociais, os teóricos da ação tiveram que sobrepô-la ao imutável, que são os efeitos das substâncias. Esses, os efeitos farmacológicos, estariam fora da história e seriam estáveis, porque, como dados da natureza, são isentos de transformação e imunes, em sua essência, ao processo de significação humana.

As drogas não podem ser, entretanto, objetivadas e postas fora da história. Mas, se levarmos esse argumento ao seu ponto mais radical, drogas e humanos se constroem apenas em relação, por meio de uma cadeia de mediadores. Nessa relação, em que o imponderável é traço fundamental, a ação não tem exatamente um ator ou uma fonte, que só poderiam ser demarcadas depois do evento. Nesse ponto, Gomart segue de perto a perspectiva de Latour, para quem a “*causality follows the events does not precede them*” (Gomart, op. cit.). Ao invés de efeitos, um processo de mediação entre *osactantes*. Não há ações primordiais às quais atores humanos atribuem significados, mas uma performance, no qual só é possível seguir traços deixados por humanos e não humanos.

A perspectiva pós-social desconstrói eficazmente uma paz artificial entre sujeitos e objetos que as abordagens tradicionais sobre uso de drogas edificaram. De fato, sem colocar em risco a divisão epistemológica entre ciências da natureza e ciências do social, tornou-se possível que as drogas ocupassem um papel secundário nos estudos sobre drogas nas ciências sociais e, por outro lado, que seus efeitos “não socialmente” afetados ficassem a cargo da explicação das ciência biomédicas. É estranho que as ciências

sociais, notadamente a antropologia, que embaralharam desde seus primórdios a separação entre natureza e cultura aceitassem a partição quando seu objeto de investigação é o uso de drogas. Não ambiciono nessa tese discutir a respeito da crítica epistemológica pós-social aos fundamentos da ciência moderna. Me restrinjo aos seus desdobramentos nas investigações sobre uso de drogas e, sob essa perspectiva, esses autores ainda não ficou clara uma proposta que vá além das ferramentas metodológicas já conhecidas pelas ciências sociais.

Um exemplo de investigação que assume a perspectiva pós-social é o trabalho de Denant (op. cit.), já citado introdução. O autor recusa a partição tradicional entre drogas – no caso, o álcool – e humanos, e faz isso tentando “seguir de perto” os *mediadores* e *actantes* dessa relação. O problema é que sua demonstração empírica é baseada numa ferramenta clássica de investigação cujos dados são acessados por discursos performáticos: os grupos focais. Ou seja, as jovens consumidoras de álcool “explicam” aos moderadores do grupo o que acham, pensam e sentem com o álcool. Quaisquer categorias que se depreendam desses discursos dificilmente darão conta da imponderabilidade da relação entre drogas e humanos que é a base da crítica pós-social.

Quando se trata de estudar o fenômeno do uso de drogas em sua existência cotidiana – afinal ele é, em grande medida, cotidiano – as pistas dos autores pós-sociais se tornam efêmeras. Fora dos domínios mais rígidos do dispositivo – o que não significa, de forma alguma, fora do dispositivo –, o uso de drogas lícitas e ilícitas é fluído e diverso. As escalas do foco podem ser muitas e, empiricamente, é muito difícil demarcá-las. O uso de maconha é um bom exemplo empírico para esse ponto e para isso retomo uma das críticas de Gomart a Becker. Para ela, Becker parte do pressuposto que o efeito da maconha sobre os usuários é menos acachapante que o de drogas derivadas de ópio, por exemplo, como a heroína e a morfina. Por isso, o leque de possibilidades de “atuação” do indivíduo, da cultura e da sociedade é, muito maior, ou seja, o aprendizado, a atribuição de significados diferentes e a própria continuidade da prática são abertas à agência humana. Assim, para Gomart, Becker coloca a maconha e os opióides fora da história, posto que há um conjunto de efeitos sob os quais nada poderia ser dito (e feito).

No entanto, o caminho metodológico proposto por Gomart, o de seguir os mecanismos médicos de estabilização da metadona, respondem a uma parte pequena do problema. Teria sido interessante que ela investigasse o uso da mesma droga que Becker, a maconha, cujos traços de empíricos são muito mais fluídos que os da metadona, cujo consumo é umbilicalmente ligado aos domínios médicos do dispositivo. É possível dizer, assim, que Becker não tirou a maconha da história, como diz Becker, mas a colocou na história dos consumidores que estudou. Por um lado, mostrou que houve um processo de demonização da maconha nos EUA, por outro, como esses usuários construíam e atribuíam significado ao seu estatuto desviante. A relação desses usuários com a medicina, com o direito e com a polícia era a de negação recíproca (“não deve e não pode, mas eu o farei”). Suas trajetórias – que Becker chamou de carreiras – se deslocavam por entre o dispositivo como pontos de fuga. Os *marihuana users* contaram suas histórias com a maconha para Becker e essa era a forma que ele tinha de fazer também uma história da maconha.

Se é verdade que Becker se limitou aos significados atribuídos à maconha, assumindo como pressuposto os textos médicos que negavam a possibilidade de dependência química e defendiam a “amplitude” psicológica de seus efeitos, o fez com o objetivo de separar as suas ferramentas sociológicas de investigação daquelas das ciências biomédicas. Portanto, mais do que uma crítica a esse pressuposto que divide a investigação entre os domínios da natureza e o da cultura, a crítica dos pós-sociais instiga uma questão importante: como falamos de substâncias, como investigamos as drogas nas ciências sociais?

A escolha metodológica dessa tese foi incorporar a crítica pós-social aos estudos tradicionais que pacificaram os controversos marcadores dos efeitos biomédicos das substâncias sem que, para isso, se abrisse mão das ferramentas metodológicas capazes de dar sustentação empírica às análises. E o principal trunfo metodológico da antropologia, a etnografia é especialmente interessante para transitar entre os domínios do vivido e do experimentado e os marcadores maiores das substâncias, sem necessariamente se ancorar em um ou em outro. Se é possível dizer que há um processo frequente de purificação das substâncias e seus efeitos na biomedicina, há outro tão importante quanto entre seus

usuários. Assumir que não há uma essência clara que separa a maconha da cocaína, não é negar-lhe que nas experiências empíricas elas são imensamente diferentes.

Para tanto, me apropriei do termo *agenciamentos*. A categoria agenciamento é uma apropriação que faço das inquietações da crítica pós-social para que as substâncias possam ser compreendidas sem esgotar-se nos seus efeitos, por um lado, ou em seus significados socialmente atribuídos, por outro. Os agenciamentos são tão bioquímicos quanto econômicos, dizem respeito tanto às características materiais das drogas quanto suas formas de subjetivação. Ainda que o meu emprego da noção de agenciamentos guarde alguma relação com a proposta teórica de Deleuze & Guattari (1995) – a de que os agenciamentos maquínicos ou coletivos são um “não-conceito” que permite traçar linhas rizomáticas – minha proposta dista dessa perspectiva. Utilizo agenciamentos como o conjunto de possibilidades farmacológicas, materiais e simbólicas que se efetivam – e podem ser conhecidos – empiricamente nas trajetórias dos sujeitos e em relação aos seus aparatos subjetivos peculiares.

Ao empregar agenciamento para analisar as cinco substâncias¹⁹ que serão discutidas em mais detalhes nesse capítulo – álcool, maconha, cocaína, crack e LSD/cogumelos – busco colocar no mesmo plano de análise tudo o que delas há de positivo na produção de subjetivações (portanto, o sentido foucaultiano de positividade). Por exemplo, se a cocaína atua objetivamente quando interrompe a receptação de dopamina no cérebro, a esses agenciamentos não se contrapõem as trajetórias empíricas de seus consumidores, ao contrário. Os agenciamentos, como feixes, atravessam sujeitos e drogas na produção do consumo de cocaína enquanto evento. Outros agenciamentos estão permanentemente recolocando a possibilidade de existência dos eventos: a droga é comprada numa *boca*, é embalada em um plástico de supermercado, tem um formato de pó branco sem garantias formais sobre a fórmula, era vista pelo meu grupo como uma droga perigosa e sofisticada, a polícia a reprime de forma mais intensa etc. Os agenciamentos são, portanto, a possibilidade de articulação da análise etnográfica no nível do fenômeno – no

¹⁹ A ideia de substância, aqui, remete justamente às drogas. Por isso ela não corresponde, farmacologicamente, ao número cinco, já que cocaína e crack são, a princípio, a mesma substância e o LSD e a psilocibina presente no cogumelo são diferentes. O que importa são suas semelhanças enquanto drogas psicoativas que marcaram as trajetórias dos sujeitos pela alteração da consciência e, nesse sentido, a experiência do crack foi muito diferente da cocaína, diferença que não se repete entre o cogumelo e o LSD.

caso dessa tese, na trajetória dos dois pequenos grupos observados – com o fenômeno mais amplo do dispositivo das drogas no mundo contemporâneo.

ÁLCOOL

Substância onipresente

O álcool é, sob o aspecto da disseminação e da incorporação cultural, a mais importante substância psicoativa da história humana (o café e alguns tipos de chá são os únicos que rivalizam, do ponto de vista de disseminação, com as bebidas alcoólicas). Não pode ser encontrado em ambiente natural, mas não é difícil obtê-lo a partir da fermentação dos açúcares presentes em vegetais e compostos orgânicos. A sua destilação, ou seja, a manipulação química que isola progressivamente o álcool a partir de fermentados – cujo processo natural dificilmente resulta em bebidas que ultrapassem 20% de concentração alcoólica (Carneiro, 2005) – foi desenvolvida provavelmente no Oriente Médio (há citações menos consensuais de destilação praticada mais de um milênio antes pelos chineses) por volta do século X e sua disseminação pelo Ocidente se deu entre os séculos XV e XVI.

O álcool goza de uma ambiguidade quanto ao seu estatuto: droga ou alimento? De fato, as bebidas alcoólicas, notadamente os fermentados, como as cervejas e os vinhos, se situam num ambíguo limiar entre essas duas categorias. Tal ambiguidade é a característica de todo um conjunto de saberes sobre os variados tipos de bebidas alcoólicas e tem consequências nos agenciamentos dessa substância tão importante para todas grande parte das matizes culturais do mundo.

As primeiras sensações psicoativas do álcool levam, na temporalidade bioquímica, alguns minutos para ocorrer, mas não é incomum que se relate um efeito instantâneo logo após um gole ou “trago” de um destilado forte ou mesmo de copo inteiro de fermentado tomado de uma única vez. Além de razoavelmente rápida, uma das características da alteração psicoativa produzida pelo álcool é sua longa permanência, que pode, dependendo da dose ou de outros fatores, durar horas. Embora o álcool seja, numa divisão esquemática, considerado um depressor do sistema nervoso, como os opióides e os ansiolíticos²⁰, seus efeitos de desinibição são bem demonstrados pela literatura

²⁰ Escapa da ambição desse trabalho apresentar e discutir detidamente os efeitos bioquímicos das substâncias, mas é importante dizer que hoje se sabe que os efeitos das inúmeras substâncias classificadas

(Kenneth et. al., 2005), o que historicamente ligou seu consumo aos momentos de conagraamento e às festividades em geral. Desde a antiguidade, percebeu-se no seu uso a possibilidade do abuso e de repetição desenfreada, tanto quanto se enalteceram suas propriedades como “lubrificante social” (Carneiro, 2010).

A presença acachapante do álcool no contexto em que os sujeitos da pesquisa vivem torna mais difícil falar de seus agenciamentos sem uma certa dose de generalização e superficialidade. Ainda assim, ignorar os agenciamentos do álcool seria deixar uma lacuna nas trajetórias de alteração de consciência dos dois grupos.

Entre a incitação e controle: a cerveja e o orgulho do pai

O álcool está completamente incorporado a diversos níveis da vida social contemporânea. Isso não significa que seu consumo seja unânime nem tampouco imune às tensões. Sondagens quantitativas revelam que parcela considerável da população brasileira – cerca de 50% - não bebe ou bebe muito raramente (Senad, 2007). A produção, comércio e consumo de álcool nunca foram objeto de relevante sanção criminal no Brasil. Ignorando tipificações criminais que nunca foram sistematicamente aplicadas, como o crime de embriaguez pública, duas restrições tiveram algum impacto social: o impedimento da venda ou do fornecimento para menores e a não utilização de automotores por parte de indivíduos alcoolizados. Essa última, embora seja proibida desde os primeiros códigos de trânsito, começou a ser aplicada de fato a partir da nova lei de trânsito de 2008, que estabeleceu limites rigorosos para a condução de veículos, tipificando criminalmente a prática e ampliando a fiscalização.

A primeira lei, a proibição da venda ou cessão de bebidas alcoólicas aos menores de 18 anos, é sistematicamente desobedecida no Brasil. Esse fato é uma boa entrada para a análise dos agenciamentos do álcool na trajetórias pesquisadas, visto que todos começaram a consumir habitualmente álcool antes dos 18 anos. A condição masculina

como depressoras é muito complexo, sendo essa denominação utilizada para fins didáticos (ver Fiore, 2007).

contribuiu para um contexto de permissividade e incitação, tanto nos círculos familiares quanto num circuito mais amplo de relações. Diferentemente de conseguir entrar em danceterias ou shows noturnos proibidos para menores, ação que normalmente exigia planejamento, não há nenhuma lembrança desafiadora para a obtenção do álcool. Ao mesmo tempo, não era normal que um menor bebesse fora de determinados contextos, normalmente festas ou reuniões familiares. Aqueles que bebiam fora da permissão paterna deveriam ser muito discretos ou até esconder, mas os flagras normalmente não resultavam em grandes tensões com os pais.

As primeiras bebedeiras, que ocorreram em idades e contextos diferentes, dificilmente são lembradas numa chave de iniciação às substâncias psicoativas ou alteração da consciência. O álcool parece estar de tal forma imbricado num processo social coletivo que os efeitos e as sensações subjetivas são menos marcantes do que os próprios contextos em que seu consumo era habitual. Ou seja, seus agenciamentos são marcadamente coletivos, principalmente durante a juventude.

“Tá vendo como é, do primeiro cigarro eu lembro, mas do primeiro porre eu não lembro” (Edson)

Os adjetivos empregados para qualificar as primeiras experiências alcoólicas remetem, em seu lado positivo, a um quadro geral de alegria e de passagem para a vida adulta, algo normalizado pelos pais e que, mais cedo ou mais tarde, acontece.

“É meio inconsciente, pois é legalizada e meio que naturalizada pela família: o pai nem liga se bebe”. (Walter)

“Bebemos quase uma garrafa de uísque e cheguei em casa vomitando. Minha mãe não falou nada, apenas que eu tinha que comer. Talvez ela devesse ter falado (risos)”. (Marcelo)

Isso não significa que os sujeitos tenham sido exclusivamente incentivados ao consumo de álcool desde a sua adolescência. Na verdade, houve um ambiente em que incitação e controle se misturaram para construção de um cenário no qual o consumo de álcool é visto como natural e quase inevitável – enquanto substância/alimento, ele não é considerado por si só um problema – desde que ocorra dentro de determinados limites. A bebedeira não é necessariamente a ultrapassagem desse limite. Ela está de alguma forma prevista e só deve ser observada quando ocorre no lugar “certo”, como ocorreu com Diogo, ainda muito jovem e menor de idade, numa festa da família:

“Mas não foi uma coisa assim... foi divertido, meu pai se divertiu comigo: ,óia, tá bêbado!’” (Diogo)

O aumento da frequência de consumo de álcool que marcou a passagem para a vida adulta da maior parte dos sujeitos foi visto com mais ou menos preocupação por suas famílias. Sob seu aspecto potencialmente negativo, a bebida é vista como um limiar de excessos, de ambientes perigosos, de amigos não desejáveis, de drogas (as outras, já que para as famílias o álcool não era visto como tal), de ócio e de sexo promíscuo. A perda de controle é uma grande preocupação, mas isso não anula a incitação, como no caso de Pedro, cuja mãe, ainda na infância, colocava açúcar na cerveja para que ele pudesse tomá-la. Algum tempo depois, ficou bastante preocupada e chateada ao perceber que ele havia tomado um porre:

“Saí do sítio e fui com um primo, aí bebi muito, cheguei em casa quebrando coisa, tropeçando, foi uma situação bem chata com ela (a mãe).” (Pedro)

A esses “perigos”, soma-se um dos principais temores dos pais com relação ao consumo de álcool, que são os acidentes de trânsito. Além de se preocupar com o próprio filho ao volante, os pais também temiam por outros amigos que poderiam dirigir embriagados. Na trajetória dos sujeitos, muitos acidentes de carro, de níveis diferentes, ocorreram com eles

próprios ou com pessoas bem próximas²¹. Um pai, que nunca havia imposto limites rígidos quanto ao consumo de álcool, ficou furioso ao saber que o sujeito, quando tinha por volta dos 20 anos, quase tinha sofrido um acidente sério ao dirigir embriagado²²:

“Ele virou para mim e gritou „seacontecer alguma coisa de novo eu ponho fogo nesse carro e pronto!” (Walter)

O importante a ser apreendido desse evento é que os pais, ao manifestarem preocupação, não exigiram abstinência alcoólica, mas limites ao consumo. No que pese a importância das peculiaridades de cada origem familiar, os agenciamentos sociais de incitação e controle do álcool são potentes o suficiente para atravessá-los. Isso foi observado empiricamente entre os sujeitos analisados: com origens paternas que iam de um consumo regrado e esporádico a um quadro mais claro de abuso ou até dependência de álcool. A relação com essa substância seguiu dinâmicas próprias bastante pautadas pelos relacionamentos sociais e pelos diferentes aparatos subjetivos.

Materialidade positiva entre o hábito e o prestígio

A milenar relação de tolerância, controle e incitação ao consumo das bebidas alcoólicas resultou, no mundo contemporâneo, em um conjunto enorme de saberes, hábitos e prescrições. A variedade de tipos e de sabores das bebidas alcoólicas é cercada por um universo material e sensorial que exerce poderosos agenciamentos. Se do ponto de vista bioquímico não há grande diferenças nos efeitos psicoativos das diferentes bebidas para

²¹O pior de todos, no caso da *grupo da rua*, vitimou fatalmente, aos 23 anos, um amigo que cresceu junto de todos, fato que marcaria de forma indelével a memória coletiva dos sujeitos não obstante o carro continue sendo um valor fundamental para diversos sujeitos do grupo, como será discutido no capítulo dedicado ao sujeitos.

²²Interessante notar que a preocupação dos pais com a embriaguez ao volante normalmente não se aplicava a eles próprios. A maior parte naturalizava o hábito de dirigir depois de beber e grande parte das vezes em companhia de toda a família. A ideia geral é de que dirigiam responsavelmente e isso não acarretava perigo.

além do álcool que elas carregam, a experiência dos sujeitos revela um sistema de classificação com mais nuances.

O vinho é a bebida alcoólica cujos saberes sobre produção, comércio e consumo são mais ricos, mas poderíamos falar também da cerveja e de cada um dos destilados, como a cachaça e o uísque, para ficar nos exemplos das bebidas admiradas no contexto dos grupos analisados. São diversos os sentidos positivos dados às bebidas e é possível traçar, a partir deles, um paralelo com a apreciação conferida aos alimentos, repletos de detalhes sobre seus odores, sabores e cores. Nesse caso, os agenciamentos do álcool se potencializam por não se limitarem à pureza da substância. Tal como as drogas fumadas, as bebidas alcoólicas envolvem um deleite na degustação e, portanto, caso correspondam positivamente à escala de bom-gosto atribuída pelo bebedor, são prazerosamente compartilhadas e tematizadas socialmente.

Esse tipo de agenciamento é modulado basicamente pelo repertório cultural dos sujeitos ao longo de sua trajetória e pela forma como constroem suas preferências. Mesmo que tenham se iniciado em idades diferentes, nenhum deles o fez por conta de um grande prazer de paladar. No entanto, o gosto pelo amargor e pelo “calor” que procede seus goles, tornam rapidamente o álcool uma droga íntima. Quando iniciaram suas carreiras de bebedores, os sujeitos já estavam devidamente imbuídos de toda cultura material e do prestígio social conferido às bebidas alcoólicas, consumindo-as, inclusive, como um demarcador definitivo do final da infância. Nesse período, os efeitos do álcool e sua alteração de consciência eram os objetivos e as bebidas menos refinadas, mais baratas e as misturas insólitas eram comumente consumidas. O amadurecimento representado pelo “saber beber” na trajetória dos sujeitos é o de demonstrar, de diferentes maneiras, que o álcool DEVE ser apreciado para além dos seus efeitos.

“Pô, agora não tô mais podendo tomar destilado (segundo ele, naquele momento, por conta de problemas estomacais), tive que ver fulano beber aquele uísque maravilhoso na minha frente...”(Jorge)

Nos grupos analisados, as conversas sobre as melhores bebidas ocupam espaço no mínimo equivalente ao da maconha, que é a outra substância mais tematizada. A possibilidade e até a incitação a que se fale a respeito do prazer de beber em quase todos os contextos, no entanto, potencializam sobremaneira os hábitos em torno do consumo do álcool como demarcador social. Numa comparação simples, tal potência fica mais clara: a possibilidade de compartilhar uma experiência de consumo de um caríssimo e raro *skunk* – tipo de maconha tida como de melhor sabor e odor e maior potência psicoativa – é limitada a um pequeno grupo de consumidores ou, no máximo, a um reduzido círculo de relações ao seu redor. Falar sobre uma “espetacular” cerveja belga ou sobre um uísque envelhecido por 21 anos é positivado em quase todos os espaços sociais pelos quais os sujeitos circulam. Com essa abrangência, o gosto e/ou a possibilidade de consumir determinadas bebidas alcoólicas é, assim, acionado com frequência para demarcar diferenças de gênero, classe, faixa etária, refinamento, coragem etc., compondo um capital que não pode ser separado do prazer de beber.

Festa, diversão e sexualidade

Excetuando-se eventos de determinados grupos religiosos ou contextos muito específicos, são raros os eventos festivos em que não ocorre o consumo de bebidas alcoólicas. Apenas para citar uma das características que denotam essa quase onipresença, basta lembrar que um dos momentos mais tradicionais de uma homenagem é o brinde com copos que, a princípio, deveriam conter alguma bebida alcoólica. Na trajetória dos sujeitos da pesquisa, o álcool é a substância unânime, ou seja, todos a consumiram e continuam consumindo, com diferentes frequências e intensidades, até hoje. Não estamos falando de uma amostra, mas se expandíssemos o olhar para aqueles com quem eles mantêm laços de parentesco e amizade, encontraríamos consumidores na mesma proporção. Nesse contexto, diversão e álcool formam um par, se não obrigatório, contumaz. O potente agenciamento coletivo do álcool como fundamento da diversão opera em sua direção: um consumo de álcool não necessariamente aciona um contexto coletivo de diversão; um

evento coletivo de diversão, entretanto, passará por algum consumo de bebidas alcoólicas.

O consumo solitário de álcool não é incomum entre os sujeitos analisados. De maneira geral, inclusive, ele hoje parece ser mais frequente do que no passado, na fase anterior aos 30 anos. Pesa para isso a diminuição do tempo livre por conta da intensificação das obrigações e a redução da quantidade de eventos que reúnam os amigos. Em compensação, bebe-se com mais frequência em pequenos eventos privados, na vida íntima dos casais ou, para alguns dos sujeitos, solitariamente. De qualquer forma, os eventos de intenso consumo – as *bebedeiras* – são muito menos frequentes hoje e, quando acontecem, há uma maior preocupação com os possíveis efeitos adversos imediatos ou posteriores. A ressaca, o mal-estar depois de uma bebedeira, é um grande inibidor para os sujeitos quando mais velhos, que não só a evitam por conta do sofrimento, mas também porque atrapalha o cumprimento de outras obrigações. É impossível, portanto, não tomar a sério a ressaca como um agenciamento fundamental do álcool e que atua como um importante demarcador corporal, ligando-se à subjetivação do controle.

Estar sob efeito do álcool é, de alguma maneira, produzir um descontrole. A desinibição, o afrouxamento das barreiras sociais e a sensação de bem-estar tornam possíveis ações e reações que não seriam toleradas quando sóbrio. O domínio das relações sexuais/amorosas é especialmente importante nesse sentido. Se, como foi dito há pouco, o brinde é o símbolo por excelência do evento comemorativo, o vinho ou o “drink” compõem quase obrigatoriamente um cenário de flerte ou romance. Do imaginário mais romantizado do jantar com velas e vinho até a vilã da novela que embebeda o galã para leva-lo à cama, a associação entre álcool e sexualidade se constitui em um agenciamento fundamental dessa droga.

A observação das trajetórias traz inúmeros exemplos da agência do álcool no universo da sexualidade. Desde a adolescência, os eventos em que haveria consumo de álcool eram muito mais valorizados caso contassem com a presença feminina. Não obstante as diferenças nas trajetórias, que variaram em frequência e/ou intensidade, desde cedo o consumo de álcool fez parte da construção dos cenários em que as relações

sexuais/amorosas poderiam ocorrer. Como um facilitador num período da vida em que a sexualidade ainda estava sendo construída num terreno muito movediço, o álcool esteve presente na intensificação do envolvimento com as garotas e, em alguns casos, com a perda da virgindade.

“Naquela época eu nem me liguei em maconha, era legal encontrar as meninas e beber pra ficar”.(Pedro)

Poderia se discutir muito sobre a diferença entre os agenciamentos sexuais do álcool nas diferenças de gênero, mas, apenas para expandir a descrição para o círculo de mulheres ligadas aos grupos observados, é possível dizer que ele atua no sentido de afrouxar os papéis atribuídos nas relações sexuais/amorosas. Beber junto às mulheres era, entre outras coisas, percebido como uma maneira de afrouxar as possíveis resistências que, numa situação de sobriedade, elas “deveriam” ter. Ou seja, a desinibição do álcool seria um facilitador simbólico da sexualidade feminina que, seguindo a tradição de dominação moral masculina, deveria ser mais rígida.

No ponto de vista dos próprios sujeitos, ou seja, do universo masculino, desde a adolescência, o álcool é tido como o agente capaz de encorajar ou ampliar as possibilidades do desejo. Assim, estar bêbado é a maneira de ter coragem para o flerte, inibindo a timidez. Tendo como base suas trajetórias, a diferença dos gêneros na relação entre álcool e sexualidade foram progressivamente perdendo importância com a normalização da vida sexual na idade adulta, o que não significa que o agenciamento sexual do álcool tenha perdido a intensidade, mas apenas passou a ser mais modulado dentro de um cenário de vida mais regrado e estável.

A incorporação do álcool no estoque acessível e, de alguma forma, naturalizado, de contextos festivos e sexualizados, se apresenta às crianças e aos adolescentes que, então, constroem, a partir de repertórios próprios, o relacionamento com tais agenciamentos. No início, a relação pode ser propositalmente vista como de submissão aos efeitos etílicos, ou seja, embriagar-se (ou se deixar embriagar) é se aproximar com mais ou menos

consciência da festa e da empatia sexual. Importa menos entender se os efeitos do álcool fariam alguém que não estivesse disposto a se envolver sexualmente a fazê-lo do que perceber que embriagar-se sob algumas condições é permitir, como afirma Demant, que o “álcool aja”:

“Alcohol is not only part of the party. Alcohol also makes it possible to transgress the barriers and nervousness connected with making contact with strangers or with dancing.” (Demant, op. cit. p 35)

Ao envelhecerem, os sujeitos intensificam sua relação com esses agenciamentos e, assim, dizem ter mais condições de manipulá-lo, o que se manifesta em dois sentidos. O primeiro é que, a partir de suas próprias experiências, reconhecem mais claramente as implicações fisiológicas do álcool nos corpos que, embora possa ser muito variada, implica em limites que podem comprometer, inclusive, o próprio ato sexual. Em segundo lugar, assumindo o papel de adultos, é esperado que tenham maior consciência dos agenciamentos sexuais do álcool e, portanto, não poderiam agir de maneira “ingênuas”. Ao contrário, tentam se apresentar progressivamente como senhores da relação com a bebida, mobilizando-a em contextos nos quais consideram ter controle. Evidentemente, o objetivo é estar no jogo do controle/descontrole dos agenciamentos da substância, mas buscam guardá-los sob os limites viáveis e menos arriscados de sua vida adulta. No entanto, mesmo que tenham resultado em problemas, riscos e rompimentos, se expor ao descontrole do álcool é um ato de coragem que, descrito *a posteriori*, continua a ser valorizado como tema de conversas entre os amigos (conversas que também são, muitas vezes, acompanhadas pelo álcool).

A droga que pode “puxar” as outras

Há um aspecto irônico quando se analisa a trajetória empírica dos sujeitos. A construção de um “senso comum” sobre drogas fez prevalecer a posição da maconha como a “porta de entrada” ao mundo das drogas. De fato, a maconha é uma espécie de “droga-portal” para o dispositivo, como será discutido na próxima sessão. O fato interessante, no entanto, é notar na experiência dos sujeitos os agenciamentos que fazem do álcool uma

porta imediata de abertura para as outras drogas, não porque foi a primeira substância psicoativa consumida pela maior parte dos sujeitos ou porque é quase hegemônica nas diversões coletivas. Na verdade, ao permitir a ação do álcool, os sujeitos se permitem também, desejos, e esses podem “puxar” duas drogas em especial: o tabaco e a cocaína.

O caso do tabaco se limita aos sujeitos que já fumaram cigarros de maneira sistemática ao longo da vida ou que continuam sendo consumidores habituais. Em ambos os casos, o álcool parece aguçar o desejo pelo fumo, tornando a combinação mais prazerosa, o que geralmente implica numa potencialização da “ressaca”. Há variações evidentes nessa relação entre as duas substâncias e elas são proporcionais à intensidade do consumo do álcool e do tabaco pelos sujeitos. Exemplificando a partir de dois casos: um dos sujeitos consome tabaco continuamente, numa variação entre dez e vinte cigarros por dia; outro fuma sem regularidade. Mas, quando consomem álcool, e o fazem mais ou menos com a mesma frequência, aumentam proporcionalmente o número de cigarros que fumam. De qualquer maneira, entre os sujeitos analisados ou seu grupo ampliado de relações é praticamente impossível encontrar um fumante regular ou ocasional, ou mesmo um ex-fumante, que não relate que, ao beber, o desejo por fumar não aumente. A potência desse agenciamento é ambivalente, pois guarda relação tanto com a ação bioquímica de desinibição quanto com os contextos sociais de consumo coletivo do álcool, que, ao longo das trajetórias, tinha o tabaco como presença certa. Por isso mesmo, com a restrição social e legal crescente do hábito de fumar em ambientes fechados teve impacto direto na diminuição dos cigarros consumidos²³.

Ainda que o tabaco seja apontado como uma substância que, não obstante tenha altíssimo potencial de criação de hábito e tenha efeitos sutis de alteração da percepção e da consciência, o consumo intenso junto das bebidas alcoólicas produz uma embriaguez peculiar, segundo pode ser apreendido dos eventos descritos ou observados. Entre os sujeitos que fumam tabaco rotineiramente, a sensação é descrita como mais prazerosa, como se os cigarros tivessem uma “*afinidade eletiva*” com o álcool; os que fumam

²³ Importante notar que a menor permissividade ao cigarro fez surgir em muitos ambientes domésticos um espaço que, no caso de pequenas festas e reuniões, é reservado para os convidados fumarem. Nas festas do *grupo da universidade* (no *grupo da rua*, elas são menos frequentes e, quando acontecem, normalmente isso não ocorre), por exemplo, esses locais muitas vezes ficam permanentemente ocupados, já que nele também são fumados alguns cigarros de maconha.

esporadicamente, dizem que a vontade de fumar cresce e, junto com ela, o prazer que os cigarros proporcionam, algo diferente ocorre no cotidiano.

A relação do álcool com a maconha parece menos importante, na medida em que o fato de ambas as substâncias serem consumidas em eventos coletivos não é, por si, só, uma pista do agenciamento do álcool. No entanto, há um tipo de evento razoavelmente frequente após os encontros em que se consume bebidas alcoólicas sem consumo simultâneo de maconha, normalmente bares ou casas noturnas: o desejo coletivo pela esticada da noite para um *baseado* final. Mesmo que a maconha seja desejada como um encaminhamento mais sereno para o fim da bebedeira, ela ainda pode engendrar uma última “missão”, que seria a busca por um local mais seguro e prazeroso para se fumar o baseado. A ilegalidade da maconha, ainda que num contexto atual de maior aceitação, ainda torna perigoso o consumo desprevenido em qualquer lugar. Assim, ele pode ocorrer em uma praça que seja considerada segura, em um trajeto de carro ou até na casa de alguém, caso isso seja possível. O que muito dificilmente será feito é, diante da falta de maconha, os sujeitos empreenderem uma compra, uma *correria* atrás de um ponto de venda.

Havia também, durante ou no fim de um contexto de consumo de álcool, a vontade de outro tipo de “esticada”: a busca pela compra de cocaína. Esses eventos só tiveram alguma frequência nas fases em que se cheirava mais e, portanto, se davam num cruzamento entre os agenciamentos do álcool e os da cocaína. Quando a cocaína não estava presente numa certa rotina, essa vontade proporcionada pelo álcool diminuía.

Caso se olhe sob o prisma do consumo de cocaína, ou seja, se tomarmos como ponto de referência os eventos em que a cocaína era um dos pontos centrais, o álcool é convidado assíduo. Existem aspectos bioquímicos relevantes a respeito do consumo simultâneo das duas substâncias. Estimulantes como a cocaína se contrapõem ao efeito depressor do álcool, que normalmente encadeia resultados não desejados, como a fadiga e o sono. Simplificadamente, quando o consumo de álcool está de alguma forma relacionado à descontração e ao festejo, o torpor excessivo pode ser visto como um efeito adverso, na medida em que atrapalharia, inclusive, a continuidade do evento. Esse torpor é bastante

variável entre os indivíduos e também para as diferentes fases de sua própria vida, pois muda de acordo com sua experiência, sua capacidade fisiológica momentânea, o contexto de consumo e a quantidade de álcool ingerida, entre outros. Mesmo assim, o consumo de uma substância antagonista, ou seja, que produz efeitos opostos e pode agenciarum balanço entre o estímulo e o relaxamento, o que tende a ser um resultado bastante sedutor²⁴. Quando metabolizados simultaneamente pelo fígado, o álcool e a cocaína geram um terceiro metabólito, o cocaetileno. Ainda que não haja consenso na literatura biomédica sobre essa substância, ela parece produzir um efeito euforizante, provocando uma sensação de bem-estar mais duradoura, e mais tóxica do que aquela que resulta do consumo das duas substâncias em momentos diferentes (Kenneth et. al. Op. cit. p.111).

Nas experiências analisadas aqui, a relação entre a cocaína e o álcool é relevante. Foram raros os eventos em que se consumiu cocaína e não houve consumo simultâneo de álcool. Essa combinação é descrita como bastante prazerosa e funcionaria como uma espécie de antídoto para os efeitos colaterais das duas substâncias: o “bode” trazido pelo álcool e o alerta gerado pela cocaína. Ao longo dos anos, cada um dos sujeitos estabeleceu sua própria receita para conciliar as duas drogas, o que passa pela escolha da bebida (os destilados são preferência; se exclui quase completamente o vinho, mas não a cerveja), da dose e do contexto.

Esse tipo de utilização da cocaína pode ocorrer em *baladas*, festas ou reuniões de amigos. O “brilho”, um dos nomes dados a esse consumo eventual em eventos coletivos, não é obrigatoriamente acompanhado do álcool, mas é normalmente tido como uma “pitada” de energia. A experiência acumulada pelos sujeitos ao longo dos anos tornou o consumo “utilitário” de cocaína mais comum e o álcool é, sem dúvida, um dos motivadores para esse tipo de uso. A fala de Jorge a respeito de uma idarecente à casa noturna onde o esquema de funcionamento era o *open bar* (pagamento de uma taxa de entrada fixa para consumo livre de algumas bebidas alcoólicas), é bastante explícita nesse sentido:

²⁴ Nas duas últimas décadas, tem crescido o consumo das chamadas bebidas energéticas, compostos cujos princípios ativos são a cafeína e a taurina (outro estimulante), junto com bebidas alcóolicas. Esse hábito é mais frequente entre as novas gerações mas, aparentemente, está se espraiando tanto entre “baladas” quanto em festas tradicionais, como casamentos e grandes comemorações. Como diz João: “Hoje, você pede um uísque num casamento e já vem com energético, é o „default!””.

“Meu negócio é continuar bebendo, eu gosto de beber, para beber na „tal balda“ eu tenho que consumir meus 35 paus de entrada, então eu cheiro para beber”
(Jorge)

Esses agenciamentos compartilhados por álcool e cocaína têm outras facetas. Retomando os finais de bebedeira que são finalizados com um *baseado* compartilhado, a desinibição e a retirada dos freios agenciada pelo álcool e pela cocaína somam para que o cálculo das consequências seja afrouxado e, de alguma forma, ganhe outra racionalidade. Uma das expressões dessa “inconsequência” é a busca pela cocaína. Ao longo das trajetórias, houve eventos nos quais a inexistência, a escassez ou a posse alheia de cocaína mexessem com os desejos de forma proporcional ao nível de embriaguez. Assim, um encontro de amigos, depois de algumas cervejas e pingas, poderia levar a uma *correria* atrás de cocaína ou, se alguém já a tivesse, aos pedidos insistentes pelo consumo compartilhado. Foi comum que sujeitos que não tivessem desejo de cheirar cocaína numa determinada noite ou até que estivessem a algum tempo afastados, por decisão voluntária, da substância, se empolgassem com tal possibilidade.

“Fazia uma cara que eu não cheirava, mas cerveja vai, cerveja vem, aí, já viu, né?”
(João)

Ainda que seja potente, esse agenciamento do álcool como um “facilitador” para as ações menos planejadas e racionais municia muito da aversão moral à bebida. A perda de controle seria capaz de fazer com que os sujeitos ajam de uma forma que eles próprios interpretam, depois, como indevida. Quem estaria agindo, nesses casos, é o álcool. O jogo de empurra entre quem comanda a ação – álcool ou sujeito – parece ser uma peça-chave para se compreender os agenciamentos dessa substância. Essa “despersonalização da vontade” é, em si mesma, um agenciamento, na medida que o álcool a aciona química e socialmente. Não é a única substância dotada desse agenciamento, mas é, sem dúvida, aquela em que ele é mais poderoso.

MACONHA

A flexibilidade como agenciamento

Uma característica completamente incorporada aos saberes dos consumidores a respeito da maconha é a possível inocuidade das primeiras tragadas. Não ocorre com todos, nem tampouco é uma característica exclusiva da maconha, pois o mesmo também já foi relatado com outras drogas, como o LSD e a cocaína (desconheço relatos de consumos iniciais de álcool ou crack que não tenham produzido, na visão dos indivíduos, algum efeito). A explicação mais óbvia, a qualidade ruim da maconha fumada, é pouco plausível na medida em que as experiências iniciais se deram geralmente em grupo e, assim, somente se todos, inclusive os já iniciados, não percebessem os efeitos é que tal fato poderia ser creditado a algum problema com a pureza da erva.

Mesmo que frequentemente repetida, as experiências nas quais os sujeitos viram o grupo a sua volta reagir aos efeitos da maconha sem perceber ou sentir alteração alguma em si próprio ficaram registradas, para os que passaram por isso, na memória. Um dos sujeitos, com acúmulo de repertório na literatura médica, explícita, depois de quase duas décadas passadas de suas primeiras tragadas, essa estranheza:

*“Essa é uma dívida que tenho até hoje e não sei explicar. Tem alguma explicação?”
(Pedro)*

Durante a conversa gravada, a pergunta feita por ele não foi respondida porque não há explicação clara consensual na literatura (Earleywine, 2005). É provável que o avanço do conhecimento na área da neuroquímica possa trazer novas achados, mas seria importante não ignorar as pistas já levantadas e analisadas pelas ciências sociais. Desde o trabalho clássico de Becker (op. cit.), sabe-se que não se aprende apenas a comprar, a enrolar e a tragar um cigarro de maconha; se aprende também a ficar *chapado* de maconha: quando se iniciam na *carreira* de *maconheiros*, os indivíduos são treinados pelo grupo a buscarem o *barato* e, mais importantedo que isso, como devem sentir a boa *onda*.

Tal análise foi corroborada em diversas pesquisas (ver, entre outros, MacRae & Simões, 2001, Vargas, 2002) e, nas trajetórias analisadas aqui, um novo ponto pode ser

considerado. Com o envelhecimento e o aprofundamento da experiência como consumidores de maconha, a explicação pela possível inocuidade de um baseado - *não bater* – está sempre relacionada à própria substância. Não é negado que esses efeitos não sejam plásticos e modulados pelo humor e pelo contexto em que se deu o consumo, mas, com o passar do tempo, *bater* ou não *bater* é algo a ser explicado, basicamente, pela qualidade atribuída à maconha.

É importante que se evite ver nesse dado uma demonstração da impossibilidade de aferir ações bioquímicas objetivas da maconha, como discutido anteriormente na crítica de Gomart a Becker. Parece muito mais profícuo que se perceba aí como os agenciamentos da maconha são intrinsecamente ligados ao aparato de percepção subjetiva e, assim, cumprem papel decisivo na conformação, ou não, da alteração da consciência. Desde que não se pretenda com isso desenhar uma escala ou algo do tipo, pode-se derivar dessa ideia que algumas substâncias têm, de fato, agenciamentos menos rígidos na determinação de seus efeitos, mesmo que isso não possa ser purificado nos recintos da ciência biomédica (Marras, 2008). A maconha, ao menos se tomarmos como ponto de observação empírica os grupos observados aqui, é uma droga com agenciamentos flexíveis, mas resistentes. A metáfora mais próxima é a da plasticidade.

Uma das decorrências desse agenciamento plástico da maconha é a sua classificação no imaginário geral que a cerca, de que seria uma “droga leve”. Pouco preciso, esse rótulo foi e é utilizado nas perspectivas as mais diversas e a partir de posicionamentos políticos conflitantes. O exemplo mais frequente é o da utilização de uma espécie de escala de danos, na qual os críticos da proibição legal da maconha a contrapõe, enquanto “droga leve”, às substâncias lícitas como o álcool e o tabaco, supostamente “pesadas”. Por outro lado, críticas provenientes de pesquisadores que se opõe ao afrouxamento das sanções legais à maconha aludem ao caráter relativo dessa escala, no que tendem a qualificar quase todas as substâncias como potencialmente danosas.

A perspectiva da maconha como uma droga leve é compartilhada pelos dois grupos e, em suas trajetórias, essa classificação teve importância para retirar a aura negativa ao longo dos primeiros anos de consumo de uma planta ilegal. E essa ideia apenas se aprofundou

com o passar do tempo, o que fica manifestado na ausência de grandes preocupações sobre a relação estabelecida com maconha. Em diferentes trajetórias, alguns aumentaram a frequência, outros a diminuíram, um deles interrompeu completamente o consumo, mas nenhum dos sujeitos expressa sua relação com a maconha a partir de grandes preocupações ou dramaticidade – o que ocorre muitas vezes com a cocaína, por exemplo²⁵. Ao mesmo tempo, seus agenciamentos são potentes e, com alguma rapidez, o hábito de fumar maconha se consolidou entre os sujeitos.

A plasticidade com que os aparatos subjetivos conferem significado à experiência dos efeitos da maconha produz um leque tão amplo de sensações que, às vezes, podem ser quase antagônicas, como sentir sono ou, ao contrário, sentir-se desperto e vigilante, ao ponto da insônia. Outros se sentem incapazes para o trabalho, outros não só o animam com o fumo, como acham que assim podem produzir mais. Mesmo que seja uma substância com agenciamentos coletivos evidentes, como se verá na seção a seguir, seu caráter subjetivo é poderoso justamente porque não tem uma formato claro:

“A maconha não dá um prazer pronto para você, você pode transformar em prazer ou não.” (Diogo)

“Ela nasce coletiva, na roda, mas, no fundo, é a sua viagem.” (Leonardo)

Por isso, quando se tornaram usuários de maconha, os sujeitos se abriram aos seus agenciamentos de alteração da consciência num sentido que o álcool ou outras substâncias, como os inalantes, não tinham sido capazes de produzir. A *onda* parece ter a ver com intensificação do cotidiano, da percepção geral de como se enxerga o mundo. Portanto, depende diretamente da percepção subjetiva do mundo:

Num belo dia (o primeiro em que diz ter sentido, de fato, os efeitos da maconha), de manhã, com a luz, numa praça, eu me senti meio preso numa cena, não é preso, tanto que me chamaram e eu saí, mas eu estava ali assistindo aquilo, „poetizando“ en cima. Eu até anotei: „o que estou fazendo aqui, por que tirei essa conclusão?“ (Diogo)

²⁵ O sujeito que interrompeu o consumo de maconha por reações ruins aos seus efeitos não vê no consumo dos amigos um problema e também considera a maconha uma droga leve.

“(Nas primeira ondas que senti com maconha) *Eu ficava estranhando o mundo:.,É, o mundo normal é uma loucura!*” (Pedro)

A plasticidade desses agenciamentos não desaparecem, mas são progressivamente moduladas ao longo do amadurecimento dos sujeitos e de seu aprendizado com a planta. Ao mesmo tempo, o estranhamento diminui pelo fato do consumo se tornar mais frequente, quase cotidiano. A maconha fumada frequentemente produz outras sensações prazerosas, mas já não é tão fácil, depois de algum tempo, “estranhar o estranho”. Por isso, os sujeitos associam a interrupção do consumo por um período maior de tempo como forma de voltar a sentir o prazer do estranhamento:

“*Juro que eu queria sentir isso de novo* (as primeiras ondas de estranhamento do mundo), *mas, agora fodeu, precisa parar um ano para sentir isso de novo*”. (Pedro)

Uma visão reducionista poderia ver na fala de Pedro um simples indício de tolerância, ou seja, uma prova de que é incapaz de sentir o mesmo prazer depois de duas décadas de consumo. Mas Pedro continua sentindo esse prazer, o que ele relata é dificuldade de estranhar, pois a própria maconha, para ele, “*foi se associando a uma outra forma de ver o mundo*”. Isso não significa que tudo se passou e continua se passando da mesma forma para todos. Ou que o mesmo sujeito não tenha experimentado sensações muito diferentes, como Jorge:

“*Brisa da maconha me acalma muito, uma paz. Eu tenho um lado muito agitado, então me relaxa muito, eu descanso. É uma coisa legal para socializar. Hoje é mais fácil de ler, mas sempre embaralhava antes. Todos os livros de filosofia que eu lia era louco.*” (Jorge)

Numa mesma sequência, Jorge fala de relaxamento, da relação da maconha com o conagraçamento e a socialização e do prazeroso estranhamento que teve quando lia sob seus efeitos. Por isso, uma das visões irônicas e pejorativas dos *maconheiros* é o fato de

que eles dizem que gostam de fumar para tudo. Somente uma substância com agenciamentos tão flexíveis pode ser mobilizada com propósitos tão diferentes.

Essa flexibilidade se soma ao fato dos sujeitos terem pouco controle sobre a maconha que fumam, envolvendo um componente de surpresa a cada nova aquisição. Com a experiência adquirida com o tempo, muitos sujeitos disseram que o fumo considerado “bom” não é necessariamente o que produz uma *onda* mais forte. As *ondas* variam muito e é comum que se atribua a elas sensações muito díspares, tanto as negativas, como a paranoia e tremor, como as positivas, associadas à tranquilidade e à contemplação. (também são permanente avaliados o sabor e o cheiro, como será discutido mais à frente). Os sujeitos, com o passar do tempo e da consolidação do hábito, buscam, dentro de suas possibilidades, fumos que não produzam as reações que os desagradam, mas esse espaço de escolha é bastante reduzido por conta da ilegalidade.

“Eu não gosto de fumo forte, de qualquer droga forte, porque você não aproveita se perder o controle. Você tem que estar num estágio em que consiga aproveitar o estado de alteração e não ficar babando por causa dela” (Leonardo)

Essa plasticidade com o aparato subjetivo também tem sua faceta inversa. A possibilidade de sensações ruins, momentâneas ou até de longa duração, também esteve presente na experiência dos sujeitos. As sensações intensas e negativas, repleta de medos difusos mais muito paralisantes, chamadas comumente de *bad trips*, acometeram alguns deles, principalmente nas fases iniciais. No conhecimento compartilhado por usuários, a associação desse mal-estar com “pressão baixa” gerada pela maconha é comum e, independente da veracidade biomédica desse diagnóstico, é tratada como tal. Assim, os sujeitos cultivaram e, às vezes, compartilham mecanismos para lidar com essa imponderabilidade da maconha sem grandes problemas: alguns evitam fumar depois de beber álcool, outros fazem exatamente o contrário; alguns evitam fumar muito de uma só vez, outros tomam cuidado com um fumo sabidamente “forte”.

Mas, por fim, é importante ressaltar que se o mais comum entre os sujeitos é, para aqueles que ainda fumam com regularidade, um manejo bastante eficiente para evitar

esse tipo de sensação, para alguns ela não é uma simples questão de controle. Por exemplo, um dos sujeitos não gostava de fumar maconha, pois a vinculava diretamente a um quadro depressivo que chegou a ser intenso na juventude. Portanto, nesse caso, não se pode falar em flexibilidade, mas numa sensação negativamente estável que o levou ao abandono, desde então, do uso de maconha.

Maconha e reciprocidade

Embora a maconha não tenha sido exclusivamente consumida em grupos, seu engajamento coletivo são muito potentes. Como já foi discutido anteriormente, o fato dela compor o cenário de encontros entre amigos e conhecidos é determinante para que o valor atribuído a ela esteja vinculado ao compartilhamento e à reciprocidade. É evidente que, como todas as outras substâncias ilegais disponíveis no mercado clandestino, a maconha tem, comparada a simplicidade de sua produção, um alto valor agregado. Comparando-se o momento que começou a ser consumida pela maior parte dos sujeitos da pesquisa, ou seja, entre o início da década de 1990, e o início dos anos 2010, o preço de um grama de maconha variou, aproximadamente, entre cinquenta centavos e quase quatro reais. Essa estimativa, pouco rigorosa²⁶, serve apenas para demonstrar que a maconha nunca foi tão barata como as duas substâncias lícitas mais consumidas, álcool e tabaco e, portanto, que não se pode atribuir ao seu baixo custo a viabilidade de um engajamento de reciprocidade vigoroso. Ou, em outras palavras, que a reciprocidade entre usuários de maconha ocorra somente por conta de seu baixo custo.

Resumidamente, esse sistema se construiu a partir de três níveis: 1. O fornecimento *in natura*, ou seja, aquele em que um sujeito dispõe de maconha e, instado por um amigo, compartilha para consumo conjunto ou não, uma pequena quantidade. 2. A divisão de uma compra maior que foi realizada por alguém e que, naquele momento ou algum tempo depois, repassa aos demais, rateando custos. 3. O compartilhamento de um ou

²⁶ Trata-se de uma estimativa informal que tem como base as compras relatadas por sujeitos dos dois grupos e, apenas a título de mensuração, caso esse valor tivesse sido corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), hoje a grama de maconha custaria R\$ 1,80.

mais baseados consumidos prontamente. Esses formatos apresentam inúmeras variações em seus detalhes e, além disso, mudaram ao longo das trajetórias. Do ponto de vista econômico, o segundo tipo é o mais relevante, porque revela um padrão recorrente de aquisição de maconha, ainda que não seja o único (existe a compra direta de *parangas*²⁷ em *bocas* ou de um traficante mais ou menos próximo, como será discutido no capítulo sobre os *sujeitos*). Seu objetivo não pode ser claramente definido, pois varia ou agrupa, num mesmo momento, a contribuição para o abastecimento de amigos à possibilidade de algum ágio na transação, ágio esse que não tem nenhuma vinculação com lucro tradicional, mas de *prezas* que se realizam sempre na forma de maconha, e não de dinheiro.

O hábito de ceder um pouco de maconha aos amigos que desejavam e não puderam, por motivos diversos – falta de fornecedores, tempo, dinheiro etc. –, conseguiu-se, variou muito ao longo do tempo. O fato relevante é que, nesses casos, opera um sistema de reciprocidade silenciosamente contratado a partir do qual se espera uma futura contrapartida. Ainda que ela nunca venha a ocorrer, o fato é que o sistema de reciprocidade que envolve a maconha tendeu a funcionar, no caso dos sujeitos observados, com certo equilíbrio. Houve, e ainda há, rearranjos, como os acordos tácitos nos quais alguém com mais capacidade econômica financiava um sujeito que tinha mais facilidade de acesso ou menos aversão ao risco, mas não dispunha de dinheiro.

Essa instauração de reciprocidade não resulta, ou não é resultado, de um sólido compromisso com a “causa” ou da solidariedade com os amigos. Há uma ligação forte aos costumes que cercavam o uso de maconha e, portanto, também guardava relação com sanções aplicadas para os momentos em que houvesse quebra da reciprocidade. Por exemplo, quando um amigo está sempre na posição de receptor e ignora as futuras contrapartidas. Como esse tipo de conflito pode minar as relações, eles provavelmente foram minimizados ao longo do tempo, mas, mesmo assim, é possível afirmar que nunca houve abalo sério na amizade dos sujeitos cujo a motivação tenha sido a maconha. No entanto, tensões e conflitos sempre puderam acionar, como categoria de acusação, a má

²⁷ *Paranga* é o nome mais comum dado a uma pequena quantidade de maconha vendida em *bocas*, geralmente enrolada em papel ou plástico.

conduta na reciprocidade material, como o pagamento de contas em bares, a contribuição com festas e, obviamente, de qualquer droga que tenha valor monetário, como a maconha. Todas foram pontuais e, repetindo, nunca ameaçaram realmente a reciprocidade entre os grupos.

Esse circuito de reciprocidade era mais ativo quando os sujeitos eram mais jovens e participavam do eventos coletivos em locais abertos. No *grupo da universidade*, por exemplo, fumar baseado nos terrenos nas áreas verdes em volta do prédio da faculdade era comum e atraía muitos outros usuários que buscavam um local agradável e tranquilo. Além disso, o baseado agenciava ao seu redor longas conversas. Por outro lado, nesse contexto, alguns indivíduos se aproximavam com o objetivo, mais ou menos declarado, de fumar maconha alheia, o que era tido como uma postura negativa. Se, no caso dos amigos, há um compreensivo rearranjo para que se evite ao máximo as tensão, no caso dos menos conhecidos e sem laço afetivo a saída era simplesmente evitá-los. Há muita sutileza nessa etiqueta que cerca o consumo coletivo de maconha. Por exemplo, o tom jocoso com que são tratados os indivíduos que permanecem muito tempo segurando o *baseado* ou o aqueles que não sabem *bolar* com muita destreza. Também era tida como desagradável a reclamação à sério sobre a ordem de passagem do baseado ou sobre uma pulada da sua vez. O que é valorizado é o não rompimento do clima de generosidade no qual deve ser pressuposto que a quantidade de maconha fumada não está em disputa.

A fumaça e a sedução material do *baseado*

Embora prescindida de grandes conhecimentos químicos, sendo basicamente vendida *in natura* depois de um processo de preparação pouco elaborado, a produção e a logística da distribuição da maconha são complicadas: ela ocupamais espaço do que substâncias consumidas em outros formatos (pó e comprimidos, por exemplo), é mais perecível e emite um odor forte e bastante característico. No entanto, é justamente o fato de ser o produto de folhas e flores extraídas de uma planta para ser posta em combustão que torna possível à maconha agenciar uma aura muito peculiar entre as outras substâncias ilícitas.

A fumaça produzida pela “erva natural” é simbolicamente muito poderosa como fator atrativo.

Não obstante as diferenças de contexto e de faixa etária na aproximação de cada um dos sujeitos com a maconha, a substância agenciou neles um marcante apelo simbólico nas suas materialidades. O rito que precede o consumo da maconha, a sua *dichavação* (processo de trituração) e *bolagem* (preparação do baseado) é um momento caracterizado pelo bem-estar e pela sensação de comunhão entre os sujeitos. Quando a maconha ainda tinha uma importância transgressora para os sujeitos, ela era uma transgressão menos ansiosa, menos preocupada com a qualidade e com a dose que iriam consumir, como ocorria com a cocaína, por exemplo. Interessava falar do fumo, de seu sabor e de sua qualidade.

Esses agenciamentos materiais da maconha não chegam a ter a força daqueles exercidos pelo álcool, cujo consumo vem sendo culturalmente incorporados há milênios. O fato de ser ilegal e, assim, sempre comprada em situações marginais, é um obstáculo para o detalhamento dos diferentes paladares, odores e efeitos tenha se constituído, para os sujeitos, como um campo mais preciso de saberes a serem compartilhados. Ainda assim, falar a respeito da maconha, dos apetrechos para fumá-la e dos efeitos provocados foi muito importante nos primeiros anos de envolvimento dos sujeitos com a substância. Mesmo que fumassem com pessoas mais próximas, agrupamentos em torno de baseados em shows, jogos de futebol ou qualquer outro evento coletivo se constituíam como espaços de troca de saberes e de experiências sobre maconha que não encontravam o eco em outras drogas.

Com o envelhecimento, alguns dos aspectos da sedução material da maconha se enfraqueceram, principalmente entre o *grupo da universidade*. Agora, os sujeitos têm mais experiência e condições financeiras, sendo menos seduzidos pelos ritos de consumo coletivo juvenil que cercaram o consumo no passado e buscam uma erva com mais qualidade e sem impurezas, de boa procedência. Ainda que permaneça ilícita, nota-se que os sujeitos não iniciaram e nem intensificaram seu consumo sob o atual contexto de tolerância social e disseminação de informações sobre maconha, que vem crescendo

rapidamente. Hoje, o grau de detalhe e refinamento que envolve detalhes da planta é muito maior do que há 20 anos e tal fato produziu impacto nas novas gerações de consumidores.

Larica e memória

Os olhos vermelhos, a *larica* e as dificuldades com a memória compõem a caricatura ou o estereótipo mais disseminado do *maconheiro*. Os olhos vermelhos, embora frequentes, não eram unânimes nas experiências dos sujeitos. Seu impacto prático não merece grande discussão, na medida em que se limita à possibilidade de *dar bandeira* do baseado consumido há pouco. No *grupo de rua*, no qual muitos indivíduos passaram anos consumindo maconha e morando junto com as famílias, o hábito de utilizar colírioseira comum entre aqueles mais preocupados em se livrar dessa pista incômoda.

A *larica*, apelido mais comum da intensa sensação de fome que segue o uso de maconha, é provavelmente o agenciamento menos controverso dessa substância. Já há comprovação da interferência de alguns dos diversos alcaloides presentes na maconha nos circuitos neurais responsáveis pela saciedade, ou seja, naqueles que regulam no cérebro a sensação de que o organismo está provisoriamente alimentado e, portanto, pode parar de comer (Ribeiro & Malcher-Lopes, 2007). Ainda que se reconheça que a saciedade é uma sensação relativa com ou sem consumo de maconha – comer vem sendo considerado, cada vez mais, umas das compulsões contemporâneas – o fato é que depois de algumas tragadas todos os sujeitos experimentaram, na maior parte de sua longa experiência com maconha, fome intensa.

Há diversas apreensões simultâneas da *larica*. Por um lado, ela pode incomodar a quem está preocupado em não exagerar nas calorias. Por outro, pode fortalecer a representação simbólica da maconha como uma droga inofensiva para a saúde, principalmente quando comparada à cocaína, ao álcool²⁸ ou ao cigarro, cujo potencial de dano corporal seria

²⁸ O caso do álcool também é complexo, pois ele em si carrega muitas calorias. No entanto, a imagem do consumidor frequente e intenso de álcool geralmente é de alguém com a saúde frágil e até mesmo um corpo abaixo do peso, devido às profundas interferências desse hábito no metabolismo e na alimentação.

muito maior. Ao contrário, a maconha poderia até desempenhar o papel de um tônico, posto que estimularia o apetite. A mais interessante das apreensões desse agenciamento, entretanto, é o do próprio prazer a que ele pode se associar.

Ao longo de anos de consumo de maconha, são incontáveis os episódios de divertidas comilanças, algumas envolvendo os únicos e bizarros alimentos disponíveis. Com o amadurecimento e as preocupações da vida adulta, a *larica* foi sendo progressivamente mais planejada. Assim, os sujeitos lançam mão de algumas táticas, como programar as tragadas para os momentos mais sincronizados com as refeições cotidianas ou, o que é mais interessante, se esforçando para manter a fome sob o seu controle.

Um dessas manipulações positivadas dos efeitos da maconha é o sua adaptação a um potencial “digestivo”. Conhecendo seus efeitos sobre a saciedade, os sujeitos adotam o hábito de fumar maconha após refeições mais pesadas, o que seria capaz de diminuir o possível desconforto pela difícil digestão dos alimentos. Fica manifesto o paralelo desse hábito como o do consumo de tabaco e de café após as refeições, também saudado pelos usuários como extremamente prazerosos. Portanto, a *larica* não pode ser desprezada no conjunto de agenciamentos da maconha e da relação de prazer que os sujeitos tiveram, ao longo de suas trajetórias, com essa substância.

Mesmo que seja tão presente no que se diz sobre a maconha, os efeitos sobre a memória são muito mais complexos e controverso do que aqueles envolvidos na *larica*. Do ponto de vista neuroquímico, são recentes as primeiras constatações sobre os mecanismos de ação da cannabis sobre os circuitos relacionados à memória. Em linhas gerais, eles atuam, entre outras coisas, nos sistemas neurais responsáveis pelo esquecimento que incluem o sistema denominado endocanabinoide, independente do consumo de maconha e é extremamente importante para o conhecimento, a memória e a racionalidade humanas. (Ribeiro & Malcher, op.cit.). A explicação biomédica mais consensual para o efeito da maconha sobre os sistemas de memória é que seus canabinoides o “inundam” e, assim, produzem as alterações na forma como normalmente lembramos e esquecemos, algo frequentemente relatado pelos consumidores.

Como os outros agenciamentos da maconha, o que atua sobre a memória é também bastante plástico, moldando-se aos aparatos subjetivos. Assim, alguns sujeitos se consideram incapazes de fazer alguns tipos de raciocínio, enquanto outros acham que, por exemplo, a leitura de uma partitura musical pode ganhar um novo e estimulante sentido. Numa fase escolar, a capacidade de aprendizado em uma aula ficava extremamente prejudicada segundo João, efeito que não guarda semelhança com o que relata Eduardo sobre a faculdade:

(Perguntado se fumava para estudar) “*Fumava sim, com muita disciplina: fumava um antes e um depois da aula (...)O que eu tinha que aprender, aprendi, independente de estar ou não fumado. Aliás, tenho dúvida sobre o que um moleque pode entender em uma aula sobre Freud.*” (Eduardo)

Eduardo fumou, inclusive, para fazer vestibular e para outras seleções nas quais foi aprovado (o que não significa que fumou em todas as provas de sua vida). Como dito sobre a sensação de estranhamento do mundo relatada anteriormente pelos sujeitos com a experiência de fumar maconha, as atividades relacionadas à criatividade parecem ter especial relação com os agenciamentos da substância. No entanto, eles são tão plásticos que só seria possível analisá-los de forma genérica, sem levar em consideração disposições individuais e aparatos subjetivos.

Além disso, é interessante salientar os relatos dos sujeitos a respeito da perda de memória recente logo após o uso ou algum tempo depois. Ao que parece, é um tipo de memória muito ligada às tarefas rotineiras do cotidiano e, segundo alguns deles, menos ligadas ao raciocínio e à capacidade de reflexão. Por isso, ela abre a possibilidade, como relatam alguns deles, de esquecer o fogo ligado ou deixar uma porta destrancada, mas, simultaneamente, lembrar de detalhes de uma longínqua sensação da infância que, por sua vez, remeterá, por exemplo, a uma reflexão existencial.

No tocante a esse último ponto, sobressai-se um dos efeitos considerados mais prazerosos do consumo de maconha. No caso do consumo coletivo, a maconha agencia conversas diferentes das usuais. Evidentemente, isso não é exclusividade da maconha, mas a mudança, nesse caso, tem a ver com o ritmo e o tipo de entendimento. Com uma postura

menos compromissada (porque esquece, possivelmente, dos compromissos), é possível que se pense e/ou se discuta sob outras perspectivas, mas sem o raciocínio torporizado da embriaguez alcoólica.

Com o passar do tempo, alguns sujeitos diminuiriam, ou pelo menos tentaram regradar, a frequência das tragadas, por se sentirem preocupados com os efeitos da maconha sobre sua memória e sua capacidade de trabalho (deve-se lembrar que o envelhecimento torna progressivamente mais frequente as reclamações a respeito da eficiência da memória em toda a população, não apenas nos consumidores de maconha). Assim como no caso da *larica*, o manejo dos agenciamentos tão peculiares da maconha na memória é produzido ao longo da experiência dos sujeitos. Por certo, há uma busca pelo alívio, pois afastadas ou confundidas, as memórias não seriam capazes de exercer a mesma pressão sobre os sentimentos ruins e as angústias do cotidiano.

Lapsos e *rolês* e num carro enfumaçado

As saídas para um *rolê* costumavam acontecer à noite, nos dias de semana e à tarde nos sábados e domingos. Nos finais de semana eles eram mais cheios, pois a turma era adensada por outros convidados, amigos de outras bandas, gente que, por motivos diversos, não se via a toda hora. A saída noturna no bravo e sofredor carro de um dos nossos amigos se deu, no caso, em uma despreziosa quinta-feira.

A concentração rolou ali na rua mesmo. Nos anos 1990, ainda distantes da revolução virtual, a turma não era assídua nem no uso do telefone. De algum modo, se sabia o horário aproximado de sair de casa e encontrar os outros para não ficar sozinho, *know-how* aprendido ao longo de toda uma infância passada na mesma rua. Caso isso não acontecesse, como naquela noite, o toque da campainha, e o provável papo com os pais do procurado, era a solução. Todos estavam mais que habituados a passar muito tempo nas calçadas em intermináveis papos e zoeiras. Na verdade, naquela fase, o tempo ocioso das conversas vinha diminuindo: aula e, principalmente, trabalho já não deixavam tanto tempo para futebol e vida mansa. A turma, inclusive, passava por uma reconfiguração, cujo mote central foi ser ou não ser *maconheiro*. Claro que é sempre mais do que isso, mas a maconha deu uma dividida. Quando havia uma balada, todos poderiam se encontrar e a turma que fumava dava antes o seu *rolê* (às vezes, dava durante e também depois) do evento “principal”. Mas quando sair para fumar se tornou mais frequente, quem não fumava se apartou, e foi apartado, do convívio. Nessa idade, só convívio fortalece amizade.

Naquela quinta-feira, o *rolê* para fumar uns baseados tomou forma. Para os que ainda estudavam, as férias de julho eram álibis importantes para o ócio diante de famílias mais controladoras. Mas, como ainda tínhamos a sexta pela frente, convinha não abusar do horário, pois no dia seguinte a maioria dos presentes tinha que acordar cedo para trabalhar. Como não havia nenhum pretexto, uma festa, um show ou algo assim, esse plano sabidamente falacioso – voltar num horário civilizado – servia apenas para aliviar a culpa na hora da partida. Depois de uma breve conversa

na rua e da checagem exitosa da posse do fumo, na qual alegremente se constatou que todos estavam municiados, compondo uma farta cesta coletiva, partimos em direção à casa do futuro quarto integrante do *rolê*, que morava em um bairro próximo, mas que tava sempre junto.

A sensação prazerosa do preâmbulo tomou conta de todos. Se afastar de casa, da rua, do dia de trabalho que tinha acabado, ao lado de quem tem sempre assunto para falar, de motivo para rir. No trajeto, já bolamos o primeiro baseado, não por ter grande pressa em consumi-lo, mas para que houvesse uma recepção calorosa ao amigo: prontos e com a *bomba* nas mãos. Quando ele saiu de seu grande condomínio com pequenos prédios e minúsculos apartamentos, sacamos o baseado que, rapidamente, foi confrontado com o do recém-chegado que tinha preparado surpresa igual para nós. Seguiram-se as gargalhadas e, ao som aumentado de Whole Lotte Love, do Led Zeppelin, partimos naquele carro barato rumo a algum lugar, qualquer um que fosse. Não precisávamos de mais nada.

Foi o único trajeto da noite com um ponto de chegada previamente definido: o *point*, o apelido que demos para uns lugares ermos, uma região com um lago bonito lago, que se chegava depois de sair da rodovia Raposo Tavares, perto de onde, hoje, passam as várias pistas do Rodoanel Mário Covas. Estávamos familiarizados, mas a escuridão conferia ao *rolê* um ar de aventura para marmanjos que fingiam já não ligar para isso. Baseados acesos, rapidamente os quatro experimentavam os efeitos mais reconhecíveis da primeira enxurrada de fumaça: risadas, brincadeiras, histórias engraçadas, lapsos de memória, enfim, uma viagem que afastava a vida ordinária para longe. Acho que para todo mundo, essa primeira onda são as mais intensas e divertidas da noite.

De repente, uma luz passou ao longe e começaram as especulações sobre sua origem. O mais novo ficou assustado, e ouviu as especulações: polícia ou bandidos, coisas distintas mas igualmente perigosas para nós. No entanto, até a tensão era engraçada, motivo de zoeira. Éramos agressivos desde sempre, principalmente contra os alvos prediletos. Sei lá quanto tempo passamos ali, mas já eram 22h e o

efeito mais *pala* e irresistível da maconha dominou a todos: a *larica*, essa fome selvagem que pode fazer qualquer indivíduo atacar uma feijoada fria, uma lata de atum ou um pote de achocolatado, qualquer coisa que aplaque seu desejo por comida. Não tínhamos nada para comer ali, mas dispúnhamos de um carro e das inúmeras opções de comida ruim, barata e farta que a Zona Oeste de São Paulo podia nos oferecer. Partimos, não sem antes acender a gorda ponta de baseado para fumá-la até o fim, queimando o dedo do amigo já sacaneado por ter uma casca amarela e grossa de autoproteção.

A escolha foi rápida, o que contrariou a nossa estatística que indicava a tendência de discutir longamente qualquer decisão. A opção pelo gorduroso e saboroso frango frito que não ficava longe dali foi perfeita para o orçamento de todos, considerando que um, como de costume, teria que ser subsidiado pelos demais. A chegada dos quatro a um ambiente público foi engraçada, como sempre, pelo contraste que supúnhamos existir entre nós, completamente *chapados*, e os cidadãos em seu estado *careta*. Nunca soube se dávamos toda essa *pala* porque estávamos sob efeito de maconha ou porque tentávamos parecer “normais”. O fato é que, do estacionamento até a escolha do prato, gargalhadas e xingamentos eram seguidos pelos olhares laterais, dos clientes, e diretos, do garçom. As bandejas com frango e polenta foram devoradas com rapidez e pouquíssima etiqueta. A comilança, acrescida de umas poucas cervejas, foi acompanhada pelo relaxamento de um ou dois cigarros consumidos ali na mesa mesmo. O único que não fumava tabaco, nosso amigo de outro bairro, alardeou-se com a hora: tinha que acordar muito cedo na sexta. Entre o seu alerta e a saída, nossa letargia ainda consumiu meia hora pelo menos...

No caminho até seu condomínio, foi proposto que se bolasse mais um *fininho*, mas ele mesmo rejeitou a oferta, pois tinha que estar *careta* num possível encontro com pais acordados, um dos medos mais chatos dos finais dos *rolês*. Havia uma poderosa aliada da farmacopeia popular para essas situações, barata e sempre às mãos daqueles maconheiros encanados com os “*olhos fortes*”: as fabulosas duas gostas do

colírio Moura Brasil. Nem bem ele desceu do carro, seu dono constatou que ainda não era nem meia-noite e que não seria mal alongar um pouco o *rolê*. As esticadas sem destino certo, sempre motorizadas, não eram novidade, mas assustavam pelo descontrole do quanto durariam. Eu e o outro amigo tentávamos, inutilmente, manter as previsões iniciais com relação ao horário, apenas para que isso pudesse, depois, virar mais uma zoeira. O baseado, mal preparado, já que o melhor *bolador* estava ao volante, foi aceso na Marginal do rio Pinheiros e deve ter apagado sozinho no afluente, antes de voltar a ser aceso no rio Tietê. Depois de tanta fumaça, a *onda* da maconha é diferente. Não tem risada fácil, mas *viagens* mais introspectivas. Entramos numa de contemplar a cidade, já esvaziada da correria do dia. A feiura das Marginais era quebrada, de repente, pelo surgimento do Mercado Municipal, da Estação da Luz, da enorme bandeira brasileira na praça que tem o nome de bandeira mesmo. Nosso amigo adorava virar um atrapalhado chofer de *city tour*. Eu gostava de assumir o papel de um empolado monitor, contando histórias e estórias sobre aqueles locais. Acho que o encanto, na verdade, era ver lugares que já tínhamos visto um monte de vezes, mas sob outra perspectiva, coisas que outros não viam. Talvez até vissem, mas não diziam o que viam.

Eis que no meio a uma divagação sobre a imigração italiana nas ruas escuras do Brás, fomos bruscamente interrompidos pela viatura de polícia que, na *miúda*, emparelhou com o nosso carro. Uma ponta ainda acesa com o amigo no banco de trás acionou o circuito de medo profundo, contrariando a regra básica de que isso é a pior coisa que pode acontecer. Como dizia o avô do nosso amigo chofer, cavalos e policiais são capazes de farejar medo. Não dessa vez. Depois de dez segundos de terror, fomos devidamente encarados e, em seguida, ignorados pelos soldados, escapando da ameaça de uma batida.

O susto com os policiais nos fez cobrar do amigo motorista duas providências imediatas: rumar para casa, distante muitos quilômetros do Brás, e o abastecimento do carro, cujo marcador de combustível jazia inerte há anos. Ele nos tranquilizou sobre ambas ao mesmo tempo em que não executou nenhuma delas. O combustível

haveria de durar daquela vez, o que de fato ocorreu (para nossa sorte, pois até o desaparecimento daquele carro de nossas vidas, tivemos que empurrá-lo várias vezes até algum posto de gasolina) e o caminho de casa era, na lógica particular do motorista, relativo, pois “entre dois pontos pode-se desenhar apenas uma reta, mas infinitas curvas”. E seguimos pelo caminho mais longo, pela Marginal Tietê, onde pudemos fumar a última ponta em paz, livrando-nos de qualquer flagrante, e rumar para casa, não sem antes nos “perdermos” do caminho mais curto mais uma vez.

Nesse último *rolê*, o meu papo com o amigo ao volante não tinha mais testemunha. Nosso amigo do banco de trás, num misto de cansaço e manifestação de protesto, dormia de olhos semiabertos, acordando apenas para algum comentário estapafúrdio a respeito da música que tocava no rádio. Nossos papos ensaiaram, hoje posso dizer, uma parceria intelectual muito peculiar que manteríamos desde então, versando sobre temas que iam do punk rock à opressão da família, da situação política do país ao estatuto legal das drogas. Cruzamos, meio que inesperadamente, a rua do meu local de trabalho, de onde havia saído no fim do dia e deveria retornar dali a algumas horas. Com a última ponta acesa (sempre havia mais uma ponta, mas acho que essa era a última mesmo), nosso papo tomou um rumo muito louco. Falamos sobre estar presos àquela rotina, àqueles trabalhos. Falamos sobre rompimentos. Quando o papo ficava intenso, de repente mudava o tema. Isso era engraçado, mas às vezes irritava. E se repetiu ali, pois fui interrompido quando falava do quão difícil era pensar no futuro, num trabalho que gostasse. O motorista, ao ouvir os primeiros acordes de Mr. Postman, começou a falar sobre o quinto *Beatle*, pois essa era a música do filme que contava sua história e sua saída da banda instantes antes do sucesso estrondoso. Ok, eu já tinha assistido ao filme, não estava compreendendo aquela conversa. O *rolê* havia terminado. Sobrou tempo apenas para um último cigarro fumado na nossa rua mesmo.

Poucos meses depois, eu passaria a pé pelo mesmo local da conversa, o meu trabalho. Mas já não era mais o meu trabalho, havia acabado de fazer um afobado

pedido de demissão. Em meio à terrível sensação de covardia e de arrependimento, os acordes de Mr. Postman reapareceram. Eu era capaz de ouvi-los sem estar com um fone e, junto com eles, a conversa daquele *rolê* reapareceu. O medo foi sendo levado pra longe, enquanto o volume imaginário da música crescia. No refrão, a conversa ganhou sentido: romper com os Beatles era mais do que possível; em algumas circunstâncias, era necessário.

Viagens com e sobre baseados na lavanderia da festa

Um grupo de amigos, como familiares próximos, tem uma percepção visual peculiar: ficando juntos, por muito tempo, percebem menos as modificações físicas e mentais pelas quais passam. Isso acontece com os amigos que se conheceram desde o início da faculdade e que, com uma frequência bem menor, ainda se encontram. As mudanças ficam em latência, como se esperassem um momento repentino para serem percebidos. Um desses momentos aconteceu quando cheguei à festinha organizada por uma amiga no em seu apartamento: olhando para amigos que conhecia há quase quinze anos, pensei naqueles que agora cuidavam de filhos; reparei nos fios de cabelos brancos, nas barrigas que cresceram ou encolheram, nos novos rostos de namoradas e de amigos dos amigos. Durante a troca das minhas cervejas quentes por outras mais geladas no freezer, encontrei com os mais chegados conversando entre a cozinha e a lavanderia. Todos haviam se conhecido no curso de Ciências Sociais da USP, mas seguiram caminhos profissionais os mais diversos, da ciência política ao comércio, do jornalismo ao cinema. Me juntei a eles e, enfim, encontrei o único membro do grupo que permaneceu completamente imune à ação do tempo, pelo menos na sua aparência física: o *beque* (esse apelido sempre me pareceu o mais íntimo, entre tantos outros).

Após algumas tragadas, surge uma discussão sobre o baseado e em meio às brincadeiras, compartilhei meus devaneios, lançando uma pergunta aos demais: “Até que ponto o beque foi um protagonista da história de nossas amizades?” Algumas piadas e risadas depois, a questão que soou existencial demais foi substituída pela controvérsia sobre um filme que acabara de ser lançado. Também embalei no outro papo, mas, num lapso, volto a pensar nos amigos e na importância do *beque*. Desde que nos conhecemos, ele esteve presente. Talvez tenhamos bebido mais álcool do que fumado maconha, mas ele estava sempre ali. Tudo bem, também tinha o tabaco, que muitos não largavam. Eles formavam esse tipo de “triumvirato psicoativo” que acompanhou nossos encontros em todo esse tempo.

Mas a maconha é ilegal. Será por isso que ela foi tão importante para nos unir no início da faculdade? Acho que não. Com raras exceções, começamos a fumar maconha ainda no colegial – hoje chamam de ensino médio – e alguns até um pouco antes. É verdade também que não fumamos toda vez que nos encontramos. Cada um tem suas relações de amizade e encontro pode ser um monte de coisa diferente, de um jogo de futebol a uma cervejinha no fim de tarde. Muitos fumam mais que antes, alguns fumam menos, alguns nem fumam mais. Tudo isso é verdade mas, naquela lavanderia enfumaçada, se repetia mais uma vez a nossa conversa em torno do infalível baseado. Se ele faltou à alguma festa, com certeza a desculpa foi boa, pois nem nos demos conta.

Fui para a sala, pois a roda de maconha já não tinha o clima festejado dos anos de faculdade. Desde então, o baseado foi cada vez mais trazido para o cotidiano, largando os longos rituais. Mas aquela lavanderia também não era um ritual? Não sei, talvez seja porque a maconha hoje seja bem mais aceita do que na nossa adolescência. Pedir ao dono de uma festa a autorização para fumar maconha não causa o mesmo espanto de antes. Tem gente que nem pede mais. O baseado é tão familiar no nosso grupo que as regras para sua presença são mecanicamente seguidas, e assim se passou naquela noite. Sabíamos todos que a dona do apartamento limitara, por conta do filho, as tragadas de cigarro à cozinha e as de maconha ao espaço logo depois dela, a lavanderia. Essa separação servia não apenas ao filho, que muitas vezes estava presente, mas ao conforto dos demais convidados, além de esconder o cheiro do flagrante dos vizinhos encrunqueiros. Com toda essa segregação, o mais comum é que a lavanderia enfumaçada reunisse mais gente que o resto do apartamento.

Quando busquei outra cerveja na geladeira, constatei que a conformação espacial ordenada pelas drogas tem uma exceção: o álcool. Ele reina absoluto em qualquer festa, pelo menos em qualquer festa que possa ser chamada de festa. O álcool é uma senha de entrada e a colaboração dos convidados parece ter o sentido de garantia do clima: aqui estão as cervejas e os vinhos que precisamos! Claro que sempre tem os

que não bebem. Ou os que haviam decidido não beber e mudaram de ideia, tomando uma ou duas latinhas em nome do conagraçamento. E não precisa beber na lavanderia, pode-se beber em qualquer lugar. Mas lavanderias com baseados exercem nessa galera uma atração. Talvez seja em todas as galeras. Afinal, beques, diferentes de copos, existem para ser compartilhados.

Num dado momento, alguns pareceram se cansar. A cozinha não é o lugar mais confortável do apartamento e a lavanderia menos ainda: enquanto uns, eu entre eles, se apoiavam nas máquinas de lavar e de secar, a maior parte ficava em pé ou sentada no chão. Não sei se esse aparente desconforto foi o motivo do êxodo, ou se houve um certo constrangimento com a lembrança, entre uma tragada e outra, de que também havia gente na sala. É possível que o baseado atraia seus fãs para perto de si não apenas por conta de seus efeitos, mas porque eles tenham alguma afinidade. Para mim, isso ficou mais claro quando abandonei a máquina de lavar em que estava encostado há mais de uma hora e, no intuito de buscar mais uma cerveja na geladeira, terminei caminhando para a sala, onde um grupo de amigas conversava. Não muito tempo depois, percebi que o papo da sala não me entreteve. Tava sentindo uma onda de maconha que não cruzava com aquele papo. Convidei as moças que acabara de conhecer para um cigarrinho na cozinha, no que fui seguido por apenas uma delas. É estranho como os deslocamentos espaciais em baladas são revestidos de uma pretensa aleatoriedade, como se os sujeitos não quisessem expor decisões por detrás de seus movimentos. Ir ao banheiro, pegar uma cerveja, fumar um cigarro etc. são tarefas que servem não só para isso, mas para mover-se em busca de um novo papo, uma nova companhia, talvez um novo flerte. Tudo feito como quase sempre, e por quase todos, com o clima de descompromisso que garante o convívio prazeroso entre amigos.

O cigarro foi deixado de lado quando me aproximei da máquina de lavar, convertida quase na minha cadeira cativa naquela lavanderia enfumaçada. Um bonito baseado era preparado e o amigo que, pelo que me lembro, só havia saído daquela lavanderia para ir ao banheiro, anunciava sua excelente procedência. Era melhor fumar aquele

verdinho vindo de um camarão do que queimar aquelas folhas industrialmente enroladas e contaminadas por máquinas. Fiquei por ali mesmo. Entre goles de cerveja e tragadas no baseado, conversamos mais um bom tempo sobre nosso passado, sobre a mancada do amigo ausente e sobre o conflito entre religião e ciência. Essa salada ora nos levava a uma rua sem saída, ora a uma gargalhada. Essa da religião deixou o clima mais pesado. Quando alguém disse que o Estado laico era uma abstração, vi que os dois contentores não estavam se entendendo bem e o clima esquentou. Voltei a pensar no beque e de como ele é nosso íntimo. E para um amigo íntimo, a gente tem que dizer a verdade, que foi o que fiz mentalmente, rindo sozinho, naquela noite: “Tá vendo, é tudo culpa sua!”

COCAÍNA

Agenciamentos ambíguos

A cocaína é o principal alcaloide psicoativo presente em duas plantas, a *Erythroxylum Coca* ou a *Erythroxylum Novogranatense*, tradicionalmente consumidas sob diferentes formatos pelas populações da sua região de origem, os Andes. A cocaína foi isolada em meados de século XIX e, a partir de então, utilizada com os mais diferentes propósitos, tanto como medicamento como na utilização em bebidas revigorantes, até ser proibida, na década de 1920. O médico mais famoso a defender sua utilização foi Sigmund Freud. O fundador da psicanálise acreditava que a cocaína era uma espécie de libido cristalizada e exógena, ou seja, a forma química mais acabada, fora do corpo humano, daquilo que nos trazia sensação bem-estar vital. Freud chegou a empregá-la para tratar a dependência de outra substância que, na virada do século XIX ao XX, era bastante disseminada, a morfina. Esse uso, saudado nos primeiros tratamentos pelo médico, foi interrompido e desestimulado depois que ele percebeu que a cocaína também poderia causar dependência e, principalmente, matar por overdose²⁹.

Nas experiências dos sujeitos da pesquisa com a alteração de consciência, a cocaína desempenhou um papel importante. Todos a consumiram e alguns o fizeram com maior regularidade durante determinados períodos quando mais jovens. Nos últimos anos, praticamente todos se consideram consumidores eventuais: alguns estão há anos sem fazê-lo e, outros, alternam períodos de longa abstinência a algumas fases de cheiradas com regularidade semanal. Falar de cocaína não é nem tão estranho e aflitivo como falar de sua versão fumada, o crack, que foi consumido por alguns sujeitos no passado, nem tão familiar e descontraído como uma conversa a respeito de maconha. A cocaína desperta sensações ambíguas que, ao que parece, relacionam-se aos seus contextos de consumo, aos seus poderosos estímulos, ao medo da dependência; ela é um tanto amada, um tanto temida e mais um tanto satirizada, mas nunca foi completamente abandonada. Seu formato, seus efeitos, sua fama podem ser vistas por cada um dos sujeitos de

²⁹ Nesse caso, a constatação empírica de Freud foi pessoalmente dramática, com a morte de um amigo que, depois de receber cocaína para se tratar da dependência de morfina, abusou do seu uso até a morte (ver, entre outros, Cesarotto, 1989 e Gurfinkel, 2008).

diferentes formas, mas perpetram condições peculiares e irresistíveis; alguns desses agenciamentos serão descritos a seguir.

A perigosa pureza branca

Os agenciamentos materiais da cocaína exigem muito cuidado analítico, pois são bastante ambíguos e fortemente relacionados aos aparatos subjetivos de cada sujeito. Um dos fatores que dificultam a análise é que a grande variação nos ingredientes do pó branco, às vezes um pouco amarelado, de *biqueira* para *biqueira* e de um mês para o outro.

Em primeiro lugar, o ato de comprar cocaína encadeia, para os sujeitos, uma ansiedade mais intensa que a obtenção da maconha, por exemplo. Existe maior plausibilidade na compra de maconha fora das *bocas*, como é descrito no item específico sobre essa substância. A cocaína, inclusive pela dificuldade de estocagem, foi poucas vezes adquirida numa compra maior para ser, posteriormente, compartilhada. A necessidade de que alguém fosse à *boca* pegar os *papéis* era frequente na fase em que os grupos eram mais jovens e, justamente, quando consumiram mais cocaína. Naquela período, outras formas de aquisição menos arriscadas, como a compra dentro da universidade ou até por telefone, eram pouco acessíveis. Nas *bocas* das zonas periféricas paulistanas entre anos 1990 e 2000, não havia diferença de procedimento para vender maconha ou cocaína. No ordenamento jurídico brasileiro, as penas e os procedimentos são os mesmos. Mas não são. Tudo na cocaína agencia um tom acimano escala de tensão em todos os envolvidos: compradores, vendedores e dos policiais.

No caso dos vendedores, quando não estavam eles mesmos cheirando, tinham de conviver cotidianamente com compradores em intensa *fissura*. A *boca* de pó era mais suscetível à presença desses *noias* e, como relatado por um dos sujeitos, isso acarretava cenários conflituosos ou, no mínimo, constrangedores. Jorge conta uma dessas experiências que viveu numa *boca*:

“Teve um dia que um neguinho veio se crescer na minha, falar uma pá de merda, ali mesmo, no boteco, na frente dos moleques. Eu apavorei ele ali mesmo³⁰”. (Jorge)

A diferença de comportamento dos policiais com relação à cocaína é um aspecto revelador do peso simbólico dessa substância. Seja por acompanhar a tensão de usuários que a buscam seja porque reproduzem, consciente ou inconscientemente, o imaginário de que a cocaína é uma “droga pesada”, a polícia age de maneira mais rigorosa e violenta. A informação que circulava entre os usuários é a de que muitos policiais tinham interesse em apreender o pó para, além de extorquir dinheiro, consumi-lo ou, dependendo da quantidade, revendê-lo.

Fora casos excepcionais, a cocaína é comprada em dois tipos de embalagem. O mais tradicional, que foi o que recebeu o apelido de *papel*, é um pequeno pedaço de plástico mole, que geralmente é um reaproveitamento de sacolas comerciais, recheado com uma pequena quantidade de pó e amarrado por algum tipo de adesivo na ponta, formando uma espécie de “trouxinha”. A outra embalagem se tornou progressivamente mais comum a partir do final dos anos 1990 e é uma cápsula de plástico rígido com tampa basculante presa ao corpo principal, utilizada em laboratórios com o nome de *eppendorf*. Nas ruas, já ganhou diversos apelidos, mas entre os sujeitos é chamada de cápsula, *pino*³¹ ou mesmo *papel*. O *pino* não foi apenas uma inovação na embalagem para o varejo, ele ensejou mudanças na forma de consumir, pois tornou mais fácil o transporte e a conservação do conteúdo. O *papel* tradicional, que continua sendo utilizado em São Paulo, demanda um consumo mais imediato e, principalmente, que não deixe sobras. Mesmo que seja possível guardá-lo por algum tempo fechado, quando aberto, ele é invadido pela umidade, tornando muito mais difícil e, às vezes, impossível a preparação do pó em *carreiras*; como uma lata de bebida, o *papel* tradicional é prático e eficiente

³⁰ A citação está transcrita como foi dita, repleto de gírias. Quando diz “se crescer”, Jorge está relatando que esse “neguinho” o provocou ou fez alguma chacota com ele. O fato de estar na frente dos moleques quer dizer que isso ocorreu no local em que os garotos estavam vendendo a cocaína e, por fim, quando diz que “apavorou”, quer dizer que subjugou verbalmente seu algoz de alguma maneira.

³¹ Há diversos relatos sobre a introdução do *eppendorf* ou *dopinono* varejo de drogas ilícitas. A maior parte delas diz respeito a uma inovação trazida pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Em algumas *bocas*, o *pino* é lacrada com um plástico, de forma a garantir a “integridade” do produto que chega às mãos do consumidor.

apenas enquanto fechado. O *pino* também não permite que se estoque a cocaína por muito tempo, pois não tem fechamento hermético, mas torna viável um consumo mais demorado do seu conteúdo.

O formato em pó, normalmente branco, uma outra materialidade da cocaína que compõe seus ambíguos agenciamentos. Como acontece com qualquer outra droga ilícita, para as quais inexistem marcadores oficiais de qualidade, compartilha-se entre os consumidores algumas características para sua aferição. Todas muito imprecisas, como a cor amarelada, por exemplo. Os sujeitos sabem que a avaliação definitiva só acontece, de fato, depois do consumo. Esse profundo descontrole sobre o que está sendo consumido agencia uma padronização de efeitos. Muitas vezes, dois amigos cheirando o mesmo pó têm opiniões diferentes ao consumi-lo em contextos diversos.

No senso comum, fala-se de muitos ingredientes possíveis na mistura que aumentou o volume e diminuiu a quantidade de cocaína do pó branco que é vendido: desde alimentos, como farinha de trigo e fermento, até medicamentos, como Aspirina (ácido acetilsalicílico) e anfetaminas, chegando até a misturas mais terríveis, como pó de vidro ou de mármore. De fato, levantamentos já encontraram todo tipo de mistura ao pó vendido como cocaína no Brasil, mas o que prevalece são anestésicos (benzocaína, lidocaína, procaína etc.) e estimulantes (cafeína principalmente), além das misturas para aumento de volume (carbonatos, sulfatos, amido etc.) (Carvalho & Mídio, 2003 e Rodrigues et. al., 2013). De qualquer maneira, a avaliação geral dos sujeitos e da maior parte dos seus conhecidos que cheiram ou já cheiraram é de que a cocaína vendida no varejo paulista é muito ruim, ou seja, muito impura, mas que ela é comprada assim mesmo porque o que os consumidores querem é continuar cheirando:

“Isso é o vício, a noia. Você fica numas que se o cara te dá farinha de trigo, às 5 da manhã, você acha bom. Os malucos enchem aquela porra de ASs, Aspirina... se eu tiver resfriado, tô a pampa³² (risos).” (Jorge)

³² “Estou bem, estou tranquilo”.

Portanto, a relação dos sujeitos com o pó branco – que eles esperam conter a maior concentração de cocaína possível – é de desconfiança. De forma geral, essa desconfiança se traduz, discursivamente, por uma oposição entre o natural e o artificial, representados, respectivamente, pela maconha e pela cocaína. Essa última, assim, carrega uma carga simbólica do perigo da artificialidade e da mistura química danosa na sua cadeia clandestina de preparo, ainda que, na sua origem longínqua, tenha sido obtida a partir das folhas de uma planta.

A ambiguidade da “pureza branca” não cria apenas desconfiança em seus consumidores. Há um componente de sedução no ato e, de alguma forma, ele goza, entre os sujeitos, de algum status como uma droga de classes altas, de “pessoas bem-sucedidas”. Por mais que não se saiba o que realmente contém aquele pó, o ato de cheirá-lo parece asséptico e limpo. Não há cheiro, é rápido e pode ser feito em banheiros ou outros locais reservados. A única coisa a se compartilhar é o canudo e a superfície em que se preparam as *carreiras*, uma materialidade potencialmente contaminada que não chega a ser motivo de preocupação para uma geração que já se considera limpa o suficiente por não usar uma agulha para colocar o pó branco de aparência insípida em suas veias³³.

Intestinos, narinas e dentes: cocaína e corporalidade

Das drogas presentes nas trajetórias tratadas, a cocaína parece ter os agenciamentos corporais cuja expressão é mais aguda, mesmo antes de ser consumida. Quando cheirada, a cocaína intensifica ainda mais essas reações orgânicas que não são semelhantes para todos, nem tampouco ocorrem de maneira uniforme, mas apresentam alguns padrões bem regulados.

O aceleração das contrações intestinais e, portanto, a instalação quase instantânea de flatulência é talvez a mais peculiar das reações corporais à cocaína. Ela poderia acontecer nas conversas que antecederiam a decisão pela compra do pó, ou no aparecimento de algum amigo que, sabidamente, tivesse alguns *papeis* consigo. A sensação de intenso “frio na

³³ O maior risco da cocaína aspirada, do ponto de vista de contaminação, são as hepatites transmitidas pelo compartilhamento do canudo, geralmente uma nota de dinheiro enrolada.

barriga” era, portanto, uma preâmbulo. Como só ocorria depois que os sujeitos já haviam tido algumas experiências intensas com a substância, sua explicação mais racional é um tanto óbvia: a antecipação das sensações diante de um intenso estímulo já conhecido. Difícil, no entanto, é separar o quanto desse agenciamento tem a ver com prazer ou com medo. No caso das outras drogas analisadas aqui, como a maconha e o álcool, também se compartilha um grande bem-estar nos momentos imediatamente anteriores ao uso. O convite dos amigos para um baseado ou algumas cervejas no fim de tarde agencia em todos uma sensação de bem-estar na qual é impossível separar contexto e substância. No caso da cocaína, no entanto, as reações são aparentemente automáticas, como se o organismo já renunciasse a ação que está por vir. Esse aumento da flatulência poderia ocorrer inclusive na hora de uma *correria*, participando de um quadro tragicômico muito marcante para alguns dos sujeitos.

“Um dia a gente saiu da boca com quatro papeis, sábado à noite. Eu já tinha dado umas peidadas no carro antes. Quando a gente pegou os papéis... nossa, os dois começaram peidar. E o que acontece? Logo na saída da boca, era umas oito horas, a gente encontra a Fabiana e uma amiga passando de carro. Quando abri a porta, saiu todo aquele fedô! Puta vergonha (risos)”. (João)

Curioso é que a flatulência ou mesmo o “frio na barriga” não acontecem com todos, o que mostra forte relação com os diferentes aparatos subjetivos. É muito provável que o já referido peso simbólico das representações sociais da cocaína contribuam para o aumento da ansiedade. Além disso, convém lembrar que essas reações semelhantes ocorreram ao longo da experiência que alguns dos sujeitos tiveram com o crack.

Também seria equivocado ver nas reações corporais anteriores ao consumo de cocaína uma comprovação inequívoca do seu potencial gerador de dependência. É fato que o acionamento involuntário de funções corporais revela um poderoso agenciamento, mas se tomarmos como dado a experiência dos sujeitos, que não desenvolveram quadros severos de dependência, a manutenção de reações tão profundas pode ter servido como um alerta para a excepcionalidade da situação. Pelos relatos dos que mais consumiram cocaína

regularmente em determinados períodos, ter em mãos a substância trazia um bem-estar muito mais intenso do que essas reações corporais pouco agradáveis.

O fato da cocaína ser consumida pelo nariz também compõe o quadro geral de seus agenciamentos. Se o estereótipo mais comum do *maconheiro* são os olhos vermelhos e a letargia, a do *cheirador* é a fala rápida e intensa e o intermitente toque no nariz. Com ou sem ou auxílio das mãos, o nariz continua a atrair a atenção do usuário após o consumo. O motivo mais evidente é a uma certa irritação das narinas e do canal olfativo com a passagem do pó, pouco preparado para a entrada de resíduos sólidos³⁴. Essa irritação pode variar de acordo com a composição variável do que se inala e com outras características de quem o faz, já que problemas alérgicos, como rinites e bronquites, podem se agravar. Ainda assim, sangramentos ou ataques alérgicos nunca foram relevantes entre os sujeitos analisados, não obstante tenham visto, em seu ciclo de relações, sangramentos e outros problemas nasais mais sérios.

Além da irritação, mexer no nariz após o consumo de cocaína tem outras motivações. Uma delas é o receio de que vestígios do pó branco permaneçam presos às narinas, o que além de denunciar o uso, não é esteticamente desejável. Mesmo que represente um cuidado plausível, num contexto de ansiedade agenciada pela cocaína, esses movimentos têm uma aparência desagradável, que remete à compulsividade. O medo de ser flagrado é apenas uma de suas principais manifestações, obviamente potencializada pelo intenso efeito estimulante da substância³⁵.

Esse mesmo tipo de estímulo tem relação com mais um efeito dos agenciamentos corporais da cocaína sobre as narinas. Trata-se de um movimento de aspiração mais profundo e frequente, ação que na língua portuguesa tem um conceito bastante preciso:

³⁴ Para um parâmetro de como o canal olfativo sofre alterações quando se cheira, basta lembrar que, depois de alguns *tiros*, a quantidade dos pelos presente no nariz diminui, sendo expelidos ou dissolvidos pela passagem do pó.

³⁵ Uma referência muito bem caricaturada desse tipo de “paranoia” á do personagem Doy Jorge, criado pelo cartunista Glauco nos anos 1980, uma paródia do cantor inglês Boy George, que se envolveu intensamente com o uso de drogas na época. Nos quadrinhos, Doy tem frequentes demonstração paranoicas de perseguição, nos quais chega a imaginar olhares no ralo da pia e uma tropa de pequenos policiais a espreita (<http://www2.uol.com.br/glauco/doyjorge.shtml>).

fungar (ou *cafunhar*)³⁶. É um movimento normalmente considerado pouco educado e um mal hábito quando realizado fora do contexto de consumo da cocaína, mas tolerado entre um grupo de *cheiradores*.

A fungada, que pode ser um pouco ou nada discreta, tem como motivação principal fazer com que o pó que ficou acumulado nas cavidades nasais ou sob o canal olfativo seja completamente absorvido. Realmente, esses resíduos por vezes ficam acumulados em quantidade suficiente para que o amargor da garganta, um dos sinais de que a cocaína está para agir, aconteça. Mas, ao menos na experiência dos sujeitos, as *cafunhadas* pareciam se aproximar mais de tiques nervosos, uma ação repetitiva e automática.

Por fim, os agenciamentos da cocaína sobre os dentes e a boca. O chamado “trincar os dentes” é o efeito corporal mais compartilhado pelos sujeitos. É difícil definir se esse efeito é considerado prazeroso ou colateral, mas o fato é que compõem a aparência do sujeito sob o qual a cocaína age. Como forma de desencadear o amortecimento, alguns consumidores gostam até de incrementá-la, passando sobre a língua o resto do pó que ficou na embalagem ou na superfície em que ela foi consumida.

A trincada de dentes pode estar relacionada tanto à anestesia, quanto ao efeito estimulante da cocaína, na medida em que outras drogas, como o MDMA e o LSD também produzem o trisma, nome técnico dessa reação. De qualquer forma, essa pressão sobre a mandíbula varia de acordo com o usuário e a dose consumida. Também é importante considerar o desejo e a capacidade do consumidor não expor tal efeito, preocupação que também já foi relatada nos cenários de festa de música eletrônica, em que o uso de pirulitos e chicletes ajudam a minimizar a trisma (Coutinho, 2008).

Todos esses agenciamentos corporais se relacionam a uma percepção geral de que a cocaína está ligada à compulsividade. Muitas vezes, os tiques, gestos e a fala ansiosa eram tidos como indícios de consumo de cocaína, mesmo em sujeitos que não o tinham feito. Não é incomum, por exemplo, usar a cocaína como metáfora na comparação com pessoas de comportamento acelerado e fala ininterrupta.

³⁶ Fungar ou *cafunhar* estão tão associados ao consumo aspirado de cocaína que são um dos apelidos dados ao próprio ato de cheirar.

Se sentir bem, “se sentir *foda*”

Uma droga do estímulo, da fala e da vigília. A cocaína tem um agenciamento tonificante e viril. As brincadeiras sobre ser um “pó mágico”, sobre sua capacidade de dar um “brilho” às noites apontam para sensações de força e autossuficiência. Como já dito na seção referente aos agenciamentos do álcool, cheirar e beber é um par muito frequente, pois a embriaguez se coaduna prazerosamente com a vigília. Manter o sujeito desperto é seu agenciamento mais característico:

“Ela (cocaína) tem uma maneira ,impositória”; do tipo assim, estou morrendo de sono e thcun, não estou com sono mais. Cadê o sono? Fica guardado num arquivo escondido e depois vem tudo de uma vez!”(Diogo)

Ao relatar sua experiência com a cocaína, Diogo falou de dois pontos importantes. Primeiro, mas óbvio, a possibilidade de afastar o sono. Mas, na sequência, ele aponta para uma de suas características mais marcantes, a sensação oposta, associada à prostração, à fadiga e à tristeza. Distante das apreensões subjetivas, a explicação neuroquímica dessas sensações é contundente: o cérebro, sob a ação da cocaína esteve repleto de dopamina, mas, quando a inibição da recaptção desse neurotransmissor cessa, o efeito produziria a sensação inversa à excitação e ao bem-estar. Essa é uma das maneiras de se descrever seu agenciamento. Nas trajetórias dos sujeitos, a *onda* da cocaína e o que vem depois dela foram experimentados subjetivamente. Eduardo, que muito esporadicamente cheira, expressa esse agenciamento de forma cabal:

“Meu problema com a cocaína é uma certa sensação de tristeza compulsória, uma coisa que racionalmente você não entende porque, mas está sentindo”. (Eduardo)

Essa frase só é absoluta para Eduardo. Seus amigos próximos sentem de outra forma a *onda* do pó e seu fim. A cocaína não agencia viagens, estranhamentos do mundo. Ela agencia energia e prazer. Isso não significa que sob seus agenciamentos não haja espaço para a criação; ao contrário, para alguns dos sujeitos, ela também permitiu a produtividade, quando a fadiga se impunha.

“Depois tem (sensação ruim), porque é físico (...) Aqueles dias de fritar, de não conseguir dormir, é horrível. Mas sempre foi uma coisa física, nunca foi psicológica, de pirar.”
(Antônio).

Antônio explicita que a *onda* da cocaína é física, não tem relação com viagens, como seria o caso da maconha. Ela não altera o que se vê do mundo, mas a sensação com a qual você está no mundo. Não se dizde alguém que cheirou cocaína que está *viajando*, mas sim que está *pego*, que está *bicudo*. Por isso, depois, *fritar*³⁷, já que mesmo fora da *onda*, dormir se tornava um desejo difícil de ser alcançado.

A qualidade tão variável e tão pouco conhecida da cocaína que se consome em São Paulo dificulta a análise mais precisa dos seus agenciamentos. Os sujeitos normalmente condicionam suas experiências e sensações à boa qualidade do pó. Na verdade, seria muito mais correto afirmar a má qualidade do pó, pois essa é a avaliação mais frequente. Antônio conta que só descobriu o que era a onda de cocaína quando, há poucos anos, cheirou com colegas de trabalho que tinham acesso a compra de cocaína mais pura (e mais cara). Edson não teve esse acesso ainda, mas faz uma explicação subjetiva interessante, pois, diferente da avaliação geral do *grupo de rua* de que, antes, a cocaína vendida nas *bocas* do bairro eram melhores, suas sensações hoje são muito mais ativas.

“Eu me transformava, poderia estar tudo beleza, meu trampo, com ela (a namorada). Era só dar uns tiros³⁸ e ela era uma vagabunda, meu trampo era uma bosta. Engraçado: o que será que mudou, eu ou a farinha?” (Edson)

Hoje, Edson diz que, quando cheira, se diverte e não pensa “*mais nessas merdas*”. Veja que, diferente de Antônio, a pergunta dele é apenas retórica, no sentido que ele sabe que a resposta não está na *farinha*, que é comprada nas mesmas favelas da Zona Oeste nesse lapso de tempo. Edson está falando de sensações prazerosas proporcionadas pela cocaína em um momento no qual cheirava com muita frequência para “*se sentir bem: „souforte,*

³⁷*Fritar* é uma gíria que, na experiência dos sujeitos, expressava a necessidade ou o desejo de dormir sem sucesso depois do uso de alguma droga estimulante, ou mesmo apenas de uma insônia. Ela é literal, pois o indivíduo fica mudando de posição na cama como se muda a posição de um bife em uma frigideira. Hoje, no entanto, ela também é utilizada para falar de estar sob o efeito de alguma droga e remete, em alguns casos, a estar fritando o cérebro com essas drogas.

³⁸*Tiro* é um dos termos mais comuns usados para dar nome a uma cheirada, que pode variar muito de quantidade.

sou bonito”. Ao mesmo tempo, hoje ele diz que elas também eram sentidas negativamente, levando sensações de perseguição e angústia. Os agenciamentos da cocaína, ainda que acachapantes, não se separam do contexto geral nos quais os sujeitos consumiam. Hoje, aqueles que ainda cheiram, mesmo que em frequências diferentes, dizem que não se submetem mais à ansiedade e ao descontrole que os agenciamentos da cocaína produziam no passado:

“Até hoje eu cheiro muito pouco, sexta-feira eu acabei um papel que estava há um mês comigo. Minha relação (quando mais jovem) não era a do meu desejo, era a de como meus amigos usavam, eles botavam um tirão e eu ficava muito louco de pó.” (Sérgio)

Ou seja, não é apenas manejar o uso da cocaína de forma a não se submeter completamente aos seus desígnios que pode evitar a “tristeza obrigatória” – recuperando a expressão utilizada por Eduardo. Os contextos coletivos de seu consumo, repletos de ansiedade, tinham grande impacto sobre o que se passava.

Nos contextos em que os sujeitos cheiravam coletivamente, falava-se muito. O bem-estar tem que ser expresso de alguma forma, e ele parece se manifestar oralmente. Nesses momentos, o agenciamento da cocaína é tão intenso que, para alguns, fica claro que o que se passa é um conjunto de monólogos, não uma verdadeira conversa.

“Não era sempre, mas o que mais me dava bode muito forte. Sacava que o cara poderia estar falando com qualquer um, com um poste, mas estava falando com você. Falando, porque ouvir não ouvia porra nenhuma.” (João)

Um conjunto de falantes compulsivos é um daqueles contextos que, como dito há pouco, os sujeitos foram progressivamente evitando ao longo de suas experiências com a cocaína. E também não pode ser visto apenas na chave de um agenciamento negativo, pois permitiriam também que houvesse conversas profundas, na qual haviam perdido a inibição para falar de sentimentos mais íntimos. Ou também conversas divertidas, nas quais os problemas cotidianos eram afastados pela sensação de bem-estar. Nesse sentido, há certa similaridades entre os agenciamentos da cocaína e do álcool, pois esse também

produz um certo patamar compartilhado de alteração para que cria a sensação de intimidade em um grupo. No caso da cocaína, no lugar da embriaguez, há a confiança e o bem-estar, aquilo que Walter definiu como o lado “*Incrível Hulk*” das suas melhores noites cheirando o pó branco.

Pó branco, prazer e dor numa noite de sábado

Os encontros do final da adolescência já tinham ficado menos frequentes, agora que as relações amorosas e o trabalho eram realidade para a maior parte de nós. Agora, os encontros cobravam algum pretexto, como a ida para bares, festas ou coisas assim. Foi em meio a esse contexto que a cocaína, ou o pó branco que sempre nos foi vendido como tal, passou a ser presença mais assídua. No passado, ela estava por lá, mas surgia esporadicamente. Qualquer generalização será simplista, pois o ritmo de vida, o trabalho e os amores seguiam caminhos muito diversos. As nossas trajetórias já estavam inconsequentemente desenhadas.

Havia os que cheiravam raramente, os que cheiravam uma ou duas vezes por semana e os que, já naquela fase, faziam isso quase todos os dias (ou, na verdade, noites). Mesmo quem estava presente teria dificuldade de saber quando e quanto cada um havia cheirado. Ironicamente, até percebíamos quem estava cheirando mais, quem estava passando da conta. Esse tipo de rumor não cessa nunca. Mas a cocaína, diferente da maconha, não é uma droga de que gostávamos de falar a respeito. Não que pudesse ser considerada um tabu, mas sua aura era amiga do segredo. Se não fosse segredo, orgulho também não era. Se entrasse muito no assunto, é porque já havia uma nova *correria* planejada na cabeça.

Como em outras vezes, a alegria que antecede a *cheiração* é maior do que quando ela está rolando. Mas, nesse sábado à noite, em meados dos anos 1990, a tensão ocuparia, em breve, seu lugar de convidada cativa. Todos estavam com vontade de cheirar e sabiam que, de um jeito ou de outro, isso iria acontecer. Um passou todo seu sábado na mais pura ociosidade, recuperando-se de uma ressaca provocada pela bebedeira de sexta. Outro, esboçou novas composições e *covers* para sua banda. Outro, ainda, conseguiu quase terminar um trabalho para a faculdade, pela manhã, e fazer uma visita às casas da tia e dos avós junto com os pais. Mas a vontade mais tensa era a do amigo que não gostava de fumar maconha, que desde cedo se moveu pela excitação, não pelo papo de maluco. Para ele, o sábado foi, provavelmente, o

ponto culminante de uma semana inteira em companhia do pó branco. Sua presença angustiava por conta de sua *fissura* permanente. Talvez por isso mesmo, sua casa tinha se tornado um dos locais em que, na ausência dos seus pais, podíamos cheirar mais tranquilamente. Não era o caso desse sábado: seus pais estavam recolhidos no quarto de cima do sobrado. Mas sua presença não impediria que cinco caras dessem seus *tiros*. De fato, não impediu: ao longo da noite, fomos, uns antes, outros depois, chegando naquela casa cuja mobília já tinha sido, no passado, mais bem cuidada.

A *correria* era precedida por uma partilha pouco organizada de gastos. Em princípio, como naquela noite, todos contribuíamos a partir de critérios flexíveis e informalmente acertados, que iam da divisão exata do valor até o subsídio ao amigo sem trampo e sem grana. Essa calma poderia entornar subitamente. Não se via com bons olhos alguns amigos que, embora tivessem tantos gastos como os outros, sempre alegavam não ter como contribuir, ou se limitavam aos dez reais. Ou, como já tinha acontecido, quando alguém *serviu papéis* para a turma, mas depois disse que eles precisariam ser pagos, pois não pertenciam a ele. Isso não era atitude bem vista, mas não se acertava assim, direto, pela frente. Virava tema para futuro; alimentava antipatias, mas dificilmente rompimentos.

Enfim, a tarefa de ir buscar os *papéis* era mais problema para uns do que para outros; o próprio dono da casa era um *habitué* das *bocas*. Nessa noite, foi o próprio que, com a companhia de outro amigo, buscou e apresentou os três papéis que bastariam para a noite, uma mentira coletiva que gostávamos de sustentar até que o segundo ou terceiro papel estivessem acabando. Quando cheguei, os três saquinhos transparentes, que continham o pó branco que acreditávamos ser cocaína, já estavam presentes com as costumeiras e devidas honorarias. Certa vez, um amigo me disse que se a cheiração parasse antes, na felicidade com que se manipulam os papalotes, ela seria a melhor e mais segura droga do mundo.

Não se bebeu muito naquela noite. Acho que não bebíamos muito ainda, isso viria depois. Já o tabaco era compulsório. Fumamos, todos nós, no mínimo uns 3 maços de cigarro só naquela noite. E essa marca estava longe de ser recorde. A cozinha da

casa, onde era mais tranquilo ficar, marcou o início dos trabalhos e ficou repleta de fumaça e de excitação. Enquanto preparávamos os primeiros *tiros*, a ansiedade se expressava nos cigarros e num ou outro peido que alguém sempre dava. Isso não era novidade: de vez em quando, enquanto alguém batia as *carreiras*, algum escapava pro banheiro. para o deleite da zoeira dos demais. Aquele noite, tudo foi mais rápido, e a ansiosa felicidade que antecedia os encontros foi suplantada quando todo mundo ficou *pêgo*. Todos estão bem, estão felizes, mas sem risadas. Conversas de todos com todos são interrompidas por todos em todos os momentos, pois que o prazer que nos dominou é forte demais para ser mantido em clausura. Repetiu-se com frequência que a *coca* era boa e, de fato, aquela *boca* do Carlão fornecia um pó branco muito melhor do que qualquer outro pó branco da grande rede de varejo ilícito da região.

Depois da terceira rodada, que incluiu longos *tiros* para todos, a compulsão pelos cigarros e pela fala cresceram. Não sei se precisava cheirar mais, mas havia uma vontade de não botar esse prazer em risco quando o jogo já começou e ele está ali, quicando na sua frente. Acho que os menos acostumados, como eu, se melavam demais no pote de mel. Os que tinham a cocaína como companhia mais habitual, pareciam encontrar um prazer efêmero, que se completava na preparação do próximo *tiro*. Essa alegria compulsiva em ritmo acelerado é proporcional ao tempo que, de fato, durou. Uma, duas horas, não sei, para cheirar esses três *papéis*. Dada a sua intensidade, não foi pouco. Intensidade é uma boa palavra, pois tudo era intenso. As conversas cotidianas sobre as brigas de rua, as mulheres, o dinheiro, enfim, os papos mais comuns se misturavam a espasmódicas discussões musicais que opunham o punk ao heavy metal. Tudo parece prazerosamente importante.

O grupo se divide. Dois amigos escaparam para um canto da casa para falar compulsivamente sobre suas aflições emocionais mais íntimas. Estavam se sentindo tão bem que poderiam falar de obscuros desejos incestuosos como quem fala da excitação em assistir ao último show dos Ramones. Não sentiam vontade de mentir porque, por algum motivo, não precisavam mentir. Os problemas mais complicados,

os traumas, os insucessos com as mulheres, a revolta com os pais, tudo poderia ser expresso naquele turbilhão de sinceridade. Acho que a interação entre os nossos cérebros e a cocaína atingiu, ali, seu ápice. Uma sensação de que as angústias e os ressentimentos podem ser compartilhados, é gostoso fazer isso agora. Alguém me disse que Freud, quando pirou na cocaína, disse que ela poderia ser a materialização da libido. Acho que ele não estava errado. As amarras sociais não são suplantadas, vão para outro plano. Ao mesmo tempo, a pulsão (ou compulsão) pela fala pode fazer um papo angustiante ser interrompido pela mais estúpida amenidade. Por isso, quando o prazer parece reinar na sua mais absoluta certeza, pode ser espreitado e golpeado; num relance, ele agora é o seu avesso: um vazio tão assustador, uma ausência tão completa de qualquer sentido que parece virar dor. Esse golpe não atingiu a todos no mesmo momento, sequer acho que atingiu a todos, talvez só a mim. Ele não é regra, droga nenhuma tem regra. Só sei que, naquela noite, o pó branco me fez andar numa afiada navalha entre o prazer e a dor.

Agora, aquilo tudo se apresentava como farsa cujo único e diabólico motor era aquele pó branco que chamavam de cocaína. Já havia acontecido antes e eu sabia que não tinha volta, ao menos não naquela noite. Uma dolorosa consciência sobre a fragilidade dos nossos corpos; pior, a fragilidade do sentido, do motivo de continuar a seguir com a farsa do viver. Do meu lado, um amigo completamente *bicudo* tentava engatar uma conversa que parecia interessante, íntima, uma viagem a respeito da relação com os pais, um enfrentamento que ele agora iria encarar. Mas era impossível encontrar algum sentido naquelas palavras; via no meu amigo apenas um cérebro funcionando sob ordens do pó branco que ampliava mentirosamente nossa pequenez.

Talvez fosse possível buscar vitalidade naquela noite. E todos ainda tentaram encontrar mais um tempo prazeroso cheirando um pouco mais do pó branco, inclusive eu, numa tentativa de reencontrar a felicidade de minutos atrás. Só que, em meio a essa procura nervosa por mais um *tiro*, viu-se que o pó disponível estava rareando. Como outras vezes, essa última leva é anunciada como um falso despedir,

com uma frase do tipo “faz logo uma *taturana* pra acabar”. Os riscos grossos, quase tão espessos e simbolicamente saudados quanto os primeiros, foram consumidos com ferocidade, por uns, e com certo receio, por outros. Não demorou para que a conversa se agitasse, se intensificasse novamente, ainda acompanhada pela névoa do tabaco queimado. Aumentamos a quantidade de *cafungadas*, puxando forte pelo nariz para encontrar os restos de pó presos no aparelho respiratório. É um troço desagradável, mas não estávamos nem aí.

Também não passou muito tempo para que o dono da casa, sempre o mais veloz, decretasse que, se todos quiséssemos cheirar, tínhamos que nos mexer. Na segunda *correria*, a reciprocidade foi superada pelo egoísmo. Ainda que todos tenham demonstrado muita vontade de cheirar, só parte de nós pôde (ou quis) investir seu dinheiro nisso. Alguém deve ter mentido, talvez acreditando sinceramente que o dinheiro faria menos falta para outro do que para ele. O dono da casa, ao menos isso era suposto, dispunha de pequenos estoques que poderiam ter sido abastecidos inclusive em meio a rápidas manobras naquela própria noite. Mas era ele mesmo o que mais incentivava a ida de alguém à *boca*, afirmando que não mais voltaria. Eu sempre buscava me manter distante dessa tarefa que achava perigosa e desagradável. Sob um humor negativo, pré-depressivo, assisti a um dos amigos se preparar, sozinho, para a *correria*. O problema é que ainda faltava dinheiro para a compra de pelo menos dois *papéis* que valessem a viagem. Numa conversa tensa, alguém tomou a atitude pouco cuidadosa e resolveu o imbróglio: preencheu um cheque de seu próprio talão.

Tínhamos passado boa parte das últimas horas na grande cozinha da casa. Não era o lugar mais agradável, mas era o mais seguro para manter distância do quarto no andar de cima. Era um cenário meio patético, um monte de comida onde ninguém sentia fome, iluminado pelas luzes de neon branco que perseguiam as cozinhas desde nossa infância. Cansamos, fomos para a sala, mas ali estava proibida, pelo dono da casa, qualquer *pala* que pudesse acordar seus pais. A chegada dos dois papeis recomeçou a rotina de revezamento na cozinha: um entrava, cheirava, e

chamava o outro que esperava na sala. Dessa forma, alguém deve ter cheirado mais, como sempre acontecia.

Já não havia a excitação e o palavrório ininterrupto. Se ainda havia prazer, era ele mais silencioso, quase cansado, vigilante. O contexto tornava tudo pior, principalmente depois que as *cafungadas* foram proibidas por serem barulhentas. Minutos depois, vi um amigo levando uma almofada ao rosto para que, como num dispositivo silenciador de armas de fogo, o ruído de sua potente cafungada fosse abafado. A minha tentativa arrastada de reencontrar ali algum prazer findou por completo. Ver os rostos cafungantes e almofadados era a decretação do fim da noite. Passavam das duas da manhã, cedo para um sábado, mas a decisão de partir já estava mais do que tomada. A primeira saída, como sempre, é lamentada, mas depois aproveitada por quem que cheira o *tiro* sobressalente. Eles ficaram lá, e como soube depois, alguns atravessaram toda a madrugada, com pelo menos mais uma incursão à *boca*. Diferente de uma festa barulhenta e demorada, quando a saída produz uma sensação prazerosa, aquele alívio rumo ao lar, a caminhada algumas dezenas de metros para a casa não foi agradável. O cansaço e o monte de cigarros geravam mal-estar. Não me lembro bem do que pensei, mas não foram coisas muito boas naquela *fritura* de mais uma ou duas horas na cama. Não tive como não culpar o pó branco comprado no Carlão, que chamávamos de cocaína.

CRACK

Agenciamento avassalador

Para a geração que ficou adolescente nos anos 1990, quando o consumo de cocaína injetável se tornou raro porque, entre outras coisas, ocorreu a disseminação do vírus HIV, o crack era a representação mais consensual de droga maldita. Aliás, mesmo com a escassez de dados quantitativos no Brasil, é possível afirmar que a cocaína injetável nunca alcançou a proporção de usuários que o crack vem atingindo nas últimas décadas no Brasil, notadamente em São Paulo e em outras capitais. Naquele momento, os anos 1990, o crack não tinha a repercussão midiática que atingiu nos 2000, mas, nos bairros mais periféricos da São Paulo era muito conhecido.

O crack fez parte da trajetória de alguns sujeitos dessa pesquisa, notadamente os do *grupo da rua*. Essa experiência foi intensa, mas rápida. Nenhum deles se tornou usuário frequente da substância, ainda que alguns tenham, nesse período curto, engatado uma sequência intermitente de tragadas. Dado o quadro atual, é pouco provável que, passados quase vinte anos desse período, eles voltem a fumar crack, ao menos com a mesma intensidade. Ressalto que nenhum deles passou perto da incorporação das características dos *craqueiros* e dos *noias*, com os corpos magros, sujos e maltrapilhos que caminham pelas ruas dos centros urbanos vistos como abjetos (Rui, 2012). Portanto, é preciso cautela quando ao extrapolar os agenciamentos do crack para além da experiência recortada desse sujeitos. Ainda assim, é possível obter dessa experiências empíricas uma parte de seus traços avassaladores.

Criado nos EUA na década de 1970, o crack, que pode ser um subproduto da pasta-base ou produzido domesticamente a partir da própria cocaína refinada (e “batizada”), tem a aparência semelhante a uma lasca de pedra, mas a cor e a consistência podem variar muito. Em princípio, sua ação neuroquímica é semelhante a da cocaína, pois trata-se da mesma substância consumida de outra maneira. Justamente pelo fato de ser fumado, o crack é absorvido pelos alvéolos pulmonares e levado à corrente sanguínea em poucos segundos, de forma intensa e concentrada. Uma pedra de crack é mais impura – se

tomarmos como referência a proporção de cocaína – do que o pó comprado no varejo, mas sua tragada concentra, em segundos, uma quantidade de cocaína muito maior (Morgan & Zimmer, 1997).

O envolvimento mais intenso do *grupo de rua* com o crack coincidiu com a fase em que o consumo de cocaína era também mais frequente. Nesse período, o crack já estava disponível em várias *bocas* da região. Nem sempre ela era vendida nas mesmas *bocas*, mas a quantidade de vendedores já apontava uma demanda considerável de consumidores.

Os agenciamentos materiais do crack começam por ele ser fumado, prescindindo de insumos invasivos como agulhas e ser incorporado sob a mediação do fogo. Posto num cachimbo ou numa outra superfície metálica, como latas vazias de bebida ou papel laminado preso a um copo, é queimado junto às cinzas de tabaco, o que faz que o seu cheiro intenso fique ainda mais desagradável, ao menos para quem não gosta de fumar. É grande a lista de comparações com os seus odores, mas os sujeitos da pesquisa comparavam o cheiro da fumaça do crack ao de um plástico derretido ou, como disse Jorge, “*química derretida*”.

Seus agenciamentos produzem rastros depois de algumas tragadas. Seu odor e o gosto impregnam o aparelho respiratório e o hálito. Como dificilmente se traga a fumaça do crack, numa jornada, uma ou duas vezes, esconder seu consumo, inclusive de si mesmo, é uma tarefa árdua. Mesmo sem agulhas, sua fumaça é incapaz de passar despercebida nos corpos por onde passa. Talvez porque sua ação mais profunda não seja uma marcação corporal, mas a produção *danoia*.

O termo *noia* serve tanto para representar a sensação provocada pelo crack como para classificar o seu consumidor contumaz. Nenhum dos sujeitos analisados chegou perto de ser classificado socialmente como tal e, assim, no universo empírico dessa tese interessa a *noia* produzida pelo crack enquanto efeito e comportamento fundamental. A princípio, seria difícil diferenciar os efeitos da cocaína inalada e da sua versão fumada, na medida que os adjetivos geralmente usados para classificá-la guardam alguma semelhança: agitação, prazer, bem-estar intenso, empoderamento e ansiedade. Mas, na própria

experiência dos sujeitos que usam os mesmo adjetivos para classifica-la há uma certeza de que não são iguais e o motivo principal é esse: “*o crack dá noia*”.

Diferente da cocaína, o crack absorvia naqueles poucos minutos entre uma tragada e outra, todos os sentidos. Há um certo silêncio sob seus efeitos, algo que se passa também quando se fala da cocaína, mas é drasticamente maior com o crack. É algo que não se gosta muito de falar, que não precisa ser falado. Falar em noia ou lançar mão de onomatopéias é tudo o que os sujeitos querem e conseguem falar sobre a ação do crack:

“Eu dei um repasse³⁹ na lata: aquele bagulho fez um tum: „caralho, cheirar pra quê?“ (...) Sabe aquela coisa do primeiro tiro, aquela sensação. Porque o primeiro tiro é sempre o melhor. Porque depois vem aquele reverso. Com a pedra eu dormia depois, fumava um(baseado)e apagava.” (Jorge)

Esse trecho é interessante porque marca as diferenças entre os agenciamentos do crack e os da cocaína. Nele, Jorge está descrevendo a primeira experiência com o crack e o ineditismo acionou uma comparação imediata com a cocaína, já experimentada. Esse percurso de Jorge pelas experiências mais intensas com a cocaína antes de fumar o crack não pode ser apartado da maneira como os sujeitos apreenderam seus efeitos, tomados como uma versão extremada da primeira, não apenas pela intensidade, mas pela brevidade. E aí a *noia* volta a aparecer novamente como verbalização dos efeitos, pois a vontade de repetir a tragada é intensa. Diferente da cocaína, cuja duração variava num gradiente dos efeitos prazerosos, o crack “*dava uma porrada*” e, então, a *noia*. Ao mesmo tempo, Jorge aponta uma qualidade, que seria um efeito que passa, permitindo, com o auxílio da maconha, o sono (essa opinião é minoritária entre os que consumiram as duas substâncias).

É difícil definir a passagem entre o efeito mais intenso e a *noia*. Porque a *noia* pode ser, simplesmente, a vontade avassaladora de fumar que acontece tanto quando a ação da pedra cessa ou quando se sente, por algum motivo, uma necessidade intensa de voltar a fumar.

³⁹*Repasse* é um termo que pode significar tanto o reaproveitamento do resto de crack ainda não queimado que permanece entre as cinzas quanto de uma tragada rápida na lata.

*“Foda, um dia tava no banho e deu aquela noia, uma vontade louca de fumar pedra.”
(Walter)*

“Fiquei até com vontade, uma vez entrei na rua do „Cabeção“ e um cara estava dando umas pauladas⁴⁰ e veio pedir o isqueiro. Eu falei para ele sair fora porque me deu até uma noia, uma vontade de dar umas pauladas. Não me senti bem... era noia? Era. Dá até uns bagulhos quando eu falo disso. Eu tenho um certo respeito por esse bagulho, mas é um medo. Tem um lado que foi muito ruim com esse bagulho.” (Jorge)

Com todas as diferenças subjetivas na relação com a substância, os agenciamentos do crack parecem não permitir que se elaborem explicações detalhadas ou variadas sobre seus efeitos. Diante deles, os sujeitos falam de medo, respeito, força, um “*troço louco*”. Quando se fumava pedra, não havia descontração ou risadas, o que não significa que não havia prazer. Cigarros eram companhias frequentes e o baseado acionado para que a ansiedade pudesse ser amenizada e, no melhor dos casos, seguida por algum sono. Os eventosem que os sujeitos fumaram crack foram aqueles mais fechados em torno de si próprios.

Assim, essa parece ser a característica principal dos agenciamentos coletivos do crack nas trajetórias dos sujeitos: uma instauração total, que se impunha sobre diferenças de contexto e de humor. Em que pese o fato de terem fumado pedras normalmente em locais menos expostos, o clima de apreensão era constante, como se fizesse parte da própria *onda* a ser alcançada.

A relação intrínseca entre crack e tensão pode ser exemplificada em um evento que alguns sujeitos do *grupo de rua* relembram tom de piada. Num dia em que havia um grupo maior, inclusive algumas namoradas, três sujeitos saíram para fumar *pedras*. O disfarce é que estariam se escondendo para fumar maconha, que era razoavelmente tolerada pelos presentes. No entanto, na volta, tentando manter o disfarce, fingiam estarchapados e alegres, o que era impossível mesmo entre as risadas altas dos demais. O esforço de um dos que haviam fumado para sorrir deformava sua face e, para os que

⁴⁰*Paulada*, nesse caso, significa que estava fumando crack.

sabiam, era motivo para rir ainda mais. O crack teve, sobre os sujeitos, um agenciamento ciumento, que se impunha à totalidade⁴¹.

Seu poder de catalisar por horas todos os sentidos dos sujeitos realmente exerceu um intenso e curto fascínio, o que levou a um forte desejo de repetição. Mas um agenciamento tão irresistível a quem tomou a iniciativa de experimentá-lo tem como contrapartida um impacto imediato nas agências de autocuidado e de preservação dos próprios sujeitos, saturadas de concepções morais valorativas (elas são discutidas com mais detalhes na parte do trabalho dedicadas aos sujeitos). O impacto simbólico e material terminou significando a demarcação de um limite disciplinar, ou seja, abandonar o crack. Para alguns de seus amigos, não. Esses, serviam como um sinal vivo e chamativo - com sua derrocada moral - de que os agenciamentos do crack deixam pouco espaço às partes outras da vida. Quando pesados junto às outras dimensões de suas vidas, as “porradas no repasse da lata” foram fortes demais, ou de menos, para os sujeitos que, então, ainda inauguravam sua terceira década de vida.

⁴¹Como já mencionado, a experiência muito curta dos sujeitos com o crack deve ser levada em conta com relação à amplitude dos agenciamentos apontados aqui. Para citar apenas um exemplo de como eles podem assumir sentidos diferentes, a experiência do ex-dependente de crack Bill Clegg, contada por ele em *Retrato de um Viciado quando Jovem* (2011), remete aos efeitos do crack na sexualidade, por exemplo, algo que inexistiu entre os sujeitos dessa pesquisa.

Sobre meninos e pedras

Em meados dos anos 1990, o crack já estava espalhado por São Paulo; era temido, mas não tinha atingido o nível de demonização midiática de hoje. Para os amigos de rua, ele era mais uma possibilidade de consumo, uma forma de cocaína turbinada. Embora já houvesse a figura assustadora do *crackeiro*, do *noia*, muitos de nós tivemos a experiência de consumi-lo por um curto período de tempo. A minha primeira experiência não foi, em nenhum momento, planejada. Quando cheguei à casa vazia de nosso amigo que mais cheirava, não esperava encontrá-los fumando “pedra”. No caminho da cozinha, passando pela grande sala, o amigo que abriu a porta me recebeu com olho arregalado e aparência excitada, mas era diferente da *bicudagem* tradicional. Antes que eu conseguisse perguntar algo, ele falou: “nós estamos queimando uma pedra”. Tive frio na barriga, o mesmo frio que sentia com a cocaína. Na época, gostava de cheirar e fazia isso com certa frequência. Portanto, experimentar o crack naquela noite não foi exatamente uma decisão a se tomar; era apenas uma fase para passar. Ali, onde já tinha cheirado tantas vezes, eu agora fumaria pedra. E pronto.

Um dos amigos, o mais velho, estava um pouco preocupado com a situação. Ele já havia demonstrado isso mais de uma vez, pois me considerava novo demais (17 anos) para algumas drogas (por exemplo, vetou minha participação numa balada em que todos experimentariam ácido). Ainda que ficasse inconformado e com o orgulho ferido, sentia no comportamento dele uma presença paterna, alguém que poderia controlar a situação caso necessário. Nesse dia, ele, que já havia fumado, se limitou a um monitoramento à distância, sem veto. Quando viu que o dono da casa estava excitado com a chegada de um calouro no crack, apenas recomendou cautela.

Fui convidado pelo anfitrião para ir até o banheiro dos fundos. Eu curtia também o fato de pertencer ao grupo de amigos mais velhos, malandros de rua, deixando para trás uma adolescência difícil, por vezes socialmente invisível. Além disso, o crack é fumado, o que me assustava muito menos do que se tivesse agulha envolvida. Assim,

não fiquei tão receoso quando o vi quebrar pequenos pedaços de pedra, junto de outro amigo, por cima de um copo de vidro coberto com um pedaço de papel laminado preso à base com um elástico. Numa das bordas do copo, pequenos furos sustentavam as cinzas de cigarro e as minúsculas lascas de crack. Ao colocá-las, ele disse: “a primeira tem que chapar!”. (tempo depois, descobri que ele preparou uma quantidade maior que o normal, desobedecendo a recomendação do amigo mais velho). O procedimento me lembrou o que havíamos feito para fumar *hashish*. Sua última orientação, antes de acender o preparado com a chama mais forte do isqueiro foi: “Segure a fumaça o quanto você aguentar!” Puxei e traguei a fumaça com força e ouvi as lascas de pedra estalarem. Deixei-a no meu pulmão por um tempo, algo como uns dez segundos. Expirei vagorosamente; a fumaça, ao mesmo tempo em que deixava meu corpo, fazia subir um vapor que dominava minha cabeça. Foi um prazer tão intenso que o corpo parecia levitar. Provavelmente, poucos segundos se passaram nessa sensação, mas sua intensidade é indelével na memória. Depois disso, um estado de vigília prazeroso, diferente da cocaína, quando se sente vontade de falar, de se mexer. É algo limitado, curto em todos os sentidos. Você simplesmente quer estar ali, não importa onde ou com quem. Algo como um prazer animalesco, instintivo, como um predador que é dono da situação e se basta por existir.

Caminho até a sala. Lá, embora todos também estivessem sob o efeito de tragadas recentes, esboçaram uma risada ao me ver. Minha vigília estalada impedia demonstrações de humor e interrompi aquele sarro (fiquei sabendo apenas dias depois que meu rosto ficou pálido e meus olhos esbugalhados, numa cara de meter medo). Os quatro presentes falavam pouco, apenas comentários genéricos sobre como se sentiam ou exaltações às qualidades das pedras fumadas. Talvez um espectador externo qualificasse o clima como pesado. Ali, nós não tínhamos condições e nem vontade de qualificá-lo. Os efeitos da pedra preenchiam as nossas cabeças e não deixavam espaço para reflexões. Enquanto havia pedra, bastava estar ali e fumá-la, nada mais.

Estranhamente, sentia os efeitos da pedra acabando, mas não lembravam as sensações de quando o mesmo ocorria quando cheirava. A queda não foi exatamente abrupta depois de minutos de prazer; cessado o efeito mais forte, o crack não me fez deprimido, triste, angustiado. Não entrei em crise alguma, eu simplesmente queria fumar mais pedra. Era como se tivesse desligado qualquer senso crítico, qualquer perspectiva para além da vontade de sentir prazer fumando. Não se passou assim com todos. Um de nossos amigos, por exemplo, largava a lata na qual havia acabado de fumar e falava coisas estranhas, algo como “o bagulho é foda!”. Outro, tinha reações parecidas ao do pó, falava muito, mas os assuntos eram tão desimportantes, tão pouco atraentes, que era como se falasse para não ficar calado.

Somos informados pelo dono da casa que não havia mais pedra. Eu ainda não tinha colaborado com a compra das primeiras pedras e sou pressionado a contribuir - sem necessidade, já que faria isso naturalmente. Alguém propõe que se busque mais pedras, outro propõe que se busque pó. Eu apenas queria que aquilo continuasse. No fim da negociação rápida e nebulosa, decidiu-se que eu iria pagar a próxima remessa, mas o problema é que ninguém mais tinha dinheiro vivo. Resolvi a questão, sem me preocupar: fiz um cheque, ignorando as possíveis complicações que um papel com meu nome e CPF, no valor de duas pedras, ser encontrado numa *boca* da região (foi a única vez que fiz isso, mas não era algo inédito na turma).

O amigo que saiu para buscar não demorou mais do que meia hora, mas esse tempo enervou os presentes. A vigília amorfa, mas prazerosa, vai cedendo a um estado de alerta tenso e *fissurado* por novas tragadas. Anda-se pela casa, fumam-se muitos cigarros. Sinto um desejo grande de acabar com aquilo, mas isso se traduziu em fumar mais pedra, ou ao menos cheirar um pó. Ouvimos o carro chegando e me postei na porta feito um cachorro na chegada do dono. Ele a abriu e eu, quase instantaneamente, percebi que o cheque estava em sua mão, o que denunciava o fracasso da viagem. Fui para cima dele e, quase agarrando-lhe o colarinho, o interroguei: “o que aconteceu?” Ouvimos o amigo assustado dizer que a polícia estava na *boca* e, portanto, era impossível *descer*. Seu medo talvez fosse mais da

reação dos amigos do que da polícia. O clima ficou pesado e o mais *fissurado* acusou o amigo de covardia, cobrando uma volta à *boca*. A angústia da cena me contaminou e as sensações ruins que marcavam o fim dos efeitos agudos da cocaína apareceram. Percebi que outros também não queriam aprofundar o clima de paranoia e decidi, com os amigos mais calmos, que não fumaríamos mais pedra e nem cheiraríamos cocaína naquela noite. Alguém propõe um baseado como remédio para aplacar aquela *fissura*.

Preparado e consumido, o baseado - acompanhado por alguns goles de uma forte bebida alcóolica - não propiciou nenhuma viagem, apenas trouxe um pouco mais para perto a perspectiva do cansaço e, daí, talvez algum sono. Por volta das três da manhã, voltei para a casa resignado: não estava triste, não estava na *fissura*. A noite parecia ter sido mais curta, como se eu não tivesse conseguido, de fato, curtir-la, experimentá-la. Em todos os sentidos, a onda do crack foi curta, muito curta.

LSD/COGUMELoS

Agenciamentos psicodélicos

O LSD é chamado de ácido, mas seu nome científico é dietilamida do ácido lisérgico ou LSD-25. O seu apelido mais comum, entre os grupos, é *doceou docinho*. Já o cogumelo é o nome genérico dado ao *Psilocybe Cubensis*, um das dezenas de cogumelos com propriedades psicoativas. Seu princípio ativo é o psilocibina. Tanto o LSD quanto a psilocibina são classificados como substâncias alucinógenas, termo controverso para definir um tipo de ação particular na consciência que não se enquadra nem entre os depressores (álcool, opióides, nicotina etc.), nem entre os estimulantes (cocaína, anfetaminas, cafeína etc.) Sob um certo sentido, a maconha também seria um alucinógeno, mas isso é ainda mais controversa.

Quando os sujeitos iniciaram suas experiências de uso de substâncias psicoativas, nem o LSD, nem o cogumelo eram novidades. O primeiro, isolado em laboratório na década de 1930, o outro, um fungo endógeno das Américas e disponível in natura em pastagens, ambos muito ligados à experiência psicodélica da contracultura dos anos 1960 e 70. Se isso lhes conferia uma aura entre os jovens, também muito pânico foi criado sobre seus efeitos. Da possibilidade de mutação genética ao perigo da viagem sem volta, muito se dizia de aterrorizante sobre o LSD.

“Eu sempre soube dos riscos. Lá em casa era meio terror, rolou até um livro lá em casa que tinha uma história de uma menina alucinada que comeu um passarinho e morreu sufocada”. (Walter)

Antes de tudo, é importante lembrar que o LSD é uma droga proibida desde os anos 1970, enquanto o cogumelo figura num limbo jurídico, já que, embora a psilocibina seja ilícita, não há como se proibir a ocorrência do cogumelo⁴². Uni-los numa mesma análise só é possível porque seus agenciamentos foram, nas trajetórias dos sujeitos, bastante semelhantes. O maior deles é justamente a *viagem*, em seu sentido psicodélico. Cogumelos e ácidos não produziram apenas ondas, produziram viagens. O termo pode

⁴² É proibido que se faça qualquer tipo de transporte ou distribuição de cogumelos psicoativos, mas ninguém poderia ser punido porque cogumelos brotaram numa pastagem em sua propriedade.

gerar alguma confusão, principalmente se partirmos da ideia de que se tratam de alucinógenos. A alucinação, no entendimento psiquiátrico, pressupõe a incapacidade de distinguir entre o que é a percepção do mundo apropriada pelos sentidos e aquela que é produzida unicamente pela própria consciência. Em outras palavras, ver, ouvir, sentir, cheirar ou tocar algo que não existe no mundo real. Na experiência dos sujeitos com os psicodélicos, houve alguns episódios de ilusões, distorções e sinestesia, mas não alucinações. De qualquer maneira, a avaliação dos agenciamentos dos psicodélicos sob a chave da falsificação ou não do real é simplista na medida em que não dá conta da produção dos contextos que, de fato, tornaram possível que essas experiências fossem marcantes e, em alguns casos, transformadora.

O primeiro deles é o próprio contexto em que os ácidos e os cogumelos foram mais consumidos. Todos os sujeitos eram muito mais jovens e tinham entre 18 e 25 anos e havia grande simpatia à experimentação dessas substâncias. Nesse período, também o tempo e a disposição para eventos que demandassem “dedicação exclusiva” era maior, como era o caso de eventos com consumo de ácidos e/ou de cogumelos (mas não só essas substâncias, é verdade). Além disso, a aura em torno dos psicodélicos os fazia especialmente importantes num grupo em que o rock e a literatura ligada aos *beatniks* e à contracultura eram referências. Enfim, havia nos sujeitos a disposição e a valorização do experimentalismo, mas esse processo foi muito mais intenso no *grupo da universidade*, que consumiu e experimentou muito mais drogas psicodélicas do que o *grupo de rua*.

Nesse contexto de experimentação, havia posturas diferentes sobre o tipo de situação era indicada para se consumir psicodélicos. Nem sempre isso foi uma preocupação para todos, mesmo que, idealmente, se preferisse tranquilidade e, quando possível, algum isolamento do cenário urbano. Essas “recomendações” eram valorizadas, mas não necessariamente cumpridas. Sítios, praias, montanhas ou acampamentos no mato eram preferências, mas houve consumo de ácidos e de cogumelos na USP, em festas, em jornadas para teatros ou cinemas ou simplesmente para andar pela cidade.

Os sujeitos que conheciam mais o universo literário e científico sobre os psicodélicos consideraram que, no *grupo da universidade*, houve um corte entre uma fase em que se

seguia com mais rigor os ensinamentos de Aldous Huxley e Timothy Leary, respeitando a potência e os poderosos agenciamentos dessas substâncias.

“Aqueles primeiras viagens para o sítio, a gente seguia o livro como se fosse uma receita. A questão da luz... sem luz, o ácido cria uma tela preta que você desenha o que quiser.” (Eduardo)

Importa menos ressaltar a preocupação de Eduardo em seguir os ensinamentos dos “pais da lisergia”, que não eram compartilhadas por todos, e mais a importância dos contextos nessas experiências. Destaca-se que Eduardo, sob inspiração de Timothy Leary (1999), ressalta o papel da luz numa *trip* de ácido. O LSD produz alterações na percepção visual e nas cores, e esse efeito poderia ser mais bem aproveitado com maior luminosidade. Preenchida por formas e cores, a consciência diminuiria o risco de ser surpreendido por aquilo que não está, de fato, a sua frente. Ou seja, ajuda a afastar a possibilidade de alucinações e de pavor pelas criações de sua própria mente e a aproximar as sensações de fruição do aguçamento dos sentidos.

Eduardo tinha experiência de consumo de psicodélicos desde a adolescência. Se o acesso ao LSD não era tão fácil, os cogumelos fartos em psilocibina estavam disponíveis nos pastos de municípios próximos à São Paulo, inclusive alguns da Região Metropolitana, como contou ele mesmo, entre risos, quando perguntado se consumia ácidos quando mais jovem: “o LSD era difícil de achar, mais fácil era cogumelo”. Sua experiência com o consumo dessas substâncias talvez explique porque ele viu desvirtuamento na mudança de contexto que o LSD passou a ser consumido pelo *grupo da universidade* e o maior problema disso era o aumento do consumo do álcool durante esses eventos, algo que a ser evitado segundo às referências de Eduardo:

“No Flashbacks (livro escrito por Timothy Leary), está muito claro que lisergia e álcool não dão liga. Antes era só LSD e beque (maconha), daí mudou totalmente a balada.” (Eduardo).

Não há contradição entre a potência do LSD e o vínculo tão contundente com o contexto em que é consumido. Na verdade, ainda há que se considerar os diferentes aparatos

subjetivos envolvidos em cada contexto de consumo, que não só variavam individualmente, mas com o “espírito” geral do evento.

“Mas geralmente as coisas eram associadas: bebia, fumava, tomava doce. Tinha aquele nosso humor, aquela coisa ácida. Era niilista, mais punk. Eu falo dessa coisa espiritualizada, mas isso era mais em mim, acho que a coisa era mais urbana, mais ácida, com um humor corrosivo.” (Sérgio)

Sérgio aponta para um contexto festivo, onde se consumiam inúmeras drogas junto ao LSD, e onde o contexto geral – irônico e mundano – se oporia a uma disposição que ele já tinha para viagens introspectivas e de autoconhecimento, inclusive aquelas de caráter mais místico e espiritualizado. Assim, além da importância do contexto, os agenciamentos psicodélicos oscilam entre duas produções de alteração, uma muito ligada ao bem estar, à energia e à plenitude, e outra de caráter transcendental e místico. Esses dois caminhos não são excludentes, são diferentes formas de acoplamento entre os aparatos subjetivos e os poderosos agenciamentos dessas substâncias.

Uma análise possível dessas formas de agenciamento é pensar nos mecanismos bioquímicos de ação do LSD e da psilocibina. Sabe-se que ela é diretamente ligada ao sistema serotoninérgico, que é um sistema cerebral ligado eminentemente ao bem-estar. Essa ação estaria relacionada, no contexto da ação dos psicodélicos, às experiências transcendentais, místicas ou de autoconhecimento. Apartadas desse significado pelos sujeitos, elas caminham em outra direção.

*“Eu lembro daquele gosto, dá uma consciência diferente, é muito louco mesmo. E dá uma sensação agradável, você fica fisicamente bem, por algumas horas você fica pleno, assentado. (...) Você fica pleno e pausado, sua mente está chegando em todos os lugares, mas você está parado. Diferente da farinha (cocaína), que o corpo fica seguindo sua mente, mas geralmente você está naquela salinha, porque você precisa cheirar! (risos).
(...) Foi uma das coisas de droga que mais bateu... ficar em outro mundo...”*

(Perguntado se mudou o jeito dele ver a vida) *“Não, nunca tive grandes reflexões. Voltou, voltou, para mim. Sempre teve isso, de voltar, pegar o metrô, descer na estação, aquela luzonana cara e toin, toin, toin.” (Pedro)*

Pedro teve experiências intensas com o ácido e as associa diretamente à ação da substância. Por não valorizar ou cultivar nenhum tipo de prática religiosa ou espiritual, afasta de suas experiências qualquer forma de transformação individual. A experiência, para Pedro, teve, e continua tendo, um caráter de extrapolação da razão, mas não de sua transformação radical.

Ao menos nas trajetórias desse pequeno grupo de sujeitos, é possível afirmar que a produção de um tipo de experiência profunda, narrada como a maior de todas, se deu com cogumelos. Tanto Marcelo como Sérgio narram experiências que tiveram, ainda muito jovens, e que foram profundamente marcantes:

“Lembro de olhar para a grama e de repente aquilo cresceu, como se fosse fosforescente, eu olhava para a árvore e era como se cada folhinha fosse uma carinha olhando para mim, eu fiquei... só que chegou uma hora que eu não conseguia saber se estava molhado ou não, onde começava a perna e o chão! Não havia passado, presente e futuro, tudo era aquele momento! Foi muito forte, fui para a Lua, depois foi baixando.” (Marcelo)

“Eu tinha 16, 17 anos, a gente fez uma geleia, era muito cogumelo (...) comemos tudo (...) eu estava deitado e senti dos pés à cabeça um orgasmo e comecei a rir, é muito louco (...) você sabe que você tomou aquela droga e ela tá causando aquilo, mas as sensações que você tem, pra onde a cabeça te leva é uma outra coisa... eu posso chamar de espiritual, eu vou para um plano diferente.” (...) engraçado, é difícil fazer as associações agora, mas eu vi um túnel com uma luz, que era um sonho que eu tive quando era criança, mas isso é uma associação livre que eu estou fazendo agora...” (Sérgio)

Depois de contar as experiências desse dia, que seguiram mais ou menos um certo padrão de alteração coletiva – um dos amigos teve uma *bad trip*, outros riam muito, todos falavam ao mesmo tempo – Sérgio narra um momento muito intenso quando tudo que estava em sua volta sumiu:

“O que eu vi? Vi a minha vida inteira até o final e eu voltei. (Perguntado se viu mesmo a vida até o seu final) Até a morte? Não sei, possivelmente. Entrei num transe, foi a única vez que vivi isso, fui pra outra... quando eu voltei, fui encontrando os amigos e acabou.” (Sérgio)

Pode-se associar as diferentes *viagens* de Pedro, Marcelo e Sérgio a partir das variações de suas experiências: o tipo, a concentração e a dose de psilocibina; o contexto e a idade em que foi consumida (Sérgio era um pouco mais jovem); a interação com as outras drogas consumidas no mesmo evento, como maconha; ou, ainda, outros fatores tangenciais, como a alimentação que tiveram. Nenhum deles parece ser mais explicativo do que os agenciamentos psicodélicos agindo sob aparatos subjetivos peculiares. Se Pedro e Sérgio têm relações muito diferentes, quase opostas, com a espiritualidade e a transcendência, esse não é o caso de Marcelo, que, mesmo se considerando racionalista e apartado de crenças religiosas, fala de uma experiência de suspensão do tempo e do espaço que guarda alguma semelhança, ao menos no nível transcendental, ao “túnel da vida” relatado por Sérgio. Não se trata de fazer interpretações sobre quais significados os sujeitos, hoje, atribuem a essas experiências, mas perceber que os agenciamentos dessas substâncias atingem limites da consciência que não tiveram paralelo com nenhuma outra droga experimentada por eles⁴³.

É importante mencionar que os agenciamentos dos psicodélicos, principalmente do LSD, não se restringe a essas alterações profundas da percepção. Durante as trajetórias dos sujeitos, o LSD também foi usado nos contextos festivos, como é percebido na fala de Eduardo que foi citada há pouco. Associado à sensação de bem-estar e de disposição, o LSD foi consumido em shows, baladas, festas, enfim, eventos coletivos no qual a ideia era ampliar o potencial da diversão. É muito difícil separar os efeitos estimulantes daqueles que, de fato, acionaram uma alteração mais profunda da percepção e dos sentidos.

“Depois que deu a febre, daquele arrepio, bateu. Aí o show foi uma experiência inesquecível, de dançar e sentir a música durante horas.” (João)

⁴³ Na verdade, o único paralelo seria com outra substância que poderia ser classificada como psicodélica, o DMT (dimetiltryptamina), presente no Ayahuasca, consumida mais recentemente por um dos sujeitos em contexto ritual. Isso, no entanto, apenas reforça o potencial dos agenciamentos desse tipo de substância.

O esforço inútil de separá-los pode ser abandonado em favor de uma análise que compreenda em conjunto os efeitos corporais intensos produzidos pelas substâncias psicodélicas. Por um lado, pupilas dilatadas, coluna enrijecida e algumas sensações de arrepio que atravessam o corpo. Por outro, estímulo ao movimento, ao toque, à sensualidade. A interdição do consumo concomitante de álcool pelos “pais da lisergia” tinha como objetivo canalizar a *viagem* do LSD para o autoconhecimento, para que seus efeitos pudessem ser usufruídos com foco nas possibilidades existenciais e cognitivas da alteração da consciência. Mas, de fato, a experiência dos sujeitos é a de que o LSD e até mesmo os cogumelos foram consumidos junto com maconha e álcool. Tendo como base as experiências individuais, houve um aumento da uso de LSD a partir do final dos anos 1990 e isso coincidiu, inclusive, com a difusão da cena de música eletrônica. Nenhum dos sujeitos foi ou é frequentador de festas *raves*, mas parte deles o fez algumas vezes. Nelas, o consumo do MDMA ou Ecstasy prevalece, mas o uso do LSD também é comum.

Recolocando o problema anterior, os agenciamentos euforizantes dos lisérgicos são dificilmente apartados daqueles que envolvem sua alteração da percepção. Mesmo que não possa ser analisada na mesma chave de estimulantes como a cocaína, esse potencial euforizante é igualmente importante na experiência dos sujeitos pelas alterações perceptivas e sensoriais dos psicodélicos. De forma prosaica, a fala de Diogo sobre sua experiência com cogumelos em Amsterdam mostra que percepção e disposição se equilibram nesses potentes agenciamentos que, ainda que de forma esporádica, marcaram a trajetória dos sujeitos pela alteração da consciência:

“Pô, em Amsterdam eu tome alguns cogumelos, tomei vários. Parecia que não ia ter nada, não tive alucinação, mas quando vi o mapa, tinha andado a cidade inteira em um dia, sem parar!” (Diogo)

Psicodelia nos arredores de São Paulo

A quinta-feira nublada de leve garoa gelada, em agosto de 1995, não tinha a cara de um dia especial. Passado um primeiro momento intenso no qual veteranos e calouros se entrosaram e, entre cervejas, *baseados* e música, incubaram novas amizades, era um início de semestre mais calmo. No meio da tarde, fomos informados que a aula de Ciência Política havia sido cancelada. Ainda assim, os calouros teriam a segunda aula da tarde, Antropologia. Caminhando no período vago, encontrei alguns amigos sentados na “prainha”, gramado que circunda o prédio da Faculdade de História. Antes que pudesse sacar a minha *paranga*, cuidadosamente escondida na meia, vi que um baseado já rodava entre o pequeno grupo e, mas do que isso, que se armava algo mais interessante do que assistir ao dia cinza no campus. Falava-se numa chácara de um dos amigos, perto de São Paulo. Tínhamos carros, baseados e vontade de cabular. Menos de uma hora de estrada, estávamos em um local longe o suficiente para impedir que algum aluno mais preocupado resolvesse voltar e assistir à aula.

A beleza e a clima do lugar nos encantaram. Conhecemos o caseiro, um sujeito desconfiado e educado, que guardava a casa da família morando numa outra ao lado, bem menor. A grande casa térrea feita de madeira escura e com uma lareira circular no meio de uma pequena sala de estar também era habitada por um cachorro de língua roxa e personalidade improvável: manso, ele não atendia aos chamados por carinho, se diferenciando da típica subserviência canina. Havia naquele cenário algo de mundo paralelo, apartado da vida ordinária. E o rompimento definitivo com a normalidade daquela quinta-feira foi feito sob uma grande mesa de jantar, quando assisti curioso ao corte de pequenos pedaços de papel colorido, transformados em pedaços ainda menores. Sabia que era LSD e senti medo, que durou apenas alguns segundos. Recebi meu pedaço, equivalente a algo como um terço de um ácido inteiro, com a seguinte recomendação: “deixe na boca o máximo de tempo possível”. Não havia muito álcool para se consumido. Um gole ou outro de algumas bebidas da

casa e, com a larica dos baseados, o licor Godiva de chocolate foi o que despertou mais desejo. Cerca de uma hora depois, um calafrio começa a correr por minha espinha.

É uma sensação prazerosa, como se o corpo recebesse uma voltagem exata de energia para excitá-lo. Alguém chamou esse efeito de “febre” e, de forma contida, denunciou a presença de anfetamina no ácido. Ao ouvir, outro que passava por perto discordou: “Isso faz parte da viagem”. Não me interessei na controvérsia bioquímica, estava sentindo uma vibração poderosa pelo corpo e, de forma estranha, todos a compartilhavam. Ela nos convidava a sair da casa. Andamos pelas árvores e, depois, nos aventuramos num velho quarto repleto de instrumentos de artesanato. Havia prazer em tudo, mas não o prazer compulsório (ou compulsivo) que eu havia experimentado com a cocaína. Falávamos, mas ríamos mais ainda. Não havia atropelo e quando alguém almejava chamar a atenção dos demais para uma viagem, uma reflexão ou um devaneio, era ouvido. A percepção da luz se alterou e deu ao mundo uma nova intensidade nas cores. Eu não vi nada que não existisse, as cores eram as mesmas. Mas o tempo nublado se tornou estranhamento colorido, pois no cinza e no branco havia outros cinzas e outros brancos esperando para serem descobertos.

Num instante, a árvore parece tão verde em contraste ao céu cinza que um temor passa por mim, como um fantasma. Mas a companhia dos demais e de suas viagens compartilhadas não permitem que eu embarque na minha viagem. Uma bola é encontrada e chutada para meio do gramado e, de repente, estamos na alegria infantil de uma partida de futebol. Todos se entregam a ele de maneira anárquica. Chego a propor um jogo de verdade, com gols e alguma regra, mas sou alegremente convencido que a luz do Sol não seria longeva. A garoa aperta e as risadas e provocações me lembram os intervalos da escola, quando o futebol era simulado com pequenas garrafas de “Dan’up” ou caixinhas de “Todinho” (essas sensações não eram profundamente refletidas, como reminiscências proustianas. Eu sentia mais do que abstraía e, assim, a consciência não pode ser definida facilmente).

A brincadeira foi perdendo a graça e, um a um, os jogadores vão abandonando o caótico jogo sem objetivo para voltarem à casa. Sou o último a fazê-lo. Fazendo embaixadinhas atrapalhadas, sinto a chuva escorrer pelo meu corpo e produzir um frio intenso que ora diverte, ora assusta. Decido voltar para casa e, ao fazê-lo, assisto um poema de Fernando Pessoa ser declamado veementemente por um amigo cujo rosto, meio deformado, é iluminado pelas chamas da lareira. A cena me choca porque parece um pouco afetada, exagerada; novamente sou tomado pelo medo. Seria ali mesmo um lugar para mim? O êxtase de poucos minutos atrás se transforma em insidiosa lucidez. Estou entre jovens malucos, que estão consumindo uma droga poderosa sem se preocupar com nenhuma consequência. A memória da adolescência que findava tomou conta de mim. Não sabia se sentia medo das drogas, pois já tinha consumido outras piores, como o crack. Embarquei definitivamente nessa *trip*. Estou suando e os demais não olham para mim, não se preocupam comigo. Eles são estranhos. Por isso os temo, porque quero o familiar, o conhecido. Alguém parece declamar diretamente para mim: “Não sou nada, nunca serei nada, não posso querer ser nada!”. Senti a fraqueza, mas mergulhei pelos versos e escapei do horror. Não havia nada de desconhecido e a sensação de reencontro me traz serenidade. Nesse momento, um amigo emocionado, com o baseado numa mão e um livro na outra, declama famoso poema de Pessoa, encarnado em Álvaro de Campos. Estou dentro da tabacaria e ordeno ao mundo e a sua pequenez: “Come chocolates, pequena; come chocolates!”.

O anoitecer veio sem muitas palavras e com música. Alguém faz o aparelho tocar um CD com músicas belas, suavemente orquestradas. Quando ouço a explicação de que foram inspiradas nos ventos ruidosos que passam pelos canais de Amsterdam, sou transportado para onde nunca fui. Dessa vez, a sensibilidade com a música me faz ter um orgulho infantil, como se ali usufríssemos de uma sensibilidade especial, para poucos. Eu fruía junto com os acordes. As febres cessaram e os efeitos do ácido pareciam limitar-se ao cérebro. Ninguém mais estava com as pupilas dilatadas ou com o corpo excitado. A música que se inicia está na minha memória, mas demoro a identificá-la. Faz parte de um filme, um filme triste, um filme de guerra. Ela

transbordava a ambiguidade da destruição e da criação humana. No meio de sua frase principal, um amigo me conta que fez parte da trilha do filme *Platoon*⁴⁴. Já não quero falar nem ouvir ninguém, apenas a música e, no seu ápice, chorei. Terminada a música, olhei para o lado, buscando compartilhar essa sensação e percebi que ninguém mais havia chorado.

Quando nos aproximamos das 20 horas, alguém nos lembra da necessidade de ir embora. Todos estão bastante centrados, mas alguém diz que seria melhor ficar, esperar o amanhecer, pois poderíamos curtir e, além disso, haveria risco de guiar no trajeto de volta. Não participo e penso apenas em acatar qualquer decisão. Decidiu-se pela saída e, depois de uma rápida arrumação, partimos num clima ruim, de quem deveria ter ficado. Talvez o medo da estrada, talvez o medo de voltar ao mundo. Já perto da estrada principal, descobriu-se que o genioso cachorro de língua roxa havia fugido magicamente pelo portão que o último a sair garantiu ter fechado, nos fazendo voltar para prendê-lo. Um amigo mais supersticioso interpreta o fato e, com os olhos vidrados, nos assusta com um “sinal ruim”. Com o temor de um dos motoristas, outro assumiu seu posto, mas não abandonamos o rumo de casa (dias depois, falou-se que a mística troca de motoristas evitou um grave acidente... das histórias que viram estórias). No carro no qual embarco, o motorista estava irritado: eu e o outro carona nos mantínhamos totalmente calados, quase catatônicos, apenas com um sorriso preso ao rosto. Ele implorava: “Vocês podem falar alguma coisa, por favor!” Eu não conseguia falar e, ironicamente, éramos capazes de rir disso. Passados alguns minutos nessa situação insólita, o motorista se contentou em seguir o trajeto de casa com a música e os amigos calados, não sem resmungos periódicos.

Esse trajeto estranho, meio surreal, me assustou e permaneci emudecido quando saltei do carro próximo de casa. Ao subir minha rua, sem saber direito o horário, avistei meus amigos, sentados e conversando como sempre faziam. Essa imagem produziu um efeito prazeroso que pareceu reativar a viagem do ácido. Estava voltando para casa, mas não da maneira como saí dela. Senti uma vontade enorme

⁴⁴*Adagio for strings*, de Samuel Barber.

de compartilhar com os amigos a primeira experiência com LSD, dizer que eu já não era o mesmo. Estranhamente, se no fim de tarde uma nova porta, magnífica e assustadora, havia sido inesperadamente aberta, a noite veio me lembrar de uma outra que eu seria incapaz, para o meu próprio bem, de fechar.

Dessa vez, um ano ou dois anos mais tarde, a balada para a mesma chácara ganhou ares de festa. Vários convidados de uma turma que se adensava dia após dia. De alguma forma, havíamos criado não apenas uma identificação interna, mas também formávamos uma “galera” reconhecida na FFLCH. E as drogas eram, para dentro e para fora, um dos elementos de identificação. Só que esse consumo era tão diverso quanto intenso. O álcool era a única unanimidade; a maconha e o tabaco, presenças certas. As demais substâncias tiveram seus fãs, seus momentos, suas circunstâncias. O LSD logrou grande importância num período, mas não porque não tivesse sido consumida antes ou, ao contrário, desaparecido depois. Durante cerca de dois anos, na metade final dos anos 1990, o seu consumo foi feito na maior parte das vezes de maneira coletiva e, para parte considerável do grupo, seus efeitos ainda eram novidade. Festas e viagens eram eventos em que a presença do LSD deixou marcas coletivas importantes. Na verdade, as “viagens-festas” como essa que se desenhava no outono de 1996 tinham um suprimento psicoativo variável.

Para aquela viagem, eu portava um ácido, sobras de uma aquisição que datava do réveillon anterior. Havia a expectativa pela chegada de um amigo que sempre dispunha de muitos e bons ácidos e que tinha um prazer especial em distribuí-los para todos. A primeira leva de carros, no qual eu também estava, chegou ao “sítio” ainda no meio da tarde, com a luz do Sol de outono. Um clima especial estava se formando. O álcool e a maconha pareciam cumprir o papel de aplacar nossa ansiedade por diversão, levando todos a um patamar mental “modo alegria”. Éramos

cerca de 8 pessoas e, com o objetivo de aproveitar a luz do dia, decidi fazer logo a partilha do meu ácido. Era muito pouco para 8 pessoas, ainda que eu soubesse que alguns não estavam a fim e que outros ácidos chegariam. Para evitar quaisquer tensões sobre tal partilha, que sempre tiveram um efeito muito negativo nas minhas viagens, decidi tomar um pouco menos da metade do ácido e repartir o resto para quem quisesse. Num ataque de curiosidade científica, incluí pedaços de papel comum entre os ácidos e deixei tudo junto, em cima da mesa. Um usuário mais experiente as perceberia, mas era apenas uma brincadeira. Uma hora depois, quando comecei a sentir com intensidade os efeitos do ácido, observei que todos riam, conversavam e curtiam como se tivessem tomado ácido verdadeiro. Essa constatação carregou positivamente o início da minha viagem: cada um com suas drogas, seu baseado, seu álcool, seu placebo improvisado, tudo isso importava pouco, queríamos nos divertir.

O efeito do LSD é inconstante. Em alguns momentos, principalmente no início, você pode se sentir sóbrio, centrado. No entanto, uma conversa, um jogo de futebol, uma observação, um filme, até mesmo uma gargalhada, reconfiguram a percepção do tempo e do espaço. Ao mesmo tempo, é possível manter uma espécie de nível paralelo de consciência e, portanto, observar a nova percepção. Um dos ativadores mais comuns são os movimentos corporais. Foi o que aconteceu naquele fim de tarde. Andávamos, ríamos, corríamos e sentir tudo parecia, numa palavra, delicioso. Quando a música alta saiu dos potentes e iluminados alto-falantes, todos dançaram. E é praticamente impossível dar sentido textual ao que é dançar coletivamente sob os efeitos do ácido.

Outra propriedade do LSD que explorávamos em viagens como essa é a de ser um estimulante. Junto com álcool e maconha, o ácido dota o corpo de energia especial. Em alguns momentos, a conformação dessa energia é sensual, libidinosa. Há um contato prazeroso entre os corpos. O tempo se acelera, mas a percepção geral é de que ele está suspenso. Às vezes, em meio a esse turbilhão de sensações, meu corpo apontava cansaço, mas não me interessei em saber do horário, já que ele passava

depressa demais. Parte do grupo parou de dançar e foi contemplar a lareira, que os aquece (a temperatura já havia caído muito) e os entretêm. A música não para, apenas sucedem-se estilos diferentes. Há impaciência de se escutar um CD inteiro, e algumas amigas passam a dominar o aparelho, trocando as músicas a todo o instante. Mais alguns carros chegam, trazem mais gente e, assim, dão novo estímulo a festa. Entre os que chegam, está o amigo que gostava de levar *doces* para todos.

Sinto uma alegria intensa, mas o meu corpo está cansado. De repente, sou praticamente levado para uma pequena conferência no quarto e pressinto o que irá acontecer. Num tom imperativo, o nosso amigo pede para que eu abra a boca e, como um padre faz com a hóstia, deposita um pedaço de papel colorido sobre minha língua. Pelo tamanho, percebi ser um ácido inteiro. Cheguei a pensar que era exagerado tomar aquela quantidade no meio da noite, mas não ensaiei nenhuma defecção. Pouco tempo depois, sou absorvido pelo estado lisérgico e me junto aos demais que dançavam de forma a sincronizar com perfeição batida e movimento. A realidade assume formas diversas. Ora se apresenta como flashes e o meu passeio com amigos pelas árvores parece uma animação tosca feita de slides sobrepostos. Ora vira deslumbramento e assisto uma amiga preparar algo na cozinha, talvez um queijo, e fico admirado com sua habilidade prosaica em derreter o queijo sem grudá-lo na frigideira. De volta à sala, sinto a liberdade em sua cruel plenitude: tudo é excesso, todos se excedem!

Há um lapso de tempo. Talvez minha memória tenha sido apagada ou, de fato, é uma experiência que não foi retida. Quando retornei, estou com um amigo, no quiosque perto da casa, onde fica a churrasqueira. Estamos serenos e a movimentação na casa diminuiu. Constatamos que alguns carros já partiram. Absortos em uma conversa, estamos tentando, na verdade, controlar os efeitos do ácido. De repente, lembramos da moradia do discreto caseiro que ficava ali ao lado e, assim, ele estaria assistindo à toda aquela loucura. Cessa o som para em seguida se iniciar um arranjo erudito. Uma sinfonia vagorosamente ganhou volume. A nona de Beethoven é tocada num volume altíssimo no meio da madrugada, algo como 4 da manhã. Alguns amigos

saem da casa e dançam, mas como os acordes não produzem ritmo para fazê-lo, todos parecem zumbis dançarinos. Acho aquilo assustador, mas quando percebi participava daquela estranha coreografia. Deitamos na grama úmida e fria e rimos. E olhamos para o céu, que agora tinha estrelas e um tímido luar. Numa profunda alegria de estar ali, vejo, num relance, a janela do caseiro se mexer e ainda consigo sentir uma vergonha juvenil por mim e por todos os amigos. Queria não ter visto aquela janela.

Muito mais se passou ali. Mas quando o céu começou a mudar de cor, o cansaço e o álcool me venceram. Deito próximo ao fogo sob o banco de madeira pouco confortável. Ali tento, mas não consigo adormecer. Provavelmente, efeito do ácido. Vejo pessoas em volta da lareira, próximas a mim, e sinto vontade de não estar mais sob efeito de droga alguma, mas isso é impossível. Tenho um medo da loucura permanente, queria interromper aqueles efeitos. Ao falar desse desejo com um amigo por perto, ele profetiza de maneira engraçada, como num bordão de programa humorístico: “Isso não passa não” e ri. Esse jeito infantil me acalma. Fechei os olhos e fiquei no meio do caminho entre o sono e a vigília. Retomo a consciência já com a luz da manhã sob meus olhos. Olho a lareira e vejo um amigo, de cócoras, observando o fogo como se estivesse em transe. Ele não fala nada, nem eu. Ao olhar para trás, me deparo com uma aranha de tamanho considerável, parada sobre o encosto do móvel. Me assustei, mas como não queria que ela sentisse o mesmo, simplesmente falei para o amigo: “Que porra!” Dirigindo-me seu olhar quase alucinado, ele diz com uma calma tranquilizadora: “ela já está aí há muito tempo, não vai te fazer nada”. Completamente desperto, me sinto agora muito bem, sem a carga psicodélica que me levou àquela lareira. Por isso mesmo, me levantei e deixei o meu amigo e a aranha em suas próprias viagens e fui buscar comida.

A aparência da cozinha em fim de festa nunca é convidativa. Perto da churrasqueira, há alguns pães e uma figura que nem conheço bem, um amigo de amigo, tentando esquentar e cortar uma carne queimada e abandonada durante a noite. É mais engraçado do que parece. O Sol sai das nuvens, a temperatura esquenta, e a

sensação de bem-estar cansado é o anúncio de uma manhã de conversas calmas e um bom futebol. Decidi que ficaria ali enquanto o dono do sítio permitisse. Ainda que houvesse um clima de ressaca, o dia após o ácido produzia um cansaço contemplativo e a atividade cerebral intensa. Entre a piscina e as conversas sobre política, senti-me compelido a escrever o que passara ali, ainda que não soubesse bem em que momento da vida isso viria a acontecer.

Capítulo 3

SUJEITOS

Introdução

Já foram discutidas, no capítulo introdutório da tese, algumas das implicações metodológicas da investigação das trajetórias de uso de drogas compartilhada com dois grupos de amigos próximos. Há uma difícil implicação emocional, na medida em que o uso de drogas é apenas um entre tantas coisas que nos ligam nessa relação de amizade. Ela desafia o distanciamento analítico e também os limites da exposição pessoal. A opção pela narrativas de eventos apresentadas ao longo da tese foi uma das formas encontradas para que houvesse algum equilíbrio entre a necessidade de se descrever densamente alguns momentos do grupo com as drogas e, ao mesmo tempo, tentar protegê-los da exposição exagerada.

O capítulo específico sobre os sujeitos, portanto, é o mais desafiador. Como se trata de uma investigação antropológica, a contextualização do campo e dos meus “nativos” é necessária. No entanto, é possível que, em alguns momentos, ela teve que pagar o preço da generalidade para não expor informações pessoais delicadas. Minha tentativa é a de ressaltar o que havia de coletivo na relação com as drogas, naquilo que compartilhávamos de forma mais clara. Evidentemente, cada um dos sujeitos mereceria uma investigação em que as drogas fossem parte de seu desenvolvimento biográfico, mas nem de perto isso foi tentado aqui. O leitor deve ter como pressuposto que o valor empírico das informações existe sem prejuízo de perceber que a trajetória de vida de cada um dos sujeitos, inclusive a minha, vai muito além do uso de drogas e muito além da amizade que nos uniu até agora.

Ainda assim, a intimidade é um acesso ambíguo a essas trajetórias. O fato de conhecê-los de perto e intimamente pode ser uma armadilha na qual é possível, por exemplo, se perder na análise de suas subjetividades, de seus “infinitos particulares”. Por outro lado, se as trajetórias fossem tomadas por uma única perspectiva, a de que são usuários de drogas, estaria muito próximo de uma caricatura identitária.

Por exemplo, como analisar a trajetória de Walter, consumidor de maconha, um dos sujeitos da pesquisa, para além de sua relação familiar peculiar, como são todas? Como se debruçar sobre uma personalidade esculpida ao longo de cada uma das inúmeras contingências de sua vida? Afinal, é impossível separar o hábito ilegal que Walter adotou aos 19 anos do corte que ele representou para seus próprios valores e para a mudança nas trajetórias imaginadas pelos seus pais e pelos seus irmãos. Ele fumou maconha por isso? Continua fumando maconha por conta de um longínquo desejo de rompimento do fim da adolescência? Esse caminho exigiria outras ferramentas, com outras perguntas que não as dessa tese.

Por outro lado, é possível recortar a análise em cima do *maconheiro* Walter, uma demarcação identitária que não é desprovida de sentido empírico, seja como uma auto-referência seja como uma classificação que lhe foi socialmente imposta em determinados contextos. No entanto, isso não só cobraria um nível de aprofundamento semelhante ao dito no parágrafo anterior, como também se aproximaria de um falacioso recorte empírico que tomaria Walter como, antes de tudo, um *maconheiro*. Mas, antes de tudo, ele também é homem; e, antes de tudo, ele é heterossexual, e também é cristão. Ou, antes de tudo, ele é paulistano de classe média e, antes de tudo, nasceu em meados dos anos 1970. Ao fim, se a demarcação dessas características fossem tomadas pressupondo que uma de suas características é mais determinante que as outras, Walter seria, antes de tudo, nada.

Postos esses limites, a análise realizada se calcou sobre as trajetórias compartilhadas. Os dois grupos de amigos compartilharam o consumo de algumas drogas porque também compartilhavam muitas outras coisas. Essas recorrências envolvem principalmente sentidos, significados e valores que os sujeitos atribuíram às drogas e ao mundo. O que será explorado é, de uma certa forma, a dimensão cultural das escolhas, no sentido da relação entre a cultura e os indivíduos que Geertz (2001) defendeu quando apontou que a cultura que interessa aos antropólogos é aquela que tem uma dimensão pública e compartilhada. Daí não se deriva que ela tem que ser necessariamente discursiva ou publicizada, mas que não está presa à dimensão individual em suas infinitas singularidades.

Antes de passar a eles, uma rápida contextualização sobre a posição dos sujeitos da pesquisa num quadro mais geral dos dados sobre usuários de drogas. A maior parte dos estudos quantitativos sobre uso de drogas no Brasil tem caráter epidemiológico, ou seja, busca investigar a prevalência do consumo no conjunto da população. O predomínio do conceito de prevalência – proporção de consumidores no total da população em um determinado período de tempo – denota a associação do uso de drogas com comportamentos potencialmente patológicos ou nocivos e que, portanto, devem ser conhecidos para que possam ser evitados. Ainda assim, a importância desses dados, e do seu progressivo aperfeiçoamento no Brasil, é inquestionável.

Os dados relativos ao universo dos consumidores de drogas ilícitas sofrem com o estatuto criminal dessa prática, o que resulta em subnotificação e outros problemas⁴⁵. Na escassez de dados no Brasil, é impossível saber a porcentagem de jovens que consumiam maconha frequentemente no início dos anos 1990 (os primeiros levantamentos quantitativos foram realizados no início dos anos 2000). De qualquer forma, com o simples intuito de situar, por exemplo, o consumo habitual de maconha que quase todos os sujeitos descritos na pesquisa compartilham, é possível dizer que, entre os da sua faixa etária – nascidos entre 1970 e 1977 – ele corresponde a um patamar entre 3,8% (40-49 anos) e 5,7% (30-39 anos) dos homens. Nesse caso, tratam-se de todos os que disseram ter fumado maconha pelo menos uma vez nos últimos 12 meses e, portanto, a proporção de usuários mais frequentes, como os sujeitos da pesquisa, que consomem toda a semana, deve ser bem menor (Inpad, 2012⁴⁶).

Quando aplicado o mesmo raciocínio para o consumo de cocaína, os dados indicam que entre 2% (40-49 anos) e 5% (30-39 anos) dos homens na faixa etária dos sujeitos cheiraram cocaína no último ano, estando indisponíveis os dados sobre a frequência de uso nesses 12 meses (Abdalla et. al. 2013). Ainda que, assim, esteja demonstrado que o uso de maconha e de cocaína em homens da geração dos sujeitos da pesquisa não é

⁴⁵ Um dos problemas, principalmente nas pesquisas entre jovens, é a falsa resposta positiva por conta de uma autovalorização atribuída ao uso de drogas. Há mecanismos para neutralizá-la, como a inserção de drogas que não existem entre as respostas, mas ainda assim é possível que persista para drogas mais conhecidas, como maconha e cocaína.

⁴⁶ Como já foi observado na nota 12, os dados do II Lenad, não obstante tenham sido colhidos em 2012, ainda não foram publicados na íntegra pelos seus autores.

residual e seja compartilhado por milhões de brasileiros, é importante lembrar um ponto já discutido na introdução desse trabalho: o critério de escolha dos grupos foi exclusivamente a afinidade com o autor e uma trajetória compartilhada de uso de algumas drogas. Esses sujeitos não foram pinçados, sorteados ou escolhidos, nem são representativos de grupo de usuários de drogas, nem diferem entre si para “espelharem” a diversidade do real. Como apontou Smal (2009), o empreendimento etnográfico não deveria lançar mão de um vocábulo metodológico que não corresponda às suas ferramentas teóricas e empíricas, construindo um frágil simulacro de representatividade. Ao contrário, a partir da densidade de sua descrição empírica em menor escala, articular-se teoricamente ao contexto mais amplo de discussão sobre uso de drogas.

Entre as inúmeras possibilidades de análise, foram privilegiadas duas perspectivas temáticas que apontam para um importante influência dos sujeitos ao longo de suas trajetórias de relação com as drogas. A primeira é a relação com a dependência, a patologia mais poderosa associada ao uso de drogas e cuja determinação se dá sob os ordenamentos médicos do dispositivo. A segunda é a sua relação direta com o mecanismo mais explícito na questão das drogas ilícitas, que a postura dos sujeitos diante das normas legais e da repressão policial.

“Isso não é para mim!”: os sujeitos entredanos e dependência

A dependência é o mais duradouro e potente marcador social associado às drogas, principalmente às ilícitas. Tornar-se dependente de drogas é uma espécie de avesso da liberdade e, numa certa conotação, de desumanização. Quando esse estigma é impingido a alguém, o dispositivo imputa-lhe alcunhas que determinam sua identidade. O *viciado* e o *drogado* são aqueles dominados pelo “mundo das drogas”, retirando, ao menos em parte, suas vontades e sua liberdade. As fronteiras que demarcam quem é ou não dependente são borradas pelo senso comum no caso das drogas ilícitas, como pode ser ver pela extensa lista de termos que definem quem usa, mas que servem também para falar de quem depende, de quem é *viciado*: *maconheiro*, *noia*, *casqueiro*, *fumeta*, *cheirador*, *maluco* etc. Cada uma, ainda que carregue especificidades, classifica de forma ambígua indivíduos que são dependentes consumidores e consumidores dependentes.

Ainda que eles atendam aos pressupostos daquilo que Goffman (1998) definiu como *estigma*, exercendo um poderoso potencial de deterioração da identidade, há que se fugir da análise mais óbvia de que sob eles simplesmente é imposta uma pecha. Por exemplo, os termos *viciado* e *drogado* hoje são considerados inadequados na linguagem científica ou especializada, pois, depois de muitas disputas nesses campos, foi criado um consenso sobre sua imprecisão. Os pesquisadores da área da saúde, notadamente os médicos, esforçaram-se por retirar desses indivíduos os atributos de fraqueza moral em favor de uma série de características que os qualificassem como portadores de uma patologia específica.

Assim, dependente ou adicto tornaram-se os conceitos considerados mais precisos para denominar os consumidores de drogas que ultrapassassem determinados limites (bastante móveis, diga-se de passagem)⁴⁷. Mesmo assim, hoje não é raro ouvir, inclusive em falas proferidas por médicos ou por outros especialistas, os termos *drogado* ou *viciado* (Fiore, 2006)⁴⁸. Ainda que essa mudança seja resultado de uma batalha intensa e fundamental

⁴⁷ Mais uma vez, o tratamento dado ao álcool é peculiar, tendo termo próprio tanto para seu sentido mais pejorativo – o bêbado – e para a classificação médica da dependência – alcoólatra ou alcoolista.

⁴⁸ Nesse caso, são falas no sentido estrito do termo, pois nos textos escritos é muito raro encontrar um especialista utilizar os termos *drogado* e *viciado*, o que não acontece em entrevistas e apresentações orais..

pelos conceitos, engendrando transformações importantes, o termo dependente não se desprende completamente dos atributos morais que eram imputados *aviciado*.

Uma hipótese que parece plausível é que tanto *oviciado* quanto *odrogado*, ainda que tornados progressivamente incorretos no debate público, representam dois atributos fundamentais da própria classificação da dependência na perspectiva médica do dispositivo das drogas. Se seguirmos historicamente o termo vício, encontramos o desvio moral e a falha do caráter que se expressa pela busca compulsiva de um objeto pecaminoso, perverso ou pervertido (Carneiro, 2002). O viciado é aquele que foi dominado pelo defeito moral mesmo que isso não tenha sido exclusivo resultado de suas intenções e disposições (visto que as tentações são diabólicas, mágicas ou têm vontade própria). Cada vício específico engendra um desvio moral: sexo, drogas, jogo, todos eles estão relacionados à fraqueza por um prazer, uma falha que se expressa moralmente. No caso da droga, esse objeto se materializa em uma ou mais substâncias, mas também em locais e companhias insalubres que são vistas como zonas de contágio e propagação do vício, como em frases comuns ouvidas pelos sujeitos dessa pesquisa: “Fulano pegou o vício da maconha quando morou em tal cidade” ou “Com aqueles amigos ele cairá no vício da bebida”.

O *drogado*, por outro lado, é uma determinação identitária que se faz absoluta sobre uma pessoa que carrega consigo o vício e a droga, ou o vício na droga. Não importa qual é ou quais são as drogas; no senso comum, o *drogado* vê como negativamente semelhantes e, assim, sua associação mais comum é com o louco, mas um caso peculiar de loucura e de vício. Ele é viciado nas drogas que produzem loucura e, ao fim e ao cabo, ele é viciado na própria “loucura”. Como já notei em trabalho anterior (Fiore, 2007), *drogado* é uma identificação imposta a alguém que torna perece um estado psíquico ou fisiológico que, em princípio, é passageiro. O *drogado*, no senso comum, não é alguém que *está* sob efeito de drogas, mas aquele que vive sob o domínio permanente das drogas, mesmo em abstinência. É o mesmo sentido historicamente presente na rotulação daqueles considerados dependentes de álcool em um grupo específico, os bêbados – o “bêbado da família”, os “bêbados da cidade”. Mas, nesse caso, esse estigma não recai sobre todos que bebem, muito pelo contrário; o bêbado é um tipo específico para determinados contextos.

O drogado, por outro lado, é o que passa a ter a existência modulada pela droga, ele é o “doente da droga”.

A dependência e, por conseguinte, o dependente, são conceitos contemporâneos elaborados na segunda metade do século XX. Se sustentam por conhecimentos de diversos campos, da literatura à neurociência. E, hoje, o conceito de dependência é praticamente intocável como forma de classificação dos indivíduos que estabelecem relação patológica com alguma substância, objeto, ação ou pessoa. Estabelecida como uma patologia, como um estado anormal do corpo e da mente, a dependência não suspendeu a carga de desvio moral do *viciado*, nem a degeneração do *drogado*, mas conferiu a elas positividade científica, tornando-as mais precisas. Quando foi considerada uma forma específica de transtorno mental ou uma doença crônica do cérebro, a dependência passou a ser par obrigatório do objeto correspondente a sua compulsão. Assim, o dependente, para ser um termo com significado, precisa ser referenciado, inclusive para fora do universo das drogas: dependente de sexo, de jogo, de Internet etc. Não mais um viciado genérico, aquele entregue às tentações mais abomináveis, mas alguém com uma ou mais compulsões. No caso das drogas, o indivíduo com uma “compulsão química”.

Na acepção mais comum, no entanto, o dependente de drogas passou a ser espécie de categoria autoexplicativa, que classifica todos aqueles que dependem de uma, duas ou várias substâncias psicoativas. O *noia*, para citar só um exemplo, é a representação do dependente de crack/cocaína em seu ápice de degradação moral e física. O dependente de drogas se presta a qualquer uma delas, ainda que se lembre, pela força do termo drogas, que é de um universo ilícito de que se está falando. Quando se fala de alguém famoso, de uma celebridade, por exemplo, é normalmente dito que ele é “dependente de drogas”, com se o termo bastasse para identificar que o problema dele é com drogas, genericamente. Mais uma vez, o dependente se aproxima do *drogado*.

O fato da dependência de algumas drogas ser, entre as outras dependências, aquela em que as ciências da saúde e a medicina mais se consolidaram como campo de produção conhecimento, fortaleceu a ideia de que ela é uma patologia no sentido fisiológico do

termo. A dependência é hoje classificada por uma parte importante dos especialistas como uma doença do cérebro (*brain disease*), mas não sem controvérsia, na medida em que não há marcadores biológicos que a definam. Ou seja, o diagnóstico de dependência se dá exclusivamente a partir de um quadro sintomático, ainda que o abuso de drogas esteja relacionados a alguns danos fisiológicos⁴⁹.

Mesmo que a dependência de drogas não seja, portanto, uma patologia fisiologicamente bem demonstrada, ela continua a ser uma espécie de modelo de demonstração didático do funcionamento de qualquer outra dependência: de comida, de sexo, de jogos, de Internet etc. Quando se quer demonstrar a existência de uma “verdadeira” dependência, é comum que se recorra ao se referencial mais conhecido no senso comum, a dependência de drogas. Para exemplificar, dois exemplos na imprensa: “*Estudo diz que sorvete vicia tanto quanto drogas*” (Portal R7 – 05/03/12); “*Comidas gordurosas viciam tanto quanto heroína e cocaína*” (Caderno de saúde do Jornal O Globo – 29/03/10).

Como apontou Bonnie (2001), o consenso em torno da dependência enquanto uma patologia biológica e/ou psicológica foi importante para que se evitasse a culpabilização moral daqueles acometidos por problemas com drogas. Mas, ao mesmo tempo, a dependência como patologia faz de seu portador um indivíduo incapaz de decidir, ao menos no que se refere às drogas, racionalmente e, o que é mais grave, segundo Bonnie, de ser responsável por suas ações. Dito de outra maneira, a responsabilidade do dependente/consumidor de drogas iria se esgotando no início de seu “problema” – o momento em que decidiu consumir drogas – até chegar a um estágio no qual a doença se apodera de sua razão. Em sua crítica, Bonnie defende que a dependência é sim um quadro patológico, mas não pode ser transformado num imperativo comportamental pelo qual os indivíduos são considerados incapazes de decidir. Suas condições de decisão podem ser muito piores sob a dependência, mas ainda assim decidem e é a sua responsabilidade que pode ser a força para que o quadro se altere. (Op. Cit.).

Nessa perspectiva, o experimentador de alguma droga ilícita cruza uma barreira simbólica em direção à dependência. Quando continua a fazê-lo, cruza outra. Não se

⁴⁹ Ver, por exemplo, Lewis (2012).

passa o mesmo quando bebem ou fumam tabaco. No caso da trajetória dos sujeitos observados aqui, essa droga foi a maconha. Desde então, a dependência passou a ser tanto possibilidade como realidade. Se é verdade que o álcool e o tabaco também se apresentaram como possíveis objetos de compulsão, a maconha representou o rompimento em direção à ilegalidade (ver capítulo sobre os agenciamentos dessa substância). Quando os sujeitos se tornaram consumidores de drogas, suas concepções morais formadas até então podem ter passado por alguma transformação, mas não foram abandonadas e, entre elas, o medo de ser um *drogado*. Como aponta Shiner (2009), as decisões de jovens acerca do consumo de drogas ilícitas não seguem um padrão inteiramente lógico entre ganhos e perdas, nem tampouco uma decisão dramática e existencial “usar ou não usar”. O uso de drogas se configura enquanto “*situated choice*” – repleta de significados para além de uma equação racional entre prazer, lei e responsabilidade. (op. cit.)

Assim, os sujeitos, ao longo de suas trajetórias, tiveram necessariamente que enfrentar a dependência na medida em que ela é inseparável do dispositivo das drogas no mundo contemporâneo. Por isso mesmo, é ainda mais importante ressaltar que nenhum dos sujeitos analisados viveu, seja pelos seus próprios critérios, seja pelos critérios médicos mais consensuais, quadros severos ou graves de dependência de alguma substância (excetuando-se a dependência do tabaco, cuja dependência, ainda que clara, não está associada à desorganização pessoal, familiar ou social). Como já dito, a definição de uma patologia específica para dependentes de drogas é cientificamente controversa, mas um quadro de dependência severa poderia ser definido como aquele em que o indivíduo tem uma relação compulsiva com a(s) substância(s), fazendo seu consumo de forma constante e/ou intensiva, o que resulta em consideráveis prejuízos a sua vida em todas as suas dimensões (psíquicas, físicas, afetivas, sociais etc.).

O problema é que a dependência só é muito clara quando extrema. Ou seja, há uma zona cinzenta de indefinição entre a certeza da não dependência, a abstenia, e o uso compulsivo/desenfreado claramente destrutivo⁵⁰. Para os sujeitos dessa pesquisa, ser ou

⁵⁰ Como disse um dos médicos especialistas em dependência de drogas que ouvi num trabalho anterior, “os extremos são muito fáceis de ver, o problema é ver o meio”. (FIORE, 2007)

ter sido dependente de uma droga só se definiu numa negociação entre suas experiências e seus valores morais a um quadro mais ou menos difuso de conhecimento médico que se espalha no senso comum. Para alguns, a incerteza sobre ser ou ter sido dependente é um motivo de preocupação; para outros, a questão é, ao menos quando encarada *a posteriori*, desimportante. Haveria, como apontou Vargas (2001) em sua etnografia sobre consumidores de drogas, uma oposição entre os princípios de uma ordem médica que valoriza o prolongamento da vida e a evitação dos riscos desnecessários e aquela que guia os consumidores drogas, que é pautada pela intensidade e pelo prazer, não obstante seus riscos?

Nas análises dos sujeitos dessa pesquisa, mais do que uma oposição, talvez seja possível falar numa permanente negociação, o que obviamente só foi possível, e ressalto isso mais uma vez, por conta da inexistência de uma dependência severa em suas trajetórias. O medo dos efeitos deletérios das drogas e da dependência caminharam lado a lado com o não abandono de seu uso. Essa negociação mudou muito ao longo do tempo, mas em uma fala de Edson fica claro como suas ambiguidades não cessam. Questionado depois de se afirmar mais burro do que outros amigos que não usaram drogas, ele evocou exatamente a oposição levantada por Vargas, tomando partido nela:

“Sinto que tive mais experiência que eles, experiências diferentes, mas não me sinto mais inteligente, me sinto mais burro, pelo lado de que essas experiências prejudicaram a minha saúde, pelo que eu coloco para dentro (do corpo).”(...)

“Um ditado que me intriga muito é aquele que diz: ,mil anos a dez ou dez anos a mil? Até hoje eu não cheguei a uma conclusão sobre isso, as consequências disso, por isso eu não me acho mais inteligente” (Edson)

A fala de Edson aponta que a compreensão da experiência de viver no limiar da dependência só ganha sentido nos detalhes experimentados ao longo do tempo, e não por um grande quadro de compreensão geral em que se assume ou o lado da medicina, ou o lado dos usuários. E isso coloca na mesma situação tanto aqueles que têm mais domínio das definições científicas de dependência como os que não se consideram capazes de falar nada sobre eles (mas falam, e com desenvoltura).

Se focalizássemos o final da adolescência, período no qual a maior parte dos sujeitos esteve mais aberto às experimentações e, principalmente, “se jogaram” num consumo mais frequente e intenso de drogas, ali poderíamos ver algum nível de cisão. Mas, se por outro lado, olharmos as longas trajetórias, percebemos instáveis negociações. Assim como a medicina não pode ser tomada como um campo monolítico de saber, produzindo consensos efêmeros que se apresentam publicamente como controvérsias, os sujeitos também se movem de forma errática, (des)equilibrando desejos e perigos, ganhos e perdas.

Com o objetivo de organizar um pouco os detalhes dessa negociação, lanço mão de um recurso textual: a partir de umadas definições médicas de dependência, apresento falas e experiências que expressam a relação dos sujeitos com os riscos percebidos no uso de drogas. Não se trata de nenhuma tentativa de estabelecer um diagnóstico, ou demonstrar se cada um dos critérios tem mais ou menos validade. Esse tipo de escala é normalmente utilizada em pesquisas sondagens epidemiológicas ou nas chamadas “intervenções breves”, quando o profissional de saúde ou o pesquisador tem pouco tempo para colher informações do usuário. A classificação utilizada foi baseada no questionário semelhante aplicada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas (Cebrid) para detectar um quadro de dependência nos entrevistados para o Levantamento Nacional sobre Uso de Álcool e outras Drogas (2005). Por sua vez, esses critérios são inspirados no Manual de Transtornos Mentais da Associação de Psiquiatria dos EUA, o DSM-IV, que agora está sendo substituído por um nova versão. Embora não variem tanto, outros critérios poderiam ter sido utilizados e a escolha teve como propósito orientar a análise dos sujeitos sob parâmetros médicos bem estabelecidos que, por sua vez, são importantes na manutenção do dispositivo.

“Será que dá para dar um tirinho aí?”

As viagens para a chácara próxima de São Paulo, batizada como “sítio”, foram, nos primeiros anos de faculdade, os encontros mais interessantes e variados do grupo de amigos que se formou. Em menos de uma hora de carro, estávamos numa casa bonita com lareira, ao lado de uma piscina e de um gramado, cercado por muitas árvores (que por sua vez eram cercadas por um muro). O caseiro e sua família eram os únicos representantes do mundo exterior presentes depois que portão era fechado.

Quando fui “avisado/convidado”, eu não sabia qual o nível de intensidade da balada reservada para o sítio na sexta-feira à noite. “Nível de intensidade” era um eufemismo para entender quem estaria presente e, principalmente, se alguma droga, além dos baseados e do álcool, seria consumida. Depois da aula da tarde, consegui a autorização para o uso do carro dos pais e, no arranjo que se fez, daria carona para a garota bonita e gente boa que vinha se agregando à galera nos últimos tempos. Ficamos sabendo que um grupo já havia estava lá desde o meio da tarde e, por volta das 19 horas, estávamos loucos para partir. No entanto, constatamos dois pequenos “obstáculos” para a viagem: o primeiro, a ausência de um toca discos ou mesmo um rádio no carro. Esse poderia ser resolvido por um bom papo. O segundo era importante para tornar esse papo mais interessante: não tínhamos nem um baseadinho para o percurso. Lá no sítio ele não haveriam de faltar, mas fariam falta para a estrada.

Ir a alguma *boca* da minha região ia ser bem chato. A solução foi a breve visita ao amigo de rua, daquele tipo que não costuma falhar. De fato, não só não falhou como arranjou um bom fumo em quantidade suficiente para dois finos. No entanto, essa camaradagem exigia etiqueta. Ficamos ali por quase vinte minutos e algumas brincadeiras de rua criaram algum constrangimento, pois ele nem sempre foi sutil ao me provocar sobre o fato de estar tão interessado num baseado para viajar com a bela garota. O “pedágio” era previsto e a questão era manejá-lo bem entre os códigos machistas daquela turma. Nenhum trauma.

Partimos e, com alguns anos de consumo, eu já sabia que a maconha era uma droga leve, mas geniosa. Normalmente, as *ondas* eram agradáveis e interessantes, mas cheguei a temer pela duração do bom-humor depois de fumar aquele fininho, bolado com pouca destreza pela carona. A preocupação não se justificou; ao contrário, conversamos e rimos tanto no caminho que o tempo se acelerou. Conversamos sobre música e cinema, passamos pela dança, que ela praticava e chegamos às gargalhadas quando o assunto foi sexo. Ela esqueceu por um bom tempo do baseado apagado nas mãos e, quando o acendemos entre mais risadas, descambamos mesmo foi para o prazer da vida alheia, a fofoca entre as longas tragadas do baseado que findava. Nos meandros, flertes sutis, daqueles que os envolvidos não estão obcecados ou decididos pelo resultado final, e simplesmente agem sem nenhum compromisso com o resultado.

O fim da viagem nos cobrou atenção, conseguida com muito esforço, para que pudéssemos ingressar na saída correta da estrada e, chegando ao sítio, travar uma conversa minimamente coerente com o caseiro. Alcançamos alegremente o sucesso em ambas e, ao entrar, a quantidade de carros denunciou a presença de um grupo de pessoas maior do que o esperado. A música alta, algo menos conhecido dos Rolling Stones, anunciava uma festinha meio estranha. Rimos disso. Quando passamos pela soleira da porta, ainda com as caretas marcadas pelas contínuas gargalhadas, vi um de nossos amigos debruçado sobre o vidro da mesa de centro, preparando grandes e gordas *carreiras* de pó. Quando nos viu, prontamente gritou, num misto de convite e ordem: “a sua já está pronta!” Os sorrisos sumiram dos nossos rostos. Na verdade, a entrada na casa foi como uma passagem brusca para outra estação do ano. As cerca de doze pessoas presentes estavam animadas, mas não da maneira como eu e minha amiga desembarcamos. Bebendo, cheirando e falando, eles não curtiam o mesmo tipo de onda ingênua, meio adolescente, que nos levou até lá. E a adaptação a esse novo estágio da noite foi rápida, mais para minha amiga do que para mim – nem percebi quando ela já havia se lançado ao pó e aos seus desmandos.

Eu não recusei a passagem, mas estranhei a mudança brusca, senti uma espécie de choque térmico que me deixou um tanto atordoado. Quando cheirei, o fiz de maneira meio cínica, como quem entra em um jogo que conhece o resultado de antemão e o faz apenas para curtir os detalhes. Diferente do que ocorria normalmente, não senti o frio na barriga que antecedia as cheiradas. Eu vivia, na época, uma fase de afastamento daquela substância branca que mudava de aparência, de gosto e de efeito de acordo com o fornecedor. Tive vontade de cheirar para me observar e observar os demais. Vai ver era aquela tal observação-participante que ouvíamos na aula de Antropologia.

Havia uma fartura fantasiosa de pó. Minha experiência em “*sextas-cheira*” (apelido recorrentemente adaptado aos dias de semana que costumávamos cheirar: *quinta-cheira*, *quarta-cheira*...) me fez pressentir que o clima de reciprocidade era resultado da empolgação do começo de *balada* e, como de fato aconteceu, cessaria quando os papéis se tornassem escassos. Observei que conversas sobre política e música dominavam as rodinhas formadas em torno da mesa da sala e da cozinha. Muitos já estavam lá há horas, embriagados e excitados pela cocaína. Havia, proporcionalmente, poucas mulheres e em torno delas se formaram rodas de homens vaidosos. Todas jovens, algumas muito bonitas, a presença delas era ambígua, pois assim como traziam certa leveza, faziam do local uma arena de sutil confronto masculino. Os que mais me irritavam eram alguns sujeitos mais velhos e menos íntimos, que me lembravam parasitas a sugar o que o contexto poderia lhes trazer. Seriam muito diferentes dos outros?

Na cozinha, percebi que uma das moças não conseguiria manter-se bem naquele ritmo de consumo de álcool e, pouco tempo depois, seus gritos ecoaram no banheiro geminado ao que eu estava urinando. Quando saí, descobri que ela estava recebendo ajuda de outras amigas, entre elas a minha carona, para trata-la com um banho. O seu grito ocorreu quando, num momento de consciência, se viu observada por uma plateia masculina na porta do banheiro. Não percebi nessa cena um comportamento cafajeste, afinal, quando foram devidamente expulsos pelas garotas, correram já nos

primeiros gritos, como se tivessem sido surpreendidos pela vizinha observada em roupas de baixo.

Ao voltar para sala, flagrei uma discussão acalorada sobre a importância dos Rolling Stones na transformação da música contemporânea. O papo me irritou, não pela mesmice do tema, mas pela postura arrogante e intocável dos discordantes. Um outro papo, dessa vez sobre a genialidade de Chico Science, cujas músicas eram reproduzidas num volume alto na casa, me agradou. Ninguém quer dançar; quando algumas garotas arriscam um passo, são seguidas por aqueles que estão, ou pensam estar, em posição vantajosa para o flerte. Embora houvesse um clima de intimidade, a maior parte se conhecia há pouco menos de um ano, e a cocaína, naquela noite, não tirava armaduras, ao contrário, parecia fortalecê-las. Numa conversa de canto com dois amigos mais próximos, entre eles o dono do sítio, pronunciamos um veredicto aos sussurros: tinha gente que não deveria estar ali. Eram alguns veteranos de baladas “uspianas”, pejorativamente chamados de *vermes*, e cuja presença, às vezes até divertida, poderia se tornar bastante inconveniente. Eles eram poucos, mas a seleção demorou alguns anos para ser feita.

Um desses “infiltrados” andava pela casa, iniciando conversas e saindo delas com ligeireza, assim que uma nova leva de *carreiras* era preparada em outro canto. Enquanto a balada transcorreu com certa tranquilidade, o que, para ele, era uma quantidade razoável de pó, sua presença era apenas esquisita.

Como não havia participado de rateio algum naquela noite, só cheirei quando fui convidado, ou seja, muito pouco. Provavelmente, outros que não haviam colaborado nos custos não agiram assim e, quando a madrugada avançou, o pó se tornou escasso. Fui convidado por um amigo para ir a um dos quartos da casa, já que ele tinha reservado um pouco de pó para ficar mais tranquilo, já que o rumo compulsivo da balada não o agradava. Apenas os vi cheirar e conversamos um pouco naquele quarto, mas o claustro era incômodo. Pouco tempo se passou, até que mais dois sujeitos, menos íntimos, se juntassem a nós e, obviamente, o esvaziamento dos demais cômodos levou aquele sujeito esquisito ao nosso encontro. Quando entrou

no quarto, mexeu as narinas como quem fareja algo e, ao mesmo tempo, pronunciou uma frase simples e perturbadora: “Vocês tem um tirinho aí?”. Alguém deu uma resposta evasiva e eu nem esperei para assistir o desfecho da conversa. Saí do quarto e, na sala, descobro que um carro já havia abandonado o *sítio*.

Desejei partir, mas uma curiosidade mórbida me faz ficar. O estado em que me encontrava era o de vigília, sem sono. Me sentia forte e feliz, mas não para falar, o meu prazer naquela noite foi observar. E julgar. O cigarro e uma estranha música eletrônica me fizeram companhia na sala. Observo minha amiga e, de alguma forma, ela havia deixado para trás o carisma do trajeto até o *sítio*. Cansada, depois de muitos cigarros, ela conversa com outro amigo galanteador com quem já teve algo. Se há um clima entre os dois, é apenas porque ela permite preguiçosamente que ele ocorra. Os primeiros cantos dos pássaros foram a despertador musical da obrigação de devolver o carro para meu pai. Nesse momento, aquele mesmo grupo de amigos que me chamou para um quarto, me chama para outro. Entrei apenas para curtir mais de perto aquele ritual burlesco. Poucos minutos depois, somos novamente visitados pelo sujeito esquisito, que repetiu o mesmo papel melancólico, dessa vez com o rosto ainda mais caricatural, que lembrava uma fuinha: “será que dá para dar um tirinho aí?” A cena seria a decretação do fim, mas não foi. Quando decidiu-se (seria mais correto dizer que foi decidido pelo dono do *sítio*) que era hora de partir, houve o epílogo: alguém havia um *papel* e que tinha que ser achado antes de sairmos de lá. Lançam-se todos a uma caçada: banheiros, quartos, cozinha. Mais observei do que procurei, pois achava engraçado os mais empenhados na tarefa de salvar o dono do *sítio* imaginando seu tesouro como recompensa. Pouco tempo depois, as buscas foram suspensas e nunca soube se alguém o achou e cheirou sozinho, se o dono do *sítio* criou aquela história por sadismo ou se o caseiro o encontrou no dia seguinte.

Na divisão dos carros, vi que minha companhia não seria a mesma da ida, já que minha amiga optou por uma carona com alguém que morava mais perto de sua casa. Ao meu lado, para o percurso de volta, um outro amigo, com a aparência cansada

pela noite “em branco”. Sem música e sem vontade de papear, a estrada ainda vazia ao nascer do dia ganhou contornos de tarefa de casa, daquelas mais chatas. De súbito, a lembrança: um fino baseado que sobrara da ida. Rapidamente bolado pelo carona, um jovem mestre nessa técnica, foi fumado junto às gargalhadas de ambos, enquanto eu imitava a voz anasalada do penetra compulsivo e inquieto, que vagava de quarto em quarto, em busca do seu *tirinho*.

Os sujeitos e os critérios médicos de dependência

Critério 1 - Forte desejo ou compulsão para usar a substância.

É difícil opor a trajetória de consumo de drogas dos sujeitos a esse primeiro critério de definição de dependência, na medida em que ele mistura duas dimensões que são muito diferentes entre si: o forte desejo e a compulsão. Caso se referisse à prática sexual, por exemplo, é muito provável que boa parte das pessoas respondessem que sim a respeito do forte desejo, mas não necessariamente à compulsão. Para entender como os sujeitos separam forte desejo de compulsão, é interessante voltar aos seus aprendizados e sua valorização moral sobre drogas e dependência.

Beber mais de duas doses diárias de álcool, fumar um *baseado* pela manhã, cheirar mais de quatro vezes por semana, comprar um maço de cigarro por dia. Esse tipo de marcador quantitativo, com as variações mais ou menos amparadas na literatura médica, tem um peso significativo na maneira pela qual os sujeitos estabeleceram, ao longo de suas trajetórias, o seu “grau de dependência” das substâncias psicoativas que consumiam. Na ausência de uma medição mais precisa do que é “sentir necessidade” de usar determinada substância, o melhor indicativo que se apresenta é medir a abuso pela quantidade consumida, um termômetro palpável.

Os agenciamentos peculiares de cada substância são, obviamente, indissociáveis da forma pela qual os sujeitos analisam e dão peso ao seu consumo. Há, por exemplo, uma grande distância entre a cocaína e o tabaco, expressa numa carga de reprovação moral muito maior dada à dependência da primeira. A preocupação das famílias com os primeiros cigarros dos filhos não se comparou aos primeiros indícios de que os sujeitos estavam consumindo drogas ilícitas. A aprovação social do uso de determinada droga, como se sabe, influencia a flexibilidade dos parâmetros com os quais consumidores (e não consumidores) definem que é ser dependente. Por isso, o consumo abusivo e a possível dependência de tabaco e de álcool começaram a preocupar os sujeitos e seus familiares muito tempo depois do início do consumo, diferente do que se passou com as drogas ilícitas, cuja sensação de “perigo” é acionada desde os primeiros contatos.

Há, nos momentos em que se decide consumir ou continuar consumindo uma droga, uma negociação permanente de parâmetros objetivos e subjetivos. No primeiro caso, por exemplo, estão as expectativas familiares e, no segundo, traços de personalidade, como a impulsividade. Deveria ser desnecessário dizer, mas não é, que há relação entre o desejo de transgredir regras e costumes e o desejo de consumir uma droga, mas a relação não é causal: não se deseja usar drogas apenas pelo desejo de transgressão, assim como transgredir não envolve, necessariamente, usar de drogas. Os parâmetros das condutas aprovadas e desaprovadas foi sendo construído ao longo das trajetórias, de acordo com as expectativas da respectiva fase de vida. De forma esquemática, o objetivo dos sujeitos quando mais jovens era, diante dos familiares ou outras pessoas próximas, afirmar seu uso não patológico. Naquele momento, quando uma situação de confronto se estabelecia, a ideia de normalidade é que deveria a ser contraposta a do *drogado*.

“Estava jogando bola no quintal de um amigo quando fui beber água na cozinha. Nessa hora, sua mãe fechou a porta e disse que queria me perguntar algo: „Você continua andando com aqueles meninos, com aquele Edson, com o Jorge, que fumam maconha? Aquelos meninos são perdidos, tem um que o pai bebe, a família deles não é como a nossa. Você já parou com isso, né?“. Na hora, eu travei, não conseguia responder nada, meio que fiquei negando, falei que „estava tudo sob controle“. Aí o Jair (filho dela) abriu a porta, se ligou no que tava rolando e acabou com o papo dizendo: „agora ele tá legal, mãe, tá na faculdade, tá praticando esportes“.”(João)

“Teve momento bem tenso com meu irmão, a gente chegou a romper por causa do beque⁵¹.”(Walter)

“Minha mãe já desconfiava e não estava num momento bom, estava depressiva. Aí eu fui conversar com ela na cama e ela cheirou minha mão e percebeu o cheiro de maconha. Ela fez uma cara como se estivesse vendo o próprio Satanás! Eu falei: „mãe, eu estudo, eu trabalho, eu namoro, eu durmo, eu como, está tudo bem. Eu sei que a senhora fica preocupada, mas está tudo bem“.”(Sérgio)

⁵¹ Um dos apelidos mais comuns do cigarro de maconha.

Ao afirmar para a família sua situação de normalidade, os sujeitos distanciavam-se dos estigmas que também aprenderam a imputar. Agora, que também eram um dos *drogados*, sua identidade se construía sobre a possibilidade de serem usuários de drogas, mas não dependentes. Em alguns casos, a melhor forma de se defender do estigma era o segredo e o silêncio, em outras, afirmar que não colhia prejuízos com seu uso de drogas, como a fala de Sérgio tão bem exemplifica. De qualquer maneira, não houve um rompimento brusco com valores morais pré-existentes, mas uma readequação, dessa vez sustentada por uma experiência real com as drogas. Como um farol marítimo, artistas, celebridades, personagens da ficção e familiares que “mergulharam” na dependência das drogas serviam de exemplo negativo, de onde não deveriam se aproximar.

“Tive um primo que morreu de HIV, teve uma vida bandida, tipo Cazusa, batia na mãe. Ele gerou todo o contexto, hoje eles mudaram (os familiares). Sinto que o Sebastião (irmão) paga pau nesse estilo de vida, mas atira pedra, encana com os filhos”. (Walter)

“Eu fumei maconha a primeira vez bem antes, com 13 anos. Foi curiosidade, acho que nem bateu, eu tinha aquele peso, tinha acabado de ler „Christiane F”⁵².
(Marcelo)

Por outro lado, para Leonardo, o único sujeito que cresceu em um contexto familiar menos conservador, no qual o uso de drogas não era tematizado, seja como terror, seja como *glamour*, o limite da dependência foi aprendido na própria experiência. Ressalta-se que esses casos marcantes e exemplares de dependência na família ou de conhecidos eram separados entre aqueles os que tinham “problemas com bebida” e os que tinham se

⁵²*Eu, Christiane F., 13 anos, drogada, prostituída* é o título em português para a biografia que se tornou *bestseller* nos anos 1970 e 80. No livro, Kai Hermann e Horst Hieck contam a história da menina que, na noite de Berlim, teve um avassalador envolvimento com drogas e, aos 13 anos, já era dependente de heroína, se tornando prostituta para conseguir a droga.

tornado “drogados” (drogas ilícitas), ignorando-se, normalmente, os outros tipos de substância psicoativas⁵³.

É muito difícil para os sujeitos separar o desejo por consumir mais uma droga do desejo pelos contextos que envolvem o seu uso, principalmente em grupo. Por exemplo, como separar o desejo pela festa do desejo pela cerveja, como separar o desejo de conversar com amigos do desejo pelo baseado ou por umas *carreiras* de cocaína? Como foi dito por João, o problema não era ser “*dependente de maconha, mas viciado em roda*”.

Em certos momentos, a pressão do grupo para que o sujeito compartilhe o uso da droga consumida acarretava certo constrangimento. De maneira geral, o impacto dessa pressão diminuiu com o amadurecimento, quando os sujeitos estão mais seguros diante dos demais. Nesse caso, há uma grande diferença entre a maconha, a cocaína e o álcool, cujo consumo continuou sendo onipresente nos encontros. Hoje, numa festa, por exemplo, a presença da maconha é frequente, da cocaína é possível, mas rara. Já a presença do álcool e do tabaco, obrigatórios.

Há também o consumo solitário. Visto apressadamente, esse tipo de consumo que prescinde de qualquer ritual coletivo indicaria uma relação mais próxima da compulsão. No entanto, o nível de variação entre os contextos em que o uso solitário ocorreu, o período da vida e a substância consumida são grandes demais para que, *a priori*, ele fosse indicador de dependência. Ele está muito associado, por exemplo, a um consumo utilitário, ou seja, com um propósito muito específico, seja relacionado ao relaxamento, ao trabalho, à diversão ou até ao esporte, seja como expectador, seja como praticante. Por exemplo, no caso do *grupo da universidade*, fumar a caminho das aulas também era hábito de Sérgio e Eduardo.

No caso de Edson, que viveu um período de consumo frequente de cocaína, quase diário, o desejo por cheirar novamente se misturava a uma necessidade utilitária. À noite, saía do trabalho e passava direto em uma *boca* para comprar cocaína, normalmente junto de um

⁵³ As drogas de prescrição médica, os “remédios”, muito raramente entram nessa categoria, ainda que deles os sujeitos ouviram, desde cedo, que podiam *viciar*. Já o tabaco, pelo menos para a geração dos sujeitos dessa pesquisa, recebia carga negativa, mas nada que pudesse se comparar ao alcoolismo ou à dependência de outra droga.

amigo que sempre o acompanhava. O bar era o local mais provável para cheirá-la, mas poderia ser simplesmente enquanto dava voltas de carro. Esse ritual acabava tarde e, portanto, Edson teria poucas horas de sono para conseguir sair da cama pela manhã. Para superar a fadiga, Edson “*ia trabalhar todo dia com um papel no bolso*”. O desejo por consumir mais cocaína se confundia com a necessidade de manter uma rotina. Mesmo nesse período, Edson diz que nunca deu vazão à vontade de consumir mais cocaína quando acabava o que já havia sido comprado. “*Pra mim, sempre foi assim, acabou, acabou!*” e ele vê nesse autocontrole um das maiores barreiras para não ter se tornado um *noia*. Não é a mesma interpretação que tem Jorge, que, assim, como Edson, diz que teve um período de descontrole.

“Teve uma época que eu tava meio Roberto⁵⁴, a gente fazia a vaca⁵⁵ para pegar, mas eu já pegava os meus. Foi a época mais podre, por isso que eu parei. Mesmo que eu não tenha feito todo dia, era meio dia sim dia não. Sábado e domingo, direto”. (Jorge)

Uma conclusão possível é que o forte desejo por consumir a substância esteve presente de maneira contextual na trajetória dos sujeitos. Seu repertório de conhecimento e sua valorização moral a respeito do que queriam/deveriam ser foi considerado fundamental para que tivessem se afastado de uma compulsão maior por drogas, ainda que ela permaneça como possibilidade.

Critério 2 - Dificuldade em controlar o consumo da substância, em termos de início, término e quantidade.

Da mesma forma como as substâncias são importantes para o estabelecimento do primeiro critério, a falta de controle sobre quanto e por quanto tempo se consome uma droga tem relação inequívoca com os agenciamentos de cada droga. O discurso do autocontrole sobre a quantidade de cocaína consumida numa noite, como Edson diz ter mantido mesmo nos períodos em que mais consumiu, apontam para fato de que essa

⁵⁴ Um amigo próximo do grupo que consumia cocaína frequentemente, tendo se tornado um exemplo de dependente por todos (nome fictício).

⁵⁵ Por vaca, Jorge se refere ao ato de juntar dinheiro para comprar a droga.

droga tem um potente agenciamento compulsivo, mas que os sujeitos foram capazes de identifica-lo, assim como na curta experiência que tiveram com o crack.

O álcool é uma outra substância que, para alguns sujeitos, desempenha um forte agenciamento de continuidade no uso. Quando o uso do álcool era alternado, num mesmo momento, com o de cocaína, esses agenciamentos se combinavam, potencializando ainda mais a continuidade do consumo de ambos (ver capítulo anterior). Os agenciamentos da maconha, por sua vez, são menos ligados ao descontrole de quantidade e de tempo. Mesmo os sujeitos que, durante a fase mais intensa de consumo, fumavam uma grande quantidade de maconha em algumas fases da sua vida não estabeleceram com ela uma relação compulsiva, inclusive pelo fato de que um consumo intenso e prolongado num mesmo momento é sentido como uma “*saturação*”.

Como se trata, nessa seção, de discutir os sujeitos e não os agenciamentos peculiares das substâncias, é mister afirmar que controles sobre o tempo empregado no consumo da substância são indissociáveis dos sentidos que os sujeitos davam aos eventos. Quando mais jovens, era possível dedicarem muito mais tempo ao consumo associado exclusivamente às conversas, festas ou às fruições prazerosas de músicas, filmes e esportes, por exemplo. O acúmulo de responsabilidades com o envelhecimento reduziu essas possibilidades a períodos específicos. Trabalho, casamento e filhos exerceram um papel disciplinador em todas as trajetórias, com diferentes gradações de acordo com as especificidades biográficas: tipo de trabalho, situação financeira ou familiar, quantidade de filhos etc.⁵⁶

O critério da perda de controle sobre a quantidade de droga e o tempo dedicado ao seu uso como medição do nível de dependência só tem sentido de ser avaliado na experiência dos sujeitos quando se considera duas perspectivas: a rotineira e a imponderável. No primeiro caso, alguns sujeitos passaram por fases em que o consumo de alguma droga cresceu em quantidade, frequência e tempo, mas isso se associou a uma rotina. Por exemplo, numa fase em que o trabalho por conta própria de Leonardo não era rígido quanto a deslocamentos e aos horários, as quantidades de maconha fumada por ele se associaram à indisciplina e são avaliadas como um período de descontrole:

⁵⁶ Shukla e Kelley (2007) investigaram como consumidores de maconha orientam suas decisões e concluíram que há um pressuposto bastante racional nessas escolhas, pautadas por valores muito próximos ao dos outros jovens não usuários.

“Teve um momento que maconha deu uma complicada, acho que eu fumava muito, dava uma procrastinada, começava várias coisas ao mesmo tempo, não fechava.”(Leonardo)

Esse descontrole sob a perspectiva da rotina é aquele em que o consumo da substância borra os limites com as outras esferas da vida. No caso de substâncias que são socialmente aceitas na relação com o trabalho, como o tabaco (para não mencionar o café e o chá), o descontrole rotineiro é mais incisivo, na medida em que as restrições legais inexistem, sendo os constrangimentos apenas de ordem social e moral. Leonardo é um exemplo disso, pois é um grande consumidor de tabaco e se considera “*um pouco dependente*”, mas não o faz pensar em descontrole. O problema da maconha, portanto, estava ligado à perda da eficiência e do foco.

Na rotina, a alteração da consciência desfrutada pelos sujeitos é decisiva para que o uso da substância escape, de alguma forma, ao controle. As drogas que não são associadas pelos sujeitos a uma alteração capaz de interferir nas atividades cotidianas têm mais chance de se associarem ao descontrole rotineiro. Os controles, evidentemente, são exercidos socialmente e não apenas pelos próprios sujeitos, processo que MacRae, seguindo Becker, definiu como controle social informal (MacRae, 1997). Por exemplo, quantas pessoas do círculo social de Eduardo diriam que ele tinha o seu uso de maconha sob controle numa época que ele descreve sem grande preocupação?

*“Fumava um antes e depois da aula” (Perguntado sobre se isso afetava a sua compreensão) “O que eu tinha que absorver, eu absorvi, tendo fumado ou não”.
“Eu fumei antes de fazer a primeira fase do vestibular, antes de seleções para a pós-graduação”. (Eduardo)*

A avaliação de Eduardo sobre o controle de sua rotina associado ao consumo de maconha provavelmente entraria em choque com pessoas do seu círculo de relação mais próximo, o que de fato ocorreu em alguns momentos de sua trajetória (família, namorada etc.) No contexto da universidade, Eduardo não sentiu tal reprovação, ao menos dos amigos próximos, mas boa parte do grupo foi, em algum momento, rotulada negativamente por outros alunos como *maconheira*. Enfim, os sujeitos manejaram seu consumo entre controles pessoais e sociais de forma a incorporá-lo numa rotina e, mesmo assim, não se consideraram portadores de dependência.

Na trajetória dos sujeitos, há também a possibilidade do descontrole imponderável, aquele que não se situa na rotina, ao menos não na rotina de trabalho e dos dias comuns. A pergunta mais prosaica para medir esse controle sob o uso eventual de uma droga é: “Se eu começo a usar determinada droga, eu consigo me controlar na quantidade e no tempo gasto?” Ao longo do tempo, a resposta a essa pergunta mudou para cada um dos sujeitos. Além das responsabilidades, discutidas há pouco, era nos momentos coletivos que esse descontrole poderia ocorrer. Festas, encontros, a hora da saída do trabalho. Dificilmente, nesse caso, se sabia ao certo o que viria depois.

Nesse sentido, a conclusão de Vargas (2006) de que o encontro entre humanos e drogas é imponderável, na medida em que é um fenômeno da ordem do evento, encontra alguma demonstração empírica. Mas, na trajetória dos sujeitos, até que ponto podemos falar em uso descontrolado de drogas? Se entendermos controle como o estabelecimento de certos limites anteriormente planejados que não deveriam ser ultrapassados, o limiar do consumo de drogas tende ao imponderável, na medida em que a percepção é alterada enquanto as drogas agem e esse é justamente um dos objetivos de se usar uma droga. O consumo de álcool é o que mais claramente foi associado a esse descontrole, já que, durante as suas trajetórias, são incontáveis os números de vezes que os sujeitos tinham planejado, de forma mais ou menos consciente, beber até determinado limite – normalmente, não se embriagar “muito” –, mas, já sob outra percepção, o consumo terminou sendo muito maior. Mas, se isso se repetiu, até que ponto a quebra do limite já não era prevista quando os sujeitos começaram a beber?

O controle pode se tornar imponderável inclusive porque as quantidades consumidas têm efeitos diferentes em cada momento para os sujeitos, que por sua vez, se diferenciam entre si e entre os diferentes contextos de uso. Seguir o ritmo acelerado de consumo de um grupo pode ser uma influência que conduz ao excesso, por exemplo. Um churrasco, no qual se come muito e num longo período de tempo vai implicar numa certa medida de descontrole diferente de uma saída conjunta do trabalho em que se senta “para beber”.

Ou seja, o uso de drogas está permanentemente relacionado a um “descontrole controlado”, posto que da alteração se esperar algum nível de descontrole, ainda que ele não seja completamente imprevisível. Difícil avaliar o quanto isso também não se aplicaria a diversos outros campos da vida dos sujeitos, como a sexualidade e o dispêndio

de dinheiro, para ficar em apenas dois exemplos. As drogas, no entanto, têm a particularidade de envolver como objetivo primordial a alteração da consciência. A alteração significa descontrole? As trajetórias analisadas não apresentam uma resposta precisa, mas, pelo menos, indicam que o descontrole tem muito mais a ver com um feixe de agenciamentos que se cruzam entre sujeitos e substâncias produzindo eventos que não são nem completamente previsíveis, nem completamente imponderáveis.

O exemplo do mais dramático episódio vivido por Edson com cocaína ajuda a compreender o contexto que produz descontrole. Como foi dito há pouco, Edson teve um período de consumo intenso de cocaína, mas o autocontrole na quantidade consumida numa noite é vista, hoje, por ele, como uma barreira aos piores cenários que poderia ter vivido. No entanto, em um evento, houve a conjunção de outras variáveis:

“Fiquei ali no boteco, enchendo a cara, jogando sinuca. Cheiramos pra caralho (ele e outro amigo), acho que uns quatro ou cinco papéis. Eu tinha recebido aquele dia, foi o que zuou!”.

(...)“Passei mal pra caralho, não conseguia mexer o pescoço”.(Edson)

A noite de Edson terminou no hospital, onde tentou esconder o consumo de cocaína da equipe que o atendeu, inclusive do médico, mas não conseguiu. Hoje, não sabe avaliar se teve uma overdose ou um outro tipo de crise, e nem lembra o medicamento que foi dado a ele –supõe ser glicose –mas que o fez vomitar e melhorar. O que sabe, depois de mais de quinze anos, é que naquela noite se descontrolou, consumindo mais do que deveria. Mas consumiu mais do que queria? Difícil afirmar nesse ambíguo posicionamento de controle e descontrole que marcaram a relação entre os sujeitos e drogas.

Critério 3 - Presença da síndrome de abstinência ou uso da substância para evitar o aparecimento da mesma

Dos seis critérios usados para definir epidemiologicamente a dependência, a abstinência é o que mais remete aos efeitos fisiológicos das substâncias. A abstinência é definida como uma síndrome decorrente da interrupção do consumo de determinada substância por um organismo dependente. Há grandes controvérsias sobre a natureza fisiológica da abstinência, na medida em que ela é bem demonstrada para substâncias depressoras como

os opióides (heroína, morfina etc.), a nicotina e o álcool, mas tem pouca demonstração fisiológica para drogas como a cocaína e a maconha. Tal como a própria dependência, o entendimento mais consensual é de que a abstinência seja um sofrimento pela interrupção do consumo que envolve tanto aspectos fisiológicos como psíquicos (Seibel & Toscano, 2000).

Na trajetória dos sujeitos, o fenômeno da abstinência, entendido em seu estrito sentido médico, parece nunca ter ocorrido, o que é um tanto óbvio com a informação dada anteriormente de que nenhum deles teve um quadro severo de dependência, excetuando-se dependência do tabaco, que dois sujeitos se dizem portadores e, embora não tenham tentado interromper o consumo, almejam diminuí-lo, sem sucesso⁵⁷.

Também a abstinência pela supressão do álcool é difícil de ser avaliada, tanto pela inexistência de consumo diário e frequente como pelo fato de que as interrupções, quando ocorreram, foram curtas. Alguns sujeitos relataram que, quando impedidos de beber por algum motivo, se sentiram um pouco angustiados em determinados contextos. Esse marcador subjetivo, o sofrimento diante do não consumo por um período maior de tempo, serviu para a autorreflexão em vários momentos ao longo das trajetórias. O nível de preocupação, é claro, variou de acordo com contexto e com a substância. Walter, depois que saiu definitivamente da casa dos pais, passou a fumar maconha à noite, para relaxar e “*dormir melhor*”. Ter esse hábito ilícito traz a ele algum incômodo – o cheiro gerou atrito recente com um vizinho – mas foi o fato de sentir falta *dobaseado* para dormir o sinal que o fez se preocupar, pois não gosta de “*depende*”. Muito mais preocupante para Walter, sendo um dos pontos decisivos para que ele abandonasse o consumo de crack – foi quando, durante meados dos anos 90, sentiu uma estranha sensação durante um banho:

“Sei lá, uma vontade louca de fumar pedra. Se não estivesse com ela (namorada), eu teria me fudido”. (Walter)

A sensação que relaciona a um princípio de abstinência é, para Walter, um sinal claro de que estava começando a se tornar dependente. Ele não sabe avaliar o quanto da sensação era fisiológico, o quanto era um desejo psicológico. Em algumas conversas que tivemos sobre o assunto, muito tempo depois da curta experiência com crack, ele me perguntou

⁵⁷ Seria interessante, num trabalho futuro, analisar a relação com o café e outras formas de uso de cafeína, que é diária e intensa por quase todos os sujeitos observados.

qual a opinião de quem “*estuda a coisa*”. Não soube dar uma resposta precisa porque não a tinha. Pedro também se questionou sobre a presença da abstinência de sua droga preferida, a maconha, quando, há alguns anos, fez uma viagem de trabalho e não teve como compra-la.

“Trampo chato, gente chata. E depois de ficar uma semana sem dormir direito... aí que eu comecei a pensar nessa coisa da dependência, porque eu fiquei sem sono, eu fiquei visivelmente com dificuldade de dormir, minha rotina estava toda alterada... eu fiquei superirritado... mas na semana seguinte já estava lá de boa. Então eu percebi que tinha dependência, mas como é droga leve, dá para... mas no meu dia a dia eu não vou abrir mão. Mas às vezes eu exagero... porque com essa rotina de filhos nem dá. Outro dia foram passar o dia fora com minha mulher e eu fiquei em casa. Quando vi, estava fazendo o terceiro baseado! Aí eu pensei: ‘caralho, o cara é um idiota’! No final do dia estava imprestável.”(Pedro)

Nessa fala de Pedro estão expostos alguns dos seus critérios para avaliar a existência da abstinência e, por conseguinte, da dependência. Neles, Pedro buscou os sintomas fisiológicos que seriam a comprovação de que seu corpo, mais do que ele próprio, necessitam de maconha. Quando percebeu sintomas físicos, pensou ser um dependente, mas sabendo que a maconha é considerada uma droga “leve”, os associou a sintomas pouco graves muito mais afetados pelo contexto. Na mesma fala, Pedro explicita a dificuldade de manejar o consumo de maconha em sua rotina, como foi discutido no critério anterior. Pesando esses fatores, ele se considera um pouco dependente, mas não vê na maconha a droga capaz de impor o tipo de consequência danosa ou patológica. Ele se vê como capaz de administrar o hábito, tanto por conta dos controles externo – filhos, esposa, trabalho – como de uma autodisciplina. Mas isso não o impede de, em alguns momentos, se deixar levar pelo descontrole, ainda que veja essa ação, depois, como “idiota”.

Das trajetórias, nenhuma explicita tanto as ambiguidades na definição do que é abstinência e dependência quanto o que se passou com Edson. Como dito anteriormente, ele teve, por volta dos 23 anos, um período de consumo muito frequente de cocaína, quase diário. Hoje, o vê como “*parte de sua história*”, mas não fala dele sem demonstrar algum desconforto. Um evento decisivo que interrompeu esse período foi uma grande cisão familiar, quando foi confrontado simultaneamente por seus pais e por sua namorada

a respeito do seu uso de drogas. Seus pais nunca haviam falado do assunto antes e, mesmo, durante a briga, pouco se referiram às drogas. No dia seguinte, a mãe foi até ele na mesa do café da manhã e lhe falou pela primeira e única vez sobre drogas durante a vida:

“„Você quer ajuda para sair ou sai sozinho?” Eu falei: „eu saio sozinho”. Foi a única coisa que eles falaram na vida sobre isso, nunca mais me perguntaram nada”(…) “Eu amo muito meus pais, mas esclarecimentos na vida eu tive que buscar sozinho”.(Edson)

Depois dessa conversa, Edson se convenceu sobre a necessidade de parar com a cocaína. Foram sete anos sem cheirar. Durante os muitos anos que passou sem cheirar, sentiu vontade, mas nada próximo de uma abstinência. Como nunca leu especificamente sobre o tema, me perguntou, como já havia feito antes, a respeito dessa “*coisa de intoxicação do corpo*”. Tentei explicar, de forma muito simplista, que a dependência não era exatamente uma intoxicação. Quando estávamos encerrando o assunto, ele disse:

“Isso aí você me esclarece hoje, porque você vê na TV que o cara é internado para desintoxicação e fica pensando isso. Porque é engraçado, quando eu ouvi aquela frase da minha mãe, parece que tinha rolado a desintoxicação, porque eu não tinha mais vontade. Por isso eu tenho essa curiosidade: que desintoxicação é essa com algumas palavras?”(Edson)

Edson, por tudo que ouviu sobre drogas ao longo da vida, associa a dependência a uma intoxicação, a um domínio fisiológico da cocaína. Mesmo tendo usado por tanto tempo, se considera ignorante sobre os aspectos médicos do consumo. Mas, ainda assim, não conseguiu entender como alguém tão próximo da dependência pode, a partir de uma conversa lacônica com a mãe, vencer tal *intoxicação*. De alguma forma, ainda que tenham níveis desiguais de conhecimento científico sobre drogas, Pedro e Edson contrapõe o que mais temem das drogas – seus agenciamentos fisiológicos – aos seus próprios desejos e valores, dando um peso maior a sua capacidade de autocontrole.

Em última análise, esse é o jogo que estará permanente aberto na vida de Edson, de Pedro e dos outros sujeitos na sua relação com as substâncias. Esse corpo alterado ou, utilizando a palavra de Edson, *intoxicado*, é também parte de sua vontade, de seus desejos, de suas

frustrações. Se antes os pais tinham papel fundamental, agora outros contextos constroem suas vontades: trabalho, filhos, esposas, saúde. Ainda assim, não abriam mão da relação com as substâncias, ainda que, hoje, se coloquem em uma posição diferente diante delas.

Critério 4 – Presença de tolerância, evidenciada pela necessidade de aumentar a quantidade para obter o mesmo efeito anterior.

A tolerância é, tal como a abstinência, controversa. Sua base é uma adaptação dos organismos ao consumo de uma substância de forma a exigir que a quantidade seja maior que as anteriores para que se sinta o efeito esperado. O maior problema da tolerância enquanto marcador para estimar um quadro de dependência é que ela pressupõe três variáveis bastantes subjetivas, a saber:

- a) quantidade;
- b) qualidade;
- c) efeito esperado.

No caso da quantidade, é impossível encontrar um padrão entre os sujeitos, tanto pela diferença entre eles como entre as substâncias. O álcool e o tabaco (para os que consomem tabaco) são as substâncias que os sujeitos consumiram com mais frequência mais se habituaram e se consideram capazes de controlar melhor as suas reações aos efeitos. Isso indica que a tolerância é também resultado dos agenciamentos peculiares dessas drogas, das disposições individuais aos seus efeitos e dos contextos em que normalmente são consumidas.

Na relação de Diogo e de Jorge com o tabaco, substância que, como dito anteriormente, se consideram dependentes, a tolerância parece incontestável, na medida em que qualquer um dos outros sujeitos não suportaria a quantidade consumida por um deles num período de uma hora, que pode chegar a quatro cigarros. Ao mesmo tempo, ambos percebem consequências deletérias do consumo de cigarros em sua saúde e como elas diminuem quando a quantidade de tragadas é menor. Ou seja, negociam com o prazer que sentem em fumar e a constatação permanente de que deveriam fazer isso de uma maneira mais comedida.

No caso do álcool, ao mesmo tempo em que os sujeitos se consideram capazes de consumir uma quantidade maior do que faziam quando mais jovens e, assim, manter mais

controle sobre a embriaguez, também dizem que os excessos são “punidos” com os efeitos da ressaca, muito mais severa que na juventude. Esse aprendizado envolve um maior espaçamento entre as doses, combinando-as alimentação e hidratação e, assim, mantendo os momentos em que sabem que consumirão mais álcool dentro do limite do “descontrole controlado”, como discutido há pouco. *Strictu sensu*, isso poderia ser tomado como presença da tolerância, mas que, na experiência prática dos sujeitos aparece exatamente como o contrário, como uma saber prático sobre a forma de se beber, expressa, sob diferentes formas, por vários deles: “*hoje, eu sei beber melhor do que antes*”.

Tanto a maconha como a cocaína são substâncias nas quais os sujeitos encontram dificuldade de relacionar *quantidade* sem tratar de *qualidade*, a segunda variável fundamental para compreender a tolerância. Como comparar a quantidade de maconha fumada aos 19 anos com a quantidade fumada aos 39 se não se sabe ao certo que tipo de erva foi consumida? Por isso, a discussão sobre a qualidade da maconha é tão importante entre os sujeitos que a consomem. E ela não se resume à potência de seus efeitos, ainda que passe por eles. Há também uma permanente discussão sobre os diferentes tipos de maconha. O *fumo bom* pode ser tanto aquele cujo efeito é quase instantâneo e potente como o que produz uma *viagem* mais leve ou uma sensação de relaxamento. Também pode ser bom o *fumo* que irrita pouco a garganta e tem um gosto agradável e, assim, pode ser consumido com mais frequência.

O problema é que, principalmente quando mais jovens, os sujeitos não desfrutaram de grande variedade nem de condições para escolher a maconha que fumaram. Ainda que buscassem o que consideravam o melhor no momento, fumava-se o que havia disponível e por um preço viável a um orçamento extremamente limitado. Hoje, esse quadro é diferente, mas ainda assim, os sujeitos continuam comprando maconha sem informações básicas de origem e concentração de nenhum dos componentes da erva. Mesmo que alguns afirmem que hoje fumam em mais quantidade sem atingir os mesmos efeitos, derivar daí uma conclusão sobre a presença de tolerância ao THC (tetraidrocannabinol) – princípio ativo mais potente, entre as dezenas de outros presentes na maconha – seria precipitado. Primeiro, pela própria subjetividade do que seriam os efeitos num contexto

de grande oscilação de frequências e contextos. Segundo, não se sabe que tipo de maconha foi fumada ao longo desses anos.

Por exemplo, toma-se o caso do álcool. Quando se compra uma bebida, é possível encontrar informação bastante precisa sobre o seu teor alcoólico, ou seja, da proporção de etanol naquele fermentado ou destilado, medidos na escala Gay-Lussac. Em princípio, as unidades alcóolicas são comparáveis e, portanto, um mesmo sujeito que suporta a ingestão de 8 latas de cerveja (4 graus) em um período de três horas, seria capaz também de beber 8(13 graus) taças de vinho ou 8 doses de um destilado padrão (40 graus). O problema é que, na experiência prática dos sujeitos, o tipo de bebida é decisivo tanto nos efeitos como nas consequências adversas ao corpo. Diogo não consegue suportar cerveja. Jorge passa mal com vinho. João suporta quantidade razoável de uísque, mas diz que passa mal com outros destilados. De qualquer maneira, os sujeitos conseguem avaliar, com alguma precisão, a quantidade de álcool consumida.

Esse tipo de cálculo é feito de forma dedutiva no caso da maconha. Quando compravam ou compartilhavam com um amigo, a informação obtida não era nem um pouco precisa: “essa é da boa”, “essa é mais ou menos”, “essa dá uma paz”, “essa não dá bode”. Ou, aos apelidos: “borrachinha”, “hidropônico”, “skunk”. Como foi discutido nos agenciamentos peculiares da maconha, há um grande aprofundamento do conhecimento a respeito da planta nas últimas décadas, o que tem espreado também a forma pela qual os sujeitos discutem sobre o que fumam, mas esse é um fenômeno recente e incipiente.

No caso da cocaína, a qualidade é ainda mais decisiva. Por ser ingerida sob a forma de um pó branco, o desconhecimento sobre o grau de pureza e sobre sua composição dificultou sobremaneira a avaliação dos sujeitos sobre a tolerância. De forma geral, aqueles que continuaram a consumir cocaína eventualmente apontam para uma piora da pureza, o que acarreta ou na ausência dos efeitos esperados ou na necessidade de se cheirar mais. Pedro, por exemplo, diz que, diferente do que fazia quando mais jovem, evita ao máximo consumir a cocaína comum vendida em *bocas* de São Paulo pela sua péssima qualidade e, segundo ele, pela adição de uma série de outras substâncias, possivelmente anestésicos e anfetaminas. Diz que cocaína pura, como a que os “*caras têm em agência de publicidade, nem precisa cheirar muito*”. Walter e Jorge lembram que

a boa fase da cocaína no *grupo da rua* foi quando uma *boca* famosa funcionava vendendo cocaína boa e barata na região.

Como já deve ter ficado claro, *quantidade* e *qualidade* encontram uma outra variável de difícil medição para se determinar para a classificação da tolerância: o *efeito*. A avaliação de que o consumo de quantidades maiores de uma substância é necessário para atingir os mesmos efeitos se constrói sob um pressuposto de que os melhores efeitos de uma substância são os primeiros. Uma das ideias sobre drogas que povoam o senso comum, ainda que amparada por uma literatura que médica de grande circulação⁵⁸ é a de que seu usuário vive numa busca permanentemente frustrada dos efeitos que teve na primeira dose (importante dizer que isso quase nunca é dito sobre drogas lícitas, como o álcool e o tabaco). É impossível separar essa discussão dos agenciamentos de cada substância e dos aparatos subjetivos dos sujeitos. No entanto, a reflexão feita por eles a respeito disso ajuda a aprofundar essa questão.

Em primeiro lugar, os aspectos prazerosos da alteração da consciência não são completamente diferentes de outros tipos de prazeres que são descobertos no decorrer da vida. Alguns, mais óbvios, como a descoberta dos prazeres sexuais (o primeiro beijo, a primeira carícia, a primeira cópula), a primeira vez que se sai sozinho de casa à noite, a primeira vez que se guia um carro, o primeiro show de rock assistido ao vivo, enfim, poderiam ser citados inúmeros eventos. O que quero ressaltar aqui é que todos carregam a força do ineditismo e da memória afetiva indelével, de acordo com a importância que tiveram para cada um dos sujeitos. O mesmo se passou com as drogas.

Pedro, por exemplo, não lembra a primeira vez que sentiu o efeito da cocaína, mas se lembra de como só experimentou os efeitos da maconha quando fumou na Universidade, deixando para trás inúmeras tragadas inócuas do tempo do colégio. João não esquece as primeiras sensações que teve com o álcool, da maconha, da cocaína e de todas as outras drogas que experimentou, inclusive os solventes. Walter lembra das primeiras leves bebedeiras em família, ainda criança, mas não conseguiu se lembrar das primeiras *ondas* com maconha. Da memória de Jorge, a primeira tragada de crack é inesquecível, tanto quanto é para Eduardo a primeira *viagem* de LSD. Essa lista seguiria enfadonha e pode

⁵⁸ Muitos trabalhos poderiam ser citados, mas a produção do psiquiatra Içami Tiba, o maior vendedor de livros sobre drogas no Brasil, é o melhor exemplo de trabalhos que se popularizaram a partir dos anos 1980.

ser resumida na impossibilidade de generalizar os efeitos percebidos nas primeiras viagens e, decorrência lógica, naquilo que se busca nas drogas a partir de então.

A tolerância, portanto, parece ser, de todos os critérios discutidos aqui, o que menos teve relevância para os sujeitos como um demarcador da dependência. As drogas que cada um deles mais gosta continua lhes proporcionando prazeres, mesmo que eles hoje o percebam de formas diferentes. Ao que parece, os parâmetros quantidade/qualidade/efeito se tornam tão relevantes para as drogas ilícitas por conta do grande desconhecimento sobre sua composição. Além disso, as novas maneiras e contextos de consumo os dotaram, segundo alguns sujeitos, de maior capacidade de minimizar consequências negativas. Enfim, como um demarcador para dependência, a tolerância guarda pouca relação com a experiência empírica dos sujeitos, como essa passagem de Sérgio parece deixar claro.

“Até hoje eu cheiro muito pouco, sexta-feira eu acabei um papel que estava há um mês comigo. Minha relação (no passado) não era a do meu desejo, era a de como meus amigos usavam, eles botavam um tirão e eu ficava muito louco de pó. (...) Com o tempo eu fui mudando a forma de uso, eu fui escolhendo o que eu queria. No primeiro momento, era algo coletivo e isso demorou um pouco, foi quando eu saí da universidade, quando a gente se distanciou daquela coisa... o uso foi sendo mais controlado, de acordo com aquilo que eu considero adequado para mim” (Sérgio)

Critério 5 - Abandono progressivo de outros interesses ou prazeres em prol do uso da substância

Curiosamente, esse critério remete a uma das hipóteses iniciais dessa investigação: num universo mais restrito de possibilidades e interesses, a relação com a droga se torna mais intensa e presa aos efeitos fisiológicos das substâncias. Assim, o *grupo da rua* que, no geral, tinha um universo de relações e de práticas de lazer menos diverso do que o *grupo da universidade*, tenderia a estabelecer, com as drogas, uma relação mais “orgânica” e, sob uma certa perspectiva, mais próxima da dependência.

Essa hipótese se mostrou, em parte, equivocada. As singularidades individuais são muito mais relevantes para a relação que cada sujeito estabeleceu com as drogas que consumiu do que uma possível generalização sobre o grupo. No entanto, esse critério corresponde a

um demarcador importante para os sujeitos avaliarem seu consumo. Alguns detalhes, no entanto, devem ser considerado.

Em primeiro lugar, essa longa trajetória de uso de drogas foi associada a muitos outros momentos de prazer. A começar pelo mais óbvio deles, que eram os encontros e as festas. Em ambos os grupos, a maconha teve um papel importante no fortalecimento das relações na medida em que se associou ao tempo em que grupo estava junto. No *grupo da universidade*, maconha e cerveja eram convidados frequentes, mas a primeira era praticamente cativa nos congregarmentos. Fosse na própria universidade, fosse em outros locais, havia o baseado para “antes, durante e depois” do cinema, do teatro, da festa, dos esportes, dos jantares. Isso não significa que se fumava maconha ou se bebia o tempo todo, mas que os momentos de diversão eram frequentes e, neles o uso de drogas era parte do contexto. A fase era de experimentação não apenas de droga, mas de expressões artísticas, de empolgação com a possibilidade de fazer tudo diferente.

“Porque foi a melhor época possível para conhecer aquelas pessoas e ter aquelas experiências. A gente poderia ter tido uma universidade chata... porque amizade é para ser a parte mais divertida da vida, certo?” (Pedro)

Dos anos de faculdade ao amadurecimento, com o estreitamento de algumas relações e a diminuição do comportamento grupal, as drogas passam a ser consumidas também de forma diferente. Os sujeitos encontram, cada um a seu modo, os lugares para cada substância em sua vida. Ainda que a diversão tenha permanecido como um dos objetivos mais importantes, os sujeitos passam a fumar maconha, a beber e até, em poucos casos, a cheirar cocaína em outros contextos e com outros propósitos, como o relaxamento, a reflexão e o trabalho. E não necessariamente em grupo ou acompanhados.

Processo semelhante ocorreu com os sujeitos do *grupo da rua*. A diminuição natural dos encontros frequentes em que fumavam maconha e bebiam foi seguindo gradualmente o envelhecimento e aos lugares que as drogas foram sendo colocadas, e se colocando, no cotidiano de cada um deles. Ao que parece, em ambos os grupos, as diferentes relações que os sujeitos têm com as substâncias retomam o caráter coletivo quando o grupo se encontra. Na vida adulta, com rotina intensa de trabalho e afazeres domésticos e familiares, os prazeres se sobrepõem nos raros momentos de diversão coletiva:

“A gente se reúne pelo fuminho, pelo “álquinho”, e pelas coisas que batem. Por exemplo, todo mundo é corintiano e se junta para ver o jogo” (Edson)

Avaliar, portanto, se outros prazeres foram abandonados em “prol” do uso de uma substância é difícil para os sujeitos, posto que a questão dificilmente toma uma forma que não seja a mais simplista, expressa numa questão desse tipo: “preciso dessa droga para me divertir e ter prazer”?

Dado que os sujeitos relacionam o uso dessas substâncias a um momento prazeroso articulado a outras dimensões do cotidiano, avaliar se há o abandono de outras atividades e mesmo obrigações torna-se mais complexo. Na avaliação mais prosaica, é o abandono das obrigações e não dos outros prazeres que indica, para os sujeitos, uma relação mais problemática com as drogas. Principalmente para o *grupo de rua*, o cumprimento das obrigações e a autossuficiência econômica são atributos morais indispensáveis. Evidentemente, alguns sujeitos enfrentaram, ou ainda enfrentam, dificuldades econômicas, mas, ao menos no plano do discurso, a ideia de que são capazes de pagar suas contas e, no caso daqueles que têm filhos, de sustentar sua família, é um limite decisivo. O uso de drogas surge como ameaça desses valores tanto porque retira tempo do trabalho (e do cuidado familiar), como também pelo seu custo financeiro.

“Naquela época (em que usava mais cocaína e maconha) era diferente, o dinheiro não fazia tanta falta como hoje, que tem a família. Hoje, se eu gastar mais, faz diferença.”
(Edson)

Os controles exógenos são, também nesse critério, importantes. São as pessoas ao redor daquelas que permanentemente avaliam, não sem conflitos, se os sujeitos estão colocando o uso de substâncias numa posição maior do que deveriam em suas vidas. Em diferentes fases da vida, pais, amigos, parentes, namoradas, mulheres, colegas de trabalho, enfim, pessoas de sua rede de relações que reforçavam outras dimensões, inclusive suas obrigações, no cotidiano dos sujeitos. Esse controle não se dá de forma direta, pelo contrário, ele se dá de forma indireta, pois uma parte considerável dessa rede de relações sabe muito pouco sobre as drogas, principalmente as ilegais, que os sujeitos usam. Muitos sequer sabem que eles usam uma substância ilícita, mesmo com a convivência de décadas. Esse “desconhecimento” não impede, no entanto, que participemdo controle;

pelo contrário: os sujeitos têm que estar “em dia” com suas obrigações, cumprindo seus papéis diante de todas essas pessoas para, assim, não serem estigmatizados nem sofrerem com a constante desconfianças que o cercam.

Critério 6 - Persistência no uso, apesar das diversas consequências danosas.

Como se mede o dano causado por uma droga? Cada um dos sujeitos tem uma perspectiva particular de dano, malefício ou consequência negativa que as drogas poderiam ter lhe causado. Transformado numa pergunta mais clara, como acontece em alguns questionários epidemiológicos, esse critério interrogaria: “embora você saiba que lhe faz mal, você continua a usar determinada substância?”. Ou seja, nessa questão há um pressuposto de que determinado uso de drogas faz mal e o sujeito sabe disso, embora insista em utilizá-la. Mais do que uma difícil mensuração, essa questão é consequência dos mesmos problemas que os outros critérios de aferição da dependência já colocam. Há, nesse critério, algo de redundante, pois está calcado na ideia de que há dano e, portanto, na capacidade do próprio sujeito (ou de outros) o aferirem e, por outro lado, de que, visto esse dano, há um natural desejo em interrompê-lo.

Como não se trata, aqui, de analisar as implicações das definições médicas de dependência e sim tomar seus critérios como uma guia para discutir como os sujeitos avaliam as consequências potencialmente negativas do uso de drogas, é necessário entender melhor o que eles entendem por dano. Esquemáticamente, os sujeitos dividem os danos físicos, que envolvem a saúde, dos pessoais, que dizem respeito aos efeitos deletérios em outras dimensões de suas vidas, como a afetiva e a econômica. Na medida em que já foram discutidos os impactos da valoração moral dos danos, cabe destacar, agora, alguns dos pontos mais importantes dos danos à saúde.

Um primeiro ponto a se destacar é que, desde o início de seu consumo, quando muito mais jovens, os sujeitos se preocuparam com os efeitos negativos das drogas sobre seu corpo. Evidentemente, o final da adolescência e o longo início da vida adulta são marcados pela sensação de indestrutibilidade. Assim, mais para uns do que para outros, as consequências futuras que seus atos poderiam gerar aos seus corpos tinham menos

impacto nas decisões, mas não estavam completamente ausentes. Na verdade, elas eram diferentes das atuais, e mudavam de acordo com a substância.

Álcool e tabaco, incorporados no cotidiano e aceitos pelo Estado, eram bem conhecidos causadores de dano. O impacto simbólico de se fumar tabaco se equilibrava com um conhecimento que todos tinham sobre seus possíveis malefícios a longo prazo, ainda que o repúdio social ao tabaco, hoje, seja muito maior do que o de 20 anos atrás. Não havia, mesmo naquele momento, quem negasse as consequências negativas do tabaco nas primeiras tragadas. O que variava, portanto, era o impacto que os sujeitos deram a essas possíveis consequências e, mais do que isso, o quanto o tabaco ocupou espaço em suas vidas.

“O cigarro, meio inconscientemente, eu estou diminuindo. Hoje fumo um maço a cada dois, três dias. Já cheguei, umas poucas vezes, a fumar um maço por dia.” (Leonardo)

“Se for pensar em dependência, do ponto de vista biológico, tem que pensar no cigarro, que numa hora virou companheiro, aquela fumaça... O cigarro é o problema: tem vinte cigarros no maço. Não tem maconha, vou puxar um cigarro, que acaba em alguns minutos e pede outro, alcaloide... aquela coisa. Se eu fumo um baseadinho, eu vou fumar minutos ou horas depois, eu faço exercício, nem se for só respiratório. Mas quando eu estou com o cigarro, ele é fominha, ele fala: ‘fuma eu, fuma eu’. (Diogo)

Na verdade, há ambiguidade na relação entre uso de drogas e a avaliação dos seus danos seja qual for a substância em questão. No caso do álcool, cujos efeitos danosos também não são ignorados pelos sujeitos, seu potencial nocivo à saúde parece confinado ao uso intenso e frequente. A ressaca e os efeitos deletérios ao corpo no dia que sucedem seu consumo excessivo pioraram com a idade, como já foi mencionado, mas, hoje, os sujeitos se consideram mais capazes de manejar seu consumo de forma a que ele seja menos danoso. Nesse sentido, o estrago causado pelo álcool tem impacto imediato e, assim, oferece marcadores mais palpáveis na avaliação dos danos imediatos. No entanto, não há um padrão entre os sujeitos; a incorporação simbólica do beber como um ato quase natural em algumas ocasiões – como sair e/ou encontrar amigos e ir a uma festa, por exemplo – afasta, de alguma forma, a reflexão sobre os impactos que o hábito pode trazer à saúde no médio e no longo prazo.

Por gozarem de outro estatuto social e jurídico, a maconha, a cocaína e o LSD – para ficar no exemplo das drogas ilícitas que foram mais usadas pelos sujeitos em suas

trajetórias –diferenciam-se muito do álcool no que diz respeito à avaliação dos sujeitos sobre os seus danos. A essas substâncias são atribuídas características amplamente negativas, justamente aquelas que as definem quanto drogas e assim, as separa das substâncias legais. E, nesse sentido, a primeira forma de avaliarem seus riscos é diferenciar as substâncias que, no senso comum, são todas drogas. Contaram, com as informações aprendidas com amigos e usuários mais experientes e com o que leram e assistiram desde antes de consumirem drogas. Mas o que se sobressai, sem dúvida, é sua experiência pessoal com as substâncias que experimentaram. Os efeitos deletérios supostos e vivenciados se juntam às informações acumuladas ao longo de suas trajetórias de consumo.

Os danos fisiológicos mais comuns no senso comum foram reinterpretados à luz dessas experiências. A queima de neurônios provocada pela maconha e a mutação genética dos espermatozoides por conta da ingestão de LSD são exemplos de um tipo de informação sem base científica sobre os danos que eram contrapostas a uma visão radicalmente positiva, expressas em frases como “maconha não é droga, já que é uma erva “natural”⁵⁹. Mesmo que haja uma grande variação entre eles, é possível depreender que a oposição fundamental não se expressa sob o dilema interromper o uso X prejudicar sua saúde, em curto, médio ou longo prazo, mas no desafio de controlar bem o uso. E um dos pontos fundamentais é que eles percebem como outras práticas, hábitos e obrigações de suas vidas são potencialmente danosas, tanto quanto o uso de drogas. Diante de uma miríade de informações cotidianas sobre riscos os mais diversos (alimentação, poluição, hábitos e violência etc.) os sujeitos passaram a calcular mais um, o do uso de drogas. Parar ou diminuir muito o uso de alguma droga foram escolhas feitas quando perceberam um dano evidente, seja ele qual for.

“Depois da faculdade, a maconha começou a ter uma coisa depressiva. Eu não sei explicar, eu não sei se é para todo mundo, é uma coisa minha, talvez tenha a ver com

⁵⁹ A música “Legalize Já”, da banda Planet Hemp, cujo o refrão é “*Legalize já, legalize já, porque uma erva natural não pode te prejudicar*”, revela alguns pontos desse “contra-discurso”. Embora a fama positiva da maconha por jovens tenha se iniciado nos anos 1960, o lançamento do álbum “Usuário”, em 1995, marca o fortalecimento e a disseminação de um discurso em defesa tanto da mudança da lei, como do próprio uso da droga que atravessou os anos 1990, década em que os sujeitos passaram a ser consumidores frequentes de maconha.

uma afinidade química do meu organismo. E o pior de parar de fumar é que todo mundo fumava e ficava perguntando porque eu não queria.” (Marcelo)

Marcelo abandonou completamente o uso de maconha e não sente mais vontade de fumar desde experiências ruins quando ainda estava na faculdade. O dano, para ele, era evidente e imediato e a solução, parar de fumar maconha. E a dificuldade maior foi fazê-lo num contexto em que a maconha era fortemente disseminada e associada quase exclusivamente a efeitos positivos. Provavelmente, o fato de continuar consumindo álcool facilitou com que, no início, essa pressão se dissipasse. No entanto, a maior parte dos mais de 16 anos que se passaram desde que decidiu não fumar maconha não foram, para ele, socialmente dramáticos; pelo contrário, depois de algum tempo, a questão já nem o incomodava.

O dano provocado ao seu equilíbrio mental levou Marcelo a decidir pela interrupção, mas a balança entre os prazeres ou outros benefícios que os sujeitos encontram no uso de drogas e os possíveis danos a sua saúde alimenta decisões cotidianas e prosaicas. Não são decisões necessariamente refletidas por muito tempo. Muitas vezes, nessas longas trajetórias, elas se sucederam de forma ambígua e até contraditória, como a fala de Diogo, citada há pouco, revela. Ao associar sua dependência de tabaco à impossibilidade de fumar maconha na frequência que deseja – dificuldade gerada, segundo ele, por não poder plantar a erva –, Diogo expressa sua opção pela droga proibida que avalia como muito menos danosa. Ou seja, diferente da forma de mensuração que baseia esse sexto e último critério (“persistir no uso apesar dos danos”), Diogo opta pelos danos que lhe são menos caros. Levando ao extremo sua escolha, já que desenvolveu uma relação intensa com a maconha, pela qual diz ter *devoção*, Diogo expõe a ambiguidade e a contradição presentes nas decisões cotidianas entre usar ou não uma substância. Levando seu critério ao extremo, ele afirmou, ainda que em tom de brincadeira, que trata-se de escolher “*um dano mais benéfico*”.

Os sujeitos guiaram-se entre um labirinto de informações, experiências e contingências na sua relação com as drogas. A constatação de que nenhum deles tenha tido prejuízos

graves ou tragédias pessoais com o uso das substâncias que consumiram até hoje não é um dado se tomado isoladamente. Já está superada a necessidade de se realizar estudos qualitativos com o objetivo exclusivo de demonstrar a existência do uso de drogas “socialmente integrado”, chamado também de não-problemático ou menos problemático. Eles são, por todos os dados que se conhece, a maioria⁶⁰. O que é importante ressaltar de suas experiências são os sutis mecanismos de valoração moral e de subjetivação da experiência de consumir habitualmente drogas e evitar os prejuízos maiores que ela poderia acarretar, sendo a dependência um deles.

Sem prejuízo de nenhuma das relevantes características das substâncias e dos mecanismos bioquímicos relacionados à dependência que cada uma delas pode provocar, buscou-se ressaltar que os sujeitos, em suas peculiaridades formativas e morais, são imprescindíveis para se compreender porque se produz ou não uma relação patológica com as drogas. Pré-disposições genéticas e outras razões adaptativas andam lado a lado com valores morais compartilhados socialmente. Uma relação patológica com uma ou mais drogas é um fenômeno objetivo, um transtorno mental de gravíssimas consequências e que não se restringe a uma discussão moral. No entanto, espero ter ficado claro que, primeiro, a patologia não é um entidade dicotômica, em que se é ou não dependente. Os sujeitos, ao longo de vinte anos consumindo substâncias psicoativas, enfrentaram, negociaram, testaram os limites da dependência. Assim como falam abertamente sobre a dependência de tabaco, como se dizem mais ou menos dependentes de maconha ou falam de um passado em que a cocaína os fez, ao menos naquele período, *viciados*, os sujeitos não encaram a dependência como um estado absoluto, mas uma condição.

“O álcool é parte da minha vida, se você quer dar o nome de dependência, pode dar. Eu não consigo dormir, e aí? Eu estou bebendo hoje, mas eu bebo segunda-feira? Não. Eu fumo maconha todo dia, fumo mais sim. E eu acho um barato!” (Sérgio)

Em segundo lugar, é importante reconsiderar o papel das escolhas morais e das agências individuais nas escolhas feitas pelos sujeitos quando se usam drogas. A consolidação da

⁶⁰ A porcentagem de pessoas que consomem ou consumiram drogas e não se tornaram dependentes, de acordo com os critérios médicos, é controversa. Ela varia de acordo com os instrumentos que se usa para mensurar, do qual os critérios citados aqui fazem parte. Há consenso, no entanto, de que a maior parte das pessoas que consumiram drogas lícitas e ilícitas, inclusive aquelas consideradas mais perigosas, como o crack e a heroína, não se tornaram dependentes (Anthony, 2002).

dependência como um transtorno patológico foi importante para diminuir o estigma que recaía sobre aqueles que, até então, eram chamados de *viciados*, pessoas fracas de caráter e sem vontade. Isso não significa que a compreensão das escolhas possa ser feita sem considerar o leque amplo, mas não infinito, de valores culturais e morais sob os quais os sujeitos optam e agem ao longo de suas trajetórias.

“Mesmo que qualquer médico possa me considerar dependente de fumo ou outra coisa, ou sempre estive muito longe de algo que pudesse me dominar que eu pudesse vender minhas coisas, da minha família”. (Eduardo)

“Saúde não é não ter um pigarro, essa coisa, é mexer com a terra, praticar yoga, caminhada. Eu quero viver bem, me sentir forte. E as drogas não me atrapalham nisso. Eu vou fazer 34 anos, sou usuário desde os treze; são 21 anos, eu não tenho um pigarro, uma insônia” (Sérgio)

Suas escolhas não seguem um único padrão de racionalidade, seja do tipo custo-benefício, seja de um código de conduta ética, seja o da resposta automática aos “circuitos de prazer” do cérebro. Suas ações são múltiplas e se transformam ao longo de uma mesma trajetória, assumindo, até, formas contraditórias. Não se trata de ignorar a natureza bioquímica do hábito de alterar a percepção por meio de drogas, nem tampouco voltar a julgá-lo moralmente, mas de levar a sério os valores sob os quais os sujeitos orientam suas escolhas, quando dizem, como Walter, a respeito de usar drogas e não ter se tornado um dependente: *“isso não é para mim.”* Ao mesmo tempo, revela que sua agência moral, mas do que interdição, opera por uma permanente regulação: *“eu sei lidar com meus vícios”*.

Leonardo, Edson e o baseado

Leonardo e Edson chegam e saem de casa em horários tão diferentes que a hora em que o primeiro está indo para a cama pode ser a que outro ouve o despertador. Leonardo, que é tradutor, trabalha tanto na editora quanto em casa e, de uns tempos para cá a labuta tem sido mais caseira. Às 10 da manhã, Edson já está no intervalo para o café e com a fome do almoço chegando. Antes de passar oito ou mais horas na concessionária onde é mecânico, leva a sua filha para escola que fica longe de casa. Quando volta do trabalho, por volta das seis da tarde, o cansaço pesa no corpo ao ponto de dificultar o ensino médio que ela quer concluir.

Leonardo não tem horário certo para chegar em casa, mas, ultimamente, é raro não estar às dez da noite na companhia da sua mulher, Flávia, que também trabalha mais em casa que fora dela. O encontro de Edson com Juliana, sua mulher há mais de 10 anos, normalmente acontece pouco antes do início do Jornal Nacional, se não houver muito atraso no ônibus que a traz do trabalho. Os finais dos dias úteis ficam parecidos quando Leonardo e Edson resolvem fumar um baseado que decretam o fim do dia, mas não de sua utilidade.

A esposa de Leonardo, Flávia, fumou poucas vezes na vida e não gostou de nenhuma. Ele acha que ela não vai mais tentar. Está acostumada com o hábito do marido e acha que já não é questão de gostar. Ele fuma maconha, ponto. Já ficou encanada antes, numa fase em que achou que estava vendo muitos baseados acesos, muitos olhos caídos. Achou que Leonardo estava fumando demais. Leonardo concorda, mas acha que fumava demais porque estava disperso. Flávia acha que a frase poderia ser invertida, mas tudo bem. A única parte chata pra ela é quando a maconha tá acabando e ele tem dificuldade de encontrar um amigo que possa intermediar uma compra. Ele fica estressado e ela me pergunta: “Não sei porque ele não compra um monte de uma vez, aí não tem esse problema. Não dá para comprar em grande quantidade?” Flávia admite – com uma fria humildade – que desconhece os detalhes

do mercado de drogas ilícitas. Leonardo sabe que o problema não é, exatamente, falta de espaço no freezer...

Juliana passou mais tempo avessa ao hábito de Edson. Na verdade, sua preocupação é com outras drogas, principalmente com a cocaína que o marido já gostou bastante. Com a maconha, Juliana nunca teve grandes preocupações e, inclusive, já curti umas tragadas antes de conhece-lo. Mas tem algo que ela não gosta nisso tudo: o “mundo das drogas”. Mas a maconha comprada numa *biqueira*, não faz parte desse mundo? Pode ser, mas ela não gosta de pensar nisso. Eles não querem e nem podem guardar uma porção graúda de maconha. Um dos receios é que sua filha, Yasmin, de treze anos encontre um quadrado verde e com cheiro estranho no freezer. Edson, então, costuma comprar pequenas *parangas* nas *bocas* da região, escondendo-as cuidadosamente entre as roupas do armário. Às vezes, divide com algum amigo uma quantidade um pouco maior de um fumo um pouco melhor. Nunca exagera: não tem onde guardar e nem sobra dinheiro para pagar. Então, normalmente se contenta com as *parangas* de qualidade duvidosa, compradas por um preço salgado na mão de meninos favelados. Leonardo e Edson acham chato e arriscado comprar maconha e prefeririam poder pular essa parte.

Leonardo fuma em qualquer canto do seu apartamento, apenas evita fumaça nas janelas e portas para não provocar os vizinhos, todos bem mais velhos, um deles mal-encarado. Evita também o quarto de dormir para que o cheiro não perturbe Flávia. Edson ainda busca um melhor lugar para fumar em casa e, no seu caso, o problema maior não são os vizinhos, mas a percepção cada vez mais astuta de Yasmin. Até os seus seis, sete anos, os pais achavam improvável que ela notasse cheiro estranho, olhos vermelhos, saídas fortuitas. Aos 13, ela é mais temida do que o Denarc. Edson e Juliana se preocupam com o amadurecimento da filha e a possibilidade dela descobrir esse hábito ilegal. De repente, pode querer imitá-los, mas não cogitam contar a ela e preferem, por enquanto, o segredo.

Enquanto Leonardo enrola com calma seu baseado, prorrogando seu deleite, Edson bola um fininho rapidamente para não dar bandeira. Aprendeu a fazer isso nesses

mais de 20 anos fumando maconha. Instantes depois, ele e, às vezes, Juliana, já estão posicionados no único cômodo considerado seguro do pequeno apartamento. Ali, Yasmin fica mais distante e o seu banho demorado permite que se controle bem a hora de ascender e apagar o baseado. Leonardo pode bolar e fumar o baseado como quem coloca gelo no uísque ou dosa o colarinho da cerveja; nas noites quando Edson decide fumar, tem que seguir protocolos de discricção e segurança criados por ele mesmo. Quando fuma com Juliana, acha que eles dão até um tom juvenil, de coisa proibida. Podem até ser românticos. Mas trocaria essa diversão pela tranquilidade que gente como Leonardo desfruta.

Leonardo e Edson já fumam há tanto tempo e talvez por isso tenham alguma dificuldade em comparar o que sentiam nas primeiras tragadas e o que sentem agora. Se divertem muito, mas de maneiras diferentes. Fumando em casa, à noite, o baseado funciona para demarcar uma mudança de chave, uma alternância entre rotinas. A onda do baseado bagunça organizadamente a noite de ambos. Quando Flávia está em casa e livre de trabalho, Leonardo e ela podem jantar juntos, às vezes na frente da tela da televisão ou do computador, onde conversam, riem ou emudecem compenetrados. Quando sozinho, Leonardo pode curtir a brisa e procrastinar o trabalho atrasado com música, livros e cinema, seus amores antigos. Ou navegar sem destino na Internet. Ou, o que diz ser mais frequente, fazer um pouco de tudo isso.

Edson, ao contrário de Leonardo, não pode interromper o expediente para fumar um baseado. Leonardo pode, mas tem cuidados ao fazer isso. Como também escreve além de traduzir, já disse ter feito, sob os auspícios do baseado, porcarias e coisas boas, mantendo uma certa média. Às vezes, é bom para destravar, porque os pensamentos correm em livre associação. Edson não sabe o que é livre associação, mas fala de viagens, de absurdos e de situações engraçadas que imagina ou relembra quando fuma uma erva. Ele se sente bem e tudo fica melhor.

Leonardo e Edson não fumam maconha apenas em suas casas. Leonardo vira e mexe encontra algum amigo e, nessa, pode rolar um baseado. Edson tem tido pouco tempo

para os amigos e quando dá para marcar um encontro em casa, Yasmin inibe os baseados acesos. Mas, sempre tem outras casas, carros e praças por aí quando se tem vontade de fumar com os amigos.

Leonardo já viajou muito e ainda o faz com alguma frequência, embora ache que poderia gastar mais seu inglês fora do país. Edson, como muitos outros amigos de bairro e de trabalho, arrepende-se de não ter estudado mais. Gosta da profissão, acha que é estável e que tem boas perspectivas. O orçamento do mês deixa poucas sobras. Ele queria que elas permitissem mais viagens com a família, um de seus grandes prazeres.

Contadas desse jeito ligeiro, as histórias de Leonardo e de Edson cruzam-se só pelo baseado e o pelo amigo em comum. Leonardo tem pais com alta escolaridade, que nunca preocuparam-se com drogas. Os pais de Edson nunca falaram sobre drogas com ele, mas porque o assunto assusta, um tabu mesmo. Na família de Leonardo, faculdade era continuação natural do colégio. Edson torce para a filha ser a primeira da família com diploma universitário. Ambos adoram fumar um baseado. Fazem isso há bastante tempo. Fumam menos do que já fumaram. Leonardo fala com tranquilidade, Edson é mais ambíguo, como se guardasse com a maconha uma relação de prazer proibido da adolescência. Mas, perguntados se pretendem parar, responderam um não tão parecido que até parecia ensaiado.

Os sujeitos e as ordenações legais do dispositivo

A última parte da análise reservada aos sujeitos é dedicada a uma breve análise de seu posicionamento frente à engrenagem mais rígida e manifesta do dispositivo das drogas, que são suas ordenações legais. O objetivo é discutir mecanismos de subjetivação e elaboração discursiva dos sujeitos que, ao longo de quase duas décadas, consumiram com mais ou menos frequência drogas ilícitas (e também lícitas). Eles já não pensam da mesma forma, nem têm as mesmas posturas. O dispositivo das drogas também não é o mesmo dos anos 1990, período em que eles tiveram suas primeiras experiências com drogas ilegais e tornaram-se usuários contumazes. No entanto, o paradigma proibicionista, operante há cerca de um século, permanece como viga-mestra do dispositivo. De maneira bem sintética, o paradigma proibicionista se constitui sob premissas: 1. A nocividade intrínseca de determinadas substâncias que confere legitimidade ao Estado para proibi-las e impedir seu consumo; e 2. A busca incessante pela eliminação dessas drogas e do seu consumo a partir da criminalização e da perseguição policial e/ou militar (Fiore, 2012). Os sujeitos viveram como consumidores de drogas dentro do paradigma proibicionista e, ao mesmo tempo, se posicionaram politicamente de diferentes maneiras. Nesse último capítulo, discuto sinteticamente um pouco da experiência prática de convivência dos grupos com a repressão policial e algumas características de seus posicionamentos políticos ao longo de suas trajetórias..

Trajetórias na ilegalidade

Já foi discutido anteriormente como o início do uso de maconha pelos sujeitos representou um rompimento de uma barreira simbólica, ocupando um lugar diferente diante do dispositivo que os atravessava, antes, por outras posições. Essa barreira é simbólica, mas também material, já que pode ser expressa numa condição irresistível: eles passaram a cometer um crime cotidiano – portar drogas ilícitas – e a participar de um mercado que, nas suas diversas facetas, é o do tráfico de drogas. E, no dispositivo das drogas, o tráfico ocupa o lugar de pior valoração moral, mais carregada de vilania. Essa carga está expressa de forma cabal no ordenamento jurídico brasileiro: o tráfico de drogas

éum dos crimes mais graves do código penal, atribuindo penas mínimas e máximas comparáveis, por exemplo, ao estupro e ao homicídio⁶¹.

Assim, quando jovens, a disposição em fazer o proibido teve sentidos múltiplos e, em alguns casos, ambíguos. Por exemplo, o medo de ser apanhado como um criminoso, sendo exposto ao julgamento da família, dos vizinhos e, principalmente, da própria polícia, tinha que ser evitado sempre. Ao mesmo tempo, a transgressão assumia contornos positivos, seja porque ela correspondia ao desejo pela demarcação de uma identidade autônoma e corajosa, seja porque ela conferia status num contexto em que ser *maconheiro* e frequentar esse mundo das drogas não era coisa para “qualquer um”. Esse fenômeno foi especialmente forte no *grupo da rua*, já que havia um contato mais próximo com a violência e com o crime. Mas também entre alguns dos sujeitos do *grupo da universidade*, a experiência da adolescência foi de proximidade com bairros mais pobres e com a transgressão legal.

“Quando eu fui para a USP e o bosque, e a gente produzindo texto, música, entrando para debater política, filosofia, isso reafirmou (...) só que eu era alguém da década de 90, que tinha flertado com o banditismo, que passava, sabia quem era, então eu era um pouco esse híbrido.” (Sérgio)

No contexto geral em que o *grupo da rua* cresceu – um bairro de classe média ascendente de periferia, cercado por favelas e bairros mais pobres nos anos 1980 e 1990, se conferia poder simbólico aos valores tradicionais da masculinidade: a possibilidade da violência, a posse de bens materiais e o sucesso com as mulheres. Nenhum desses demarcadores era estático e, tal como as drogas, variavam com a situação. De qualquer maneira, a valorização da coragem, do envolvimento com a “bandidagem” e de estar inserido no “mundo das drogas” era – e, para alguns, ainda é – importante como afirmação da transgressão, principalmente se agregáramos a esse conjunto de símbolos os comportamentos associados ao universo da música, principalmente do rock.

⁶¹ A pena de prisão para o crime de tráfico de drogas na atual lei brasileira é de 5 a 15 anos, enquanto a do homicídio “simples” varia de 6 a 20 anos e a do estupro 6 a 10 anos.

“Eu fumei maconha antes de começar a beber de verdade. O cara que botou um pra mim era mais velho, uns 10 anos, trabalhava com meu pai, gente boa (...). A gente ia para a Ledsly⁶² e antes ia pegar um fumo num botecão ali perto. Eu conheci todos os caras do movimento (...). Pô, na Ladsly eu via cara se picando no banheiro, aquilo era foda!”
(Jorge)

Para além da valorização desse universo da transgressão, havia necessidades práticas de acesso às drogas ilícitas. Diferente da enorme facilidade de acesso ao álcool e ao tabaco mesmo enquanto menores, conseguir maconha e, depois, cocaína, exigia táticas de relacionamento com o mercado ilegal. Alguns sujeitos que valorizavam mais a relação com esse universo “marginal” das *bocas* agiam, muitas vezes, como ponte para outros mais avessos aos riscos. As *bocas*, normalmente situadas nas favelas da região, não eram vistas apenas como lojas, mas como locais que exigiam um certo procedimento para diminuir a tensão na relação com quem estivesse vendendo e para evitar a polícia. Se nem todos gostavam disso, alguns valorizavam muito esse *colê*⁶³ com a “bandidagem”.

“Aquela coisa da malandragem barata, todo mundo tem, pior aqueles que conheciam a galera. Eu estudei com os caras que usavam, todo mundo usava, tinham uns que eram do movimento⁶⁴. Isso facilitou, quando é moleque isso é atração. Hoje teria muito mais importância não ter que ir buscar mas, naquela época, não...” (Jorge)

No caso específico da maconha, diferente da cocaína, alternativas a esse mercado de varejo feito nas *bocas* eram mais comuns. Comprar ou “descolar” um *baseado* com um amigo, um conhecido ou mesmo um desconhecido que fazia um *movimento* que era tido como mais seguro, barato e, normalmente, resultava em uma droga de melhor qualidade. O problema é que nem todos tinham esses contatos, nem sempre eles estavam disponíveis e, quando as duas coisas ocorriam, nem sempre havia o dinheiro para um investimento um pouco maior nem um lugar seguro para esconder a droga por mais tempo. Além disso, se ir à *boca* envolvia maiores riscos de um flagrante policial ou a possibilidade de

⁶² Uma casa de shows de rock localizada na Zona Leste de São Paulo (na época em que Jorge a frequentava, na Av. Celso Garcia) e que, enquanto esteve aberta, era muito associada à cena do rock pesado e do *underground* paulistano.

⁶³ Ter uma relação, ser conhecido e, de alguma forma, respeitado, por alguém.

⁶⁴ Traficavam drogas ou, em alguns casos, faziam assaltos.

uma relação maistensa com os vendedores, a pouca quantidade de droga era tida, como alguns, como uma forma de, na pior das hipóteses, não “*rodar como traficante*”.

De fato, considerando que todos os sujeitos dos dois grupos observados nessa tese são brancos e tem origem na classe média – mesmo que com diferenças grandes na condição econômica familiar –, a pouca quantidade realmente acarretava, num caso do flagrante, um risco menor na ação dos policiais, que normalmente julgavam eles próprios o que seria feito, à revelia da lei. Foram inúmeras as experiências em que houve a prática do achaque. Mesmo não havendo na lei penal brasileira sobre drogas ilícitas – tanto na anterior, em vigor quando os sujeitos se tornaram usuários, como na atual, promulgada em 2006⁶⁵ – uma quantidade que defina objetivamente que a posse da droga se destina ao consumo ou ao tráfico, os sujeitos concluíam, pela experiência prática que quanto mais droga tivessem, pior seriam as consequências do “flagrante”, fossem elas judiciais ou arbitrárias.

O envelhecimento associou-se ao desejo e à capacidade de minimização de riscos na relação com o tráfico. Com mais responsabilidades e menos impulsos transgressores, o valor do universo marginal das drogas passou a ter cada vez menos importância que as próprias substâncias e o simples desejo de usá-las. Cresceram os mecanismos de acesso à maconha – a droga mais frequentemente consumida – alternativos às *bocas*, pois o objetivo era tirar do processo de compra o máximo de sua aura criminosa. O mesmo não se passou com a cocaína, que dificilmente pode ser adquirida a partir de contatos informais. Até hoje, quando há consumo de cocaína, ele normalmente envolve uma visita a uma *bocapaulistana*⁶⁶.

Um ponto fundamental para se compreender como os sujeitos se relacionaram com o dispositivo é que o seu contato com o Estado se dá quase exclusivamente pela polícia. E a

⁶⁵ A que está em vigor é 11.343, promulgada em 23 de agosto de 2006 e que foi denominada “Nova lei de drogas”. Ela substituiu a Lei 6.368, a “Lei de Tóxicos”, promulgada pela ditadura militar em 1976; foi sob essa lei que os grupos iniciaram e tiveram seu período mais intenso de consumo de drogas ilícitas. Nela, havia a possibilidade de prisão para quem portava drogas para uso próprio (artigo 16), com penas que variavam de 6 meses a 2 anos.

⁶⁶ A possibilidade da compra por drogas por meio de uma ligação telefônica, na qual a droga é entregue na casa do comprador, foi residual na experiência dos grupos. O que ocorria com mais frequência era o agendamento de um encontro por telefone e, mesmo assim, isso só passou a ocorrer em períodos mais recentes.

polícia, para os sujeitos, só existe, no tocante às drogas, para ser evitada. Quem não teve experiências com flagrantes policiais sabia de muitos outros que haviam tido e que eles normalmente remetiam à humilhação, às agressões e ao achaque⁶⁷. Ainda assim, em muitas situações esse julgamento arbitrário poderia ser uma opção considerada “menos pior” por alguns dos sujeitos, posto que o desgaste de ser fichado em uma delegacia e responder legalmente a um processo era muito temido. De qualquer forma, os sujeitos se aprenderam a lidar, em sua conduta prática – e isso não se limitava à questão das drogas – com um sistema no qual o peso do poder arbitrário dos policiais normalmente se sobrepunha aos ordenamentos jurídicos.

O *grupo da universidade* gozou de mais segurança na relação com a polícia, ao menos enquanto orbitaram no universo da USP. Não se pode dizer que, por causa disso, o grupo estivesse livre dos riscos, já que todos tinham suas vidas para além dos limites da cidade universitária. No entanto, nesse contexto de maior tolerância e menos presença policial, os sujeitos desfrutavam de muito mais tranquilidade no que diz respeito ao uso de drogas.

“Pô, tive um puta stress com a polícia rodoviária, tive que subornar o cara, que só sentiu o cheiro e plantou uma ponta no carro. Como a gente tinha mais escondido, foi melhor pagar, apesar que tava bem escondido (risos). (...) Você consegue burlar esse ilegalidade. A gente estudava na USP, que era uma ilha e ficávamos protegidos. (...) A gente não sofreu nenhuma repressão lá. Por isso que eu sempre tratei a coisa de uma forma muito mais light, porque as pessoas de fora que sempre encararam como aquela coisa e quando casaram pararam de fumar.” (Pedro)

O final da fala de Pedro revela uma subjetivação diferente da experiência com drogas e com a ilegalidade, segundo ele, mais “light”. Como morador da periferia, Pedro conheceu de perto o peso atribuído às drogas, a sua aura marginal e permanentemente exposta à violência. Ali, o dispositivo tem outros contornos: é muito mais violento, seja na dinâmica do seu comércio, seja na ação policial de repressão. Ao contexto de maior aceitação às drogas no ambiente universitário e, mais especificamente, no campo das humanidades, se contrapõe um perigoso estigma no universo profissional do *grupo da rua*. Edson e Walter, por exemplo, já se sentiram sob a ameaça de exames laboratoriais para detectar

⁶⁷ Algumas dessas experiências estão relatadas em “Meus (des)encontros com a polícia”, texto que sucede a esse capítulo.

drogas em suas profissões e, embora eles não tenham ocorrido, o medo de ser rotulado é muito mais presente. Em mais de uma ocasião, fui procurado por eles para esclarecer seus temores sobre o tema.

“Por isso que eu te perguntei, eu fiquei com medo, entendeu. Se os caras fizerem o teste antes de ser admitido e eu tiver fumado um dia antes, pega?” (Edson)

Enfim, a ilegalidade se apresenta para os dois grupos, na maturidade, como um problema e um estorvo cotidiano. Próximos dos quarenta anos, os sujeitos guardam muito pouco do impulso transgressor que, em algum momento, teve papel na sua escolha por usar drogas ilícitas. Isso não significa, no entanto, que sua postura política diante da proibição seja automaticamente de negação, ainda que o tom geral seja crítico, como discuto a seguir.

Engajamentos políticos

Os sujeitos têm posicionamentos muito diferentes com relação à dimensão política e jurídica da questão das drogas. Mesmo que a longa trajetória de uso de drogas ilícitas os aproxime de uma posição crítica à proibição, a maioria tem dúvidas importantes sobre a viabilidade e até mesmo a positividade da mudança do estatuto legal das drogas. O primeiro ponto a se destacar é que muitos deles não separam com clareza as atribuições do Estado e de outras formas de controle não-estatais sobre o controle de drogas. Isso não é aleatório: o paradigma proibicionista, espinha dorsal do dispositivo das drogas que se consolidou no século XX, tem como uma de suas premissas a dissolução da divisão entre sociedade e Estado. Como apontei num trabalho anterior, quando foi conferido ao Estado, por diversos motivos, a legitimidade para proibir e perseguir determinadas substâncias, as fronteiras entre valores sociais mais gerais e as atribuições estatais foram borradas (Fiore, *idem*). A divisão procedida na consolidação do dispositivo contemporâneo das drogas entre substâncias psicoativas proscritas e perseguidas – aquelas que são chamadas comumente de drogas –, as prescritas sob autoridade médica e as praticamente ignoradas

(álcool, tabaco, café etc.) incorporou valores sociais calcados em motivações diversas, mas normalmente pautados numa divisão moral entre drogas ruins e drogas boas. O que não seria estranho aos valores sociais, na medida em que há as práticas mais ou menos aceitas, é incorporado pelo Estado como uma classificação dicotômica – drogas boas ou ruins, drogas seguras ou danosas. Esse binarismo, por sua vez, influencia os valores sociais, num jogo em que o papel do Estado se mistura às opiniões daquilo que é visto como bom ou ruim. Cria-se uma expectativa paternalista, na qual se atribui ao Estado a definição daquilo que os cidadãos podem ou não fazer (Fiore, idem).

Nesse contexto, muitos sujeitos, quando provocados por mim a se posicionar acerca da legislação sobre drogas, também não definiram com clareza as fronteiras e os modos de atuação do Estado. A avaliação sobre o que deve ou não ser permitido pela lei é muitas vezes baseada nas experiências pessoais e numa visão genérica de bem comum. Mesmo no que diz respeito à maconha, droga que a maior parte permanece consumindo frequentemente, persistem os receios sobre as consequências de uma legislação mais permissiva. Alguns deles temem um cenário de descontrole, em que o consumo possa crescer e, mais do que isso, se banalizar. De maneira implícita, suas próprias trajetórias de consumo dessa droga, tidas por eles como controladas, são contrapostas ao consumo desregrado e desrespeitoso que normalmente acontece entre os jovens. Esse tipo de argumentação é mais intensa e frequente entre o *grupo da rua*, no qual os sujeitos se tornaram mais receosos não apenas por conta da idade, mas após a maioria deles passar pela experiência da paternidade.

“Eu não sei, acho que falta respeito. Os moleques não tem respeito: „Ah, não tem prisão, não tem porra nenhuma, vamos tocar o terror.“ É que nem professor: „não bomba (repete de ano na escola), então foda-se“. O cara não pensa em estudar, melhorar a vida, eu só percebi isso quando fiquei mais velho”. (Jorge)

A fala de Jorge, que exalta uma preocupação com a falta de condições objetivas para que as drogas sejam legalizadas, também lança mão de uma categoria frequente no *grupo da rua*, que é a ideia de *respeito*. Os cidadãos brasileiros, principalmente os jovens, não teriam *respeito* suficiente para viver num contexto de liberdade. O posicionamento

moralmente conservador do *grupo da rua* se contrapõe, assim, ao do *grupo da universidade*. Diferente da evocação do *respeito*, o *grupo da universidade* mobiliza um discurso mais técnico sobre a possibilidade de supressão da proibição, ainda que haja algum paralelo entre a fala de Eduardo, que é do grupo da universidade, com a de Jorge:

“O problema seria legalizar as drogas como um todo, acho que não dá para pensar em vender cocaína na farmácia, pois aí a gente estaria fudido! Só seria possível se melhorássemos muito a educação básica, pois, do jeito que está, não dá!” (Eduardo)

Outro ponto que se destaca na fala de Eduardo por ser unânime entre os dois grupos é a diferenciação entre a maconha e as outras drogas hoje ilícitas. A própria experiência de uso dessas drogas e a relação próxima com outros consumidores fundamentam a diferenciação radical entre a maconha e as outras drogas. Seus efeitos menos acachapantes são associados a uma menor probabilidade de levar à dependência, além da noção, para alguns, de que a maconha é uma droga “natural” que pode ser plantada pelos próprios usuários. O contraponto mais frequente é o da cocaína, uma droga considerada por todos como perigosa. A cocaína (e, por consequência, o crack), é a droga que materializa a dúvida sobre a viabilidade prática de um cenário onde a venda de drogas seja permitida pela lei, o que está bem expresso na frase de Marcelo, mas repetida com outros termos por outros sujeitos: *“não sei... como faz, compra um papelzinho na farmácia?”*

As ambiguidades dos discursos que ao mesmo tempo em que criticam a proibição mas defendem alguma forma de interdição estatal para evitar um cenário de desregramento é exemplificada numa fala de Edson, que teve um envolvimento intenso com cocaína no passado. Na primeira parte, ele marca a diferença entre a maconha e outras drogas, resguardando sua opinião sob uma autoclassificação: é “ignorante” a respeito do assunto. Na sequência, são expostas as preocupações com a filha e com a violência que ele associa às drogas. No entanto, quando perguntado sobre os impactos que um outro cenário, no qual a cocaína fosse legalizada, teria tido em sua experiência, ele é bastante taxativo sobre a ineficácia da proibição para moldar comportamentos, inclusive com relação à possibilidade do uso de drogas por sua filha:

Eu: Se na época que você cheirava muito fosse legalizado, você acha que teria cheirado mais?

“Não, eu cheguei no meu máximo. Não seria pior, eu cheguei no pior (...) O que me preocupa é alguém vir assaltar a Yasmin por causa de droga. Mas a minha opinião é meio nó-cega, sei lá, acho que deveria liberar a maconha e não o resto. Mas aí não acabaria o tráfico (...) Eu não vejo a maconha fazendo mais mal que o cigarro, ao contrário da pedra, da cocaína. Mas, não sei, essas coisas eu não tenho muito acesso (às informações) para ter uma opinião”.
(...)

Eu: Mas você acha que se continuar proibido a Yasmin não vai usar?
“Lei não proíbe nada. É a cabeça dela que vai saber se vai ser influenciado por outras pessoas ou não.” (Edson)

Não se pode esquecer que essas opiniões estão sendo dadas depois de mais de 20 anos de experiência com o consumo de drogas ilícitas. Elas mudaram muito ao longo desse período. Mas, de forma geral, o engajamento do *grupo da rua* na discussão é muito menor do que o do *grupo da universidade*. No *grupo de rua*, o tema é bissexto, sendo evocado muitas vezes pela minha presença como “especialista” no tema. Essa presença é um ensejo para assumir uma posição, muitas vezes numa entonação interrogativa, como se esperassem alguma confirmação ou informação. Não há engajamento político explícito, mas uma crítica difusa e insegura que é bem exemplificada na auto-alegada “*ignorância*” de Edson. No entanto, há um sentimento geral de extrema insatisfação com o proibição, que não se restringe ao posicionamento crítico à lei, mas também às diversas faces do dispositivo que produzem violência, estigma e ameaça à liberdade. Ele cresceu depois dos anos 2000, quando ocorreu uma intensificação sem precedentes no debate sobre drogas, além da disseminação, ainda que incipiente, de alguns movimentos dedicados à protestar pela mudança da lei, como as Marchas da Maconha⁶⁸.

A aura marginal e, na melhor das hipóteses, exótica, dos usuários de drogas que se expunham publicamente e que era imposta de forma hegemônica há pouco tempo sofreu

⁶⁸ As Marchas da Maconha são manifestações de rua que acontecem em centenas de cidades pelo mundo. Elas carregam reivindicações diversas, além da legalização da maconha, sua principal bandeira. No Brasil, depois de algumas tentativas fracassadas e reprimidas ao longo dos anos 1990 e 2000, inclusive com o emprego de violência policial, as Marchas têm crescido se consolidaram como as maiores manifestações populares pela mudança da política de drogas.

fissuras consideráveis. Cada vez mais, os sujeitos expressam um desejo por se informar e se posicionar, ainda que os engajamentos permaneçam restritos a espaços privados ou, raramente, nos últimos anos, a algumas publicações nas redes sociais da Internet (o abandonado Orkut e, atualmente, o Facebook). Muitas vezes, são em detalhes ou em fagulhas que seu peso se faz sentir. Edson, por exemplo, ficou bastante revoltado com o fato de sua filha ter participado, na escola, do curso do Proerd⁶⁹, mantido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Nele, um policial militar fardado (e, segundo Edson, armado) dá aulas de “combate às drogas” em escolas do ensino fundamental. Embora esconda da filha o seu hábito e demonstre com frequência um sentimento ambíguo sobre ter uma longa trajetória de consumo de drogas, Edson considerou o conteúdo transmitido a ela discriminatório e descolado da realidade.

“Quando a Yasmin me contou e eu vi na cartilha que eles tratam tudo (as drogas) como um todo, que todos fazem a mesma coisa, aquilo me deixou putó. Pô, para eles todo mundo é bandido: o cara pode fumar maconha e ter uma vida normal. Isso é ridículo, botar um policial fardado ali na frente, com a arma, falando que é tudo igual, todas as pessoas são iguais, não tem controle, se perdem. Por outro lado, tem que ver o lado de sociedade, eles não poderiam ir lá, fardados, e falar que ,quem fuma um baseadinho, tem uns que são legais”, isso não poderia. Mas isso tem que ser diferente numa visão futura”
(Edson)

A revolta de Edson com o Proerd é uma revolta contra a sua classificação como um *drogado* genérico, alguém perdido, que não trabalha, enfim, as categorias que ele atribui aos “bandidos”. Ao mesmo tempo, ela transparece que alguns mereceriam sim esse tipo de classificação, mas não as pessoais “normais”, que usam drogas *numa boa*.

Outro exemplo de engajamento não tradicional é a relação intensa de Diogo com a maconha, expressa no seu grande conhecimento sobre a planta, no tempo que dedica a estudar e refletir sobre ela e sobre seus usos. Esse engajamento pessoal não se reflete numa tomada de posição mais clara em defesa da legalização, como, por exemplo, a

⁶⁹ O Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), conduzido pelas polícias militares nos Estados, é, em abrangência, o maior programa de “prevenção” ao uso de drogas do Brasil. Ele é uma cópia do DARE (Drug Abuse Resistance Education), um programa norte-americano que leva policiais às escolas e que desde que sua criação, na década de 1980, é muito criticado. Ver, entre outros, Vertag, 2003.

presença em uma das Marchas da Maconha, evento que ele nunca esteve. Ao mesmo tempo, ele foi um dos mais associados aos estereótipos do maconheiro por outros amigos que não fumavam, pelos pais desses amigos e pelos familiares. Sua discrição na engajamento político público não significa, portanto, a ausência de um posicionamento político. De alguma forma, Diogo faz do próprio corpo e do seu comportamento uma plataforma peculiar de atuação.

“A minha relação com a Maria⁷⁰ é tão intensa que sonho que, se ela estivesse liberada, faríamos óleo, tecido, botar os presos para plantar, ensinar pessoas! (...) Quando fui para Amsterdam, eu pude sentir isso, pô, sentar num lugar, pegar um cardápio, em paz. Isso é cidadania!” (Diogo)

No *grupo da universidade*, esse processo é muito mais intenso e as posições são mais claras. Desde quando eram mais jovens, as drogas e a alteração da consciência gozavam de um valor cultural e político positivo. O engajamento, ainda que individualmente desigual, cresceu desde então, ainda que não encontre expressão prática. O embasamento técnico e científico a respeito das drogas e das políticas internacionais sobre drogas tornou o discurso mais sofisticado, rompendo as premissas dicotômicas do paradigma proibicionista, mas ainda não encontra formas claras de manifestação. No *grupo da universidade* os discursos são mais repletos de nuances.

“Cocaína, por exemplo, eu não sei, se seria em farmácia, como no passado... você lidaria com estigma, como você conseguiria comprar? É supercomplicado, mas, de fato, o primeiro passo é as pessoas não serem presas quando consomem. Tem que estudar o quanto isso abalaria a questão da violência, da cocaína, como seria o impacto no consumo...” (Pedro)

As dúvidas sobre o papel do Estado e a crítica ao modelo atual não se expressam necessariamente sob a forma de participação política direta. Em suas trajetórias, os sujeitos empreenderam, de forma mais ou menos consciente, uma “batalha cultural” pela legitimidade do consumo de drogas ilícitas – principalmente da maconha. Esse forma de

⁷⁰ Apelido derivado de “marijuana” e que é muito utilizado por Diogo, que gosta de atribuir à maconha e algumas outras drogas características humanas ou espirituais.

demarcação ocorre sutilmente em pequenos e irregulares embates cotidianos, quando se questiona ou mesmo se afronta diretamente familiares, amigos e até colegas de trabalho a respeito de drogas e de seu lugar social. Embora pareçam prosaicas, essas pequenas tensões podem ser pessoalmente muito desgastantes e acarretar constrangimentos de diversas ordens. Quando elas derivam para manifestações públicas mais explícitas, como a participação de alguns deles na Marcha da Maconha, um outro embate é travado, sob um patamar mais elevado de comprometimento pessoal. Mesmo que tenha diminuído muito na última década, a pressão e o estigma social que cercam um indivíduo que se compromete publicamente numa luta política pela legalização da maconha persistem e cobram um preço simbólico que nem todos querem e/ou podem pagar.

Enfim, os diferentes engajamentos também respondem às diferentes fases das trajetórias. É inútil especular se teria sido diferente caso o debate sobre drogas fosse tão presente na cena pública no período em que os sujeitos eram mais jovens. O que é possível afirmar é que, hoje, próximo dos 40 anos, novos obstáculos são postos diante dos engajamentos públicos. Mas, além dele, há sempre uma luta para escapar dos feixes do dispositivo no próprio cotidiano. Há uma fadiga explícita dos sujeitos, principalmente daqueles que continuaram a consumir maconha e consideram seu uso estável e não problemático. Mesmo num contexto de maior aceitação social, a ilegalidade resulta na busca por fornecimento criminoso que envolve amigos, conhecidos ou visitas às *bocas*, algo tido como tenso e arriscado. Nenhum deles gosta de ser parte dessa cadeia de produção e de distribuição da qual sabem pouco, mas não ignoram que ela encadeia um alto nível de violência e de corrupção. E ainda há a possibilidade do flagrante policial e, portanto, uma relação perene com a polícia, mesmo que ela seja um sujeito oculto.

Está claro que, para além de todos os outros motivos, os sujeitos estão se movimentando pelas linhas de poder do dispositivo de forma a transformá-lo. De forma quase unânime, todos são críticos da proibição como ela se apresenta, inclusive os que deixaram de fumar maconha. Entre outros argumentos, sobressai o desejo de poder comprar e consumir aquilo que consideram bom para si próprios. Quando Leonardo explica os motivos que o levaram no últimos anos a um engajamento mais intenso na luta pela legalização,

inclusive estando presente às últimas Marchas da Maconha em São Paulo, expõe de forma clara a indignação com os efeitos da proibição na sua vida:

“Que puta que me pariu que me fode a vida que não posso consumir esse negócio de maneira regularizada e controlada”.

Eu: Mas você pagaria mais caro na maconha por isso?”

Eu já pago caro, todos pagamos caro. Se for mais ou menos, que se dane”. (Leonardo)

Meus (des)encontros com a polícia

Eu devo ter começado mais tarde que todos os outros amigos que fumam maconha, pois já era maior de idade, e a galera começou mais cedo. Sempre tive medo de rodar com a família e com a polícia. Mais com a polícia, porque que já estou perto dos quarenta, nem encano tanto com família, já cuido do meu próprio nariz e ninguém paga minhas contas. Mas polícia, nunca gostei de arriscar. Quando saí da casa dos meus pais ficou mais tranquilo, posso fumar meu baseado à noite para relaxar. Não completamente, porque o vizinho de cima já veio querendo bater vassoura no chão quando acendo o beque. Não tô a fim de problema, então fecho janela, porta. E ainda tem a *noia* de ter que comprar. De vez em quando, pinta um amigo que pega de peso, e aí dá para pegar um fumo melhor sem ter que ir à favela. Mas também não gosto de ter muito em casa, tenho receio, sei lá, denúncia de vizinho. Divertido ir à *boca* não é, mas é rápido, nunca tive problema. Já a maconha, normalmente deixa a desejar... Sei que usuário não pode ser preso, sei meus direitos, mas polícia é polícia. Acho que é por conta daquilo que eu já vivi e ouvi.

A primeira vez que rodei foi no domingo mais inesquecível de 1994, quando o Brasil levou o tetra. (Bom, talvez não seja o mais inesquecível, teve o domingo da morte do Senna, né?). Muita gente deve ter fumado aquele dia, vai ver foi o dia que mais fumaram, mas alguns rodaram e eu estava entre eles. Depois que acabou o jogo, saímos na alegria para um *rolê*, eu e mais dois camaradas. A gente tava ali, circulando pela avenida onde era limpeza, mas quando o baseado queimava pela metade, os homens enquadraram com giroflex. Eles estavam em dois, já desceram apavorando. Queriam saber onde estava o resto, não só aquela ponta. Acho que o que ferrou foi que um dos amigos era metido a malandro, polícia odeia essas coisas. Ele era meio *malaco* mesmo, conhecia uns caras da pesada, mas era mais de falar que de fazer. Falou gíria com os *gambés*, fudeu. “É melhor falar onde está, porque se não vai ficar ruim pra vocês”. Não falamos nada, mas acharam. Era uma *paranga*. Falaram um monte de merda, ameaçaram; estavam curtindo a noite do Brasil campeão com os moleques. E na hora que o metido a malaco falou alguma coisa que

eu nem lembro, os caras não tiveram dúvida: mandaram ele comer a parada. Se não comesse, delegacia. E naquela época, era assinar o dezesseis, no mínimo. Não aguentei, quando via a cena, eu tava nervoso e dei uma risada. Pronto, o cara mandou eu comer também. E, para piorar, o outro amigo, que era o mais gostava de sacanear, mandou uma do tipo: “vai um ketchup aí?”. Sobrou pra ele também e nós três comemos a massa toda. E ainda ouvimos mais um monte de merda. Depois, tive até uma dor de barriga, sei lá se foi do fumo ou do nervoso.

Dali a um tempo, caí de novo na mão deles. Dessa vez, não eram PMs, mas civis. E no meio da *muvuca* da Rua Augusta, numa madrugada de sexta para sábado. A gente já tinha bebido um monte, era uma festa para um moleque da rua que tinha entrado na faculdade. O plano era ir para um boate, mas todo mundo se perdeu. Quando eu vi, tava bolando um no canto ali embaixo, perto das boates. Os caras que pegaram a gente nem pareciam policiais, sem uniforme, pareciam qualquer um que estava ali para ir à balada também. Nem vi, quando me liguei os caras já mandaram encostar num canto, nem fizeram muito escarcéu, não queriam chamar a atenção. Os caras ficara xingando, humilhando. “Seus babacas, maconherinhos punheteiros de merda, tão achando que vão fumar essa bosta em qualquer lugar?”. Foi rápido, deram uns apertos no braço e já começaram a perguntar: “como é que vai ser?”. Quando a gente falou que não tinha muita grana – na época uns 20 reais, hoje vale umas cinco vezes mais - , os caras ficaram putos. Falaram um monte, que nem dinheiro a gente tinha pra sair. Pegaram a grana e mandaram a gente dar área, e ainda disseram que o fumo nem era tão ruim, que iam curtir com ele.

E depois de tanto tempo, rolou mais uma que assustou. Depois que tomamos uma no bar, fomos dois casais e mais um amigo fumar um no Por do Sol, em Pinheiros. A praça tava lotada de gente, acho que a maior parte tava fumando maconha, mas era meio balada, gente com violão, isopor de cerveja. A gente ali de *boa*, o *baseado* já apagado, vimos uns carros de polícia passando, mas como ali é tranquilo, nem encanamos. De repente, o *giroflex* brilha no alto da praça. Acho que umas três viaturas mergulham na calçada lá de cima. O meu amigo tinha uma ponta no bolso,

mas ficamos só olhando. Um grupo de moleques mais assustado desceu, meio que tentando sair fora de fininho, vindo para perto de onde a gente tava. Os policiais descem correndo, com a arma apontada para nós e para os garotos. As mulheres que estavam com a gente ficaram apavoradas, não estavam acostumadas. Esse com a arma chegou perto da gente e desviou para ir atrás dos garotos que fizeram a bobagem de fugir. Outros dois desceram com lanternas gritando: “Vamos acabar com esse cheiro de maconha aqui!”. Eu até queria ficar ali, a gente não tava devendo nada, mas o clima pesou, as meninas assustadas.... E o *gambé* ainda gritou bem perto da gente: “Quem tá fumando sai fora, quem não tá sai fora também. Se não sair fora vou levar todo mundo para a delegacia porque tão fumando maconha”.

Fomos embora meio que num anticlímax. De uma baladinha feliz, aquele clima horrível, medo, arma apontada. Ainda vi um molecada chegando de carro, sem saber que a polícia estava enquadrando. Na real, acho que eles iriam embora e uma galera continuaria ali. Uns dias depois, vi um cara que frequenta o Por do Sol dizer, no Orkut, que os policiais militares estavam recebendo uma caixinha dos moradores próximos da praça para dar uma assustada, pois a coisa está muito grande, muito barulho e confusão. Não sei se é verdade, mas pode ser, não seria nada absurdo. Por isso que eu evito confusão com polícia, porque a lei muda, mas quem garante que eles vão mudar?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de uma trajetória de pesquisa a respeito da presença das controvérsias médicas no debate público sobre drogas (Fiore, 2007), busquei deslocar o foco da análise para a própria experiência do consumo. Permaneci, no entanto, no plano de análise que busca compreender o dispositivo que ordena, interdita e estimula discursos e práticas sobre drogas. Seus parâmetros morais, médicos e jurídicos são sofisticados, ainda que sua forma pública muitas vezes se apresente sob o mais simples dos binarismos, como o paradigma proibicionista que dividiu as substâncias entre proibidas e permitidas. O dispositivo, no entanto, é repleto de nuances.

Nessa tese, investiguei o uso de drogas na escala do fenômeno, ou seja, na experiência de consumo e de seus atravessamentos pelo dispositivo. O foco foi o que denominei “trajetórias compartilhadas” de uso de drogas por mim em dois pequenos grupos de amigos, o *grupo da rua* e o *grupo da universidade*. Ao longo de quase duas décadas, esses grupos consumiram e, em alguns casos, ainda consomem, substâncias lícitas e ilícitas e, hoje, têm ou se aproximam dos 40 anos. Esse empreendimento heterodoxo de investigação nasceu do desafio e da pretensão de produzir novas perguntas ao campo de investigação do uso de drogas pelas ciências sociais. A tese mais geral é que a experiência do consumo de substâncias psicoativas e seus efeitos são produzidos pelos agenciamentos recíprocos das substâncias, dos eventos e dos sujeitos.

As ciências sociais tiveram contribuição fundamental ao relativizar o desvio como uma rotulação instável e com origens diversas. Desde os trabalhos de Howard Becker, diversos trabalhos desmontaram a ideia de um “mundo das drogas”, no singular, e apontaram para a diversidade de experiências de drogas que não correspondiam aos estigmas tradicionais – desajuste, desacoplamento e compulsividade, por exemplo. Essa tese inspira-se nesse legado na medida em que opta por investigar grupos sem nenhum quadro de dependência severa. No entanto, inspirado pelos autores vinculados à perspectiva pós-social, que questionaram a partilha do trabalho intelectual que confinava às ciências sociais ao estudo dos aspectos socioculturais do uso de drogas, busquei

colocar sob um mesmo plano de análise os sujeitos e as substâncias em seus agenciamentos recíprocos na produção do evento uso de drogas.

Dada a insuficiência de recursos metodológicos disponíveis para produzir dados empíricos nessa perspectiva, busquei lançar mão de diferentes recursos etnográficos, inclusive narrativas de eventos e experiência de consumo compartilhado de drogas. Tendo como imperativo a proteção das intimidades do grupo de amigos, dado que a vigente ilegalidade de partes das substâncias consumidas exige cuidado com a não-identificação das pessoas, ao mesmo tempo em que admite o lugar do pesquisador na cena etnográfica, busquei formas textuais alternativas. Por exemplo, a descrição dos eventos em formato de crônica pode ter gerado alguma perda analítica, mas que espero ter compensado com a possibilidade de descrever com densidade as experiências de consumo compartilhado de drogas lícitas e ilícitas.

O fenômeno do uso de drogas exige flexibilidade disciplinar e inovação metodológica, e um dos objetivos desse trabalho foi realizar um experimento investigativo. A proximidade e, mais do que ela, a intimidade permitiu-me acessar a um conjunto de detalhes, de transformações e de não-ditos junto a um olhar de longa duração que possibilitou construir uma perspectiva longitudinal do consumo.

Investiguei as cinco substâncias mais relevantes nas trajetórias dos sujeitos a partir da noção de agenciamento, que me permitiu colocar sob um mesmo plano as ações neuroquímicas, os aspectos corporais e materiais e as apreensões subjetivas peculiares a cada uma delas. Álcool, maconha, cocaína, crack e psicodélicos (LSD/cogumelos) foram analisados não como essências naturais e sim como substâncias que agem em conjunto com os sujeitos para a produção dos eventos. Esses agenciamentos marcam objetivamente a experiência do consumo. Por exemplo, a maconha tem na flexibilidade de seus agenciamentos uma característica que marca a amplitude de sentidos atribuídos ao seu consumo. Já os agenciamentos do crack produziram nas trajetórias o inverso, uma experiência quase única, avassaladora e breve, tanto na duração de sua *onda* como no tempo em que permaneceu como uma possibilidade de alteração da consciência para os sujeitos.

Na relação com as substâncias, os sujeitos negociam permanentemente sua condição. Busquei apresentar como eles participam das classificações médicas do dispositivo, mas sem necessariamente se colocarem de um lado ou de outro, ou seja, não optam pelo risco em detrimento da saúde, mas buscam a saúde por meio do manejo dos riscos. Ao longo do tempo, ocuparam lugares diferentes, alguns flertaram de perto com a dependência, outros não se preocuparam nesses termos. As relações com as drogas foram instáveis e, por vezes, conflituosas. A própria identificação enquanto usuário de drogas não se deu sem reflexões permanentes sobre a possibilidade dos danos e da dependência.

Também frente aos ordenamentos jurídicos do dispositivo, cuja domínio do paradigma proibicionista começa a dar sinais de esgotamento, os sujeitos ocuparam espaços flexíveis. Em diferentes níveis, eles são críticos da proibição das drogas que consumiram ou consomem, tendo uma experiência de confrontação com a repressão policial. Ao mesmo tempo, a maior parte não se engaja publicamente no antiproibicionismo, tendo dúvidas inclusive sobre sua viabilidade prática. Mais do que oposição ou adesão, o dispositivo os atravessa por meio da contradição e da resistência. Se o dispositivo já os atravessava antes de começarem a consumir, atravessou-os ainda mais quando o uso de drogas estabilizou-se neles entre a legalidade e a ilegalidade, entre a dependência e a saúde, entre a compulsão e a diversão.

Além destas questões referentes aos pesquisados, coloca-se também a questão da experiência pessoal do pesquisador: até que ponto ter compartilhado uma trajetória de consumo de drogas altera a perspectiva de demonstração empírica ou de construção analítica a respeito do tema? A tese não tratou com profundidade dessa questão, mas procurou indicar que rememoração das experiências de alteração da consciência devido ao uso de drogas podem ser reconvertidas em dados para a análise científica de caráter antropológico.

E, por fim, ao longo da tese, busquei expor os desafios de produzir conhecimento sobre uso de drogas no âmbito das ciências sociais. Num debate ainda dominado pelas ciências biológicas, a crítica pós-social a respeito do projeto moderno de cisão entre sujeito e objeto e, em decorrência disso, entre natureza e cultura criaram, de fato, um novo campo

de possibilidades para a investigação. Ao mesmo tempo, novas perguntas são feitas. Uma delas partiu da inquietação de Pedro – um dos sujeitos observados – sobre o fato de não ter sentido efeito algum nas várias experiências de consumo de maconha não ao longo da adolescência. Ele só sentiu algo quando voltou a fumar na universidade, com novos amigos. Dali em diante, gostou do hábito que não mais abandonou e tem mantido há quase vinte anos. Não tendo seguido carreira acadêmica, ignora as críticas contemporâneas à cisão epistemológica entre natureza e cultura e avança duas possibilidades para explicar o “não-efeito”, embora não se contente com nenhuma: um fenômeno neuroquímico, talvez associado à qualidade da maconha - explicação que ele desconfia, na medida em que os outros presentes experimentavam os efeitos; ou cultural, produzido pela diferença de contexto ou pela sua incapacidade de perceber os efeitos. Numa conversa posterior, em que relatei a possibilidade de diversos feixes de agenciamento, ele me questionou: “*É, mas e se ao invés de maconha, a gente falasse de cianureto?*” A pergunta irônica toca um limiar caro para os fundamentos das ciências sociais frente à objetividade das ciências biológicas. Nessa tese, busquei analisar as drogas sem restringir-me ao que seriam seus “efeitos objetivos” e o que seriam seus “significados sociais”. Substâncias existem por inteiro, desde a forma como são e aparecem no mundo como nas alterações neuroquímicas que produzem nos indivíduos. Ao assumir essa perspectiva, podemos criar um campo de discussão com as ciências biológicas e da saúde sem que seja relegado às ciências sociais os “aspectos socioculturais” do uso de drogas.

Se é verdade que Becker e os estudos que seguiram a tradição plantada por ele admitiam que há um efeito objetivo das substâncias, como ataca Gomart, foi justamente mantendo esse parâmetro estável que hoje somos capazes de desconstruir o consumo de drogas com um fato objetivo: a absorção de uma substância purificada por um humano genérico. Contudo, creio que dificilmente a categoria *agenciamento* pudesse ter sentido sem as ferramentas de investigação já consagradas pelas ciências sociais. De qualquer forma, seja da perspectiva das ciências humanas, seja da perspectiva das ciências biológicas, ainda que saibamos que maconha e cianureto sejam, de fato, muito diferentes, ainda temos de enfrentar a questão fundamental de natureza epistemológica: o que e como podemos conhecer?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, A. A. {et. Al.} “Prevalence of Cocaine Use in Brazil: Data from the II Brazilian National Alcohol and Drugs Survey (BNADS)”. *Addictive Behaviors* (manuscrito aceito para publicação), 2013.
- ADIALA, J. C. “A criminalização dos entorpecentes” *in: Papéis Avulsos, Crime e Castigo*, vol. 1. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, Editora Argos, 2009.
- ALMEIDA, M. I. M. & EUGÊNIO, F. “Paisagens Existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às „drogas“ no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas” *in: LABATE, B. {et. Al.}. Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador, Edufba/Ministério da Cultura, 2008.
- ANGHONY, J. C. “Epidemiology of drug dependence”. In KENNETH L. {et al}. *Neuropsychopharmacology: The Fifth Generation of Progress*, American College of Neuropsychopharmacology, 2002.
- BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. Nova York, The Free Press, 1966.
- _____. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1976.
- _____. *Drugs: What are they?* Disponível em <http://home.earthlink.net/~hsbecker/articles/drugs.html>
- BENJAMIN, W. *Haxixe*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- BILLOUET, P. *Foucault*. São Paulo, Estação Liberdade, 2003.
- BLACKMAN, S. J. ““Hidden Ethnography”: Crossing Emotional Borders in Qualitative Accounts of Young People’s Lives”. *Sociology*, v. 41, n. 4, 2007, pp 699-716.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica” *in: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2004.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus Editora, 2005.

_____. *Esboço de autoanálise*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2006.

CARNEIRO, H. “A fabricação do vício”. Texto apresentado na conferência: “A construção do vício como doença: o consumo de drogas e a medicina”, no XIII Encontro Regional de História – Anpuh em Belo Horizonte, julho de 2002.

_____. *Pequena enciclopédia da história das drogas e das bebidas*. São Paulo, Ed. Campus, 2005.

_____. *Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna*. São Paulo, Ed. Senac, 2010.

CARVALHO, D. G. & MÍDIO, A.F. “Quality of cocaine seized in 1997 in the street-drug market of São Paulo city, Brazil”. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 39, n. 1, jan/mar 2003, pp 71-75.

CHANG, H. “Autoethography: raising cultural consciousness of self and others” in: WALFORD, G. (org.) *Methodological Developments in Ethnography*. Bingley, Emerald Ed., 2007.

CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas). *II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil – 2005, disponível em http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/lev_domiciliar2005/index.htm*

CESAROTO, O. *Um Affair freudiano: os escritos de Freud sobre a cocaína*. São Paulo, Editora Iluminuras, 1989.

CLEGG, B. *Retrato de um viciado quando jovem*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

COUTINHO, T. “O uso do corpo nos festivais de música eletrônica” in: LABATE, B. {et. Al.}. *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador, Edufba/Ministério da Cultura, 2008.

DAVENPORT-HINES, R. *La búsqueda del olvido: história global de las drogas, 1500-2000*. México e Madrid, Turner e Fondo de Cultura Económica, 2003.

DELEUZE, G. “Que és un dispositivo” in: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona, Gedisa, 1990.

DELEUZE, G. & GUATARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). São Paulo, Editora 34, 1995.

DEMANT, J. “When Alcohol Acts: An Actor-Network Approach to Teenagers, Alcohol”. *Body Society*, n15; 25, Março/2009, pp. 25-46.

EARLAYWINE, M. “Cannabis” in: EARLAYWINE, M (org.). *Mind-altering Drugs: the science of subjective effects*. Nova York, Oxford Press, 2005.

ESCOHOTADO, A. *História de las drogas: Vols. 1, 2 e 3*. Barcelona, Alianza Editorial, 1998.

FAVRE-SAADA, J. “Ser afetado”. *Revista Cadernos de Campo*, n. 13, 2005, pp: 155-161.

FERNANDEZ, O. F. R. L. *Coca-light? Uso do corpo, rituais de consumo e carreiras de “cheiradores” de cocaína em São Paulo*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2007.

IORE, M. “A medicalização da questão do uso de “drogas” no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos”, in: VENÂNCIO, R. e CARNEIRO, H. *Álcool e Drogas na História do Brasil*. São Paulo, Alameda Editorial, 2005.

_____. *Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público*. Campinas, Ed. Mercado de Letras/Fapesp, 2007.

_____. “Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de „drogas”” in: LABATE, B. {et. Al.}. *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador, Edefba/Ministério da Cultura, 2008.

_____. “O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas”. *Novos Estudos Cebrap*, n.92, março de 2012, pp 9-21.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2001.

GEERTZ, C. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

GILMAN, S. L. & XUN, Z. *Humo: breve historia cultura del acto de fumar*. Buenos Aires, Paidós, 2006.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 1988.

GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2006.

GOMART, I. “Methadone: six effects in search of a substance” *Social Studies of Science*, 2002, Vol 32, N 1 pp 93-135.

GRUND, J. C. *Drug use as a social ritual*. Rotterdam, IVO, 1998.

GURFINKEL, D. “O episódio de Freud com a cocaína: o médico e o monstro”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 11, n. 3, setembro/2008, pp 420-436.

HAMIL-LUKER J. {et. al}. “Diverse trajectories of cocaine use through early adulthood among rebellious and socially conforming youth”. *Social Science Research*, 2003 pp 2-22.

HUXLEY, A. *As portas da percepção: céu e inferno*. São Paulo, Editora Globo, 2002.

ILLICH, I. *Expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. São Paulo, Ed. Nova Fronteira, 1981.

INPAD (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas). II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas – Resultados Preliminares, 2012. (disponível em inpad.org.br)

KENNETH, J. S. {et. Al.}. “Subjective effects of alcohol I: effects of the drink and drinking context” in: EARLAYWINE, M. *Mind-altering Drugs: the science of subjective effects*. Nova York, Oxford Press, 2005.

LAHIRE, B. *A Cultura dos Indivíduos*. Porto Alegre, Artmed, 2006.

LARANJO T. H. M. & SOARES C. B. “Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas”. *Revista de Saúde Pública*. Vol. 40, n. 6, Dezembro/2006, pp. 1027-1034

LASH, S. *Another Modernity: a different rationality*. Oxford, Blackweel Publishers, 1999.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. São Paulo, Editora 34, 1994.

_____. *A Esperança de Pandora*. São Paulo, EDUSC, 2001.

_____. “How to talk about the body? The normative dimension of science studies”, (mimeo), 2002.

LEARY, T. *Flashbacks: surfando no caos*. São Paulo, Editora Beca, 1999.

LEVI-STRAUS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

LEWIS, M. “Why addiction is not a brain disease”. PLOS (Public Library of Science)/BLOG. Publicado em novembro de 2012. Disponível em <http://blogs.plos.org/mindthebrain/2012/11/12/why-addiction-is-not-a-brain-disease/>

_____. *Memoirs of an addicted brain: a neuroscientist examines his former life on drugs*. Public Affairs, Nova York, 2011.

MACRAE, E. “O Controle Social do Uso de Substâncias Psicoativas” in: PASSETI, E. & SILVA, R. B. D. (orgs.). *Conversações Abolicionistas Uma Crítica do Sistema Penal e da Sociedade Punitiva*, São Paulo, IBCCrim, PUC/SP, 1997.

_____ & SIMÕES, J. A. *Rodas de Fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador, EDUFBA, 2000.

_____ & VIDAL, S. “A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas”. *Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo*, v. 49 n. 2, jul/dez 2006, pp 646-666.

MAGNANI, J. G. C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17 n. 49, 2002, pp. 11-29.

MANNING, P. *Drugs and Popular Culture: drugs, media and identity in contemporary society*. Londres, William Publishing, 2007.

MARRAS, S. “Do natural ao social: as substâncias em meio estável” in LABATE, B. {et. Al.}. *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador, Edufba/Ministério da Cultura, 2008.

MIGLIANO, F. *Reflexões de um dependente enquanto sóbrio*. Porta de Ideias Editora, São Paulo, 2013.

MORGAN J. P. & ZIMMER, L. “The social pharmacology of smokeable cocaine: Not all it’s cracked up to be” *in*: REINARMAN, C & LEVINE, H. G. *Crack in America: Demon Drugs and Social Justice*. Los Angeles, University of California Press, 1997.

PERLONGUER, N. *Droga e Êxtase*. Campinas, Unicamp, Col. Primeira Versão, 1991.

RIBEIRO, S. & MALCHER-LOPES, R. *Maconha, Cérebro e Saúde*. Rio de Janeiro, Ed. Vieira & Lent, 2007.

REDA, M. M. “Autoethography as research methodology?” *Academic Exchange Quarterly*, 2007.

RODRIGUES, N. V. S. {et. al}. “Analysis of Seized Cocaine Samples by using Chemometric Methods and FTIR Spectroscopy”. *Jornal da Sociedade Brasileira de Química*, v.24, n.3, 2003, pp 507-517.

RODRIGUES, T. M. S. *Política e drogas nas Américas*. São Paulo, EDUC e Fapesp, 2004.

RUI, T. C. *Uso de “drogas”, marcadores sociais e corporalidades: uma perspectiva comparada*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SACK, O. “Altered States: self-experiments in chemistry”. *The New Yorker*, Número 40, agosto de 2012.

SCHEERER, S. “Dominação ideológica versus lazer psicotrópico”, *in*: RIBEIRO, M. de M. e SEIBEL, S. D. (orgs.). *Drogas: a hegemonia do cinismo*. São Paulo, Ed. Memorial, 1997.

SEIBEL, S. D. & TOSCANO, A. Jr (orgs.). *Dependência de Drogas*. São Paulo, Ed. Atheneu, 2000.

SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas). *I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira*. Brasília, 2007.

SHINER, M. *Drug use and social change*. Londres, Pelgrave Macmillian, 2009.

_____. & NEWBURN T. “Taking tea with Noel: the place and the meaning of drug use in everyday life” in: SOUTH, N. (org.). *Drugs: cultures, controls and everyday life*. Londres, Sage Publications, 2000.

SHUKLA, R. K & KELLEY, M. “Investing how decisions to use marihuana change over time”. *Substance Use e Misuse*, n. 42, 2007, pp. 1401-1425.

SMALL, M.L. ““How many cases do I need?”: on science and the logic of case selection in field-based research”. *Ethnography*, 2009, pp 05-38

SOLLBERGER JEOLÁS, L. *Risco e Prazer: os jovens e o imaginário da aids*. Londrina, Eduel, 2007.

SOUTH, N. “Debating drugs and everyday life: nomalisation, prohibition and „otherness”” in SOUTH, N. (org.). *Drugs: cultures, controls and everyday life*. Londres, Sage Publications, 2000.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo, Editora 34, 2002.

SULKUNEN, P. “Between culture and nature: intoxication in cultural studies of alcohol and drug use”. *Contemporary Drug Problems* n. 29, Summer/2002.

VARGAS, E. V. “Os corpos intensivos: sobre o estatuto social das drogas legais e ilegais”, in: DUARTE, L. F. D. e LEAL, O. F. (orgs.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001.

_____. *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas, FFCH/UFMG, 2001.

_____. “Uso de drogas: alter-ação como evento”. *Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo*, v. 49 n. 2, jul/dez 2006, pp. 581-623.

VELHO, G. “Uma perspectiva antropológica do uso de drogas”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 29, n. 6, 1980, pp. 355-358.

_____. “O consumo da cannabis e suas representações culturais”, conferência no 1º Simpósio Carioca de Estudos sobre a Maconha, em 1983 in: *Revista Periferia*, v. 3, n. II, 2011.

- _____. “A dimensão social e política dos mundos das drogas”, *in*: ZALUAR, A. (org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- _____. *Nobres e anjos: um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. “O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política”. Entrevista concedida a Maurício Fiore em outubro de 2005, *in*: LABATE, B. {et. Al.}. *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador, Edufba/Ministério da Cultura, 2008.
- VERBEEK, P. P. *What things do: philosophical reflections on technology, agency, and design*. Pensilvania, The Pennsylvania State University Press, 2005.
- VERTAG B. “GAO: DARE does not work”. *The Journal of the American Medical Association*. v. 289 n.5, 2003, p. 539.
- YOUNG, Jock. *The drugtakers: the social meaning of drug use*. Londres, Paladin, 1971.
- ZINBERG, N. E. *Drug, Set and Setting*. New Haven, Yale University Press, 1984.

ANEXO - GLOSSÁRIO

Bicudo: Geralmente é dito de quem está sob efeito agudo da cocaína ou de alguma outra droga estimulante; alguém que está rangendo os dentes, com olhos arregalados e falando muito.

Biqueira: Outro nome para ponto de venda de droga ilícita, sinônimo de *boca*. Não era comum nos anos 1990 e passou a ser mais usado a partir dos anos 2000.

Boca: ponto de venda de droga ilícita. No caso da experiência dos grupos observados, as *bocas* ficam normalmente em favelas.

Bomba: Um *baseado* espesso, grande e com muita maconha ou simplesmente um sinônimo de *baseado*.

Cafungadas: Ato de inspirar pelo nariz com força, normalmente fazendo barulho.

Carreira: Quantidade variável de cocaína em pó esticada sob uma superfície plana, formando uma linha para ser cheirada.

Correria: Ir comprar ou conseguir alguma droga ilícita.

Fissura: Desejo muito forte ou incontrolável de consumir alguma droga.

Fritura: Insônia, na qual o sujeito roda na cama sem conseguir adormecer (como se estivesse sendo frito em uma frigideira).

Gambés: Policiais, normalmente os militares.

Giroflex: Apelido dado à sirene luminosa das viaturas policiais.

Hashish: É um composto de resinas extraídas da floração da cannabis (maconha), formando um material escuro e pegajoso que é fumado tanto isoladamente como junto de cigarros de maconha ou de tabaco.

Miúda: De supetão, escondido, sem fazer alarde.

Muvuca: Uma grande aglomeração de pessoas.

Pala: Deixar muito aparente para todos que usou ou está usando alguma droga ou está fazendo alguma outra coisa ilegal ou indevida.

Paranga: Pequena porção de maconha que é vendida normalmente em *bocas*. Pode se referir também a qualquer quantidade não muito grande de maconha.

Pêgo: Estar sob efeito intenso de cocaína ou outra droga estimulante, sinônimo de *bicudo*.

Preza: Uma quantidade de droga ou de algum outro objeto cedido gratuitamente.

Rolê: Dar uma volta, sair de casa. No caso específico dos grupos analisados, referia-se, na juventude, a sair para fumar maconha ou consumir outra droga.

Servir: Pode ser tanto aquele que fornece gratuitamente, como aquele que vende alguma droga (ou mesmo outra mercadoria).

Taturana: Uma *carreira* grande e espessa.

Tiro: *Carreira* ou à quantidade de cocaína equivalente a uma cheirada.